

MENSAGEM PRESIDENCIAL

Projeto de Lei Orçamentária – 2008

Secretaria de Orçamento Federal

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

BRASIL UM PAÍS DE TODOS GOVERNO FEDERAL



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

ORÇAMENTOS DA UNIÃO

EXERCÍCIO FINANCEIRO 2008

PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA

Mensagem Presidencial

Brasília, DF
2007

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Secretaria de Orçamento Federal - SOF
SEPN 516, Bloco “D” Lote 08
70770-524 – Brasília, DF
Telefone: 0(XX)61 3348-2000

Brasil. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
Secretaria de Orçamento Federal.
Orçamentos da União exercício financeiro 2008 :
projeto de lei orçamentária. – Brasília: MP, SOF, 2007.
6v. em 8.

Conteúdo: Mensagem presidencial - v. 1 Texto do projeto de lei, quadros orçamentários consolidados, detalhamento da receita, legislação da receita e da despesa – v. 2 Consolidação dos programas de governo – v. 3 Detalhamento das ações: órgãos do Poder Legislativo, órgãos do Poder Judiciário, Tribunal de Contas da União, Ministério Público da União - v. 4 t. 1-2 Detalhamento das ações: órgãos do Poder Executivo, Presidência da República e ministérios (exceto MEC) – v. 5 Detalhamento das ações: órgãos do Poder Executivo, Ministério da Educação – v. 6 Orçamento de Investimento: quadros orçamentários consolidados, detalhamento da programação, detalhamento das ações.

1. Orçamento Federal. 2. Proposta Orçamentária.
3. Projeto de Lei 2008. I. Título.

CDU: 336.14:354(81)”2008”
CDD: 351.72205

Depósito legal na Biblioteca Nacional,
conforme Dec. n. 1.825, de 20 de dezembro de 1907.

Impresso no Brasil / Printed in Brazil
Brasília - DF

SUMÁRIO

I. Resumo da Política Econômica do Governo

A Consolidação e o Sucesso da Política Econômica do Governo 09
Projeções Macroeconômicas para 2008 20
A Política Fiscal em 2008 22
A Política de Gestão da Dívida Pública 34

II. Políticas Setoriais de Desenvolvimento

Agricultura e Agronegócio 43
Desenvolvimento Agrário 47
Indústria, Tecnologia e Comércio Exterior 50
Infra-Estrutura Econômica 56

III. Políticas Sociais

Proteção Social e Redução da Desigualdade 81
Transferência de Renda com Condicionalidades - Programa Bolsa Família 85
Previdência Social 86
Assistência Social 88
Segurança Alimentar e Nutricional 90
Emprego e Renda 91
Saúde 93
Educação 96
Cultura 101
Esporte 103
Direitos Humanos, Cidadania, Justiça e Política Indigenista 105
Inclusão de Jovens 111

IV. Política Externa e Soberania

Relações Exteriores 115
Defesa 117

V.Segurança Pública

Segurança Pública 123

VI. Política de Recursos Humanos

Gestão de Pessoas 129

VII. Avaliação das Necessidades de Financiamento

Metodologia de Cálculo do Resultado Primário e Nominal dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e os Parâmetros Utilizados 135
Metodologia de Cálculo do Resultado Primário das Empresas Estatais Federais . . . 143
Receita Orçamentária 146
Pessoal e Encargos Sociais 153
Sistemas Previdenciários. 155

VIII. Agências Financeiras Oficiais de Fomento

Aplicações em Operações de Crédito 165
Investimentos no Ativo Imobilizado 166

ANEXO I

Medidas Adotadas para Redução e Controle das Despesas Primárias Correntes 169

ANEXO II

Prioridades e Metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias - 2008 173

ANEXO III

Demonstrativo Sintético do Programa de Dispêndios Globais das Empresas Estatais 175
Empresas do Setor Produtivo. 177
Empresas do Setor Financeiro 205



I – RESUMO DA POLÍTICA ECONÔMICA DO GOVERNO

A Consolidação e o Sucesso da Política Econômica do Governo

Projeções Macroeconômicas para 2008

A Política Fiscal em 2008

A Política de Gestão da Dívida Pública

A Consolidação e o Sucesso da Política Econômica do Governo Federal

O esforço cumulativo e coordenado das políticas econômicas implementadas ao longo dos últimos anos, nos âmbitos fiscal, monetário e de gerenciamento da dívida pública, permite formular, por meio do Projeto de Lei Orçamentária (PLOA) de 2008, políticas e instrumentos para dar continuidade e maior expansão a um ciclo duradouro de crescimento sustentável da economia e ao desenvolvimento com maior justiça social.

A conseqüente consolidação da estabilidade econômica se deu pela conjunção de políticas eficientes e tempestivas, visando a:

a) assegurar a consolidação fiscal, por meio da manutenção de resultados fiscais superávitários expressivos, da melhora qualitativa na alocação das despesas e da redução das parcelas de dívidas públicas expostas à volatilidade de mercado (por exemplo, câmbio e juros);
b) reafirmar o controle da inflação, dentro do regime de metas, com objetivos realistas implementados com sucesso e autonomia operacional pelas autoridades monetárias, cuja credibilidade foi reforçada;
c) manter o regime de flexibilidade cambial que, em contexto de mudanças estruturais nos setores exportadores do País e de vigor do ciclo global favorável de comércio, permitiu redução estrutural da vulnerabilidade externa, elevando significativamente o estoque de reservas internacionais, reduzindo o montante e melhorando o perfil da dívida pública e permitindo ao País construir a sua primeira curva de juros externa com colocações de títulos em moeda nacional.

A credibilidade resultante dessas políticas, juntamente com o cenário externo favorável, que tem gerado um elevado fluxo de capital para o País, reduziu consideravelmente o prêmio de risco do Brasil e contribuiu para consolidar um ambiente propício para o investimento privado e a passagem para novo patamar de crescimento, o que torna possível ao País vislumbrar a obtenção do grau de investimento. Nesse contexto, onde os fundamentos sólidos da economia nacional apontam para condições favoráveis a um crescimento sustentado e mais elevado da economia, o Governo Federal pretende continuar a implementar as políticas de responsabilidade fiscal e monetária, combinando-as com o esforço de promoção de novos investimentos em infra-estrutura e de aprofundamento das políticas sociais redistributivas.

RESULTADOS MACROECONÔMICOS EM 2006 E 2007

O desempenho da economia brasileira em 2006 e no primeiro semestre de 2007 reflete, portanto, o processo de fortalecimento e de consolidação dos fundamentos macroeconômicos dos últimos anos. O crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 2006 ficou em 3,7% (tabela 1) e tem mantido o ritmo de expansão em 2007,

atingindo 3,8% no primeiro trimestre de 2007[1]. A demanda externa líquida, maior fator determinante da expansão do PIB até o ano de 2005, vem cedendo lugar à demanda doméstica, particularmente ao consumo das famílias e ao investimento (formação bruta de capital fixo). Este último aumentou 8,7% em 2006 e sustentou o ritmo de expansão no início de 2007, com alta de 7,7% no primeiro trimestre[2].

Esta elevação na demanda doméstica por bens e serviços evidencia a confiança dos agentes na continuidade do crescimento econômico, confirmada também em pesquisas de mercado[3], e é reflexo da expansão da massa de rendimento em termos reais, do crédito bancário e da queda da taxa de juros. Cabe mencionar ainda que, ilustrando o dinamismo do ciclo atual, o comércio a varejo apresentou, até maio de 2007, expansão acumulada no ano de 9,5%, a maior já registrada para o período[4], sinalizando que o consumo das famílias, no cômputo do PIB, foi forte no segundo trimestre.

Tabela 1 – Produto Interno Bruto (PIB) – variação acumulada (%)

Setor de Atividade	2005	2006	2007*
PIB	2,9	3,7	3,8
Oferta			
Agropecuária	1,0	4,1	5,5
Indústria	2,2	2,8	2,3
Serviços	3,4	3,7	3,8
Demanda			
Consumo das famílias	4,7	4,3	4,8
Consumo do governo	1,9	3,6	3,4
FBCF	3,6	8,7	7,7
Exportações	10,1	4,6	4,2
Importações (-)	9,3	18,1	19,1

*Acumulado em quatro trimestres em relação aos quatro anteriores, no 1º trimestre de 2007.
Fonte: IBGE.
Elaboração: Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda (SPE/MF).

Do ponto de vista setorial, a melhora na atividade econômica é proveniente não apenas do impulso dado pelo setor serviços (3,7% em 2006), mas também da recuperação do setor agropecuário (4,1% em 2006), após a quebra da safra de importantes produtos e da febre aftosa, que afetou a pecuária. Para 2007, espera-se recorde na safra agrícola impulsionada pela demanda de biocombustíveis – dentre outros fatores, o que tem aumentado o

1. Dados acumulados em quatro trimestres.
2. Idem.
3. Mediana das expectativas, 4,5% em 2007 e 4,2% em 2008, segundo o relatório de mercado do Banco Central do Brasil (BC), de 27.7.2007.
4. Este dado provém da Pesquisa Mensal do Comércio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PMC/IBGE), iniciada em 2000.

consumo de insumos para o setor, particularmente de máquinas e equipamentos agrícolas e de fertilizantes, e gerado novos postos de trabalho no interior do País.

A indústria também elevou o crescimento em 2006, impulsionada, principalmente, pela indústria extrativa mineral (6% de crescimento anual, com ênfase no petróleo, gás e no minério de ferro) e pela indústria da construção civil (4,6%). O desempenho da indústria extrativa refletiu não só a demanda por energia, como também a alta nas cotações internacionais de *commodities* metálicas. Dentre os setores da indústria de transformação, destaca-se o da produção de bens de capital, com crescimento de 5,7% em 2006 e 9,7% em maio de 2007[5]. Esse desempenho, em conjunto com o aumento significativo na importação de bens de capital (24% em 2006), tem elevado o consumo aparente de máquinas e equipamentos e contribuído para o aumento do investimento e, conseqüentemente, do PIB potencial.

Dessa forma, a expansão da oferta doméstica, elevando a capacidade produtiva, e do volume das importações (beneficiadas pela desvalorização de 5,9% do dólar em 2006), viabiliza o atual aumento significativo da demanda doméstica (4,8%) que, *ceteris paribus*, não deverá se constituir em fator importante de pressão sobre os índices de preços. A inflação e as expectativas de inflação bem ancoradas, por seu turno, têm possibilitado que o crescimento da economia ocorra em um contexto de redução da taxa básica de juros.

No mercado de trabalho, o quadro de crescimento, sem pressão inflacionária, permitiu um aumento da população ocupada e do rendimento real médio. O emprego total expandiu-se de 2,3% em 2006 e 2,8% em 2007. Verificou-se expansão da massa de rendimento real de 6,4% e 6,6%, respectivamente em 2006 e em maio de 2007[6].

É importante mencionar que o atual ciclo de crescimento, juntamente com um conjunto de reformas microeconômicas[7], tem resultado em uma trajetória contínua de formalização do emprego, que alcançou, em maio de 2007, recorde histórico de trabalhadores com carteira assinada, em proporção da população ocupada (42,2%). No entanto, apesar da maior demanda por trabalhadores, a taxa de desemprego, após cair 2,3 pontos percentuais desde 2003, seguiu no patamar de 10% em 2006, com ligeiro declínio em junho de 2007[8]. Esse resultado pode ser explicado pelo maior número de pessoas atraídas pelo mercado de trabalho em expansão o que, com a elevação da população economicamente ativa (demanda por empregos), em ritmo próximo ao do crescimento da oferta de empregos, não favorece um declínio mais acentuado da taxa de desocupação.

Finalmente, no tocante aos rendimentos, a Política de Recomposição do Salário Mínimo elevou o seu poder de compra, reduzindo o percentual de comprometimento do

5. Dados acumulados em 12 meses.
6. Idem.
7. Por exemplo, a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, a qual, entre outras medidas, inclui o Plano Simplificado de Previdência, voltado para os contribuintes individual e facultativo, e para o pequeno empresário. E a possibilidade de o empregador abater no Imposto de Renda (IR) parte da contribuição de 12%, paga sobre o salário do empregado doméstico ao Instituto Nacional de Seguro Social (INSS).
8. Índice de 9,8% no acumulado em 12 meses.

salário para compra da cesta básica de 73,4%, em maio de 2005, para 59,5%, em maio de 2007. Houve, porém, impactos sobre as contas previdenciárias. Ao mesmo tempo, os programas focados de transferência condicionada de renda, além de elevarem a renda real média, ajudaram a melhorar a sua distribuição[9].

RESULTADOS DO SETOR EXTERNO EM 2006 E 2007

Pelo lado do setor externo, a balança comercial permanece como principal fator de sustentação dos bons resultados do balanço de pagamentos, ao garantir a estabilidade dos superávit em transações correntes. Assim, apesar da desaceleração no crescimento do quantum exportado de bens e da aceleração do quantum importado - 3,3% e 24%, respectivamente, em 2006, o saldo comercial alcançou valor recorde de US$ 46,5 bilhões, em decorrência da melhora nos termos de troca.

Tabela 2 – Dados Selecionados do Setor Externo – (US$ bilhões)

Discriminação	2005	2006	2007*
Conta Corrente	14,0	13,6	15,2
Balança Comercial (FOB)	44,7	46,5	47,6
Exportações	118,3	137,8	150,0
Importações	73,6	91,3	102,4
Investimento Direto Estrangeiro	15,1	18,8	32,3
Reservas Internacionais Líquidas	53,8	85,8	147,1

*Acumulado em 12 meses até junho de 2007.
Fonte: BC.
Elaboração: Assessoria de Economia do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (ASSEC/MP).

Os sucessivos e expressivos superávit em transações correntes desde 2003, assim como os bons resultados da conta capital, permitiram o acúmulo de reservas internacionais (US$ 152,8 bilhões em 19 de julho de 2007) e a eliminação completa da dívida externa pública líquida no final de 2006, o que resultou na melhoria expressiva das condições de solvência externa e de risco do setor público brasileiro.

Na conta capital, refletindo a melhora dos fundamentos macroeconômicos e a antecipação do grau de investimento, o fluxo de investimentos estrangeiros diretos (IED)

9. Programas sociais bem focalizados nos segmentos de baixa renda da população, como o Bolsa Família, reduziram a desigualdade de renda, a exemplo também de programas similares como o Chile Solidário e o Oportunidades (México), que são todos programas de transferência condicionada de renda (PTCRs), onde o beneficiário tem obrigações (por exemplo, presença mínima de crianças da família na escola, número de visitas a centros de saúde, etc). No México e no Brasil, eles contribuíram com 21% da redução da desigualdade, resultado obtido com recursos orçamentários que somam menos de 1% do PIB desses países, de acordo com texto para discussão do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), nº 1.293, julho de 2007.

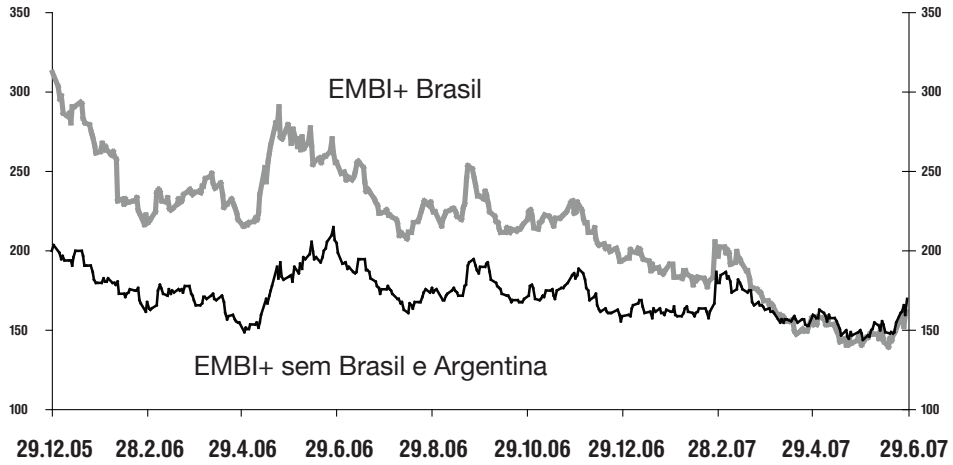
também tem crescido, tendo acumulado US$ 18,8 bilhões em 2006, e alcançado US$ 32,3 bilhões em junho de 2007, no acumulado em 12 meses (tabela 2). Juntos, a expectativa de manutenção de saldo comercial positivo em patamar elevado nos anos de 2007 e de 2008, e o ingresso consistente de investimentos estrangeiros diretos e de aplicações em títulos de renda fixa negociados no Brasil compõem um ambiente de financiamento externo estável, trazendo agora uma característica de solidez mais estrutural para o balanço de pagamentos do País. Este quadro positivo pode, inclusive, vir a ser duradouro, dadas as expectativas de crescimento da economia mundial em 5,2% nos anos de 2007 e 2008[10]. É importante notar que a robustez da balança comercial indica, muito possivelmente, mudanças estruturais no setor exportador. Este, além de se beneficiar de preços de *commodities* favoráveis, tem tido ganhos de produtividade e aumentado a competitividade da economia brasileira em geral, resultado cumulativo do processo de abertura dos anos 90, do período de relativa desvalorização do real logo depois da implantação do regime de flutuação cambial e dos novos investimentos no ciclo econômico recente.

Dessa forma, a gestão equilibrada das contas públicas, o ciclo de crescimento sem pressão inflacionária e a redução da vulnerabilidade externa, bem como o ambiente internacional favorável, resultaram em uma redução expressiva e natural do risco-país, que caiu para o seu patamar mínimo histórico em 18 de junho de 2007 (138 pontos-base), ficando, ao contrário da nossa história recente, abaixo do risco-país médio das principais economias emergentes (gráfico 1). É de se mencionar, também, que aumentam, nesse quadro, as perspectivas de melhoria do *rating* soberano, atribuído para o Brasil por agências de risco.

Finalmente, nesse contexto favorável, em termos de resultados externos e de expectativas positivas em relação à sua manutenção, tem sido observada uma natural e progressiva apreciação do Real, fenômeno comum e já experimentado em outros países emergentes, após o sucesso de processos de estabilização, maior credibilidade e ainda com possíveis ganhos oriundos de melhora na qualidade dos seus ativos. A Taxa de Câmbio Real teve apreciação de 6,5% em 2006 e 9,1% nos primeiros seis meses de 2007, sem que isso tenha afetado significativamente o desempenho exportador em valor.

10. Revisão em julho de 2007 das previsões do World Economic Outlook do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Gráfico 1 – Risco Soberano
(EMBI+, pontos-base)



Fonte: JPMorgan.
Elaboração: ASSEC/MP.

RESULTADOS DA POLÍTICAS MONETÁRIA, CREDITÍCIA E CAMBIAL

A condução da Política Monetária segue com o objetivo de manutenção dos ganhos inerentes ao ambiente de estabilidade de preços. No decorrer de 2006, o Comitê de Política Monetária (Copom), considerando a meta para a inflação acumulada, estipulada em 4,5% pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), reduziu em 4,75 pontos percentuais (p.p.) a meta para a Taxa Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), que orienta as intervenções de mercado aberto, que ao término do ano de 2006 era de 13,25% ao ano (a.a.). Em 2007, o Banco Central manteve a trajetória de declínio na meta para a Taxa Selic, que foi reduzida em 1,75 p.p. e atingiu 11,5% a.a. em julho.

A política de redução continuada na taxa básica de juros considerou, entre outros elementos, a permanência das expectativas de inflação abaixo do centro da meta para 2007 e 2008, a avaliação de efeitos defasados de cortes anteriores, a valorização cambial e a expansão da oferta, proveniente de novos investimentos e das importações. Assim, a contribuição do setor externo para a consolidação de um cenário benigno estaria ampliando o escopo para que as taxas de crescimento da demanda agregada e da oferta doméstica voltem a se equilibrar em um prazo relevante para as decisões de política monetária, sem comprometer a convergência para a meta de inflação, determinada pelo CMN.

Do ponto de vista de resultados, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), utilizado como referência para o sistema de metas para a inflação, cresceu 3,14% em 2006, ante 5,69% no ano anterior, situando-se, pela primeira vez desde a implantação desse sistema, em 1999, abaixo da meta estabelecida para o ano. O IPCA acumulou variação de

3,69% nos últimos 12 meses, terminados em junho de 2007, enquanto as perspectivas em relação à sua evolução, no decorrer do ano, seguem favoráveis, permanecendo abaixo da meta para 2007 e 2008.

A evolução das operações de crédito do sistema financeiro nos anos recentes refletiu os ajustes na taxa básica de juros e o comportamento da atividade econômica. Nesse contexto, destacou-se a demanda de recursos bancários por parte das famílias, estimulada pelas expectativas positivas dos agentes econômicos e pela melhora dos indicadores de emprego e renda, além da oferta adicional de recursos com encargos financeiros mais reduzidos. Ao mesmo tempo, a expansão do crédito constituiu importante suporte para o maior dinamismo da atividade econômica, especialmente no tocante à retomada da demanda interna, com ênfase nas operações de financiamento ao consumo privado.

A carteira total de crédito, que inclui operações com recursos livres e com recursos direcionados, atingiu R$ 799,2 bilhões em junho de 2007, elevando-se 31,7% em relação a dezembro de 2005. A relação entre o total dos empréstimos e o PIB alcançou 32,3% em junho, ante 28,1% em 2005 (tabela 3).

A trajetória do crédito total, segundo a ótica da origem dos recursos, foi determinada, principalmente, pelo comportamento das operações concedidas com recursos livres, cujo volume atingiu R$ 558,8 bilhões em junho de 2007, com crescimento de 38,4% em relação a dezembro de 2005. Esse desempenho foi sustentado, fundamentalmente, pela expansão dos empréstimos contratados por pessoas físicas, enfatizando-se modalidades caracterizadas por prazo mais longo e taxas de juros mais reduzidas, a exemplo de crédito pessoal e dos financiamentos para aquisição de bens.

Tabela 3 – Crédito por Origem de Recursos
(R$ bilhões)

Discriminação	2005	2006	2007*	Variação % 2007/2005
Total	607,0	732,6	799,2	31,7
Recursos livres	403,7	498,3	558,8	38,4
Direcionados	203,3	234,3	240,4	18,2
Participação %:				
Total/PIB	28,1	30,8	32,3	
Rec. livres/PIB	18,7	21,0	22,6	
Rec. direc./PIB	9,4	9,9	9,7	

*Dados referentes ao mês de junho de 2007.
Fonte: BC.
Elaboração: BC.

A demanda de empréstimos por parte das famílias foi influenciada pelas modalidades de crédito pessoal e de aquisição de bens duráveis, traduzindo as condições favoráveis da renda e do emprego. Em particular, a expansão da carteira de crédito pessoal esteve associada à consolidação dos empréstimos com consignação em folha de pagamento, implementados a partir de setembro de 2003. O volume de crédito consignado atingiu R$ 58 bilhões em junho de 2007, ante R$ 31,7 bilhões em dezembro de 2005. Essa significativa evolução contribuiu para a melhora do perfil de endividamento das famílias, tendo em vista as condições mais vantajosas em termos de taxas de juros e prazos das operações. Adicionalmente, o desempenho do crédito consignado foi impulsionado pela extensão desses créditos aos aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), cujas operações tiveram início em maio de 2004, ampliando-se consideravelmente, à medida que maior número de instituições financeiras formalizava os acordos com o INSS.

No segmento de pessoas jurídicas, o crescimento dos empréstimos foi sustentado pelo desempenho das operações com recursos domésticos, com ênfase em capital de giro, tendo em vista a crescente participação de pequenas e médias empresas no total do crédito bancário. Assinale-se que a procura por financiamentos pelas empresas de grande porte continua influenciada pelo maior acesso a fontes alternativas do crédito bancário, com predomínio de emissões primárias de *debentures* e de ações (expansão real de 81,3% de dezembro de 2005 a maio de 2007; média móvel de 12 meses deflacionada pelo IPCA).

Tabela 4 – Crédito por Atividade Econômica
(R$ bilhões)

Discriminação	2005	2006	2007*	Variação %
				2007/2005
Total	607,0	732,6	799,2	31,7
Setor público	20,6	18,9	18,6	-9,6
Setor privado	586,5	713,7	780,6	33,1
Indústria	138,9	164,6	176,0	26,7
Outros serviços	99,2	121,5	129,1	30,2
Rural	66,0	77,7	81,8	24,0
Comércio	64,5	78,4	82,9	28,5
Pessoas físicas	188,8	235,8	270,4	43,2
Habitação	29,1	35,7	40,3	38,6

*Dados referentes ao mês de junho de 2007.
Fonte: BC.
Elaboração: BC.

O exame da distribuição do crédito por segmento de atividade econômica revela que os financiamentos destinados ao setor privado totalizaram R$ 780,6 bilhões em junho de

2007 (7,7% do total), com aumento de 33,1% ante o valor registrado ao final de 2005 (tabela 4). A evolução no período esteve condicionada, basicamente, à manutenção do patamar das exportações e ao maior dinamismo do mercado interno, que refletiu, em parte, o aumento da produção de bens de consumo duráveis - cujo consumo é mais sensível às condições do crédito. Em termos setoriais, cabe mencionar o crescimento, acima de 26%, das operações contratadas pela indústria, pelo comércio e demais serviços, traduzindo a intensificação do nível de atividade, e de 38,6% nas operações de crédito habitacional, reflexo da expansão da renda pessoal e da consolidação da estabilidade econômica.

Nos últimos anos, foi adotado um conjunto de medidas e de ações, com o objetivo de ampliar e fortalecer o mercado de crédito, especialmente no âmbito das microfinanças, que representaram instrumento relevante no processo de inclusão bancária da população de renda mais reduzida. Além disso, assinale-se o aprimoramento no arcabouço jurídico associado às operações de crédito, com ênfase na aprovação da nova Lei de Falências, visando a assegurar e ampliar tanto o respeito aos contratos como a facilidade de recuperação de ativos. Essas modificações concorreram para a redução do risco dos empréstimos, com repercussões positivas sobre o *spread* bancário, tendo em vista as dificuldades que existiam no tocante à execução das garantias dos créditos, assim como em relação à falta de liquidez dessas garantias.

A consolidação e o sucesso das estratégias, tanto de redução da exposição cambial do setor público, quanto de acumulação das reservas, permitiram avanços na Política de Gestão do Mercado Cambial em 2006 e no primeiro semestre de 2007. Nesse sentido, assinale-se a atuação consistente do BC, envolvendo a flexibilização e a simplificação de procedimentos operacionais e de registros cambiais, como a redução da exigência de cobertura cambial nas exportações, tendo em vista as condições favoráveis, determinadas pela solidez do balanço de pagamentos.

O aumento nos ingressos de recursos, em especial no segmento financeiro, foi favorecido, inclusive, pelas mudanças na legislação tributária implementadas pela Lei nº 11.312, de 27 de junho de 2006, que reduziu, de 15% para zero, a alíquota do IR dos investidores não-residentes nas aplicações em títulos públicos federais e em fundos de investimento em empresas emergentes, assim como isentou da cobrança de Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira (CPMF) nas operações de ofertas públicas de ações de empresas no mercado de balcão, uma vez que a legislação em vigor já previa a não incidência desse tributo nas transações realizadas em bolsas de valores.

Além disso, com o objetivo de reduzir a exposição cambial do setor público, o Banco Central manteve os leilões de *swap* cambial reverso, nos quais assume posição ativa em variação cambial e passiva, em taxa de juros doméstica. Por outro lado, visando a reduzir a necessidade de financiamento externo de curto prazo, contribuindo para melhorar a percepção de risco do Brasil, o BC e o Tesouro Nacional anunciaram a intenção de exercer a opção de amortização antecipada *(call)* para todos os *bradies* - títulos da dívida externa brasileira lastreados em papéis do Tesouro dos Estados Unidos da América do Norte

(EUA), emitidos durante a renegociação da dívida externa em 1992, e a possibilidade de recomprar, parcial e antecipadamente, bônus com menor vencimento.

Os fluxos positivos da balança comercial cambial mais que compensaram as remessas líquidas do segmento financeiro, proporcionando ingressos líquidos crescentes no mercado de câmbio contratado - os quais passaram de US$ 718 milhões, em 2003, para US$ 37,3 bilhões, em 2006. No primeiro semestre de 2007, os ingressos líquidos totalizaram US$ 51,6 bilhões, registrando-se superávit de US$ 45,9 bilhões no segmento comercial e US$ 5,7 bilhões no financeiro (tabela 5).

A posição cambial superávitária possibilitou que o BC adquirisse, no mercado, US$ 34,3 bilhões em 2006 e US$ 57 bilhões no primeiro semestre de 2007. Tais compras foram realizadas no âmbito da Política de Recomposição de Reservas Internacionais, de forma a absorver o excesso de oferta no mercado cambial, sem introdução de volatilidade adicional.

Tabela 5 – Movimento de câmbio
US$ bilhões

Discriminação	2005			2006			2007
	I Sem	II Sem	Ano	I Sem	II Sem	Ano	I Sem
Operações com clientes no País	9,3	10,1	19,3	23,1	14,1	37,3	51,6
Comercial	23,2	28,6	51,8	27,9	29,7	57,6	45,9
Exportação	56,1	66,9	123,0	67,7	76,7	144,4	92,2
Importação	33,0	38,3	71,2	39,8	47,0	86,8	46,3
Financeiro*	-13,9	-18,6	-32,5	-4,7	-15,6	-20,3	5,7
Compras	50,6	69,6	120,2	92,9	102,5	195,4	151,5
Vendas	64,5	88,2	152,7	97,6	118,1	215,7	145,8
Operações com							
instituições no exterior (líquido)**	-0,5	0,0	-0,5	0,0	0,0	0,0	0,0
Saldo	8,8	10,1	18,8	23,1	14,1	37,3	51,6

*Exclui operações interbancárias e operações externas do Banco Central.
**Movimentações relacionadas com transferências internacionais em reais, no País, de domiciliados no exterior.
Fonte: BC.
Elaboração: BC.

Em paralelo à redução do passivo externo do setor público não financeiro, os ativos de reservas internacionais apresentaram elevação de US$ 93,3 bilhões, passando de US$ 53,8 bilhões, em dezembro de 2005, para US$ 147,1 bilhões em junho de 2007. Dois fatores contribuíram decisivamente para a elevação das reservas: as compras líquidas de US$ 91,3 bilhões no mercado doméstico de câmbio, e as liquidações de US$20 bilhões de compromissos externos do Tesouro Nacional, com obtenção de recursos em mercado,

poupando as reservas internacionais. Assim, a participação das reservas internacionais na dívida externa total subiu de 31,7% para 74,9% durante o período analisado. A participação das reservas internacionais na dívida externa de curto prazo, por vencimento residual, que representava 133,4% em dezembro de 2005, atingiu 208,9% em junho de 2007.

A redução do passivo e a ampliação dos ativos externos proporcionaram melhora na dívida externa total líquida que, em dezembro de 2005, somava US$ 101,1 bilhões, tendo sido reduzida para US$ 35,8 bilhões em junho de 2007. No mesmo período, a dívida externa total líquida, expressa como percentual do PIB, diminuiu de 11,5% para 3,1%, enquanto a razão de sua participação sobre as exportações dos últimos 12 meses retraiu-se de 0,9 para 0,2.

Projeções Macroeconômicas para 2008

Tendo em vista a consolidação dos fundamentos macroeconômicos descritos acima, e a probabilidade elevada de um cenário externo favorável, as políticas econômicas que estão sendo implementadas no ano de 2007, bem como os dados sobre a economia brasileira disponíveis até o mês de junho, permitem que se projete uma evolução positiva para os principais indicadores macroeconômicos do País para o ano de 2007 e sua continuidade em 2008.

Cabe lembrar que essas projeções pressupõem a permanência de um cenário externo favorável, em linha com o previsto pelo mercado e por instituições internacionais, sem a ocorrência de choques adversos que afetem substancialmente a economia brasileira. Assim, com base nessas perspectivas, para o exercício de 2008, a proposta orçamentária adota os seguintes parâmetros (tabela 6):

Tabela 6 –Projeção das Variáveis Macroeconômicas

Descriminação	Observado	Projeção*	LDO	Projeção*
	2006	2007	2008	2008
PIB: Variação % anual	3,70	4,70	5,00	5,00
IPCA: Variação % acumulada no ano	3,14	3,68	4,50	4,00
Taxa de Câmbio R$/US$: média anual	2,18	1,98	2,20	1,98
Taxa Selic (%anual): média no ano	15,08	11,85	11,10	10,10

*Projeções para 2007 e 2008, segundo dados disponíveis, expectativas de mercado e parâmetros atualizados à época de elaboração do PLOA.
Fonte: SPE/MF.
Elaboração: SPE/MF.

A projeção para a Taxa de Crescimento Real do PIB, em 2008, é de 5%, sendo que a Taxa de Inflação deverá se manter consistente com a meta fixada pelo CMN. Não devem ocorrer modificações significativas na área cambial, dada a manutenção já antecipada de fluxo de capital positivo para o País. Espera-se, ainda, a continuidade da trajetória de queda da Taxa de Juros, ficando a Taxa Selic projetada em 10,1% a. a., em média, no ano de 2008.

Para 2007, a meta de superávit fiscal primário do setor público consolidado, conforme expresso na Lei nº 11.477, de 29 de maio de 2007, está definida a preços correntes, e leva em conta a alteração recente da metodologia do PIB, efetuada em fevereiro de 2007. Para o setor público consolidado, esta meta é de, no mínimo, R$ 95,9 bilhões, correspondendo a 3,81% do PIB.

Para o ano de 2008, a meta de superávit primário foi fixada em 3,8% do PIB para o setor público consolidado, equivalente a R$ 104,3 bilhões, considerando os parâmetros

de crescimento do PIB acima mencionados. Desse montante, 2,2% do PIB são referentes ao superávit primário do governo central, do qual podem ser abatidos os gastos com a execução dos projetos previstos no Projeto-Piloto de Investimentos Públicos (PPI), cujo montante máximo é de R$ 11,3 bilhões (0,45% do PIB), em 2007, e de R$ 13,8 bilhões (0,5% do PIB), em 2008.

Cabe mencionar que a manutenção do superávit fiscal primário em 3,8% do PIB, e o crescimento da economia em 5%, no ano de 2008, permitirão a continuidade da trajetória de queda da dívida pública líquida do setor público consolidado como proporção do PIB, que deverá atingir 41,9% ao final de 2008 (tabela 7). Com esse esforço fiscal concomitante à trajetória cadente das taxas de juros e o seu menor peso como despesa, o déficit fiscal nominal do setor público consolidado também declinará, passando de 3,0%, em 2006, para 2,2% em 2007 e 1,1% em 2008, todos como proporção do PIB.

Tabela 7 - Projeção dos Principais Resultados Fiscais

Setor de Atividade	Observado	Projeção**	LDO	Projeção**
	2006	2007	2008	2008
Superávit Primário do Setor Público Não-Financeiro	3,88	3,81	3,80	3,80
Dívida Líquida do Setor Público*	44,9	44,8	41,2	41,9
Resultado Nominal do Setor Público	-3,0	-2,2	-1,5	-1,1

*Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2008 pressupõe reconhecimento de passivo de 0,16% do PIB e a LOA 2008 de 0,15%.
**Projeções para 2007 e 2008, segundo dados disponíveis, expectativas de mercado e parâmetros atualizados à época de elaboração da PLOA.
Fonte: BC/MF e Secretaria do Tesouro Nacional (STN/MF).
Elaboração: ASSEC/MP.

A Política Fiscal em 2008

Com o esforço cumulativo de ajuste fiscal empreendido entre 2003 e 2006, somando-se a consolidação da credibilidade do conjunto de políticas econômicas do Governo Federal, o PLOA 2008 pode ser elaborado com o objetivo de aprimorar a qualidade da Política Fiscal, mantendo o objetivo de sua contribuição à redução da dívida líquida do setor público, e agregando a este um esforço de mudança na composição e na qualidade do gasto público, que dê maior ênfase ao esforço de investimento e à focalização das despesas correntes, particularmente nas áreas sociais.

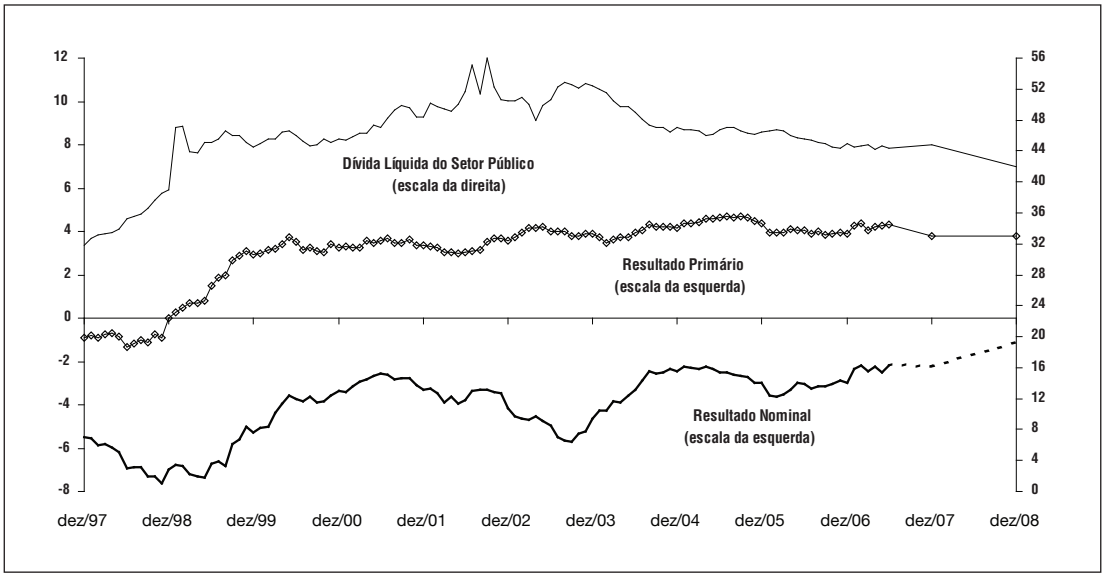
RESULTADOS DA POLÍTICA FISCAL, DESAFIOS E CENÁRIO PARA 2008

Desde 2003, através da geração de excedentes fiscais primários significativos, o objetivo central da Política Fiscal do Governo Federal tem sido:

a) a reversão da trajetória ascendente da dívida líquida do setor público (DLSP), verificada nos períodos anteriores;
b) a redução de sua composição em instrumentos indexados a variáveis voláteis (câmbio e juros), de forma a torná-la independente de variações cambiais, e menos reativa a inflexões da Política Monetária (como será detalhada a seguir, no tópico sobre a gestão da dívida pública).

Os avanços da Política Fiscal visam a tornar o nível e a estrutura da dívida pública compatíveis com o ambiente macroeconômico favorável ao crescimento sustentável de longo prazo. A Política Fiscal tem sido implementada de maneira consistente e firme, traduzindo-se na geração de resultados fiscais, capazes de proporcionar essa reversão, conforme mostrado no gráfico 2, a seguir:

Gráfico 2 - Dívida Líquida do Setor Público, Resultado Primário e Resultado Nominal, 1997-2008*
(% do PIB - fluxos acumulados em 12 meses)



*Dados observados até junho de 2007. Projeções para dezembro de 2007 e dezembro de 2008 = PLOA2008.
Fonte: BC.
Elaboração: ASSEC/MP.

Resultados da Política Fiscal

A Política Fiscal tem alcançado amplamente seus objetivos, ao proporcionar uma redução de 8,7 p.p. do PIB na dívida líquida do setor público, passando de 52,93% do PIB, em agosto de 2003, para 44,28% do PIB em junho de 2007. Contribuíram para essa melhora os superávit primários elevados, acima de 4% do PIB em média, observados a partir de janeiro de 2003. E, mais recentemente, a redução da parcela de juros líquidos devidos sobre a dívida pública, de 9,66% do PIB, em agosto de 2003, para 6,47% do PIB, em junho de 2007[11]. Para os anos de 2007 e 2008, a expectativa é que a dívida líquida, em relação ao PIB, possa atingir 44,8% em dezembro de 2007, mantendo-se praticamente estável em comparação a dezembro de 2006, com redução para 41,9%, em dezembro de 2008. Da mesma forma, os juros nominais deverão continuar sua trajetória de queda, perfazendo 6,04% do PIB e 4,9% do PIB, em 2007 e 2008 respectivamente, contribuindo para um déficit nominal estimado de 2,24% do PIB, em 2007, e de 1,1% do PIB, em 2008.

Desafios da Política Fiscal

É importante ressaltar, no entanto, que os desafios da Política Fiscal se encontram menos na capacidade do Governo Federal de obter fluxos fiscais favoráveis, do que na

11. Dados acumulados em 12 meses, sem desvalorização cambial.

estrutura orçamentária atual, que necessita de aprimoramento, de forma a permitir um melhor planejamento de alocação da poupança pública, para a realização dos investimentos necessários ao crescimento econômico. Os desafios podem ser assim resumidos:

a) contenção e/ou reversão da trajetória de crescimento das despesas correntes, sobretudo, as obrigatórias, de forma a permitir uma redução programada e uma racionalização da carga tributária;
b) redução do grau de vinculação das receitas orçamentárias, de forma a possibilitar a criação de incentivos, para buscar a eficiência na aplicação dos recursos pela administração pública;
c) ampliações do investimento público produtivo, como na área de infra-estrutura, capazes de reduzir os custos de logística sobre o investimento do setor privado.

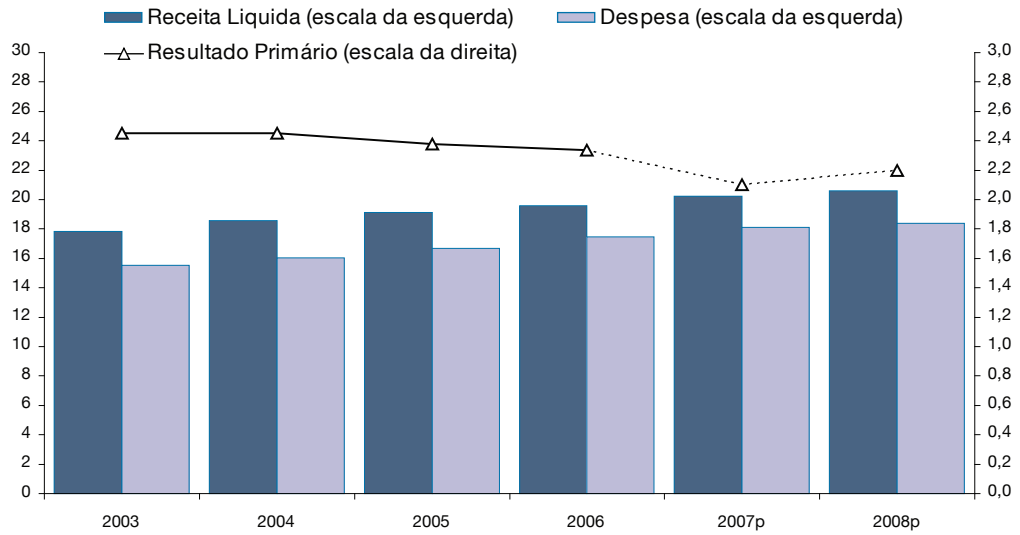
Contenção e/ou reversão da trajetória de crescimento das despesas correntes

Em relação ao primeiro desafio, verifica-se que os resultados primários favoráveis têm sido obtidos via aumento de receita, conseqüência em larga medida do ciclo econômico favorável, e de suas repercussões sobre o faturamento, lucro e formalização de empresas e renda de pessoas físicas. De acordo com o gráfico 3, de 2003 a 2006, as receitas primárias totais, líquidas de transferências aos governos subnacionais, passaram de 17,85% do PIB para 19,59%, enquanto as despesas primárias cresceram, de 15,54% do PIB para 17,45%. Desse total, destaca-se a elevada participação das despesas correntes: 97,2 % em 2003, caindo para 95,9% em 2006 e 93,5% em 2007, basicamente devido à ampliação da parcela correspondente a investimentos com PPI nos últimos anos[12]. Esse resultado sugere uma primeira inflexão positiva na gestão da despesa pública, que deve ser aprimorada.

Para os anos de 2007 e 2008, espera-se que a receita do Governo Central alcance, respectivamente, 20,21% e 20,61% do PIB. E as despesas totais, exceto PPI, 18,11% e 18,41% do PIB. As medidas de desoneração e as propostas enviadas ao Congresso Nacional, com intuito de reduzir a Taxa de Crescimento das Despesas com Pessoal e a definir uma política de reajuste do salário mínimo, para o período de 2007 a 2011, são medidas que têm por objetivo controlar essa tendência.

12. Despesas correntes, exceto transferências aos governos subnacionais e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Fonte: Secretaria de Orçamento Federal do MP (SOF/MP).

Gráfico 3: Resultado Fiscal do Governo Central, 2002 - 2008*
(% do PIB)



Fonte: SOF/MP. Elaboração: ASSEC/MP.
*Dados observados até 2006. Projeções 2007 = LOA2007 (Decreto nº 6.173, de 20.7.2007); 2008 = PLOA2008. Em 2007 e 2008, as metas fiscais e as despesas exluem os gastos com PPI.

Em relação à redução da carga tributária, desde 2004, o Governo Federal vem concedendo desonerações tributárias para setores da economia, como o setor produtivo e a construção civil, que devem contribuir para uma redução da carga tributária em mais de 1% do PIB, em 2007, e cerca de 1,3% do PIB, em 2008. Entre as várias medidas, destaque-se a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas (Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006) que, entre outros efeitos, ampliou o universo de empresas beneficiadas pela tributação simplificada, e daquelas de desoneração para o setor produtivo e a construção civil. Outras medidas importantes referem-se à modernização e agilização da administração tributária, como a criação da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), com a Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007, que unificou a estrutura de arrecadação e cobrança de tributos da União, gerando ganhos de gestão, e a implantação do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) e da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e). Entretanto, o nível de gastos na estrutura fiscal atual impede maiores reduções de carga tributária. A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 50, de 2007, do Poder Executivo, em tramitação na Câmara dos Deputados, que propõe a prorrogação da CPMF pelos próximos quatro anos, demonstra que não há como prescindir de tal volume de receita sem comprometer o bom desempenho das contas públicas.

Enquanto a elevada carga tributária ainda é um problema a ser enfrentado no contexto do controle do crescimento das despesas, o Governo Federal tem se empenhado em atacar as distorções tributárias geradas pelos tributos indiretos sobre bens e serviços, que têm representado grande entrave ao crescimento econômico. Esses tributos, por

possuírem uma multiplicidade de legislações, de competências tributárias, de formas de apuração e alíquotas, afetam a competitividade interna e externa dos bens e serviços. A reforma tributária em vias de ser proposta pelo Governo Federal busca instituir um sistema tributário com tributos indiretos neutros e simples, de forma a tornar esse sistema mais racional e eficiente, o que permitirá eliminar os entraves aos investimentos e as distorções do comércio exterior, reduzir os custos de cumprimento das obrigações tributárias e ampliar a base de contribuintes, com redução da informalidade.

Para se alcançar esse objetivo, os primeiros estudos do Governo Federal propõem a substituição dos tributos sobre bens e serviços – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS), Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico Incidente sobre as Operações Realizadas com Combustíveis (CIDE-combustíveis) - por apenas dois impostos sobre valor adicionado: um estadual – Imposto sobre o Valor Agregado (IVA-E) e um federal (IVA-F), ambos de uniformidade nacional. A natureza não cumulativa desses novos impostos, e a imposição do princípio do destino para o IVA-E, proporcionariam o fim da guerra fiscal e facilitariam a fiscalização.

Ainda em relação ao crescimento das despesas do Governo Federal, a tabela 8, a seguir, mostra a composição das despesas correntes primárias do governo central. Desse total, destacam-se as despesas obrigatórias – pessoal e encargos sociais, benefícios previdenciários e outras, como na área de assistência social – que compõem mais de 80% do total das despesas correntes. Tais despesas tiveram, em seu conjunto, crescimento de 11,7% do PIB em 2000 para 13,9% do PIB em 2007. Para 2008, a proposta orçamentária reduz essas despesas para 13,8% do PIB.

Tabela 8: Despesas Correntes Primárias - 2000-2007 (% do PIB)
(exclusive transferências aos entes subnacionais e FGTS)

Itens	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Pessoal e Encargos Sociais	4,94	5,03	5,08	4,65	4,61	4,38	4,57	4,69	4,74
Benefícios Previdenciários	5,53	5,79	5,86	6,34	6,49	6,84	7,13	7,23	7,24
Outras Despesas Obrigatórias	1,27	1,17	1,23	1,23	1,30	1,50	1,88	2,59	2,21
Despesas Discricionárias dos Poderes Legislativo, Judiciário e MPU	0,13	0,13	0,14	0,13	0,15	0,15	0,19	0,23	0,24
Despesas Discricionárias do Poder Executivo	2,79	2,97	3,01	2,64	2,83	2,97	3,67	3,82	4,48

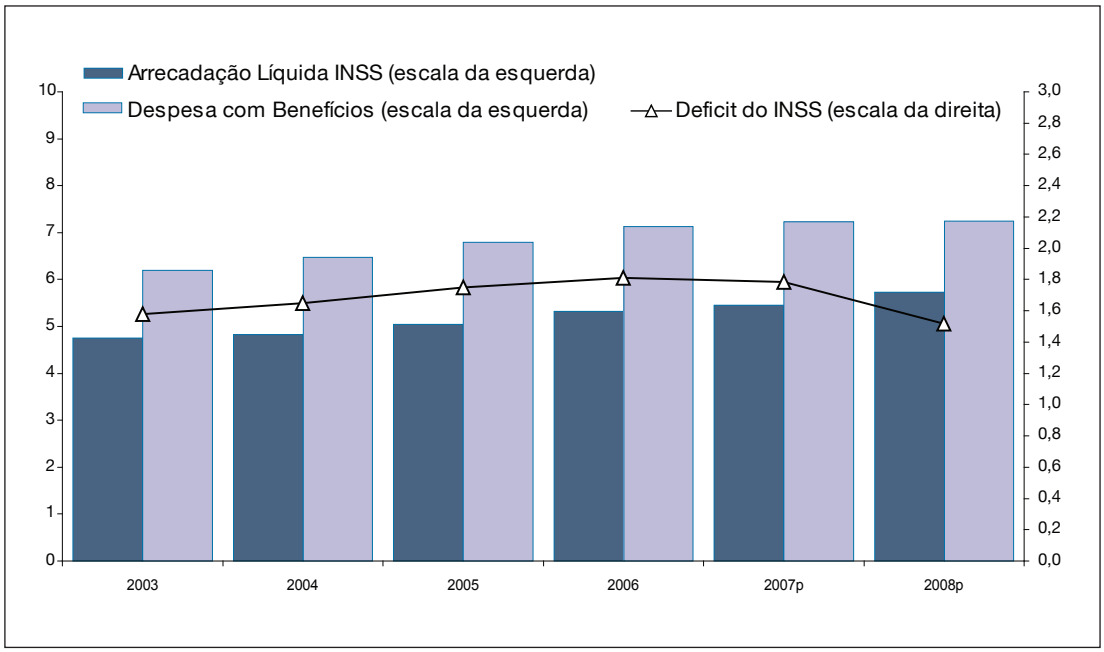
Observações: até 2006, empenho liquidado. Para 2007, projeções da LOA 2007 (Revisão do Decreto nº 6.173/2007); 2008 = PLOA 2008.
Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi).
Elaboração SOF/MP.

O crescimento mais forte das despesas com previdência social, assim como das demais despesas obrigatórias associadas ao salário mínimo, pode ser explicado, em grande medida, pela Política de Recuperação do Poder de Compra do Salário Mínimo: tomando por base o valor de 2002, o salário mínimo cresceu 90% até 2007, cerca de 32,4% acima da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), perfazendo um crescimento médio real de 5,6% a.a., de 2003 a 2007. É importante enfatizar que essa política, no entanto, não afetou negativamente o crescimento da formalização do mercado de trabalho. Esse fato pode ser observado na trajetória contínua da formalização do emprego, recorde histórico da proporção de trabalhadores com carteira assinada na população ocupada em maio de 2007 (42,2%).

No entanto, houve conseqüências da valorização do salário mínimo devido, mais uma vez, a características institucionais (indexação de benefícios previdenciários à evolução do salário mínimo). O impacto negativo recaiu sobre as contas da previdência social e pode ser observado no gráfico 4, onde o crescimento do déficit da previdência social foi impulsionado pela elevação dos pagamentos de benefícios. De 2003 a 2007, as receitas passaram de 4,75% do PIB para 5,45%, enquanto as despesas cresceram, de 6,19% do PIB para 7,23%, resultando em um agravamento do déficit primário, que passou de 1,58% do PIB para 1,78% no mesmo período. Para 2008, a expectativa é de redução do déficit para 1,52% do PIB, basicamente via aumento da arrecadação, relacionada com a continuidade da formalização no mercado de trabalho. No médio prazo, no entanto, alterações já evidenciadas a respeito do crescente envelhecimento da população poderão agravar o déficit, ensejando novas medidas, com intuiti de controlar o crescimento desse déficit. O Governo Federal instaurou, para organizar essa reflexão, o Fórum Nacional da Previdência Social (FNPS).

Adicionalmente, para amenizar o impacto do salário mínimo e do efeito significativo da incorporação de ganhos judiciais sobre o valor dos benefícios de 2004 a 2006, o Governo Federal tem promovido gestões, no sentido de melhorar a administração da concessão desses benefícios. A partir de outubro de 2005, verifica-se redução na trajetória de benefícios como o auxílio-doença, quando foram introduzidas alterações no modelo médico-pericial para concessão. Outras medidas adotadas, como os censos iniciados ao final de 2005, e demais medidas com intuito de evitar fraudes, têm contribuído para reduzir a taxa de crescimento dessa despesa. Em 2003, a Taxa de Crescimento Anual dos Benefícios Emitidos era de 3,92%, perfazendo 2,68% em 2006.

Gráfico 4 - Resultado da Previdência Social, 2002-2008* – (% do PIB)

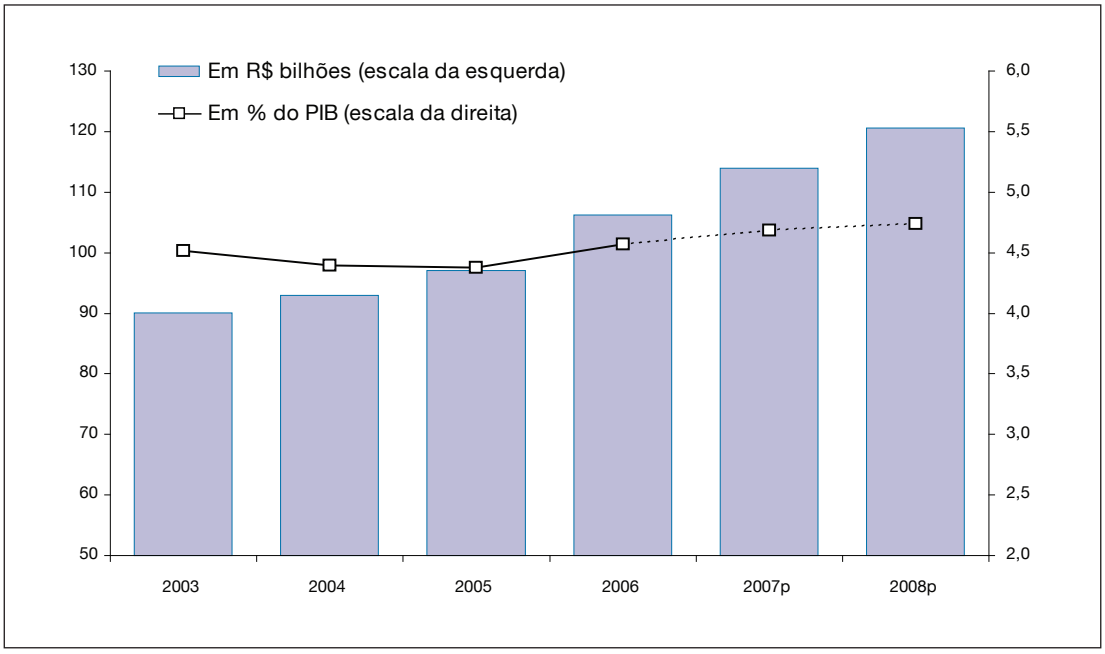


*Dados observados até 2006. Projeções 2007 = LOA2007 (3ª Avaliação Bimestral); 2008 = PLOA2008.
Fonte: SOF/MP.
Elaboração: ASSEC/MP.

O Governo Federal, ao mesmo tempo em que propõe uma política estável para os reajustes do salário mínimo, com intuito de tornar as despesas associadas a esse valor previsíveis, também está comprometido com a continuidade da sua política de valorização. Nesse sentido, o Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2007 (Projeto de Lei nº 1, de 2007), do Poder Executivo, em tramitação no Senado Federal, estabelece reajustes anuais, de 2008 a 2011, em percentual equivalente à variação acumulada em 11 meses do INPC, acrescido da Taxa de Crescimento Real do PIB com dois anos de defasagem, e com antecipação do mês de reajuste a cada ano, até alcançar o reajuste no mês de janeiro, em 2010. Além disso, no intuito de conferir continuidade a essa política, o projeto estabelece o compromisso do Poder Executivo de encaminhar ao Congresso Nacional, até 31 de dezembro de 2001, projeto de lei que disponha sobre sua valorização para o período compreendido entre 2012 e 2023, inclusive, com previsão de revisão das regras de aumento real do salário mínimo para os períodos de 2012 a 2015, 2016 a 2019 e 2020 a 2023.

Outra despesa corrente, que teve crescimento importante no período analisado, foi aquela com pessoal e encargos sociais, conforme mostrado no gráfico 5. Tomando por base os valores de 2002, a despesa cresceu cerca de 62% até 2007, em termos acumulados - cerca de 21,91% acima do IPCA, ou 4,38% a.a., em média. Tais valores representam um crescimento de 4,51% do PIB, em 2003, para 4,69%, em 2007. Em 2008, a despesa deverá crescer cerca de 6% acima do IPCA, perfazendo 4,75% do PIB. O crescimento mais forte da despesa, a partir de 2006, está associado à reestruturação de várias carreiras e à necessidade de se recompor o quadro de funcionários ativos, por meio de concurso público, perfazendo, até 2008, um acréscimo estimado de R$ 25,4 bilhões.

Gráfico 5: Despesa com Pessoal, 2000-2008*
(Em % do PIB e em R$ bilhões, a preços constantes de 2006 - deflator IPCA)



*Exceto Contribuição para o Plano de Seguridade Social (CPSS) patronal. Dados observados até 2006 (empenho liquidado). Projeções: 2007 = LOA 2007 (3ª Avaliação Bimestral) e 2008 = PLOA 2008.
Fonte: SOF/MP.
Elaboração: ASSEC/MP.

Dessa forma, o Executivo enviou ao Congresso Nacional Projeto de Lei Complementar nº 1, de 2007, que propõe, adicionalmente aos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a limitação dessa despesa, para os três poderes e cada órgão da União, ao valor liquidado no ano anterior, corrigido pela variação acumulada do IPCA, acrescido de 1,5% ao ano, entre os anos de 2007 e 2016. Com essa medida, será possível definir uma trajetória de longo prazo estável para essa despesa, garantido sua previsibilidade, e possibilitando maior espaço para a redução do tamanho do Estado.

Por fim, é importante ressaltar que, não obstante o alto grau de rigidez do orçamento, tendo em vista a elevada participação das despesas obrigatórias no total, mesmo as chamadas despesas discricionárias têm uma reduzida flexibilidade. Cerca de 40% dessas despesas correspondem aos gastos com saúde, cujos limites mínimos são definidos na Carta Maior. Da mesma forma, os gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino crescem com as receitas tributárias, conforme previsto na Constituição.

Em relação às demais despesas, o Governo Federal tem promovido gestões com intuito de otimizar os recursos públicos, como a intensificação da utilização do sistema de pregão eletrônico por meio do sistema ComprasNet, e a utilização mais intensiva do sistema de registro de preços. Mais recentemente, instituiu mecanismos de controle dos processos de contratação de convênios com os governos subnacionais que, estima-se, poderão trazer uma economia operacional de cerca de R$ 1,5 bilhão, e redução de aproximadamente 15 mil processos de convênios por ano. Ainda na área de gestão, o

Governo Federal encaminhou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei Complementar nº 92, de 2007, propondo a criação da figura jurídica da fundação pública de direito privado, que permitirá às organizações atuar por meio de contratos de gestão com o setor público, e efetuar contratações e compras por processos muito mais simplificados.

Redução do grau de vinculação das receitas orçamentárias

Quanto ao segundo desafio da Política Fiscal, de redução do grau de vinculação das receitas orçamentárias, tem-se que 80% das receitas sofrem algum tipo de vinculação. Neste contexto, a Desvinculação de Receita da União (DRU) tem sido imprescindível como instrumento de racionalização da gestão orçamentária, respondendo, nos últimos anos, por cerca de 58% do total dos recursos livres da União. A DRU tem permitido à administração pública estabelecer prioridades e alocar recursos para o seu atendimento. É pela importância da DRU na constituição dos recursos livres do orçamento federal, e pela necessidade de manter um grau mínimo de autonomia na definição de prioridades e na gestão orçamentária, que o Executivo enviou PEC ao Congresso Nacional, no sentido de prorrogar a sua vigência até dezembro de 2011.

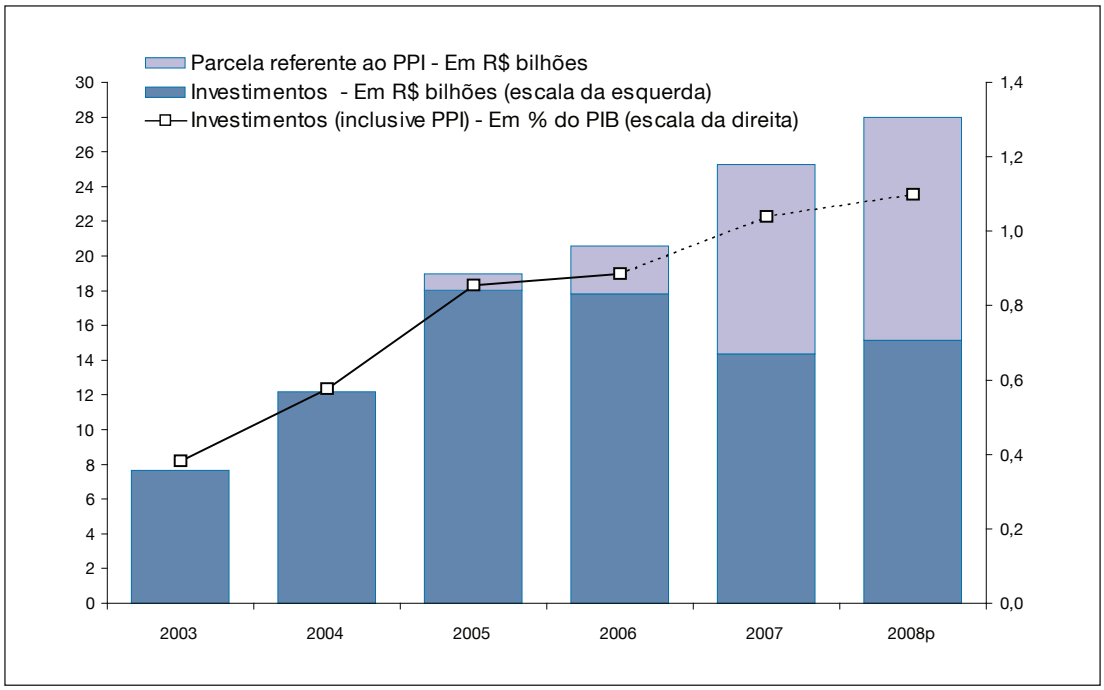
Exemplo das distorções de alocação existentes é o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), um dos principais instrumentos governamentais na área de ciência e tecnologia, instituído em 1969. O atual sistema de vinculação das receitas que compõem esse fundo, além de dificultar a definição precisa das áreas de conhecimento e setores econômicos que podem ter acesso às suas várias fontes de recursos, exige procedimentos operacionais que envolvem o exame de vários comitês gestores, e a contratação de convênios com diversas fontes simultâneas de recursos, gerando enorme complexidade para o controle e gestão orçamentária. Nesse sentido, o Governo Federal enviou projeto de lei ao Congresso Nacional, propondo a desvinculação de recursos para áreas complementares, ampliando a possibilidade de alocação desses recursos e, até mesmo, o volume de recursos a serem gastos anualmente na área de ciência e tecnologia, de modo a garantir que toda a receita seja efetivamente aplicada.

Ampliação do investimento público produtivo

Por fim, em relação ao desafio de ampliação do investimento público produtivo, em especial em infra-estrutura, é de se ressaltar os esforços nesse sentido, desde a instituição do PPI, em 2005, que elegeu investimentos que constituem ativos que contribuirão para gerar resultados positivos, no futuro, para o setor público e para a economia como um todo, superiores ao aumento do endividamento deles decorrente. Em função desse papel, tais investimentos seriam dedutíveis da meta do resultado primário anual. O gráfico 6 apresenta a contribuição desses investimentos a cada ano para a ampliação do investimento total do governo central. De 2004 a 2005, o compromisso com o investimento saltou de 0,58% do PIB para 0,86%. Nos anos seguintes, a continuidade desse crescimento tornou-se possível com o aumento da seleção dos investimentos do PPI, que representaram 46% do total

em 2007, quando este atingiu 0,98% do PIB. Para 2008, espera-se que o compromisso com o investimento público atinja R$ 30,2 bilhões, ou 0,98% PIB, sendo 51,5% aqueles selecionados pelo PPI.

Gráfico 6 - Despesa com Investimentos do Governo Central, 2000-2008*
(Em % do PIB e em R$ bilhões, a preços constantes de 2006 - deflator IPCA)

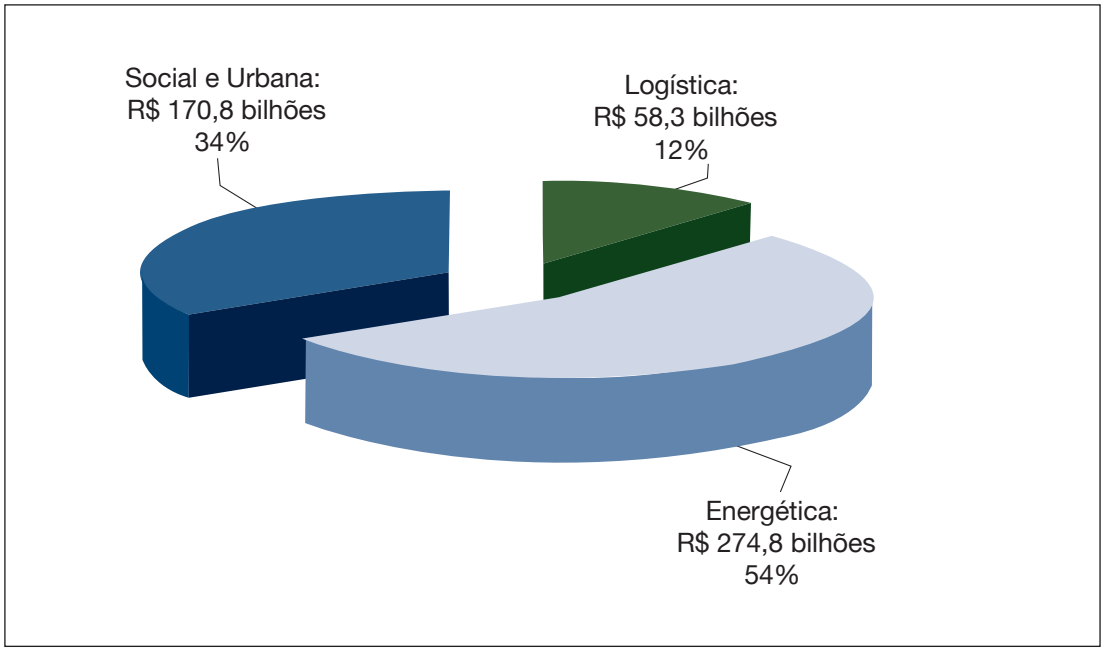


*Dados observados até 2006 (empenho liquidado). 2007 = LOA 2007 + Créditos. Projeções para 2008 = LOA 2007 + Créditos (em % do PIB).
Fonte: SOF/MP.
Elaboração: ASSEC/MP.

Em 2007, o Governo Federal apresentou o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que contempla recursos para investimentos no total de R$ 504 bilhões, a serem desembolsados no período de 2007 a 2010, priorizando a infra-estrutura social, assim como a urbana, a logística e a energética (gráfico 7), de forma a assegurar que a demanda por transporte e energia, decorrente da evolução da atividade produtiva, seja plenamente atendida.

O PAC, ao retomar os investimentos públicos em infra-estrutura, procura incentivar também a participação do setor privado, que permitirá não só o aumento da eficiência, mas também a ampliação e atualização tecnológica da capacidade produtiva das empresas, elevando a produtividade e competitividade de forma sistêmica. O aumento a ser alcançado na taxa de investimento criará as bases para um crescimento constante e menos volátil do PIB, garantindo a geração de emprego e a melhora da distribuição de renda, durante e após o período previsto para o Programa.

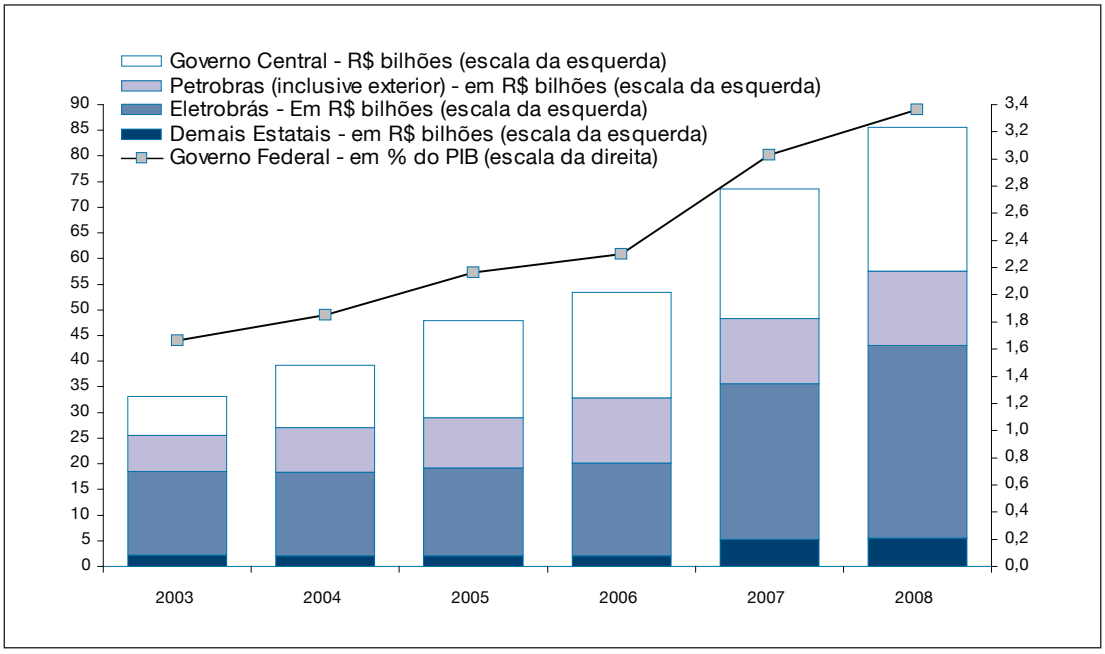
Gráfico 7 – Recursos do Programa de Aceleração do Crescimento, 2007-2010



Fonte: Governo Federal
Elaboração: SPE/MF.

Nos orçamentos fiscal e da seguridade social, os investimentos do PAC englobam os contemplados no PPI, e se referem, em sua maioria, a projetos nas áreas de transportes, saneamento e habitação. Para o orçamento de investimento das empresas estatais, o PAC também prevê um aumento significativo desses investimentos, especialmente na área de infra-estrutura energética. O gráfico 8 apresenta a trajetória dos investimentos totais do Governo Federal (governo central mais empresas estatais, inclusive bancos), que deverá ampliar-se, de 2,3% do PIB, em 2006, para 3,03%, em 2007, e para 3,36%, em 2008. As empresas dos grupos Eletrobrás e Petrobras, juntas, representam cerca de 60% do total a ser investido pelo Governo Federal, e deverão crescer 40,2%, em 2007, e 20,9%, em 2008, acima do IPCA, em relação ao ano anterior.

Gráfico 8 - Despesa com Investimentos do Governo Federal, 2000-2007*
(Em % do PIB e em R$ bilhões, a preços constantes de 2006 - deflator IPCA)



* Dados observados até 2006 (empenho liquidado). 2007 = LOA 2007 + Créditos. 2008 = PLOA 2008.
Fonte: DEST/MP. Elaboração: ASSEC/MP.

Os desafios fiscais a serem enfrentados nos próximos anos, como redução da carga tributária e aumento da flexibilização da execução orçamentária, ainda seguem em pauta, com várias iniciativas já tomadas nessa direção. As medidas de desoneração tributária, de melhoria de gestão em vários âmbitos da administração pública, e as propostas enviadas ao Congresso Nacional, no sentido de dar previsibilidade ao crescimento das despesas com pessoal, previdência e assistência social, vêm ao encontro das necessidades de se melhorar a estrutura fiscal.

Não obstante, o foco da Política Fiscal tem sido, de forma inequívoca, a priorização do investimento público, desde 2005, com a eleição dos projetos de PPI, culminando com a criação do PAC em 2007. Tais investimentos contribuem para melhorar a qualidade do gasto, devendo gerar ganhos significativos na promoção do crescimento econômico, ao contribuir para reduzir os custos do investimento privado. No entanto, o quadro geral apresentado indica que, em futuro próximo, ainda há etapas importantes a serem cumpridas na agenda econômica para alterar a estrutura orçamentária de forma definitiva, com o objetivo de promover fluxos fiscais permanentes, sem riscos de descontrole no longo prazo.

A Política de Gestão da Dívida Pública

A solidificação dos fundamentos macroeconômicos, tais como a melhora substancial nas contas externas, auxiliam o Tesouro Nacional no gerenciamento da Dívida Pública Federal (DPF) - dívidas interna e externa. Destaca-se a diminuição da dívida externa, bem como a melhora do seu perfil, com redução dos riscos cambial e de refinanciamento. No âmbito da dívida interna, observou-se a contínua redução da parcela indexada à Taxa Selic e o crescimento da parcela prefixada e referenciada por índices de preços, reforçando a diminuição da exposição a riscos.

O objetivo da gestão da DPF é minimizar os custos de financiamento no longo prazo, assegurando a manutenção de níveis prudentes de risco, e contribuindo para o ajuste fiscal e o bom funcionamento do mercado de títulos públicos.

Nesse contexto, o Plano Anual de Financiamento (PAF) para 2006 (tabelas 9 e 10) estabeleceu, em consonância com as condições de mercado, as seguintes diretrizes principais para a administração da dívida:

a) alongamento do seu prazo médio;
b) redução do percentual da DPF vincendo em 12 meses;
c) melhora da composição da dívida (substituição gradual dos títulos remunerados pela Taxa Selic e pela variação cambial, por títulos com rentabilidade prefixada ou vinculada a índices de preços);
d) suavização do perfil do endividamento público externo;
e) incentivo ao desenvolvimento das estruturas, a termo de taxas de juros para títulos públicos federais, nos mercados interno e externo;
f) ampliação da base de investidores domésticos e externos.

Estes objetivos foram amplamente atingidos, o que se traduziu na redução do risco-país e na melhora na avaliação de risco dos títulos brasileiros por agências internacionais.

Tabela 9 - Resultados para a Dívida Pública Federal – DPF

Indicadores	dez/03	dez/04	dez/05	dez/06	PAF-2006	
					Mínimo	Máximo
Estoque da DPF em mercado (R$ bi)	965,8	1013,9	1157,1	1237,0	1280	1360
Prazo Médio (meses)	39,0	35,3	32,9	36,6	35	41
Vida Média (meses) *	-	-	55,4	59,4	60	70
% vincendo em 12 meses	30,7	39,3	38,2	33,3	28	33
Composição do Estoque da DPF						
Prefixado (%)	9,5	16,1	23,6	31,9	25	33
Selic (%)	46,5	45,7	43,9	33,4	35	43
Índice de Preços (%)	10,3	11,9	13,1	19,9	16	22
Câmbio (%)	32,4	24,2	17,6	12,7	11	15
TR e outros (%)	1,4	2,1	1,8	2,0	1	3

*Estatística comparável às de outros países, por ser calculada segundo metodologia internacionalmente aceita.
Fonte: Tesouro Nacional/MF.
Elaboração: Secretaria de Tesouro Nacional / Coordenação-Geral de Planejamento Estratégico da Dívida Pública (STN/COGEP).

Tabela 10 - Resultados para a Dívida Pública Mobiliária Federal Interna – DPMFi

Indicadores	dez/03	dez/04	dez/05	dez/06	PAF-2006	
					Mínimo	Máximo
Estoque da DPMFi em mercado (R$ bi)	731,4	810,3	979,7	1093,5	1130	1200
Prazo Médio (meses)	31,3	28,1	27,4	31,1	30	35
Vida Média (meses) *	-	-	40,3	46,5	44	52
% vincendo em 12 meses	35,3	46,1	41,6	35,7	31	36
Composição do Estoque da DPMFi						
Prefixado (%)	12,5	20,1	27,9	36,1	28	37
Selic (%)	61,4	57,1	51,8	37,8	39	48
Índice de Preços (%)	13,6	14,9	15,5	22,5	18	24
Câmbio (%)	10,8	5,2	2,7	1,3	1	3
TR e outros (%)	1,8	2,7	2,2	2,2	2	4

*Estatística comparável às de outros países, por ser calculada segundo metodologia internacionalmente aceita.
Fonte: Tesouro Nacional/MF.
Elaboração: STN/COGEP.

Em primeiro lugar, tanto o prazo médio da DPF quanto o da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna (DPMFi) foram alongados em relação ao ano anterior. Quanto à queda do percentual da dívida vincendo em 12 meses, esta foi decorrente da diminuição expressiva nas emissões de títulos com prazo inferior a 12 meses, permitindo a redução do risco de refinanciamento da dívida pública.

Em relação à composição da dívida em 2006, houve expressiva queda na participação de títulos referenciados à Taxa Selic, pois o volume emitido foi inferior aos resgates em R$ 152,2 bilhões. Em paralelo, houve aumento na participação de títulos prefixados, com emissão líquida de R$ 74,2 bilhões, o que proporciona maior previsibilidade à gestão da dívida pública, bem como incentiva o desenvolvimento da curva de juros doméstica e torna a Política Monetária mais eficiente.

A DPF e a DPMFi também contaram com aumento na participação de títulos referenciados em índices de preços, em decorrência de emissão líquida de R$ 69,6 bilhões em 2006. Por sua vez, a exemplo do que ocorreu nos últimos anos, houve redução da participação da dívida cambial. Ressalte-se que os indicadores de composição da DPMFi de 2006 correspondem ao melhor resultado alcançado desde o início da publicação das estatísticas oficiais, em dezembro de 1999.

Outro destaque de 2006 foi a nova regra, adotada pelo Tesouro a partir de outubro, para emissão dos títulos prefixados, de forma a consolidar prazos *benchmark* nas emissões desses títulos no mercado doméstico[13]. A nova regra objetiva adaptar as emissões ao padrão praticado nos mercados internacionais, além de sinalizar a capacidade do Tesouro de emitir papéis prefixados de longo prazo, com pagamento de cupom.

O Tesouro Nacional tem buscado melhorar o perfil da DPF e, em especial, da Dívida Pública Mobiliária Federal externa (DPMFe), o que vem reduzindo drasticamente a percepção do risco-país. Dentre as ações para esse objetivo, no segundo semestre de 2006, destacam-se emissões de títulos soberanos, denominados em reais, e o Programa de Recompra de Títulos da Dívida Externa. Em agosto de 2006, o Tesouro Nacional divulgou nova estratégia de financiamento externo para o biênio 2007–2008, que contempla emissões em moeda estrangeira ou em reais, com natureza qualitativa, de forma a consolidar a curva de juros externa, em moeda estrangeira e em moeda local, por meio da construção e manutenção de pontos de referência *(benchmarks)*.

Nessa linha, no segundo semestre de 2006, houve emissão e duas reaberturas (total de R$ 3 bilhões) do Global BRL 2022, segundo título da dívida externa brasileira em reais, até então. A emissão proporcionou o alongamento da curva externa de títulos prefixados denominados em reais. A estratégia de reaberturas fornece mais liquidez aos títulos, o que contribui para o desenvolvimento do mercado secundário de dívida, e minimiza os custos de financiamento no longo prazo. A emissão do Global 2017, em 11 de julho de 2006, em dólares, também se situou dentro da estratégia de melhora e consolidação da curva de juros externa, passando a ser referência como título de 10 anos.

O Programa de Resgate Antecipado de Títulos da DPMFe consiste na recompra de títulos brasileiros em circulação no mercado internacional, utilizando as reservas internacionais, ou adquirindo divisas no mercado. O resgate antecipado dos títulos reduz a

13. A estrutura de emissão é definida por Letra do Tesouro Nacional (LTN), com prazos de seis, 12 e 24 meses, e Notas do Tesouro Nacional, Série F (NTN-F), com prazos de três, cinco e 10 anos, sendo estes últimos emitidos com pagamento de cupom intermediário de juros.

concentração de vencimentos de curto prazo, alongando o perfil de vencimentos da dívida pública, o que resulta em diminuição de seu risco de refinanciamento e da percepção de risco-país pelo mercado, implicando menores custos de captação para o País.

No ano de 2006, o valor (de face) recomprado, ou seja, abatido das estatísticas da DPFe, foi de US$ 6,1 bilhões. Durante o exercício de 2006, a dívida mobiliária externa foi reduzida em US$ 13,9 bilhões (22,6% do total da DPMFe, em 2005). Em relação à dívida contratual, o Tesouro Nacional efetuou o pagamento antecipado das obrigações com o Clube de Paris (US$ 1,7 bilhão), as quais eram decorrentes da renegociação da dívida externa, ocorrida entre 1983 e 1992.

No primeiro semestre de 2007, observadas as condições de mercado, o Tesouro Nacional agiu com o objetivo de seguir as diretrizes definidas no PAF deste ano (tabelas 11 e 12).

Tabela 11- Resultados para a Dívida Pública Federal – DPF

Indicadores	mai/07	PAF-2007	
		Mínimo	Máximo
Estoque da DPF em mercado (R$ bi)	1299,3	1370,0	1450,0
Prazo Médio (meses)	36,9	37,0	42,0
% vincendo em 12 meses	31,3	27,0	31,0
Composição do Estoque da DPF			
Prefixado (%)	34,2	33,0	39,0
Selic (%)	33,1	20,0	24,0
Índice de Preços (%)	20,7	26,0	32,0
Câmbio (%)	9,9	10,0	12,0
TR e outros (%)	2,1	1,0	3,0

Fonte: Tesouro Nacional.
Elaboração: STN/COGEP.

Tabela 12 - Resultados para a Dívida Pública Mobiliária Federal Interna – DPMFi

Indicadores	mai/07	PAF-2007	
		Mínimo	Máximo
Estoque da DPMFi em mercado (R$ bi)	1173,9	1370,0	1450,0
Prazo Médio (meses)	33,3	37,0	42,0
% vincendo em 12 meses	33,8	27,0	31,0
Composição do Estoque da DPMFi			
Prefixado (%)	37,0	33,0	39,0
Selic (%)	36,7	20,0	24,0
Índice de Preços (%)	22,9	26,0	32,0
Câmbio (%)	1,1	10,0	12,0
TR e outros (%)	2,3	1,0	3,0

Fonte: Tesouro Nacional.
Elaboração: STN/COGEP.

Até maio de 2007, os únicos parâmetros que ainda não ficaram dentro dos limites estabelecidos pelo PAF 2007, para o final do ano, foram o percentual de participação dos títulos atrelados à Taxa Selic - que ficou acima do limite máximo, e os títulos vinculados a índices de preço, que ficaram abaixo do limite mínimo, tanto na DPF, quanto na DPMFi. No entanto, esta composição leva em consideração as condições de mercado e fatores técnicos diversos, os quais não deverão ser obstáculo a que o Tesouro Nacional alcance os intervalos do PAF até dezembro de 2007, devendo, provavelmente, situar-se próximo às estimativas mais otimistas.

No primeiro semestre de 2007, o Tesouro Nacional deu continuidade à gestão da dívida externa, por meio de emissões de natureza qualitativa. Destaca-se a emissão e três reaberturas (total de R$ 3,8 bilhões) do Global BRL 2028, terceiro título da dívida externa brasileira em reais, e primeiro título prefixado em reais com prazo de 20 anos. A taxa de juros obtida na terceira reabertura foi a mais baixa já verificada em emissões de títulos prefixados pelo Tesouro Nacional. Isto sinaliza a crescente confiança do investidor estrangeiro na solidez dos fundamentos da economia brasileira. O Global BRL 2028 também se firmou como *benchmark* de 20 anos na curva de juros externa, denominada em real, servindo de referência para eventuais captações do setor privado. Além desses, o Tesouro Nacional realizou a segunda reabertura do Global 2037 (R$ 500 milhões) e a primeira reabertura do Global 2017 (R$ 525 milhões), ambas denominadas em dólares e importantes referências de 30 e 10 anos, respectivamente.

Acerca do Tesouro Direto (TD), programa que possibilita a aquisição de títulos públicos pelas pessoas físicas, por meio da Internet, as vendas atingiram o montante de R$ 89,4 milhões em maio de 2007, crescimento de 86,6% em relação ao mesmo período do ano anterior. Os títulos mais demandados pelos investidores foram os prefixados,

representando 47,53% do montante vendido. O número de investidores cadastrados desde o início do Programa atingiu 85.551 pessoas (aumento de 43% em 12 meses).

O ano de 2007 tem sido marcado, também, pelas elevações na classificação de *ratings* concedidos pelas agências de avaliação de risco. A *Standard & Poor's* elevou o *rating* de crédito soberano de longo prazo, em moeda estrangeira do Brasil, para 'BB+'. Para a dívida doméstica, elevou para 'BBB', ou seja, segundo essa agência, para dívida em moeda local, o País atingiu o *investment grade* (grau de investimento), classificação onde os países confiáveis são enquadrados. Por sua vez, a *Japan Credit Rating (JCR)* concedeu o grau de investimento para a dívida externa de longo prazo do Brasil.

Em 2008, pretende-se dar continuidade às diretrizes básicas da gestão da dívida, com a elevação das parcelas prefixada e atreladas à inflação e redução das que são remuneradas pela Taxa Selic e pela variação cambial. A estrutura de emissão, com prazos *benchmark* para os títulos prefixados e indexados a índice de preço, deverá ser reforçada com a oferta de novos vértices. Planeja-se, ainda, realizar trocas de títulos com vencimentos de curto prazo por outros mais longos, alongando o perfil da dívida pública. Pretende-se, também, realizar operações de recompra de títulos curtos, de forma a reduzir o risco de financiamento, assim como fomentar a liquidez do mercado secundário.

Para os títulos públicos de responsabilidade do Tesouro Nacional, que estão na carteira do BC, a estratégia contempla apenas o refinanciamento do principal que irá vencer no período. Os títulos a serem emitidos serão os mesmos que os dos leilões tradicionais para o mercado. A perspectiva para 2008 é de que os custos da dívida pública continuem caindo, à medida que as taxas obtidas nos leilões se reduzam, como observado no primeiro semestre de 2007.



II – POLÍTICAS SETORIAIS DE DESENVOLVIMENTO

Agricultura e Agronegócio

Desenvolvimento Agrário

Indústria, Tecnologia e Comércio Exterior

Infra-Estrutura Econômica

AGRICULTURA E AGRONEGÓCIO

O ano de 2007 tem se mostrado bastante favorável à agricultura. As condições climáticas favoráveis e o elevado nível tecnológico aplicado propiciaram ao produtor rural iniciar um processo de recuperação no campo. A produção na última safra foi superior a 130 milhões de toneladas de grãos. O desempenho da balança comercial do agronegócio – apoiado em exportações crescentes - tem contribuído para incentivar a recuperação do setor.

Considerando o potencial de crescimento do mercado mundial de grãos e de biocombustíveis, o panorama positivo de 2007 deverá ser reproduzido nos anos futuros. De acordo com relatório divulgado pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) e a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), o rápido crescimento da indústria global de biocombustíveis manterá os preços dos produtos agrícolas em patamares elevados na próxima década.

O aumento da produção de etanol e de biocombustíveis no Brasil ocorrerá sem ameaçar a produção de alimentos. O País possui todas as condições para, num futuro próximo, ampliar em cerca de 30 milhões de hectares suas áreas destinadas à atividade agrícola, mediante transferência de terras hoje ocupadas com pastagens degradadas de baixa produtividade, sem afetar o equilíbrio existente.

Para garantir a sustentabilidade da produção agropecuária, especialmente em relação à minimização dos riscos de desmatamento, o Governo Federal está desenvolvendo um programa de certificação técnica, ambiental e social para os biocombustíveis, que visa demonstrar o respeito a normas internacionais e nacionais de toda a cadeia de produção agropecuária do País.

O DESEMPENHO DAS EXPORTAÇÕES

As exportações brasileiras no setor do agronegócio continuam apresentando excelente desempenho. Do superávit global de US$ 20,7 bilhões da balança comercial no primeiro semestre de 2007, o agronegócio alcançou um superávit de US$ 22,8 bilhões. As exportações nesse setor, considerando o acumulado de janeiro a junho, somaram US$ 26,7 bilhões, representando um crescimento de 25,3%, em relação aos US$ 21,3 bilhões registrados em igual período no ano passado, como se observa na tabela a seguir:

Tabela 1 - Balança Comercial Brasileira e do Agronegócio – US$ Milhões

Ano	EXPORTAÇÃO			IMPORTAÇÃO			SALDO	
	Total	Agronegócio	Part. (%)	Total	Agronegócio	Part. (%)	Total	Agronegócio
2000	55.086	20.610	37,41	55.839	5.799	10,39	-753	14.811
2001	58.223	23.863	40,99	55.586	4.847	8,72	2.637	19.016
2002	60.362	24.839	41,15	47.222	4.492	9,51	13.140	20.347
2003	73.084	30.639	41,92	48.260	4.791	9,93	24.824	25.848
2004	96.475	39.016	40,44	62.782	4.881	7,77	33.693	34.135
2005	118.308	43.601	36,85	73.551	5.184	7,05	44.757	38.417
2006	137.471	49.428	35,96	91.394	6.806	7,45	46.077	42.622
jan-jun 2005	53.677	20.201	37,63	34.023	2.481	7,29	19.654	17.720
jan-jun 2006	60.900	21.358	35,07	41.368	2.983	7,21	19.532	18.375
jan-jun 2007	73.215	26.752	36,54	52.553	3.944	7,50	20.662	22.808

Fonte: Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (SECEX/MDIC)

CRÉDITO RURAL

Traduzindo o compromisso do Governo Federal de apoiar o setor agropecuário no cumprimento de suas funções, o Plano Agrícola e Pecuário (PAP) 2007-2008 disponibiliza recursos da ordem de R$ 58 bilhões para financiamento de operações de custeio, comercialização e investimento.

O referido plano sinaliza o direcionamento da política agrícola para o próximo ano-safra, definindo, entre os principais objetivos a serem alcançados, o aumento da oferta de recursos a custos mais reduzidos, a ampliação dos limites do crédito rural por tomador dos financiamentos agrícolas, o fortalecimento do segmento da média agricultura com o aumento significativo de recursos do Programa de Geração de Emprego e Renda Rural (Proger Rural) e a redução da necessidade de intervenções pontuais e casuísticas do Governo Federal, sobretudo em situações de crise.

Dentre as linhas de financiamento contidas no PAP 2007-2008, vale destacar que ao setor cafeeiro serão disponibilizados mais de R$ 2,4 bilhões em 2008. Essas linhas de crédito rural e agroindustrial, de financiamento para a manutenção e o desenvolvimento da cafeicultura, permitirão alavancar a produção e a renda desse segmento.

O Governo Federal considera que estas medidas reforçarão, de modo eficaz, a continuidade dos bons resultados alcançados pelo agronegócio.

SERVIÇOS À AGROPECUÁRIA

Além desses recursos disponíveis, mediante linhas de crédito, o Governo Federal tem empreendido esforços nas áreas de pesquisa, defesa agropecuária, qualidade de alimentos e bebidas, armazenagem, meteorologia e climatologia, subvenção ao prêmio do seguro rural e financiamentos à cafeicultura.

A pesquisa agropecuária investiu em tecnologia para grãos em todo o País - particularmente na região do cerrado - bem como em tecnologia para a pecuária. No sentido de modernizar e aperfeiçoar as pesquisas e a difusão de tecnologias em agropecuária, estão previstos para o Orçamento 2008 R$ 207,3 milhões.

Atualmente, encontrar alternativas para o suprimento das necessidades energéticas da sociedade moderna, hoje calcadas no petróleo, tornou-se tema central na pauta em quase todas as nações. Neste contexto, em 2008 serão disponibilizados para o desenvolvimento da agroenergia, R$ 40,9 milhões para dinamizar esse segmento, inclusive com ações de pesquisa em agroenergia.

Em relação aos controles que dificultam o agronegócio, o acirramento das barreiras fitozoossanitárias, por parte dos países importadores, demonstra que há um longo caminho a percorrer, para a abertura desses mercados aos produtos brasileiros. Para 2008, estão alocados R$ 146,2 milhões para a defesa agropecuária, sendo R$ 86,5 milhões, especificamente, para a erradicação da febre aftosa.

Mais recentemente, outro tipo de barreira que ganhou relevância foi a das elevadas exigências dos países importadores, quanto à qualidade e quanto ao nível de resíduos contidos nos produtos. Para transpor essas dificuldades, são estabelecidas normas relacionadas aos padrões mínimos de qualidade e sanidade, e ações de fiscalização para coibir a oferta de alimentos fora dos padrões de conformidade.

Dessa forma, no tocante à qualidade de alimentos agropecuários, o Governo Federal vem modernizando os laboratórios de análises de produtos da rede federal, com vistas a cobrir a demanda crescente e elevar o nível da qualidade e da sanidade dos alimentos ofertados à população. Para 2008, serão aportados R$ 73,1 milhões para as ações de fiscalização e de análise laboratorial de produtos, visando à sanidade e à qualidade de alimentos de origem agropecuária, buscando a redução de resíduos químicos e biológicos nocivos à saúde humana e o cumprimento das regras de conformidade exigidas pelo comércio exterior.

Em relação ao segmento abastecimento, armazenagem e comercialização, o Governo Federal tem executado ações que buscam contribuir para a sustentabilidade da atividade agropecuária, mediante a implementação de políticas públicas e de mecanismos de apoio à produção, à comercialização e ao armazenamento, bem como à formação e manutenção de estoques de produtos agropecuários, para a regularidade do abastecimento interno, visando ao equilíbrio de preços ao consumidor e à segurança alimentar da população brasileira.

A previsão de recursos para este setor, em 2008, alcança R$ 85,2 milhões, abrangendo a manutenção, guarda, conservação e gestão dos estoques públicos, e estudos de levantamentos de safras e apoio e orientação a pequenos varejistas. Além disso, há previsão de R$ 2,3 bilhões para Aquisições do Governo Federal (AGF) e R$ 2,4 bilhões para garantia e sustentação de preços agrícolas.

Já no tocante à redução de riscos na atividade agropecuária, o Governo Federal vem buscando melhorar a confiabilidade nas informações meteorológicas e climatológicas, e aperfeiçoar o zoneamento agrícola. Essas ações foram orçadas em R$ 34,5 milhões. Além disso, visando fortalecer e universalizar ainda mais o seguro rural privado, o Governo Federal alocou, para 2008, R$ 200 milhões para a concessão da subvenção ao prêmio do seguro rural.

DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

REFORMA AGRÁRIA

A reforma agrária se notabiliza pela inclusão social, ao proporcionar acesso à terra, propiciando a construção da cidadania no campo. Além disso, traz em seu bojo o compromisso de tornar os assentamentos espaços de desenvolvimento sustentável, pois envolvem ações que, atuando de forma harmônica, têm potencial para propiciar a inclusão social de seus beneficiários. No período de 2003 a 2006, o Governo Federal assentou 381.419 famílias e destinou para a reforma agrária cerca de 32 milhões de hectares. No total, um investimento da ordem de R$ 4 bilhões. Considerando este ano de 2007 e a meta proposta para o ano de 2008, poderemos assentar aproximadamente mais 200 mil famílias.

Apesar do assentamento de um grande número de famílias nos últimos anos, a demanda cresceu. É importante garantir novos assentamentos, mas com a promoção de alterações significativas na qualidade dos mesmos. Vale frisar que as medidas adotadas pelo Governo Federal, tais como a disponibilização de infra-estrutura adequada, inclusive com a implantação de estradas e energia elétrica, bem como o acesso a direitos sociais e educação, o apoio à produção e à comercialização, e a prestação de assistência técnica, têm melhorado a qualidade dos assentamentos rurais, além dos créditos voltados, especificamente, para esse segmento populacional.

Objetivando garantir a continuidade dessa modificação no processo de reforma agrária, para 2008 foram alocados recursos da ordem de R$ 2.076,5 milhões, de forma a permitir ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) a implantação de novos projetos de assentamento, a melhoria e qualificação dos assentamentos já existentes e a regularização fundiária de terras rurais no Brasil. Aos assentados serão disponibilizados R$ 1.434,9 milhões, mediante financiamento denominado crédito-instalação, cujos recursos serão utilizados na construção ou recuperação de moradia na parcela de terra, na aquisição de insumos e pequenos equipamentos e na subsistência das famílias até a primeira colheita.

Além disso, mediante o Programa Crédito Fundiário serão destinados R$ 447,3 milhões para concessão de financiamento da aquisição de terras e estruturação das novas unidades produtivas, com a implementação de infra-estrutura.

Em suma, essas políticas públicas voltadas para os assentados de reforma agrária objetivam a geração de um processo de emancipação social, econômica e política de imensos contingentes do campo.

AGRICULTURA FAMILIAR

O Governo Federal reconhece a importância desse segmento para o desenvolvimento do País. Por isso vem adotando, ao longo desses anos, medidas objetivas de incentivo, voltadas para o fortalecimento do segmento, direcionando esforços para viabilizar a produção, a industrialização e a comercialização de produtos gerados na agricultura familiar. Além da constante ampliação no volume de recursos disponibilizados nos planos de safra para a agricultura familiar, o Governo Federal está reorganizando o Sistema de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), que tem como objetivo oferecer novas possibilidades de desenvolvimento para as comunidades rurais, por meio do acesso ao conhecimento e a tecnologias apropriadas. Essa ação ocorre de forma integrada entre o Governo Federal, governos estaduais e prefeituras, com a participação de cooperativas e outras organizações não-governamentais.

Com essa parceria, até o final de 2006, os serviços do Ater foram disponibilizados a mais de 2,6 milhões de unidades familiares rurais, com aplicação de recursos da ordem de R$ 334,7 milhões. Em 2007, somando-se os créditos adicionais, prevê-se um orçamento da ordem de R$ 168 milhões, que possibilitará o atendimento a cerca de 750 mil famílias. Para 2008, está previsto o montante de R$ 173,4 milhões, permitindo atender cerca de 610 mil famílias de agricultores, além de prestar assistência técnica em 53 áreas indígenas, 51 comunidades quilombolas e apoiar 95 iniciativas voltadas às trabalhadoras rurais.

Outro mecanismo importante de apoio a esse segmento é o Seguro da Agricultura Familiar (Seaf), criado em 2004, garantindo 100% do valor financiado, e com adesão automática por ocasião da contratação de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). No primeiro ano do Seaf (safra 2004-2005), aderiram 550 mil agricultores. Na safra 2006-2007, foram cobertos 557,13 mil empreendimentos de agricultores familiares, num valor segurado de R$ 2,6 bilhões (recursos financiados e parcela da receita dos agricultores). Para a safra 2007-2008, há expectativa de demanda crescente no tocante ao Seaf.

Além do Seaf, foi criado no ano de 2006 o Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF), que garante, aos agricultores familiares com crédito Pronaf, a indexação do financiamento a um preço de garantia do produto igual ou próximo ao de custo de produção. O PGPAF é a ferramenta para enfrentar eventual queda de preço no momento da comercialização da produção, garantindo a renda da agricultura familiar.

Por fim, como um dos pontos de apoio da agricultura familiar, o Plano de Safra se destaca por disponibilizar, a cada ano-safra, recursos cada vez maiores (conforme a tabela a seguir), e em melhores condições. Para o ano de 2007-2008, estão previstos recursos da ordem de R$ 12 bilhões nas diversas linhas de crédito para custeio, investimento e comercialização do Pronaf, com o objetivo de atender a cerca de 2,2 milhões de famílias.

Tabela 2 - Plano de Safra da Agricultura Familiar - evolução

Plano de Safra	Contratos Realizados	Recursos Aplicados
2004-2005	1.631.796	R$ 6,1 bilhões
2005-2006	1.800.000	R$ 7 bilhões
2006-2007	1.900.000	R$ 8,5 bilhões
2007-2008(*)	2.200.000	R$ 12 bilhões

(*) Previsão

REDUÇÃO DA POBREZA EM TERRITÓRIOS RURAIS

Dentro de uma estratégia de desenvolvimento com inclusão social do meio rural, o Governo Federal vai intensificar o apoio à população rural menos favorecida, mediante disponibilização de serviços produtivos, de educação, de ações de cidadania e do desenvolvimento dos projetos de assentamentos rurais. Nesse contexto, a universalização da assistência técnica aos assentados e aos agricultores familiares, a concessão de crédito aos assentados, a dinamização da comercialização da produção da agricultura familiar, o fomento à participação da agricultura familiar na cadeia do biodiesel, a educação de jovens e adultos no campo, a regularização fundiária de comunidades quilombolas e de áreas indígenas, bem como a recuperação e qualificação de assentamentos rurais, são instrumentos de vital importância para o sucesso desta estratégia. A proposta orçamentária para 2008 contemplará esse conjunto de ações com recursos adicionais da ordem de R$ 1.093 milhões, permitindo um grande passo para a redução da pobreza e das desigualdades no meio rural.

INDÚSTRIA, TECNOLOGIA E COMÉRCIO EXTERIOR

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

A ciência, a tecnologia e a inovação são instrumentos para o desenvolvimento, o crescimento econômico, a geração de emprego e renda e a democratização de oportunidades. O trabalho de cientistas, pesquisadores e acadêmicos, juntamente com o desempenho das empresas e organizações da sociedade civil, são fatores determinantes para a construção da soberania nacional e a consolidação de um modelo de desenvolvimento sustentável, capaz de atender às justas demandas sociais da maioria dos brasileiros e o melhor posicionamento do Brasil no contexto internacional.

Nesse sentido, as principais linhas de ação para 2008 envolvem:

a) a conclusão da construção do marco legal-regulatório do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação;
b) a consolidação e a implementação do marco legal de inovação;
c) a constituição e consolidação dos fóruns de integração de políticas e iniciativas dos atores de ciência, tecnologia e inovação;
d) a intensificação das parcerias com Estados e Municípios, ampliando as ações conjuntas para alavancar seus sistemas de ciência, tecnologia e inovação;
e) a revitalização e consolidação da cooperação internacional, com ênfase nas áreas estratégicas para o desenvolvimento do País, nas iniciativas promotoras dessa cooperação na América do Sul, no âmbito do Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS), da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), na África, e nas parcerias com China, Rússia, Ucrânia, Reino Unido e Estados Unidos.

Para a formação de recursos humanos em Ciência, Tecnologia e Inovação, haverá;

a) a concessão de 52.366 bolsas – entre formação, pesquisa e extensão – a cargo do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), com foco nas áreas prioritárias da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) e em setores estratégicos para o desenvolvimento autônomo do País;
b) a implementação de programa integrado de bolsas de pós-doutorado e fixação de doutores para ampliar a absorção de pesquisadores qualificados pelo Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação;
c) a expansão e qualificação do quadro de profissionais envolvidos em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação nas Instituições Científicas e Tecnológicas (ICT).

Em 2008, a infra-estrutura e o apoio à pesquisa científica e tecnológica serão fortalecidos e consolidados por meio do fomento a projetos e redes nas universidades, em centros de pesquisa e institutos tecnológicos, bem como da expansão da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP). Nessa linha, serão priorizadas as ações de apoio à inovação

tecnológica nas empresas, com a ampliação das fontes de recursos e das parcerias, a consolidação dos instrumentos de promoção das atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação, bem como os programas de estímulo à criação de empresas inovadoras, por meio de subvenção econômica, com prioridade para os setores da PITCE; os projetos de cooperação ICT-Empresas; as incubadoras de empresas e parques tecnológicos; o programa de crédito equalizado para a inovação e os fundos de capital empreendedor (capital de risco) para aplicação em empresas inovadoras.

A saúde e a biotecnologia receberão incentivos para o desenvolvimento de fármacos e medicamentos estratégicos na área de saúde humana e animal, de fitoterápicos e de equipamentos para diagnóstico médico, em sintonia com a PITCE e com a Política Nacional de Biotecnologia.

Da mesma forma, áreas que antecipam o futuro como a nanociência e a nanotecnologia, serão fortalecidas com a promoção da pesquisa e desenvolvimento articulados em rede, a capacitação de recursos humanos e o apoio a projetos cooperativos ICT-Empresas, com o intuito da transferência de conhecimento, da geração de produtos e processos que utilizem nanotecnologia e do aumento da competitividade da indústria brasileira.

Na área de política espacial, além do estabelecimento de uma política industrial sustentável para o setor, haverá prioridade para a implantação da empresa bi-nacional Alcântara Cyclone Space, responsável pela operação do Veículo de Lançamento Cyclone 4; a continuidade do desenvolvimento do Veículo Lançador de Satélites (VLS) e do Programa Satélites Sino-Brasileiros de Recursos Terrestres (CBERS), com o início da construção do CBERS 3 e do CBERS 4; bem como a construção dos satélites GPM-Br, MAPSAR, Lattes e Amazônia 1, que irão promover medidas de sensoriamento remoto, de observação espacial e terrestre e de monitoramento da região amazônica.

Na área nuclear, o Governo Federal vai retomar a construção de Angra 3 e o início dos estudos para localização de uma quarta usina, viabilizando o Programa Nuclear Brasileiro, que exige o fortalecimento institucional da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) e da Nuclebrás Equipamentos Pesados (NUCLEP), capacitando-a para a fabricação de componentes destinados às novas usinas nucleares. Terão prioridade, ainda, a finalização da primeira fase da planta de enriquecimento de urânio das Indústrias Nucleares do Brasil (INB), em Resende (RJ); a instalação da planta-piloto de produção de hexafluoreto de urânio por conversão gasosa, em Aramar (SP) e o aumento da produção de urânio.

No âmbito de biocombustíveis e energias do futuro, terão destaque a promoção da pesquisa e o desenvolvimento de fontes de energias renováveis, de tecnologias energéticas limpas e eficientes, em especial o biodiesel e o etanol, por meio da formação de redes de pesquisa e da implantação de um centro de referência mundial em etanol, visando o aumento da produção, a utilização de novas rotas tecnológicas e o uso de co-produtos e tecnologias para a inclusão social.

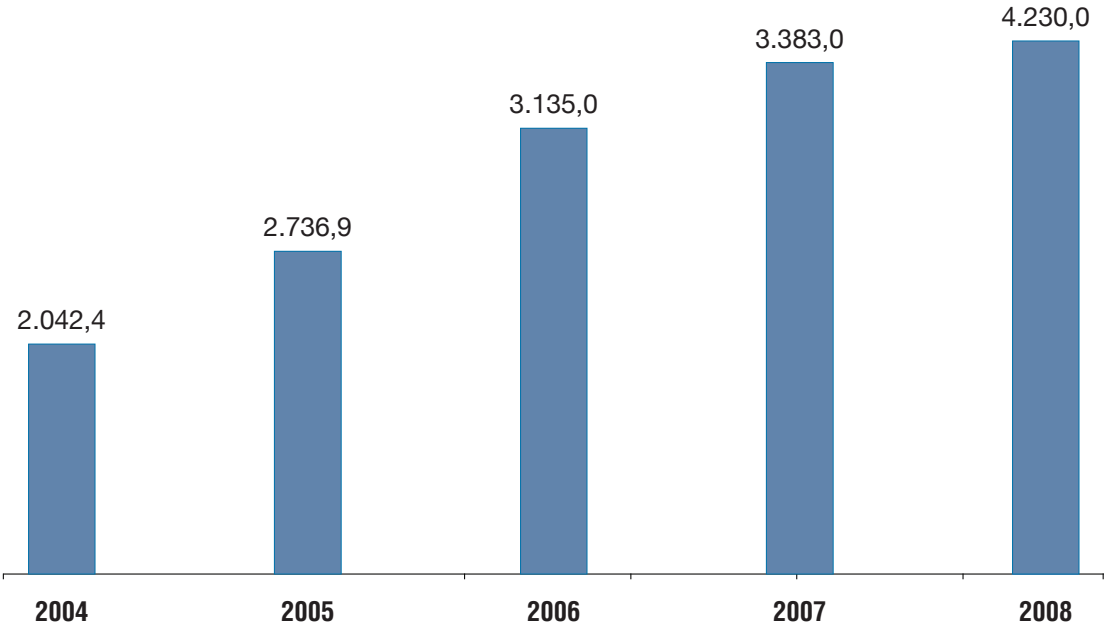
A linha de ação que prioriza a Amazônia e o Semi-Árido visa à ampliação de aporte científico e tecnológico necessários à modificação dos padrões atuais e futuros da organização produtiva e da qualidade de vida nessas regiões; ao estímulo a programas de formação e fixação de recursos humanos e redes temáticas de pesquisa existentes; à implantação de novas redes; e à consolidação da infra-estrutura local de ciência, tecnologia e inovação.

Na pesquisa e no desenvolvimento em áreas estratégicas, será priorizada a meteorologia e as mudanças climáticas, em especial a implantação da Rede Brasileira de Pesquisas sobre Mudanças Climáticas Globais, para realizar estudos e pesquisas sobre as causas e efeitos das mudanças climáticas globais; o estabelecimento de novos mecanismos e procedimentos para fomentar a participação brasileira em projetos do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL); a consolidação da Rede Nacional de Meteorologia, para geração de informações meteorológicas e correlatas que orientem políticas públicas de monitoramento e previsão do clima, incluindo o aumento da qualidade e a cobertura das redes estaduais de monitoramento meteorológico para coleta, tratamento e distribuição de dados de previsão e alerta de eventos extremos.

Em 2008, serão priorizados a articulação e o fomento de ações para a difusão e aplicação do conhecimento científico e tecnológico como instrumento de desenvolvimento social, econômico e regional do País e como mecanismo de inclusão social, por meio de programas de tecnologias sociais, com ênfase na extensão universitária voltada às comunidades carentes, na implantação de Centros Vocacionais Tecnológicos (CVT), focados em cadeias produtivas locais, na difusão de tecnologia e equipamentos de baixo custo, para agregar valor à produção de comunidades carentes, sobretudo da agricultura familiar. Na mesma linha, o objetivo é fortalecer os programas de desenvolvimento tecnológicos voltados a soluções de problemas de habitação, saneamento básico, pessoas com deficiência, aproveitamento de rejeitos, segurança alimentar e nutricional, bem como apoio a cooperativas populares.

O Governo Federal, na estratégia adotada de expandir a base científica e tecnológica nacional, estimular a inovação tecnológica e integrar as regiões do País ao esforço voltado à capacitação para ciência, tecnologia e inovação, vem ampliando os seus investimentos na área científica e tecnológica, mediante alocação crescente de recursos, no âmbito do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), como evidencia o gráfico a seguir:

Gráfico 1 - Evolução de Gastos com Ciência e Tecnologia
(Outras Despesas Corrente e de Capital, exclusive Doações e Convênios)
R$ milhões



A atuação em ciência e tecnologia, no âmbito do MCT, terá recursos orçamentários da ordem de R$ 4.230 milhões, com destaque aos Fundos Setoriais com R$ 1.939 milhões; à concessão de Bolsas de Estudo com R$ 614,2 milhões e para o apoio e o fomento a projetos de pesquisa e desenvolvimento, com R$ 217,9 milhões.

É importante assinalar que a ciência e tecnologia, por perpassar todas as áreas do conhecimento, conta, ainda, com ações de pesquisa e desenvolvimento em diversos órgãos federais, como os relacionados à educação, principalmente universidades, à agricultura, à comunicação, à saúde, à energia, entre outros.

TELEVISÃO PÚBLICA

As bases conceituais do modelo de TV pública brasileiro foram estabelecidas com a realização do I Fórum Nacional de Televisões Públicas, em maio de 2007, ocasião em que foram apresentados parâmetros para a construção de um novo marco para as televisões públicas:

a) a participação social na gestão e na definição de programação;
b) a independência editorial;
c) o financiamento de suas atividades, derivado substancialmente de fundos públicos;
d) a oportunidade para veiculação de obras audiovisuais de produção independente, assim como para as produzidas localmente.

O modelo público de televisão privilegiará a qualidade da programação, dará oportunidade para a exibição de projetos experimentais, estimulará a formação de

profissionais da área, privilegiará a diversidade cultural do País e poderá exercer uma função crítica e reflexiva a respeito da própria mídia brasileira. A implantação de uma rede nacional de televisão pública tem por missão prestar serviços educativos e culturais à comunidade. Nesse sentido, a proposta de programação veiculada pela rede nacional de televisão pública será importante não apenas por exibir ao público o melhor da arte, da cultura e da informação existentes no País, mas também por levar as emissoras comerciais a revisões e a melhoria de seus padrões de qualidade e diversificação.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR

O modelo de desenvolvimento conduzido pelo Governo Federal tem como elemento fundamental a implementação de uma ativa política industrial, tecnológica e de comércio exterior. Essa política, lançada em 2004, associa medidas de caráter horizontal, voltadas para o aumento da competitividade do setor produtivo como um todo e para a redução das desigualdades regionais. A política industrial tem sido progressivamente aprofundada e operacionalizada, com a adoção de medidas nos campos institucional, tributário e do desenvolvimento tecnológico, entre outros. Há também os instrumentos de suporte financeiro, que hoje representam um conjunto de mecanismos de apoio ao setor produtivo nacional.

O Brasil retoma, assim, uma política industrial ativa, cujos eixos centrais são a inovação e incorporação tecnológica na produção e a inserção competitiva na economia global. A permanente busca por diferenciais de competitividade, numa economia globalizada, exige uma antecipação das demandas futuras para cada ramo da indústria, ao mesmo tempo em que pode impor rupturas tecnológicas, possibilitando ganhos em eficiência, qualidade e inovação nos produtos que serão ofertados.

O destaque que o País vem obtendo com os resultados de suas pesquisas em biotecnologia tem influenciado a demanda por cooperações bilaterais e multilaterais nessa área, o que poderá dinamizar suas relações internacionais, atraindo o fluxo internacional de capitais e o interesse em realizar novos arranjos comerciais que potencializem a competitividade das indústrias nacionais. A união de esforços entre o governo, a comunidade científica e a empresarial no desenvolvimento de projetos conjuntos, na formação de parcerias produtivas, na criação de ambiente favorável a novos investimentos e no desenvolvimento e adaptação de tecnologias, ampliarão a competitividade e dinamizarão o mercado de produtos biotecnológicos.

Nesse sentido, a criação do Centro Nacional de Depósitos de Materiais Biológicos, uma parceria do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro) com o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (Inpi), tem como objetivo não apenas prover o País de uma infra-estrutura necessária para o depósito de patentes no campo da biotecnologia, como também contribuir para a organização de uma infra-estrutura de serviços, que permita a oferta de material biológico certificado para fins de pesquisa e desenvolvimento, de acordo com os requisitos internacionais de segurança e rastreabilidade.

A avaliação da conformidade de sistemas, processos, produtos, insumos e serviços para qualquer finalidade é uma tendência e um requisito para acesso a mercados e permanência nestes, seja no País ou no exterior. Reforçar a confiança da sociedade brasileira nas medições e nos produtos, por intermédio da metrologia e avaliação da conformidade, é o que o Inmetro pretende fazer em 2008, garantindo-se, assim, as condições fundamentais para a competitividade, inovação e harmonização das relações de consumo, aumentando o nível de proteção oferecido ao consumidor e facilitando as exportações brasileiras por meio da superação de barreiras técnicas internacionais. Para tanto, a autarquia vai contar com recursos da ordem de R$ 343,9 milhões para 2008, dos quais R$ 225,8 milhões destinam-se aos institutos estaduais e municipais de pesos e medidas, integrantes da Rede Brasileira de Metrologia Legal e de Qualidade (RBMLQ), para executar atividades metrológicas e de qualidade em todo o Território Nacional.

No campo da propriedade intelectual, o Brasil tem legislação de padrão internacional. No entanto, ainda há muito a ser feito para combater a pirataria, que desestimula o desenvolvimento tecnológico, acarretando perda de competitividade das empresas brasileiras. Para fortalecer o sistema de propriedade intelectual, o Inpi coordenará a formulação e implementação de políticas de proteção dos direitos de propriedade intelectual como forma de estimular a maior geração de marcas e patentes no País, bem como o desenvolvimento tecnológico das empresas brasileiras, contando com recursos da ordem de R$ 71,4 milhões.

No que tange às desigualdades regionais, o Governo Federal tem implementado políticas públicas com o objetivo de promover mais eqüidade no desenvolvimento do País. Para 2008, estão previstos recursos no valor de R$ 119 milhões para a realização de ações que visem à ampliação das exportações da Zona Franca de Manaus (ZFM), o aproveitamento econômico em bases sustentáveis da biodiversidade regional, o estímulo ao desenvolvimento tecnológico e à produção local de componentes, o aumento da densidade industrial da região, por meio do fortalecimento do Pólo Industrial de Manaus (PIM) e o estímulo à interiorização do desenvolvimento da região amazônica.

A promoção do comércio exterior é elemento central na estratégia de desenvolvimento do País. O Governo Federal pretende obter um significativo aumento das exportações, por meio da ampliação das fontes de recursos oficiais e privados de apoio ao exportador, bem como do acesso aos instrumentos de crédito à exportação.

Destaca-se, ainda, o trabalho intenso do Governo Federal para promover a inserção internacional do etanol brasileiro, definido como setor portador de futuro na Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior. A intenção é expandir o mercado de fontes de energia baratas e sustentáveis, e ainda estimular a geração de riqueza e emprego nas regiões produtoras. Os alvos da investida brasileira são países que pretendem prioritariamente implementar programas de uso de combustíveis alternativos, reduzir a dependência externa de petróleo e obter melhorias na qualidade do ar em seus centros urbanos.

INFRA-ESTRUTURA ECONÔMICA

PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC)

A ampliação dos investimentos público e privado em infra-estrutura é uma das condições para promover o desenvolvimento sustentável, com a eliminação dos gargalos para o crescimento da economia, aumento de produtividade e superação dos desequilíbrios regionais e das desigualdades sociais.

Nesse sentido, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) foi concebido no intuito de fortalecer o planejamento estratégico de médio e longo prazo, melhorar os mecanismos e marcos normativos de regulação, ampliar os instrumentos financeiros adequados ao investimento de longo prazo e fomentar as parcerias entre o setor público e o investidor privado e a articulação entre os entes federativos.

Para tanto, os investimentos contemplados no PAC devem ser definidos de acordo com o potencial de retorno sócio-econômico e a maximização das ações que conduzem ao desenvolvimento e integração regionais, prestigiando também a conclusão de iniciativas em implantação e a recuperação dos ativos existentes.

O PAC, maior programa estratégico de investimentos do Brasil das últimas quatro décadas, vai possibilitar em 2008 um aporte de recursos para investimentos em infra-estrutura da ordem de R$ 18 bilhões, nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social. No tocante ao Orçamento de Investimentos, serão destinados R$ 27,1 bilhões para a execução de empreendimentos a cargo das empresas estatais federais, o que representa um incremento de aproximadamente 48,1% em relação aos recursos alocados para o corrente ano, no montante de R$ 18,3 bilhões.

TRANSPORTES

No setor de transportes, o Governo Federal tem a missão de promover a oferta permanente de infra-estrutura e serviços que favoreçam o deslocamento de pessoas e bens, observando os aspectos de segurança, tempestividade e redução de custos para o usuário. Para a consecução desses objetivos o Governo busca consolidar para 2008 um conjunto de ações e projetos que proporcionem eficácia ao sistema de transportes.

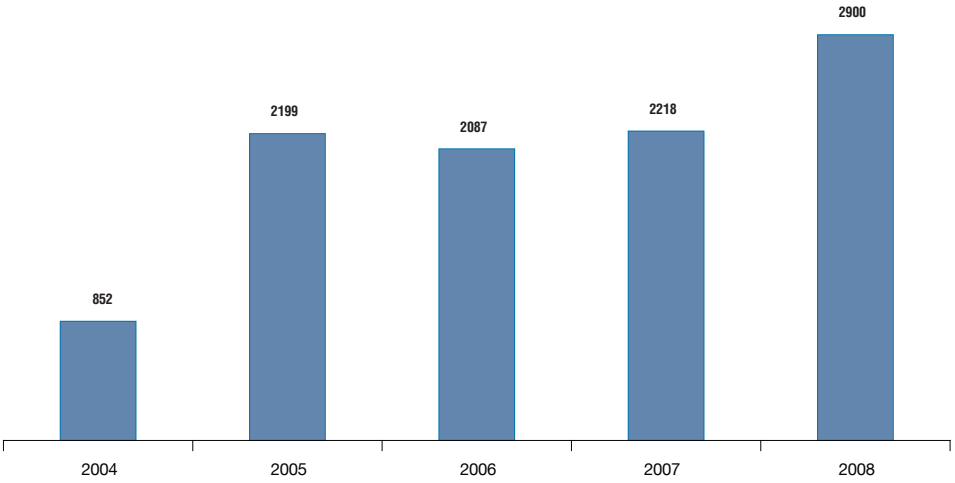
Aliado a essas iniciativas, encontra-se em desenvolvimento o Plano Nacional de Logística e Transportes (PNLT), que objetiva formalizar e perenizar uma base de dados e instrumentos de análise, sob a ótica logística, para dar suporte ao planejamento de intervenções públicas e privadas na infra-estrutura e na organização dos transportes. Trata-se, essencialmente, de um plano indicativo que permitirá visualizar o necessário desenvolvimento do setor dos transportes em face das demandas futuras, associadas com a evolução da economia nacional e sua inserção no mundo globalizado até 2023.

No que concerne à cadeia logística, o Brasil utiliza fundamentalmente o modal rodoviário. Em valores aproximados, as rodovias respondem pela movimentação de 95% dos passageiros e de 58% do fluxo de carga no País, sendo que, se excluído o transporte de minério de ferro, essa participação supera 70%.

Ciente de que a economia brasileira continuará dependente deste modal de transporte no futuro, em que pese a adoção de medidas destinadas ao fortalecimento dos outros modais, a União tem desenvolvido uma política para o setor que assegure a qualidade da infra-estrutura rodoviária existente com o objetivo de dar suporte aos fluxos crescentes de mercadorias e pessoas, com qualidade e segurança.

Com o intuito de melhorar as condições de trafegabilidade de 22,4 mil km da malha rodoviária em todo o País, estão previstos investimentos em 2008 da ordem de R$ 2,9 bilhões, envolvendo ações de recuperação, restauração, conservação, sinalização e de controle de peso. Conforme pode ser verificado no Gráfico 2, o Governo Federal tem aportado recursos crescentes na manutenção da malha rodoviária federal, tendência essa que, uma vez mantida, possibilitará o atingimento da meta de 62% das rodovias classificadas como em bom estado, até o exercício de 2010.

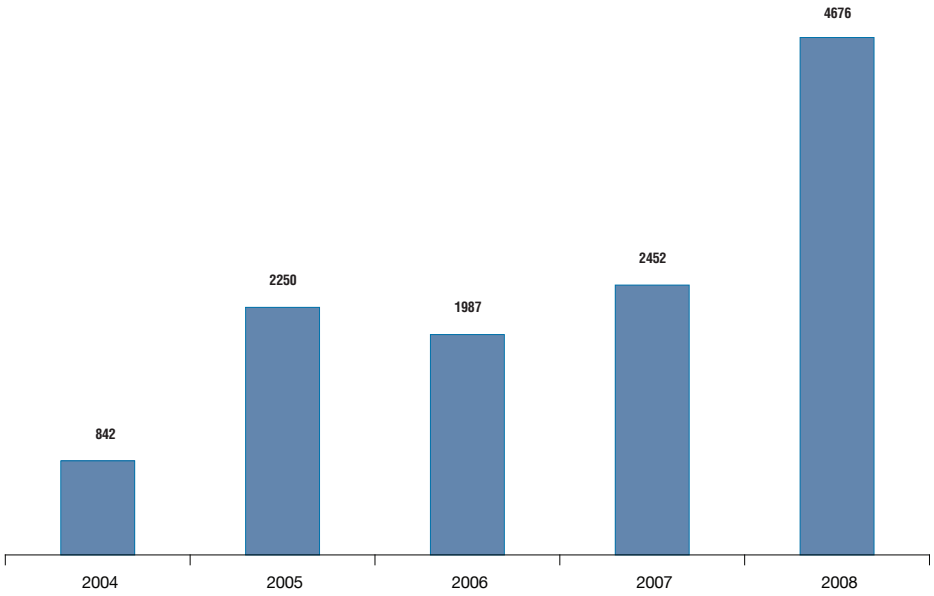
Gráfico 2 - Dados Orçamentários sobre a manutenção da malha rodoviária federal, 2004-2008 (R$ milhões)



Fonte: Sistema Integrado de Dados Orçamentários (SIDOR).
Nota: Nos exercícios de 2004 a 2006, os valores correspondem ao executado e, em 2007 e 2008, à despesa estimada no Projeto de Lei Orçamentária.

O investimento necessário à expansão de capacidade no setor rodoviário, visando ao maior atendimento do fluxo de veículos, à redução do tempo de viagem e ao aumento da segurança dos usuários, atingirão R$ 4,7 bilhões em 2008, conforme Gráfico 3, para construção e adequação da malha rodoviária federal.

Gráfico 3 - Dados Orçamentários sobre a construção e adequação de Rodovias Federais, 2004-2008 (R$ milhões)



Fonte: SIDOR.
Nota: Nos exercícios de 2004 a 2006, os valores correspondem ao executado e, em 2007 e 2008, à despesa estimada no Projeto de Lei Orçamentária.

No conjunto desses investimentos que permitirão ampliar a capacidade das rodovias, merece destaque a expansão da BR-101, que percorre boa parte de litoral brasileiro no sentido Norte-Sul, do Estado do Rio Grande do Norte ao do Rio Grande do Sul. Em 2008, o Governo Federal investirá R$ 1,2 bilhão em obras de adequação da capacidade e de modernização da rodovia, nas Regiões Nordeste e Sul e no Estado do Espírito Santo, atualmente considerados trechos estratégicos para o desenvolvimento da economia local e do País.

Os recursos propostos para a BR-101 nordeste, considerada a principal ligação entre as capitais litorâneas nordestinas e o centro-sul do País, trarão inúmeros benefícios econômicos e sociais, compreendendo toda a extensão entre Natal, no Estado do Rio Grande do Norte, e Palmares, no Estado de Pernambuco. Ao todo, são 335,7 km de rodovia, divididos em oito lotes, dos quais três se encontram em execução e os outros cinco lotes, em fase de licitação.

Na Região Sul do País, a duplicação da BR-101 trará benefícios para a população de 26 Municípios, nos Estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. A obra reforçará a economia regional e facilitará a ligação com os outros Estados e com os países do Mercado Comum do Sul (Mercosul). A produção agropecuária e industrial será escoada com mais rapidez, tornando-se mais competitiva no mercado internacional. Além disso, a restauração e a construção de novas pistas vão propiciar a interligação multimodal dos pólos produtivos aos portos marítimos de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, bem como a integração econômica regional e nacional.

A utilização BR-101 no Estado do Espírito Santo para escoamento de produção e acesso de turistas, simultaneamente ao tráfego local, constitui um dos maiores problemas de segurança de trânsito e de estrangulamento da capacidade viária do Município de Serra, situado na área de influência de Vitória. Como medida mitigadora, foi proposta a construção de um contorno entre o km 249 da BR-101 norte e o km 275 da BR-101 no Contorno de Vitória, com uma extensão de 26 km, em pista dupla, assentada em faixa de domínio de 120 m. A obra possibilitará desviar do segmento urbano a maior parte do tráfego de passagem, principalmente o de veículos de cargas, da área metropolitana do Município.

A percepção das vantagens inerentes ao escoamento da crescente produção agrícola do norte de Mato Grosso, pelos portos de Miritituba ou de Santarém, tornou o asfaltamento da BR-163 uma obra estratégica para o desenvolvimento regional e nacional, também considerada uma obra de expansão da capacidade rodoviária. A pavimentação dessa rodovia possibilitará uma expressiva redução nos custos de transporte da safra agrícola e também servirá para escoar produtos eletro-eletrônicos da Zona Franca de Manaus ao mercado do Centro-Sul do País.

No exercício de 2008, estima-se que serão pavimentados os trechos da BR-163, entre a divisa dos Estados de Mato Grosso e Pará até Santarém, e da BR-230 entre Marabá e Altamira, ambos no Estado do Pará, com recursos da ordem de R$ 450 milhões.

O rodoanel Mário Covas, considerado uma das obras de infra-estrutura mais importantes para o Estado de São Paulo, com 175 km de extensão, é outro importante exemplo dos investimentos realizados na expansão da malha rodoviária. O rodoanel está sendo construído em torno da Região Metropolitana do Estado com o objetivo de diminuir o intenso tráfego, sobretudo de caminhões, nas duas vias marginais da metrópole, Pinheiros e Tietê. Seu trecho sul, com traçado de 61,4 km de extensão, encontra-se em execução desde maio de 2007, com previsão de término em 2010, e contará com recursos federais da ordem de R$ 300 milhões para o próximo ano. Seu percurso tem início em Mauá, passa por Santo André, São Bernardo, São Paulo, Itapecerica da Serra e Embu e termina na ligação com o trecho oeste na rodovia Régis Bittencourt.

E ainda, vale destacar o arco rodoviário do Rio de Janeiro, com recursos da ordem de R$ 196 milhões em 2008, obra integrante do PNLT, que ligará o Porto de Sepetiba às rodovias BR-101, entre aquele Estado e São Paulo, e BR-040, entre o Rio de Janeiro e o Município de Juiz de Fora. Essa obra, quando finalizada, dinamizará parte importante das Regiões Sudeste, Sul e Nordeste ao possibilitar um melhor escoamento de parte da produção de São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo e Bahia, além aliviar o tráfego na Avenida Brasil, principal via de acesso ao centro do Rio de Janeiro.

A adequação da BR-381, trecho Belo Horizonte–Governador Valadares, com 74 km de extensão, será contemplada com R$ 160 milhões e tem como objetivo a modernização do traçado da rodovia que atravessa região montanhosa, o aumento da segurança e a conseqüente redução no número de acidentes, tendo em vista que tornará o trecho apto

para o intenso tráfego atual, marcado pelo escoamento de produtos siderúrgicos do Vale do Aço. Além disso, quando concluída, propiciará uma redução do tempo de ligação e dos custos de transporte entre os Municípios locais e grandes centros econômicos tais como: Governador Valadares, Ipatinga, Timóteo, João Monlevade e Belo Horizonte.

O modal ferroviário, por sua vez, tem como características importantes a grande eficiência do transporte de grandes volumes e a longa distância, além de ser seguro, econômico e pouco poluente, inclusive mediante a possibilidade de utilização do biodiesel como combustível. Além do mais, as concessionárias incorporaram ao sistema novas tecnologias em virtude da observação dos ganhos e oportunidades inerentes ao sistema, fato que lhes possibilitou a oferta de um serviço de transporte diferenciado, tornando-o mais atrativo e incorporando produtos com maior valor agregado à sua atividade.

Do ponto de vista da logística e da produtividade do transporte, estão sendo viabilizadas alternativas de investimento em segmentos capazes de dinamizar a utilização da malha ferroviária, destacando-se os seguintes projetos:

a) construção do segmento da Ferrovia Norte-Sul entre Araguaína e Palmas, com 359 km de extensão, a ser financiada com o aporte de recursos privados oriundos da outorga da subconcessão para operação, conservação, manutenção, monitoramento e adequação, durante 30 anos, do trecho Açailândia–Araguaína–Palmas;
b) a implantação da Ferrovia Nova Transnordestina, com extensão de 1.860 km, abrangendo 905 km de novas linhas e 955 km de reconstrução de vias existentes, que permitirá a ligação entre Eliseu Martins (PI) a Araripina (PE) e, daí, até os portos de Pecém, no Estado do Ceará, e de Suape, no Estado de Pernambuco, num investimento da ordem de R$ 4,5 bilhões, dos quais R$ 3,95 bilhões oriundos de financiamentos junto a organismos e fundos públicos, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR) e o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE);
c) a construção dos tramos norte e sul do anel ferroviário de São Paulo, mais conhecido como Ferroanel, empreendimento de fundamental importância para a dinamização do transporte ferroviário na região Sudeste, por otimizar o acesso aos portos de Sepetiba (RJ) e Santos (SP).

Entre as intervenções executadas nos corredores ferroviários para remoção de estrangulamentos, visando maiores benefícios econômicos e sociais destacam-se, em 2008, a adequação de ramal ferroviário no perímetro urbano de Barra Mansa no Rio de Janeiro, além dos contornos ferroviários entre São Felix e Cachoeira e Camaçari, na Bahia, de Araraquara, em São Paulo, e de São Francisco do Sul e Joinville, em Santa Catarina, cujos investimentos previstos são da ordem de R$ 206,4 milhões para a realização de 43 km de ferrovia.

Na área portuária, com o aperfeiçoamento dos processos de regulação e gestão dos serviços concedidos, a política do setor direciona-se para a oferta de melhores condições de

acessibilidade dos portos, tanto do ponto vista do acesso marítimo, mediante programas de dragagem de aprofundamento e de manutenção dos canais de acesso, bacias de evolução, bacias de fundeio e áreas de atracação dos principais portos, como do ponto de vista do acesso terrestre, por intermédio de um programa de otimização das ligações rodoviárias e ferroviárias, com a eliminação de gargalos existentes nas proximidades das áreas portuárias e o estabelecimento de novos pátios reguladores de carga fora das regiões portuárias.

A expansão da capacidade de movimentação dos portos depende da realização de investimentos de grande porte, observando que a operação portuária não se reduz à faixa do cais, envolvendo um sistema de logística, que vai desde os armazéns e entrepostos do interior do País até o armazenamento na retroportuária e no acondicionamento dentro das embarcações. A melhoria da produtividade desse sistema é condição fundamental para a atividade portuária, a qual constitui uma movimentação de mercadorias oriundas de embarcações marítimas ou fluviais, numa área definida, cujo objetivo é o comércio exterior, com geração de divisas e equilíbrio da balança comercial brasileira.

Sob esse enfoque, o Orçamento Fiscal de 2008 destinará ao setor portuário o montante de R$ 769,8 milhões, dos quais R$ 600 milhões estão inseridos no PAC. No Orçamento de Investimentos estão sendo programados recursos da ordem de R$ 310,8 milhões nas Companhias Docas, sendo que R$ 258,1 milhões serão originários do Tesouro Nacional para aumento de capital das respectivas empresas.

Entre os principais investimentos contemplados destacam-se:

a) as obras de dragagem e aprofundamento e adequação de canais de acesso e bacias de evolução nos Portos de Itaguaí, no Rio de Janeiro, de Santos, em São Paulo e de Rio Grande, no Rio Grande do Sul;
b) recuperação dos molhes de abrigo do Porto de Imbituba, em Santa Catarina, e dos molhes de proteção do Porto de Maceió, Alagoas;
c) ampliação dos molhes do canal de acesso ao Porto de Rio Grande
d) implantação da avenida perimetral portuária no Porto de Santos, em São Paulo;
e) além da repotencialização do Sistema de Atracação de Navios do Terminal Salineiro de Areia Branca, no Rio Grande do Norte.

Destaca-se, ainda, no âmbito do Programa Nacional de Dragagem, a alocação de R$ 191,7 milhões para a adequação da navegabilidade em portos marítimos.

É importante ressaltar, finalmente, que os portos deixaram de ser apenas locais onde se realizam a movimentação, o armazenamento e o transbordo de cargas. Representam, hoje, um elo fundamental na reestruturação da matriz transporte, colaborando, de forma significativa, para a elevação da competitividade das empresas e o aumento das exportações do País.

O setor hidroviário está estruturado segundo a diretriz de que o aproveitamento de rios para a geração de energia elétrica deva permitir a instalação de eclusas ou outro

tipo de dispositivo de transposição dos desníveis resultantes, de forma a não inviabilizar a navegação fluvial e a ampliar a participação desse modal na matriz de transporte brasileira. Em 2008, destaca-se a continuidade das obras de construção das eclusas de Tucuruí, no Rio Tocantins, com recursos da ordem de R$ 220 milhões.

A construção das eclusas de Tucuruí é imprescindível ao aproveitamento econômico do grande potencial agropecuário, florestal e mineral já identificado no Vale do Tocantins-Araguaia, que depende da oferta de meios de transporte maciços, de baixo custo e baixo consumo energético, face ao pequeno valor unitário das cargas a serem geradas e às grandes distâncias a serem percorridas.

Com vistas a proporcionar maior segurança nas operações de embarque e desembarque de cargas e passageiros, de navegação fluvial interior, e maior controle na fiscalização do transporte aquaviário, o Governo investirá R$ 115 milhões na construção de terminais nos Estados das Regiões Norte, Centro-Oeste e Sudeste, destacando-se os Municípios de Novo Airão, Manicoré, Maués, Japurá, Rio Preto da Eva, Barreirinha, Itapiranga, Careiro da Várzea, Codajás, Anori, Tapauá e Humaitá, no Estado do Amazonas; Oriximiná, Óbidos, Conceição do Araguaia, Cametá, Santarém Novo, Juriti no Pará e Porto Velho, em Rondônia.

O Governo também está retomando os investimentos na indústria naval, a partir da modernização de estaleiros, construção de navios e qualificação da mão-de-obra. Parte dessas iniciativas está prevista na primeira fase do Programa de Modernização e Expansão da Frota da Petrobras Transporte (Transpetro), empresa subsidiária da Petrobras, que deverá criar 22 mil empregos diretos. Para tanto, em 2008, estão previstos investimentos da ordem de R$ 572 milhões, para aquisição de navios em estaleiros nacionais.

No total, o Programa prevê a construção 42 navios, 26 deles nesta primeira fase, com o objetivo de substituir outras embarcações de grande porte, ampliar e modernizar a frota própria da Transpetro, aumentar a capacidade de atendimento às necessidades de transporte do sistema Petrobras e contribuir para a revitalização do segmento de construção de grandes navios, promovendo desenvolvimento para o Brasil, com geração de tecnologia, empregos e renda.

Além da navegação de longo curso, a de cabotagem e interior também será contemplada com a construção de várias embarcações, com vistas a incrementar a competitividade do País na exportação de grãos e de granéis líquidos, aumentar a segurança no transporte e reduzir o nível de acidentes ambientais. Serão financiadas também embarcações de passageiros em travessias urbanas e linha fluvial, em atendimento aos requisitos de segurança e mobilidade humana, além de rebocadores, em substituição às embarcações obsoletas, e para suprir nossos portos de equipamentos adicionais.

Cabe destacar, ainda, o Programa Nacional de Financiamento da Ampliação e Modernização da Frota Pesqueira Nacional (Profrota Pesqueira), gerenciado pela Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca (SEAP) e financiado com recursos do Fundo da Marinha

Mercante e dos Fundos Constitucionais do Norte e do Nordeste. Além de financiar a renovação da frota, o Programa tem caráter de ordenamento pesqueiro, conduzindo a atividade para uma prática ambientalmente sustentável.

Em relação à infra-estrutura aeroportuária, o Orçamento Fiscal da União de 2008 destinará R$ 1,4 bilhão para investimentos em ampliação, reforma, construção e modernização de aeroportos localizados em diversas regiões do País. Desse total, R$ 985 milhões serão repassados à Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero), a título de aporte do Tesouro Nacional no seu capital, para empreendimentos inseridos no PAC, com o intuito de melhorar os terminais de passageiros e obras complementares para aumentar o fluxo turístico, ampliando o conforto e a segurança dos usuários de diversos aeroportos, com destaque para os de Goiânia, Curitiba, Vitória, de Guarulhos, Brasília e Recife.

O setor aeroportuário prevê, ainda, cerca de R$ 233,9 milhões para atuação da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), criada em 2005, com a finalidade de regular e fiscalizar o setor aéreo. Em 2008, a ANAC buscará sedimentar a sua estrutura, de forma a possibilitar maior desenvolvimento, segurança e eficiência da aviação civil.

No Orçamento de Investimento para 2008, a Infraero tem programados investimentos no montante de R$ 1,7 bilhão para atender projetos de reforma e ampliação de alguns dos 66 aeroportos sob sua responsabilidade. Desse valor, R$ 985 milhões decorrem do repasse de recursos da União para aplicação em programações contempladas no PAC.

SETOR ENERGÉTICO

O conteúdo renovável da matriz energética brasileira é de cerca de 45%, significativamente superior à média mundial, que gira em torno de 14%. Considerando-se a geração de energia elétrica, esse conteúdo é próximo de 80%, constituído, em sua maioria, por empreendimentos hidrelétricos.

Estima-se que a demanda por energia cresça rapidamente, fato que representa um grande desafio à elaboração de políticas públicas voltadas ao setor, em especial no que concerne às fontes de financiamento. Para tanto, o Governo Federal iniciou reformas com vistas à obtenção de capitais privados e à redução de custos por meio do incremento da competitividade.

No que tange ao petróleo e ao gás, a política setorial visa garantir o abastecimento do País, com ênfase na qualidade, na modicidade dos preços e na participação equilibrada dos seus derivados e de combustíveis renováveis na matriz energética brasileira, com formulação de diretrizes para assegurar também o desenvolvimento sustentável das indústrias afetas.

Verifica-se que a exploração e produção de petróleo e gás natural envolvem um elevado índice de incertezas e exige um alto nível de investimentos para sua efetivação, especialmente quando se trata da prospecção em lâminas de águas profundas e

ultraprofundas. Dessa forma, tem sido promovido o aprimoramento das Rodadas de Licitações de áreas de exploração e produção de petróleo e gás, de forma a tornar blocos ofertados mais atrativos do ponto de vista exploratório.

No 1º semestre de 2007, a produção média da Petrobras foi de 1,8 milhão de barris por dia. Com a entrada em operação de quatro novas plataformas, P-52, P-54, FPSO-Cidade de Vitória e Piranema, a produção deve alcançar até o final deste exercício dois milhões de barris por dia. As empresas do Grupo Petrobras, com vistas a ampliar a oferta de petróleo e gás natural e manter estrutura de produção em condições adequadas, investirão R$ 24,3 bilhões em 2008.

No âmbito do Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural (Prominp), que elevou as exigências de participação nacional nos fornecimentos para a Petrobras, desde 2003, foram contratadas e estão em construção quatro plataformas de produção e uma de rebombeio, com investimentos superiores a R$ 9 bilhões, além de estar prevista a construção de mais três outras plataformas.

No que se refere à modernização e adequação dos sistemas de produção das diversas unidades de refino de petróleo, os investimentos em 2008 atingirão R$ 9,1 bilhões, em dez refinarias existentes, o que permitirá a melhoria da qualidade dos produtos, com conseqüentes ganhos ambientais, e o aumento da participação do processamento de petróleo nacional pesado, em substituição ao importado. Esse conjunto de investimentos possibilitará, também, aumentar a capacidade nacional de refino em 100 mil barris por dia.

E ainda, está prevista a construção de duas novas unidades de refino, com investimentos totais de R$ 18,7 bilhões. Uma será em Pernambuco, com capacidade de processamento de petróleo de duzentos mil barris por dia, com operação projetada para 2011, e a outra, no Rio de Janeiro, com capacidade de 150 mil barris por dia, produzindo petroquímicos de alto valor agregado.

Cabe destacar que, aliado à garantia do abastecimento de petróleo e gás, o Governo Federal julga preponderante o aperfeiçoamento do modelo regulatório e de fiscalização, de forma a garantir aos consumidores o suprimento de derivados de petróleo e álcool em todo o Território Nacional, com qualidade, preço adequado e oferta diversificada. Nesse sentido, a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) tem envidado esforços, com vistas a atender às denúncias apresentadas por consumidores e concorrentes quanto a adulterações de qualidade, formação de cartel por parte de distribuidores e revendedores, entre outros.

No que tange à política para o setor elétrico, um dos principais objetivos deve ser o de ampliar o conhecimento do potencial hidrelétrico, mediante a obtenção de informações realmente fidedignas que possam ser empregadas na comparação com outras alternativas e, assim, estabelecer o limite desse potencial em termos de viabilidade ambiental, dentro de custos plausíveis para atendimento da demanda de energia elétrica, com qualidade, confiabilidade, economia de combustíveis e maximização das diversidades hidrológicas regionais.

As empresas estatais federais foram contempladas com R$ 1,2 bilhão em programações constantes do PAC que deverá ser aplicado em obras de expansão da capacidade de geração de energia elétrica, destacando-se R$ 542 milhões para a implantação da Usina Termelétrica de Candiota III, com 350 MW de capacidade, e R$ 465 milhões para a implantação da Usina Hidrelétrica de Simplício, com 305,7 MW, e Sistema de Transmissão Associado, com 120 km de extensão.

Adicionalmente, em 2008, serão feitos investimentos que contarão com recursos públicos e privados da ordem de R$ 40 bilhões, os quais possibilitarão acrescer cerca de 3,6 MW de capacidade de geração ao atual potencial hidrelétrico instalado, enquanto que na área de transmissão serão construídos pelo menos cinco mil km em novas linhas, além das subestações associadas.

Com vistas à universalização do acesso à energia elétrica em áreas isoladas, será dada continuidade ao Programa Luz para Todos de forma a garantir o cumprimento das metas estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), qual seja, levar a energia elétrica para 10 milhões de brasileiros que vivem em áreas rurais e isoladas do País até o final de 2008. Para tanto, serão investidos pelo Governo Federal cerca de R$ 20 milhões, com recursos do Orçamento Fiscal, para atendimento de 81 mil famílias, e R$ 566,2 milhões pelas empresas estatais do setor elétrico.

Em paralelo à maior utilização da energia hidrelétrica, a experiência no uso de combustíveis obtidos de biomassa se destaca como uma das principais soluções encontradas para o enfrentamento da ameaça global de mudanças climáticas e escassez de energia, solução essa reconhecida internacionalmente.

Durante quase meio século, o Brasil tem desenvolvido pesquisas sobre biodiesel e promovido iniciativas para usos em testes, sendo um dos pioneiros ao registrar patente sobre o processo de produção de combustível, em 1980. No atual Governo, por meio do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB), foram definidas as linhas de financiamento, organizada a cadeia produtiva, estruturada a base tecnológica e editado o marco regulatório do novo combustível, que estabelece as condições legais para a introdução do biodiesel na matriz energética brasileira de combustíveis líquidos.

Por ser derivado de fontes renováveis, o biodiesel é biodegradável, pode ser obtido por diferentes processos e produzido a partir de óleos vegetais, existindo dezenas de espécies vegetais no Brasil que podem ser utilizadas, tais como mamona, dendê, girassol, babaçu, amendoim, pinhão manso, pequi e soja. Ademais, poderá substituir total ou parcialmente o óleo diesel de petróleo em motores automotivos, como de caminhões, tratores, camionetes, automóveis, ou estacionários, como geradores de eletricidade e calor, podendo ser usado puro ou misturado ao diesel em diversas proporções.

Destaca-se que a dimensão e a diversidade do mercado para o biodiesel permitirá a ampliação do parque industrial em todo o País, possibilitará o surgimento e a evolução de novas empresas no setor e de diversas soluções inovadoras, com elevado padrão

de qualidade e tecnologia de ponta. Em 2008 serão destinados recursos da ordem de R$ 220,0 milhões para investimentos na instalação de novas plantas de biodiesel.

COMUNICAÇÕES

O processo contínuo de digitalização dos meios de comunicação, em âmbito mundial, tem se caracterizado como um fenômeno promotor de transformações em vários domínios, desde o modo de vida das pessoas até a organização do trabalho e das atividades econômicas. Essas mudanças delineiam as características centrais da chamada sociedade da informação, permeando regiões, organizações e indivíduos, além de permitir a integração e dinamização das relações sociais, políticas e econômicas.

A mobilização de esforços coordenados envolvendo o governo, as empresas e a sociedade civil reflete o sucesso do processo regulatório, que revelou o potencial do mercado, criou o regime privado de prestação de serviços, liberou os preços, estabeleceu novas faixas de radiofreqüências e realizou licitações na busca do modelo de competição em infra-estrutura com compartilhamento de rede por área geográfica, o que tem corroborado para que os usuários atualmente disponham de um maior número de opções na telefonia e para a melhoria da qualidade dos serviços prestados.

As ações implementadas pelo governo nos últimos anos, no que diz respeito à inclusão digital e à universalização dos serviços de telecomunicações, como os serviços de telefonia móvel, Internet e banda larga, entre outros, convergem para um cenário auspicioso no contexto nacional e mundial e são balizadoras da política que norteia a programação para 2008.

Na telefonia fixa, assinala-se uma queda dos acessos, de 39,8 milhões em 2005 para 38,8 milhões ao final de 2006, decorrente, principalmente, da popularização do telefone celular pré-pago. Por outro lado, o crescimento dos novos serviços é expressivo em virtude das inovações tecnológicas, pois desde a privatização das empresas do Serviço Telebrás, o número de acessos a diversos serviços cresceu de 7,4 milhões em 1998 para 99,9 milhões ao final de 2006.

No âmbito da Exploração de Satélites, foram concluídos vários processos de coordenação internacional de freqüências envolvendo redes brasileiras, entre os quais se destacam como os de maior complexidade e relevância os referentes às redes de satélite Simon Bolívar 2, Inmarsat e Skynet, para os quais já foram aprovados a autorização para abertura do procedimento licitatório e o edital de licitação para conferir Direito de Exploração de Satélite Brasileiro para Transporte de Sinais de Telecomunicações.

No que concerne aos serviços de comunicação de massa de interesse coletivo, a TV por Assinatura apresentou crescimento significativo nos três últimos anos, alcançando 4,6 milhões de assinantes. Esse aumento pode ser atribuído à permanência de fatores econômicos favoráveis à ampliação da oferta de pacotes de programação a preços mais acessíveis às classes B e C, ao início da oferta de serviços de voz pelas principais empresas

do setor, e, principalmente, à ampliação da oferta de acesso à Internet em alta velocidade por meio das redes de TV por Assinatura.

A expansão de acessos à Internet banda larga integra o rol de prioridades da atual política do setor e prevê-se para 2008 a disponibilização de 6.991 telecentros, de acesso gratuito à população, que viabilizarão a recepção de programas de TV educacionais e de telemedicina, realização de cursos profissionalizantes, treinamento de professores, entre outros.

Ainda no contexto da política definida para o setor, interagir com os usuários é preocupação permanente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), que passou a exigir das prestadoras o efetivo cumprimento das metas definidas no Plano Geral de Metas de Qualidade. Nesse sentido, entre outras ações, destacam-se para 2008 a realização de aproximadamente 200 mil ações de fiscalização e a manutenção de diversos serviços como a Central de Atendimento, Sala do Cidadão, Fale Conosco, que atuam na defesa e proteção dos direitos dos usuários e fornecem subsídios úteis para as ações de fiscalização, revisão de regulamentos, controle de obrigações e orientações às prestadoras, entre outros.

A implantação iminente da TV Digital constitui um dos fatores mais marcantes para o desenvolvimento do País. A conclusão da primeira fase do projeto do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre (SBTVD-T), da qual participaram mais de 80 instituições de pesquisa e 1.200 pesquisadores que se dedicaram a prospectar alternativas para a construção de uma plataforma digital de radiodifusão, mediante a incorporação de inovações brasileiras ao padrão japonês, evidenciou a capacidade interna de desenvolver e fomentar tecnologias compatíveis com os avanços empreendidos.

Várias ações a serem implementadas em 2008 são fruto de estudos desenvolvidos, como, por exemplo, a revisão do Plano Básico de Distribuição de Canais de Televisão Digital –(PBTVD) nas capitais. O principal objetivo desses estudos é permitir que os sistemas analógicos, hoje em operação, possam coexistir sem potenciais interferências mútuas com as transmissões digitais, haja vista que deverão ocorrer de modo simultâneo até 2016.

Para 2008 está prevista a estruturação de uma rede de pesquisas em torno do tema, concentrando investimentos nas tecnologias que diferenciam nosso sistema dos demais em operação no mundo, como o *middleware* e a tecnologia de codificação.

DESENVOLVIMENTO URBANO

O Governo Federal tem trabalhado na formulação e execução da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU), que envolve, principalmente, investimentos diretos e indiretos nos setores de habitação, de saneamento ambiental e de mobilidade urbana.

A implementação da PNDU tem por propósito beneficiar, principalmente, a população urbana com renda de até cinco salários mínimos, efetivando a função social

das cidades e da propriedade urbana. Nesse sentido, é imprescindível conferir novo significado à campanha dos Planos Diretores Participativos, orientada para a sua efetiva implementação, com especial ênfase nos instrumentos de política fundiária.

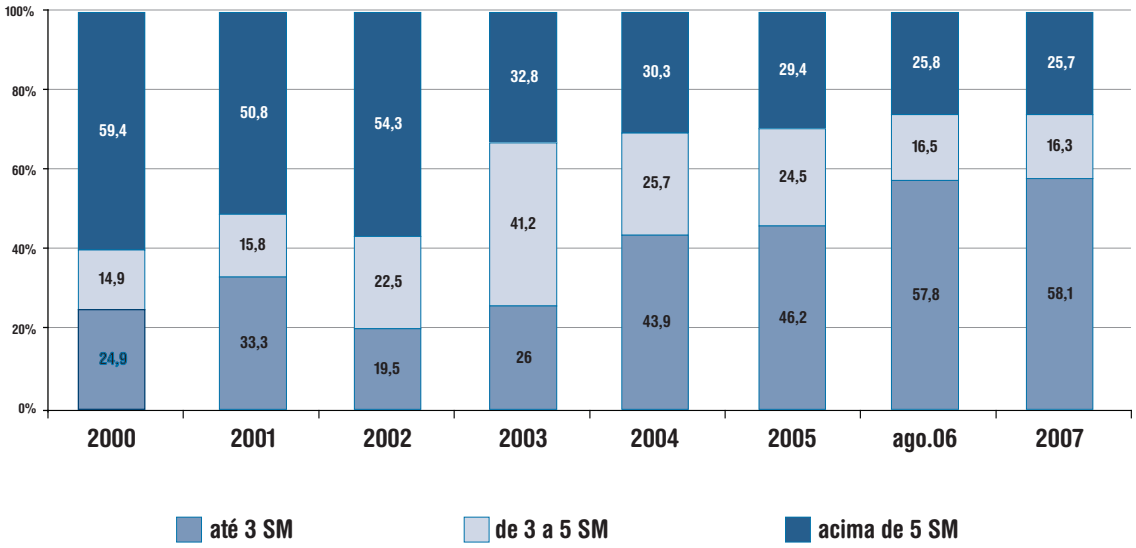
Para 2008, são previstos recursos do Orçamento Fiscal da ordem de R$ 12,6 milhões para apoiar projetos de regularização fundiária em assentamentos informais, de forma a possibilitar a 48 mil famílias acesso a terras regularizadas, em consonância com os princípios da política de habitação de interesse social e das demais políticas urbanas e de inclusão social.

A questão habitacional no atual governo situa-se no bojo de um projeto de política pública de longo prazo, cuja prioridade é promover condições de moradia digna, com urbanização, melhoria das unidades habitacionais, qualidade e produtividade do setor de construção civil e desenvolvimento institucional do Sistema Nacional de Habitação e dos diversos agentes que nele atuam.

Cabe destacar o volume significativo de investimentos em habitação, que chegou a R$ 35,1 bilhões no período entre janeiro de 2003 e dezembro de 2006, com recursos oriundos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS) e da Caixa Econômica Federal (CEF). Esse volume contempla mais de 1,8 milhão de famílias, sendo que 71% desses recursos foram canalizados para demanda habitacional de famílias de baixa renda.

O Gráfico 4 revela o atendimento das necessidades habitacionais da população de baixa renda nos últimos anos, com aumento do percentual dos empréstimos destinados às famílias com renda de até três salários mínimos, que compõem a maior parcela do déficit habitacional brasileiro.

Gráfico 4 - Investimentos em Habitação por faixa salarial, 2000-2007



Fonte: Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades.

No intuito de garantir o acesso à terra urbanizada e à moradia digna, bem como melhorar a qualidade das habitações da população de baixa renda, serão destinados no Orçamento Fiscal 2008 R$ 1.980,7 milhões, incluídas as dotações do Programa Habitar Brasil, e R$ 450 milhões, para subsidiar a habitação de interesse social, beneficiando cerca de 144,3 mil famílias.

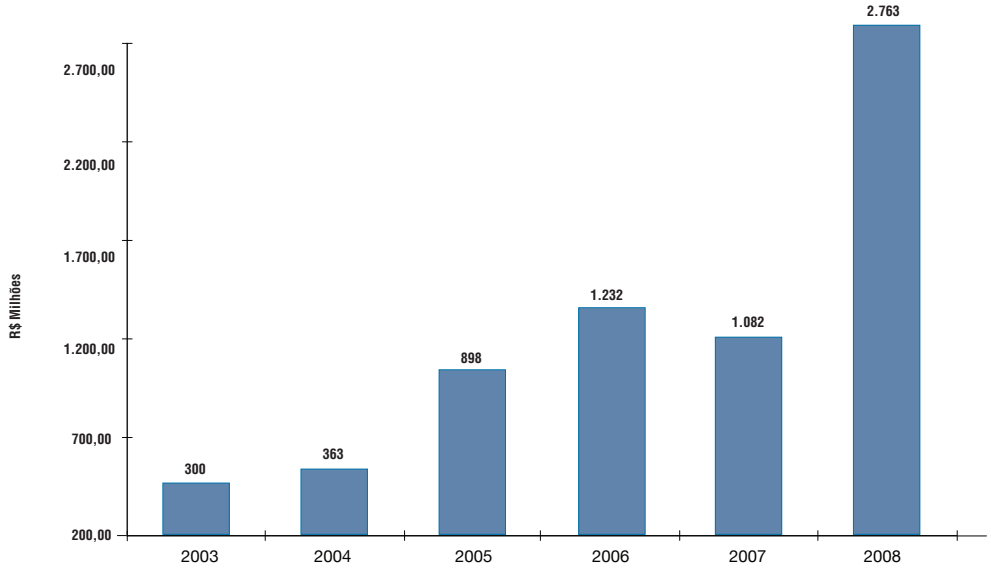
A Política de Saneamento, por sua vez, não pode ser tratada de forma dissociada da Política Habitacional, principalmente quando voltadas para os segmentos mais desprovidos de renda da sociedade. Neste ensejo, a aprovação do marco regulatório para o saneamento básico, na forma da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que definiu regras para o setor, possibilitará o avanço do desenvolvimento e da universalização do saneamento básico no País.

Cabe destacar que, como uma questão essencialmente de saúde pública, o acesso à água tratada de qualidade e em quantidade satisfatória, bem como a adequação da oferta dos demais componentes do saneamento básico, devem ser tratados como um direito fundamental do cidadão, essenciais para a melhoria de sua qualidade de vida.

Ressalta-se que, como estratégia de atuação institucional, o Ministério das Cidades (MCid) priorizará, em suas ações, Municípios com população superior a 50 mil habitantes, enquanto que o Ministério da Saúde (MS), por intermédio da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), assistirá aos demais Municípios. Para tanto, em 2008, serão alocados recursos globais da ordem de R$ 2,8 bilhões, envolvendo o abastecimento de água, esgotamento sanitário, resíduos sólidos e drenagem urbana.

O Gráfico 5 revela o atendimento das necessidades de saneamento da população de baixa renda nos últimos anos, com aumento dos recursos constantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, cujas ações, conforme dito anteriormente, são principalmente voltadas para o atendimento da população com renda até cinco salários mínimos.

Gráfico 5 - Ações de Saneamento – Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, 2004-2008:



Fonte: SIDOR.
Nota: Nos exercícios de 2003 a 2006, os valores correspondem ao executado, em 2007 e em 2008, à despesa estimada no Projeto de Lei Orçamentária.

Os serviços de transportes urbanos vêm passando por uma profunda crise em decorrência de baixos investimentos, aumento dos custos, concorrência desleal do transporte clandestino alternativo, elevada carga tributária, gratuidades e descontos sem fontes alternativas de financiamento e, sobretudo, pela baixa produtividade das redes de transporte, cuja ineficiência é repassada para as tarifas, assim como todos os demais custos do sistema, diretos ou indiretos, que são arcados exclusivamente pelos usuários pagantes. A exemplo da experiência exitosa do marco regulatório do saneamento básico, o Poder Executivo encaminhou ao Congresso Nacional, no mês de julho de 2007, o Projeto de Lei nº 1.687, que institui as diretrizes da mobilidade urbana, com vistas ao estabelecimento de regras claras para esse setor.

Dessa forma, uma das principais ações a ser desenvolvida pelo Governo Federal no ano de 2008 será o investimento destinado à conclusão de quatro projetos de implantação de sistemas de trens urbanos nas regiões metropolitanas de Recife, Salvador, Fortaleza e Belo Horizonte, e à inclusão de sistemas em outras regiões do País onde sua implantação ou expansão já se faça premente ou venha promover um significativo desenvolvimento urbano e social. Prevê-se um investimento no setor da ordem de R$ 1,9 bilhão no período de 2008-2011, sendo que, somente para o exercício de 2008, deverá atingir R$ 453,4 milhões.

Com o objetivo de promover a acessibilidade de pessoas com restrições de mobilidade e deficiências locomotoras ao sistema de transporte público, foram destinados recursos da ordem de R$ 45 milhões que permitirão apoiar, técnica e financeiramente, o desenvolvimento de projetos, junto a Estados e Municípios, voltados para a adaptação de veículos públicos de transporte, como a disponibilização de assentos especiais e/ou

adaptados e de locais para cadeiras de rodas; para a adequação de estações metroviárias e rodoviárias, compreendendo construção de rampas, instalação de elevadores, adequação de corrimãos, telefones públicos, bebedouros e sanitários, oferta de comunicação visual, sonora e em Braille; entre outras iniciativas.

Ainda na área de mobilidade urbana, o Governo Federal promoverá, também, o avanço na organização e manutenção de sistemas informatizados de cadastro, controle e estatística do Registro Nacional de Veículos Automotores (Renavam), do Registro Nacional de Carteiras de Habilitação (Renach), do Registro Nacional de Infrações de Trânsito (Renainf) e do Registro Nacional de Estatísticas de Trânsito (Renaest), com vistas à melhoria e expansão destes sistemas. Além do prosseguimento à implantação do Sistema Nacional de Identificação Automática de Veículos (Siniav), que visa, precipuamente, a modernização tecnológica dos equipamentos empregados nas atividades de prevenção, fiscalização e repressão ao furto e roubo de veículos e cargas.

MEIO AMBIENTE

A questão ambiental no mundo tem assumido uma relevância inédita na história da humanidade. As mudanças climáticas globais, e suas conseqüências no Brasil, os novos modelos energéticos, o extrativismo e desenvolvimento rural sustentável, os recursos hídricos e o ambiente urbano, bem como a cidadania e a responsabilidade sócio-ambiental são desafios que demandam um amplo esforço de fortalecimento das estruturas governamentais.

As ações do Governo Federal, que convergem para a implementação de uma política ambiental integrada na perspectiva da promoção do crescimento econômico do Brasil, estão calcadas na evolução natural dos conceitos envolvidos na preservação do meio ambiente; nas evidências trazidas pelos últimos estudos científicos relativos às mudanças climáticas; na promoção do desenvolvimento sustentável do País, por meio do caráter estruturante do PAC; na necessidade vital da inclusão de fatores de sustentabilidade aos processos de produção e consumo; na crescente necessidade de controle e participação social e no envolvimento dos diferentes atores como o Poder Público, a sociedade civil e o setor privado na solução dos problemas ambientais.

No contexto do enfrentamento das questões ambientais, é cada vez mais reconhecida a importância das florestas para a conservação do planeta e para o bem estar das gerações futuras. As florestas contribuem para o equilíbrio do clima e das águas, guardam uma valiosa biodiversidade e abrigam a vida selvagem. Além disso, podem representar a melhor alternativa sócio-econômica das populações que nelas vivem e suprir demandas da sociedade por produtos madeireiros e não madeireiros por muitas gerações, desde que a sua exploração obedeça aos princípios do manejo florestal sustentável.

A Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, que dispõe sobre a gestão de florestas em áreas públicas, entre outras medidas, tem sedimentado a efetividade das medidas que vêm sendo tomadas com vistas à utilização sustentável das florestas que somam 63 no País, das

quais 33 localizam-se na Amazônia e à expansão sustentável da base florestal plantada - que em 2008 pretende-se atingir 2.510 hectares de área expandida, inclusive com a recuperação de áreas degradadas, e 142 ha de área recuperada, além da preservação dos ecossistemas.

Em 2008, entrará em operação o Cadastro Nacional de Florestas Públicas e se prevê que, até o final daquele exercício, 193 milhões de hectares de florestas sejam cadastrados. A identificação das florestas públicas da área de influência da BR-163, entre Cuiabá, no Mato Grosso, e Santarém, no Pará, com estimativa de 60 mil hectares de florestas demarcadas e de outras áreas prioritárias, é fundamental para que as primeiras destinações de uso comunitário e concessões sejam feitas. No Plano Anual de Outorga Florestal (PAOF) 2007-2008 existem cerca de 43,7 milhões de hectares de florestas públicas passíveis de concessão, que corresponde a 23% da área total, e até o final de 2008 um milhão de hectares ou 2,3% da área será passível de concessão para manejo.

O desenvolvimento de ações em 2008 referentes à conservação e recuperação dos biomas brasileiros contam com dotação da ordem de R$ 68,5 milhões e às de prevenção e combate ao desmatamento, queimadas e incêndios florestais, com R$ 46,6 milhões, ambas de extrema importância para a recuperação e preservação da Mata Atlântica.

Cabe destacar que, nos últimos dois anos, o Brasil reduziu o desmatamento da Amazônia em 52%, voluntariamente, uma vez que não integra acordos oficiais com a comunidade internacional para chegar a esse resultado. Em 2008, pretende-se prevenir e combater incêndios florestais em mais de 730 mil hectares, bem como realizar 780 operações de fiscalização das atividades florestais.

O desempenho positivo do Brasil na área lhe confere credibilidade entre as nações para conseguir aliados em sua proposta mundial. A intenção do Brasil é conseguir em Bali, onde acontecerá a Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima (COP-13), prevista para dezembro de 2007, que os países ricos apóiem, inclusive com créditos financeiros, os programas de combate ao desmatamento efetuados pelos países em desenvolvimento.

A revitalização das principais bacias hidrográficas em situação de vulnerabilidade e degradação ambiental, mediante ações de recuperação e conservação, também será alvo de atuação do Governo Federal, principalmente a bacia do Rio São Francisco para a qual objetiva a revitalização de 3.649 hectares em 2008.

Nesse mister, o Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SIGRH) que tem como base os Comitês de Bacia Hidrográfica, dos quais participam representantes do Poder Público, dos usuários das águas e das organizações da sociedade com ações na área de recursos hídricos, tem papel fundamental. Esses Comitês têm como objetivo a gestão participativa e descentralizada dos recursos hídricos em um território, por meio da implementação dos instrumentos técnicos de gestão, da negociação de conflitos e da promoção dos usos múltiplos da água.

Cabe ainda destacar o desenvolvimento de ações voltadas para a melhoria da qualidade ambiental, por meio do fortalecimento dos instrumentos de gestão, do controle dos riscos e da melhoria do atendimento às emergências decorrentes de substâncias perigosas e resíduos industriais; para o controle de emissões de gases, com vistas à proteção da camada de ozônio e do sistema climático global; da identificação de impactos e vulnerabilidades à mudança do clima e a definição de medidas de adaptação e para a ampliação da participação de energias renováveis conhecidas na matriz energética nacional, cuidando da garantia de uso de técnicas sustentáveis na exploração desses recursos.

DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O Brasil, ao longo de sua história convive com grandes disparidades sociais, econômicas e culturais, verificadas de forma regional e sub-regional, que tiveram origem no processo exploratório de ocupação territorial brasileira e não foram erradicadas até a atualidade. Esse processo teve início no século XVI, caracterizou-se pela concentração populacional em áreas específicas do território, como o centro-sul e a faixa litorânea, e gerou déficit histórico de investimentos em infra-estrutura, pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico e qualificação de recursos humanos nas regiões de fronteira com países limítrofes, no semi-árido do Nordeste e no interior das Regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste.

Nesse contexto, Municípios situados nas áreas de fronteira, pontos estratégicos para a promoção do desenvolvimento integrado da América do Sul, carecem de adequada infra-estrutura física, social e econômica. Esse fator, combinado com o afastamento da posição dessas localidades em relação aos pólos dinâmicos da economia brasileira, acarreta baixo dinamismo econômico e reduzidos indicadores de desenvolvimento humano e de qualidade de vida.

Similarmente, há décadas, o semi-árido nordestino não tem conseguido se estruturar a partir de atividades sustentáveis por causa de fatores ambientais adversos, relações sociais de produção arcaicas e avanço tecnológico restrito. Além disso, o lento processo histórico, sedimentado e arraigado, vincula as economias locais ao continuísmo e favorece a perpetuação tanto da concentração de renda em determinados grupos sociais, quanto da exclusão social e territorial de grande parcela da população.

Nas demais regiões, verificam-se desigualdades decorrentes da ausência de políticas econômicas e sociais adequadas, que levem em consideração particularidades das comunidades locais e, dessa forma, utilizem efetivamente o potencial endógeno regional, com vistas a fomentar a inserção das atividades produtivas locais no processo de integração do desenvolvimento nacional.

Essas situações constituem óbice ao desenvolvimento eqüitativo brasileiro e demandam políticas públicas que não só estimulem e integrem os arranjos produtivos locais, mas também que confiram a eles direcionamento contributivo para o desenvolvimento nacional.

No sentido de alcançar solução para esse problema, o Governo Federal investirá, em 2008, R$ 45,6 milhões em ações que fomentarão o desenvolvimento, respeitando a diversidade regional do País, de modo a reduzir as desigualdades brasileiras, por meio do estímulo ao potencial endógeno, da convergência das políticas públicas de ordenamento territorial e da promoção de investimentos estratégicos de apoio às integrações regional, nacional e sul-americana, utilizando-se da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) como instrumento norteador da atuação governamental.

Esses investimentos tornarão possível potencializar a atuação federal na promoção do desenvolvimento da Faixa de Fronteira, com ênfase na ativação das potencialidades locais e na articulação com outros países da América do Sul; na obtenção de autonomia e sustentabilidade para espaços sub-regionais, principalmente o semi-árido, com a inserção produtiva e social da população dessas áreas; além de otimizar a atuação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), com vista ao desenvolvimento inclusivo e sustentável de suas áreas de atuação.

No que tange à infra-estrutura hídrica, relatórios prospectivos de indisponibilidade hídrica mundial apontam para a necessidade de o Brasil desenvolver instrumentos de gestão que potencializem e otimizem o uso racional dos cursos de água, com vistas a obter desenvolvimentos humano, social e econômico sustentáveis do ponto de vista ambiental. Nesse contexto, o equilíbrio qualitativo e quantitativo entre oferta e demanda de água evitará a escassez e constituirá fator determinante para se obter desenvolvimento sócio-econômico das economias locais.

Todavia, o crescimento demográfico acelerado e o alto custo imobiliário acarretaram ocupação desordenada das áreas urbanas e levaram a população, em especial a carente, a construir habitações e lançar dejetos, lixo e esgoto em áreas de preservação ambiental próximas a cursos de água. Além disso, desmatamentos provocam assoreamento do leito dos rios e impactos ambientais extremos para o meio-ambiente relacionado, fatores que acarretam a intermitência do fluxo de água.

Mesmo com todos os esforços e melhorias implementados, o baixo aproveitamento dos recursos hídricos brasileiros se evidencia não só porque há perdas na captação, adução e reserva de água bruta, mas também porque a agricultura irrigada – cujo eficiente manejo poderia otimizar as economias locais e acarretar redução de custos energéticos e hídricos – corresponde a apenas 5% da área cultivada. Essa situação é janela de oportunidade para o desenvolvimento de projetos públicos de irrigação com incentivo à participação privada, com vistas a incrementar o desenvolvimento regional integrado.

Além disso, as bacias dos rios São Francisco e Parnaíba necessitam de atuação ativa, integrada e transversal dos poderes públicos federal, estadual e municipal, pois estão em processo de degradação dos recursos naturais, dado que a atividade base das economias locais é fomentada por pólos agropecuários e mineradores, que geram processos erosivos decorrentes de desmatamentos, de práticas agropecuárias e de processos de extração

mineral indevidos. Ademais, há deficiência no saneamento básico das comunidades locais, que utilizam de forma indiscriminada os veios de água integrantes dessas bacias como dissipadores de esgotos, lixo e dejetos.

Com o objetivo de agilizar o processo de reversão dessa situação, em 2008, serão investidos R$ 2,9 bilhões em sistemas de abastecimento de água, compostos por barragens, adutoras, reservatórios e projetos de recuperação e de integração de bacias hidrográficas, e na implantação de perímetros de agricultura irrigada.

Nos projetos de sistemas de abastecimento de água, os investimentos governamentais objetivarão adequar a infra-estrutura à demanda e ao uso múltiplo dos recursos hídricos – de forma integrada e participativa com as políticas regionais, sociais, econômicas e ambientais – e reduzir impactos de fontes poluidoras e degradadoras das áreas de preservação, com o intuito de assegurar, de forma qualitativa e quantitativa, o abastecimento de água para comunidades locais e bacias hidrográficas.

Na agricultura irrigada, os investimentos objetivarão aumentar a eficiência no manejo da água, introduzir modernos insumos na produção agrícola, capacitar a mão de obra regional e, desse modo, não só fomentar a integração dos sistemas de desenvolvimento hidroagrícola às cadeias produtivas local e nacional, mas também lhes conferir sustentabilidade econômica, social e ambiental, merecendo destaque os perímetros de irrigação de Pontal, em Pernambuco, de Salitre e Baixio de Irecê, na Bahia.

TURISMO

A estratégia adotada pelo Plano Nacional de Turismo (PNT) 2007-2010 – Uma Viagem de Inclusão, concebida num novo modelo de gestão pública, descentralizada, participativa, compartilhada e executada com apoio do Conselho Nacional e Fóruns Estaduais de Turismo e parceiros privados, avança na perspectiva de expansão e fortalecimento do mercado interno, com ênfase na função social do turismo.

O turismo é um importante indutor da inclusão social por duas vias: pelo lado da produção, através da criação de novos postos de trabalho e ocupações, e pelo lado do consumo, com a absorção de novas parcelas de consumidores no mercado interno, propiciando novas oportunidades para o exercício pleno da cidadania.

Orientada por esta visão, a atuação do Ministério do Turismo (MTur), de forma articulada com outros setores e esferas do poder público, e em parceria com a iniciativa privada, deve projetar o desenvolvimento do turismo no Brasil para os próximos anos tendo como base os seguintes objetivos setoriais:

a) desenvolver o produto turístico brasileiro com qualidade, contemplando nossas diversidades regionais, culturais e naturais;
b) promover o turismo como um fator de inclusão social, por meio da geração de trabalho e renda, e pela inclusão da atividade na pauta de consumo de todos os brasileiros;

c) fomentar a competitividade do produto turístico brasileiro no mercado internacional e atrair divisas para o País.

Os recursos orçamentários destinados ao setor têm apresentado aumentos expressivos nos últimos anos. Para 2008, buscando desenvolver o produto turístico brasileiro com qualidade, contemplando as diversidades regionais, culturais e naturais do País, serão destinados R$ 281,5 milhões, para a elaboração de políticas de desenvolvimento regional, políticas de competitividade e estratégias comerciais, e na promoção do turismo interno brasileiro, como um fator de inclusão social, por meio da geração de trabalho e renda.

Nesse sentido, vale ressaltar a implementação do Programa de Desenvolvimento do Turismo (Prodetur), em várias regiões do País, ao qual foram destinados R$ 75,4 milhões, para dotar os Estados e Municípios participantes de instrumentos de gestão do turismo e gestão pública, tais como: fortalecimento institucional, capacitação, elaboração e implementação de planos municipais.

No âmbito externo, buscando aumentar o fluxo de turistas estrangeiros, o gasto médio e tempo de permanência dos turistas no País, o Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur) contará, em 2008, com recursos da ordem de R$ 87 milhões, para promoção e marketing do turismo brasileiro, desenvolvidos por intermédio do Plano de Marketing do Turismo no Exterior (Plano Aquarela), que propõe uma estratégia de investimento nos principais mercados emissores.

AQÜICULTURA E PESCA

A atuação do Governo Federal no desenvolvimento da aqüicultura e da pesca no Brasil, por meio da Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca (SEAP), vem se pautando pela sustentabilidade ambiental, pela organização da cadeia produtiva, pelo aumento da produção e pela participação e inclusão social dos pescadores artesanais e pequenos aqüicultores.

A pesca e a aqüicultura representam, para o País, importante fonte de geração de trabalho e renda. Atualmente, o setor responde por mais de 1 milhão de empregos diretos, 2,5 milhões de empregos indiretos e uma renda anual de R$ 5 bilhões.

Nesse sentido, o Governo Federal pretende consolidar o Programa de Uso das Águas da União para o Desenvolvimento da Aqüicultura e da Maricultura; a estruturação das comunidades pesqueiras artesanais e o desenvolvimento e consolidação da pesca marítima oceânica, com a ocupação da Zona Econômica Exclusiva (ZEE).

Para consolidar o uso das águas da União, para fins de aqüicultura e maricultura, a SEAP pretende concluir, em 2008, a implantação e a concessão de áreas de produção em parques aqüícolas nos lagos, rios e no mar. Atualmente, 44 projetos dessa natureza estão em implantação, nos moldes dos já inaugurados em Itaipu, no Paraná, e na Barragem do Castanhão, no Ceará. São destaques os lagos de Furnas (MG), Três Marias (MG) e Ilha

Solteira (SP), quanto à legalização das áreas de cultivo de ostras e mexilhões pelos Planos Locais de Desenvolvimento da Maricultura (PLDM).

A pesca artesanal, que responde pela maior parte do consumo de pescado no País, terá atenção especial, com o projeto dos Centros Integrados de Pesca Artesanal (Cipar), idealizado e iniciado em 2007. O Cipar é uma estrutura que permite, por meio do associativismo, a organização de colônias de pescadores que, assim organizadas, possam se inserir no mercado e participar da cadeia produtiva.

O Governo Federal pretende, em 2008, dar um novo passo para a exploração da Zona Econômica Exclusiva, pela indústria pesqueira e de pesca marítima oceânica. Para isso, os instrumentos já foram definidos, e incluem a continuidade das 19 obras de terminais pesqueiros públicos, os quais se encontram em diferentes estágios de implantação. Também está prevista a melhoria do atendimento do Programa de Subvenção Econômica ao Preço do Óleo Diesel de Embarcações Pesqueiras, que conta com um sistema informatizado implantado em 2007, para maior controle da concessão desse benefício. Outra ação importante é a de consolidação da construção da frota oceânica nacional, cumprindo os objetivos do Programa Nacional de Financiamento da Ampliação e Modernização da Frota Pesqueira Nacional (Profrota Pesqueira) e do Programa de Arrendamento de Embarcações Estrangeiras. Em 2007, foram concluídas análises de 28 projetos de embarcações, com construções previstas para 2008.

O desenvolvimento das ações voltadas à atividade pesqueira, com foco na sustentabilidade ambiental do setor e na sua competitividade no mercado, contará com recursos orçamentários, em 2008, da ordem de R$150,4 milhões.



III – POLÍTICAS SOCIAIS

Proteção Social e Redução da Desigualdade

Transferência de Renda com Condicionalidades - Programa Bolsa Família

Previdência Social

Assistência Social

Segurança Alimentar e Nutricional

Emprego e Renda

Saúde

Educação

Cultura

Esporte

Direitos Humanos, Cidadania, Justiça e Política Indigenista

Inclusão de Jovens

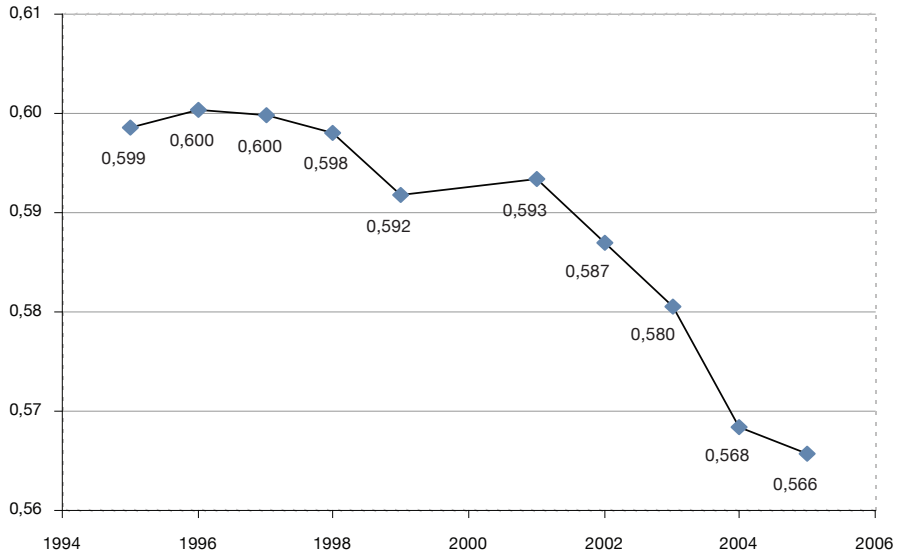
PROTEÇÃO SOCIAL E REDUÇÃO DA DESIGUALDADE

A REDUÇÃO DA DESIGUALDADE

Desigualdades sociais extremas têm acompanhado o Brasil ao longo de toda a sua história. A desigualdade perpassa todos os aspectos da vida social e é tão intensa e extensa que os brasileiros já se acostumaram a que faça parte da paisagem nacional. Pobres e ricos são atendidos em hospitais diferentes, seus filhos estudam em escolas diferentes, vão para o trabalho em meios de transporte diferentes, são tratados pelo sistema judiciário de modo diferente, usufruem de direitos trabalhistas diferentes, seu acesso à informação é diferente e, principalmente, suas rendas são extremamente díspares. Uma característica tão onipresente exige, para seu enfrentamento, a atenção de todas as políticas públicas em todos os níveis de governo. A Constituição Federal não deixa dúvidas ao estabelecer como objetivo fundamental da República Federativa do Brasil "construir uma sociedade livre, justa e solidária".

Até passado recente, a evolução dos fatos oferecia pouca esperança aos que gostariam de ver um País diferente, menos injusto. Não apenas a concentração de renda no Brasil é uma das maiores do planeta, como vinha se mostrando extremamente estável, com pequenas oscilações em torno de um nível elevado. No entanto, a concentração de renda no Brasil diminuiu de modo significativo e contínuo entre 2001 e 2005. Neste período, os rendimentos do trabalho dos 20% mais pobres aumentou, em média, 5% ao ano, enquanto o dos 20% com rendas maiores diminuiu, em média, 1% ao ano. O coeficiente de Gini, a mais comum medida de desigualdade, que se oscilava em torno de 0,60 desde 1995, passou a cair a partir de 1998, sendo que a queda mais expressiva ocorreu entre 2003 e 2004, conforme mostra o Gráfico 1 a seguir.

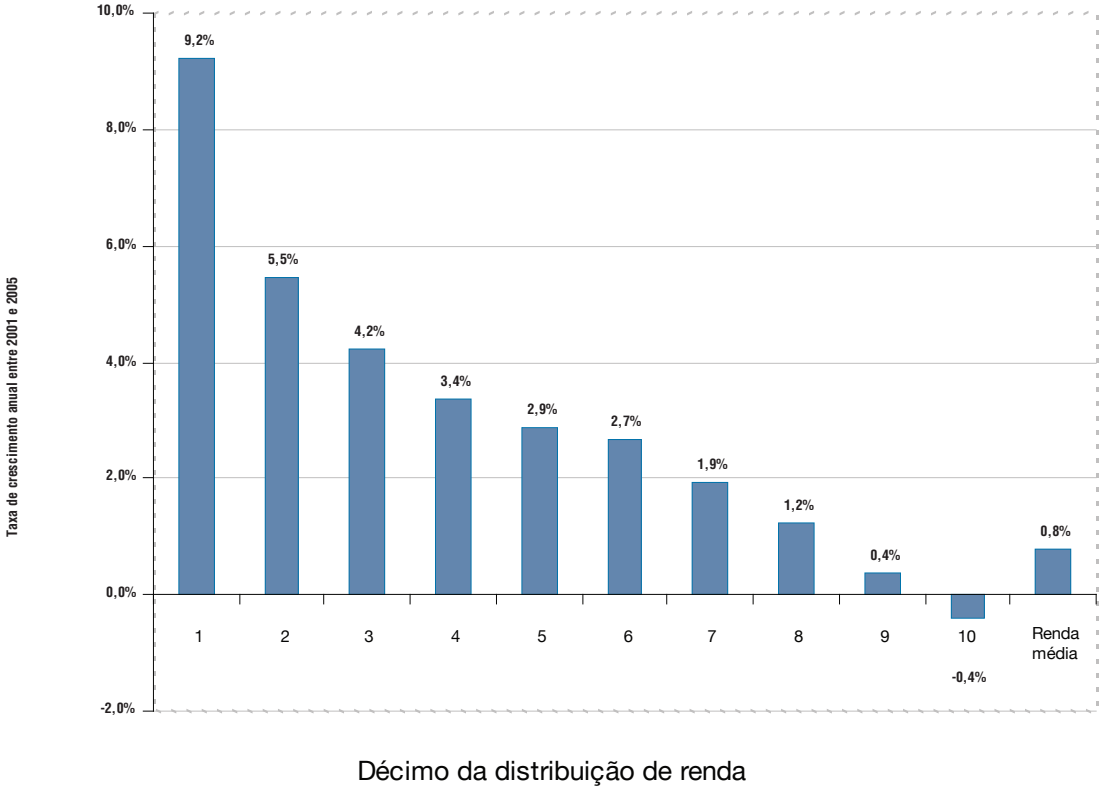
Gráfico 1 – Coeficiente de Gini de 1995 a 2006



Fonte: Microdados da Pesquisa Nacional por Amostras por Domicílio (PNAD) 1995-2005.

A redução da desigualdade também é comprovada pela análise do comportamento da renda de diferentes décimos da população. Conforme mostra o gráfico 2, entre 2001 e 2005, a renda per capita do décimo mais pobre aumentou, em média, 9,2% ao ano. Trata-se de uma taxa de crescimento da renda per capita superior à de quase todos os países, em qualquer período histórico. Do outro lado da distribuição de renda, os 10% com maior renda viram-na cair em média 0,4% ao ano, no mesmo período.

Gráfico 2 – Variação Anual Média na Renda Real entre 2001 e 2005, por Décimo da Distribuição de Renda

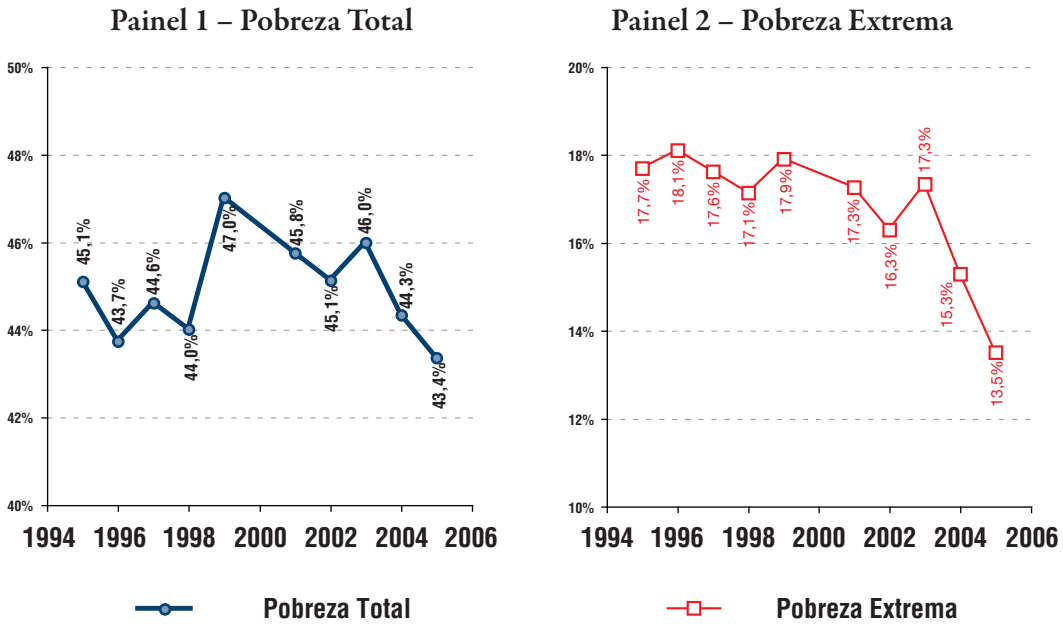


Fonte: Microdados PNAD 1995-2005.

O comportamento dos rendimentos individuais entre 2004 e 2005 é ainda mais virtuoso. A renda média aumentou 6% e houve aumentos de renda para todos os décimos, embora estes aumentos tenham sido maiores para os décimos inferiores.

Uma das conseqüências mais positivas da queda da desigualdade é a queda da pobreza e principalmente da pobreza extrema. Os dois painéis do gráfico 3 mostram a variação de cada uma de 1995 a 2005, segundo as linhas da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal) . Apesar da pobreza estar no seu nível mais baixo (43,4% da população brasileira) em 2005, e da tendência de queda ao longo do período, o comportamento da renda, devido ao baixo dinamismo econômico da década passada impediu quedas maiores. Já a queda da pobreza extrema é muito mais clara: esta caiu quase 30% entre 2003 e 2005. Se este ritmo for mantido, o Brasil poderá eliminar a pobreza extrema dentro de uma década.

Gráfico 3 – Evolução da pobreza e da pobreza extrema entre 1995 e 2005



Fonte: Microdados PNAD 1995-2005. Linhas de pobreza da CEPAL Panorama social de América Latina – 2006.

Apesar do progresso recente, a desigualdade de renda brasileira permanece extremamente elevada e o caminho a ser percorrido até chegarmos a uma sociedade mais justa ainda é longo. A continuidade da queda da desigualdade é fundamental para construir esta sociedade desejada. Mesmo mantendo-se a velocidade com que a desigualdade declinou no período entre 2001 e 2005 – de 0,7 pontos de Gini ao ano – ainda seria necessária uma década para alcançar um coeficiente de Gini de 0,50, que se situa próximo ao observado hoje no México e nos Estados Unidos, nenhum dos quais é considerado modelo de justiça social. Para chegar em 0,45, que corresponde ao nível de desigualdade do Uruguai, seriam necessário outros 17 anos de queda.

Para manter a desigualdade em queda, é fundamental compreender os fatores que para isso contribuíram e aqueles que ainda podem vir a contribuir, de forma a intensificar os acertos e corrigir eventuais omissões e erros. Principalmente, é fundamental identificar as políticas e ações governamentais responsáveis pela melhoria da distribuição de renda no Brasil.

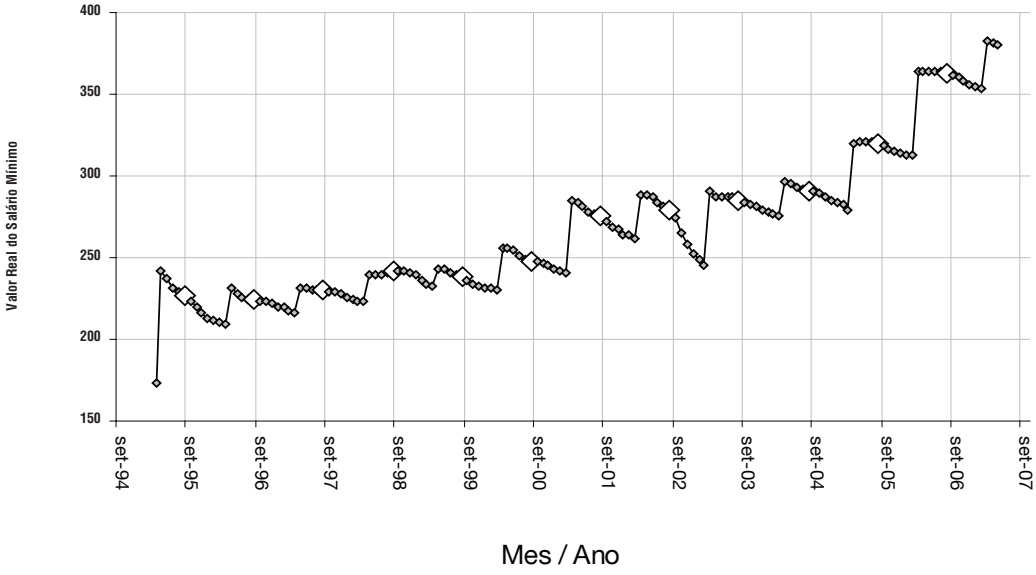
As evidências disponíveis indicam que quase metade da redução da desigualdade de 2001 a 2005 se deve a melhorias no sistema de proteção social do País. Tanto as transferências de renda que fazem parte da seguridade social, notadamente o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e a Previdência Rural, como o Programa Bolsa Família, foram fundamentais para a redução da desigualdade no País.

No que tange ao Bolsa Família, que absorveu todos os programas de transferência de renda (como o Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Vale-Gás), há de ser destacado que a substancial ampliação de cobertura foi muito importante para a redução da desigualdade.

Em setembro de 2005[1], quase onze milhões de famílias eram beneficiadas pelo Bolsa Família ou algum de seus antecessores. Ademais, as pesquisas disponíveis mostram que os benefícios do Bolsa Família são extremamente bem focalizados, levando renda justamente às famílias mais necessitadas.

A segunda política fundamental para a redução das desigualdades pessoais de rendimento foi a de valorização do salário mínimo. O gráfico abaixo mostra o valor real (em R$ de 2006) do salário mínimo de 1995 a 2006. Desde o seu menor valor, de R$ 166, observado em abril de 1995, o salário mínimo subiu 110%, alcançando a R$ 350, em vigor deste abril deste ano. Apenas nos últimos três anos e meio, o aumento real foi de 44%.

Gráfico 4 – Valor Real do Salário Mínimo de 1995 a 2006



O salário mínimo influencia mais de 60% da despesa com benefícios do Regime Geral de Previdência Social, tendo em vista que é utilizado como piso para tais benefícios, além de representar o referencial monetário para os BPCs e Renda Mensal Vitalícia.

Outro canal ligando o salário mínimo e a distribuição de renda é o mercado de trabalho, uma vez que reduz a desigualdade na distribuição dos rendimentos do trabalho. Além da rede de proteção social e da recuperação real do salário mínimo, cabe lembrar que a melhoria da qualificação da força de trabalho e um mercado de trabalho mais inclusivo (geração de quase seis milhões de empregos formais, de 2003 a meados de 2007), também contribuíram fortemente para a redução das desigualdades pessoais de rendimentos.

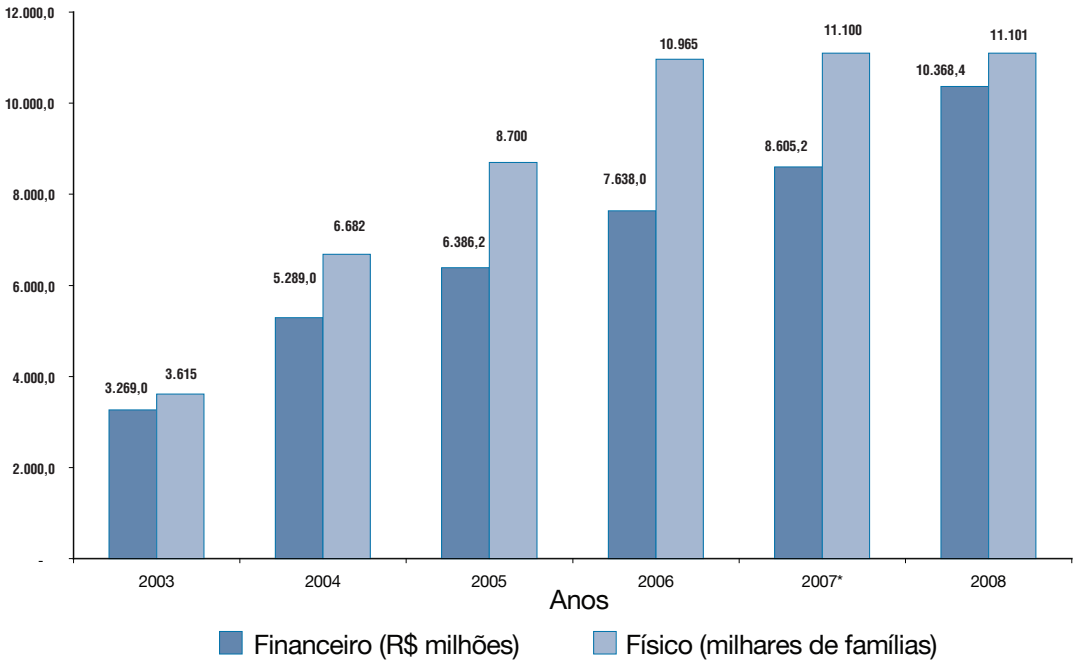
1. Data da última PNAD, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estastística (IBGE).

TRANSFERÊNCIA DE RENDA COM CONDICIONALIDADES - PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

O Programa Bolsa Família (PBF), um Programa de transferência de renda direta voltado para as famílias pobres e extremamente pobres, que vincula o recebimento do auxílio financeiro ao cumprimento de compromissos (condicionalidades) nas áreas de educação e saúde, continua entre os temas centrais do governo. Seu objetivo é contribuir para a redução da fome, da pobreza, da desigualdade e de outras formas de privação vividas pelas famílias mais excluídas. Em 2004, o PBF deu início a um processo de unificação dos antigos programas federais de transferência de renda com o intuito de conferir maior racionalidade administrativa e aumentar a eficácia da política no enfrentamento da pobreza. A migração entre os beneficiários dos programas extintos - que passaram a ser denominados de programas remanescentes - para o PBF ocorreu gradativamente entre 2004 e 2006.

Os avanços com relação ao processo de integração, bem como a expansão de 26% da sua cobertura em relação ao ano anterior, foram destaques entre os resultados alcançados pelo PBF em 2006. No ano de 2007, com um atendimento a 10,7 milhões de famílias no mês de junho, o Governo Federal tem envidado esforços para aprimorar o Programa. Entre os principais ajustes, estão a extensão do benefício variável a jovens entre 15 a 17 anos com o intuito de contribuir para a redução da evasão, repetência e abandono da escola, e o reajuste de 18,25% no valor dos benefícios fixo e variável. Com o aumento, o menor valor do benefício passa de R$ 15 para R$ 18 e o máximo de R$ 95 para R$ 112. Além disso, o PBF deverá ser ajustado visando à geração de oportunidades de trabalho e renda, incrementando-se ações de qualificação profissional e inclusão produtiva.

Gráfico 5 – Evolução dos valores do Bolsa Família



PREVIDÊNCIA SOCIAL

Durante os últimos anos assistiu-se a mudanças no sistema previdenciário brasileiro, composto pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS), pelos Regimes Próprios da Previdência dos Servidores Públicos e pela Previdência Complementar. Tais mudanças são orientadas no sentido de consolidar os avanços alcançados pela Constituição de 1988, isto é, a ampliação da cobertura social e os ganhos distributivos do sistema, bem como de possibilitar sua sustentabilidade fiscal-financeira, especialmente no longo prazo.

Assim, foram implementadas reformas normativas, adaptações conjunturais e mudanças de gestão, cabendo destacar nos últimos anos: a Emenda Constitucional 41/2003 complementada pela Emenda Constitucional 47/2005; a valorização do salário mínimo; o Censo Previdenciário; a criação da Secretaria da Receita Federal do Brasil, ou seja, a unificação em um mesmo órgão dos sistemas de fiscalização e arrecadação de impostos e tributos federais e das contribuições previdenciárias; a instituição do Simples Nacional, no âmbito do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte e o Fórum Nacional da Previdência Social que perseguem em última instância a ampliação da cobertura social e a justiça distributiva no sistema, com sustentabilidade fiscal.

As emendas constitucionais permitiram melhorias significativas nas contas dos Regimes de Previdência dos Servidores Públicos Federais e Estaduais, tendo se verificado uma queda no déficit desses de 2,63% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2003, para 2,08% em 2006. No que concerne aos servidores federais, a idade média de aposentadoria integral passou de 54 e 57 anos para mulheres e homens, em 2003, para 58 e 61, em 2005.

No âmbito do RGPS assistiu-se à continuidade de processos muito positivos para a sua eficácia e sustentabilidade, tais quais: o crescimento do emprego formal acima do incremento da População Economicamente Ativa (PEA); a ampliação da população sob cobertura previdenciária; a estabilização das necessidades de financiamento e os ganhos oriundos da melhoria de gestão do sistema previdenciário. Evidentemente, os três primeiros são altamente correlacionados, cabendo perceber que a ampliação da cobertura se deve, também, às alterações legais implementadas visando à formalização das microempresas e das trabalhadoras domésticas. Já a estabilização das necessidades de financiamento decorre tanto de melhoria na arrecadação, em função da ampliação dos contribuintes, como pelo arrefecimento no crescimento dos benefícios emitidos. Tudo isso em um quadro de valorização do piso previdenciário (salário mínimo), e, portanto, de aumento real no valor total dos benefícios pagos pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), dada a predominância do piso nesse valor.

Em termos de emprego formal, verificou-se um crescimento nos últimos dois anos – 2005-2004 e 2006-2005 – de 6,2% e 4,2%, considerando o universo das regiões metropolitanas. Os dados da PNAD relativos aos segurados contribuintes – empregados, autônomos, empregadores e funcionários públicos – indicam um crescimento para 2004

e 2005 de 5,3% e 4,7%, respectivamente. Disso resulta uma ampliação da cobertura previdenciária no País, que passou de 51,8%, em 2003, para 53,4%, em 2005, apesar da queda de participação dos segurados especiais – não contribuintes.

No que se refere à concessão de benefícios pelo INSS, vem-se observando uma queda na taxa de expansão do estoque, com a variação entre os meses de dezembro de cada ano, tendo caído de 5,93%, na comparação 2004 com 2003, para 2,68%, entre 2006 e 2005. Esse comportamento vem se preservando durante 2007, dado que a média mensal do período junho/06 a maio/07 é 2,67% superior a de junho/05 a maio/06.

Em termos de arrecadação líquida os dados são muito promissores, tendo-se assistido a um expressivo incremento real, nos últimos anos. Efetivamente, nos últimos três anos – 2004, 2005 e 2006 – a arrecadação foi 9,4%, 9,3% e 10,5%, respectivamente, superior ao ano anterior. Nesse cenário, a valorização do salário mínimo tem sido possível sem implicar em incrementos significativos na necessidade de financiamento do RGPS – considerada a diferença entre o total pago em benefícios e a arrecadação líquida. Essa passou de 1,65% do PIB, em 2004, para 1,75%, em 2005, e de 1,81%, em 2006.

A instalação do Fórum Nacional da Previdência, em fevereiro de 2007, é medida de grande importância, pois, pelo diálogo social, se pretende sugerir mudanças no RGPS, com vistas a maior justiça e sustentabilidade do sistema no longo prazo. Desse Fórum resultará, a ser encaminhado ao Executivo, o conjunto das propostas que tenham sido acordadas entre os representantes dos empregados, empregadores, aposentados e governo.

Em relação às medidas de gestão, papel destacado tem o Censo Previdenciário, que, de outubro de 2005, quando iniciou sua primeira etapa, até junho de 2007, perto de seu término, efetivou o recadastramento de 16,5 milhões de pessoas recebedoras de benefícios, com suspensão ou cessação de cerca 0,4% de benefícios irregulares, permitindo economizar R$ 363 milhões anuais. Resta recensear pouco mais de 700 mil beneficiários.

Ainda em relação às medidas de gestão, também merece relevo a implantação dos novos processos de atendimento do público usuário (Programa de Gestão do Atendimento), com vistas a reduzir e eliminar filas nos postos do INSS, mediante várias melhorias no processo de trabalho, marcação de consultas por Internet ou telefone (call-center).

ASSISTÊNCIA SOCIAL

No âmbito da assistência social, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) desenvolve os Programas Proteção Social Básica e Proteção Social Especial, que agregam diversos serviços, benefícios e ações e receberão, em 2008, recursos da ordem de R$ 15,8 bilhões e R$ 139,9 milhões, respectivamente.

A Proteção Social Básica (PSB) atua por meio do acolhimento, convivência e socialização de famílias e indivíduos, sendo suas ações mais relevantes o Programa de Atenção Integral à Família (PAIF), o Programa Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano e o Benefício de Prestação Continuada (BPC). Entre os principais resultados alcançados, está a expansão do número de Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), que chegou, no final de 2006, a 3.248 unidades distribuídas em 2.629 Municípios do País, pretendendo-se ampliar ainda mais sua atuação.

Os CRAS têm a função de operar como porta de entrada para o usuário da assistência social, além de ser o local onde o PAIF oferece ações e serviços básicos continuados para famílias em situação de vulnerabilidade social. Atualmente, os CRAS referenciam cerca de 12 milhões de famílias. A PSB dá-se através dos Pisos Básicos Variável e de Transição, sendo os serviços executados via co-financiamento. Trata-se de ações sócio-educativas e de convívio para crianças, jovens e idosos, tais como creches, pré-escolas e o Projeto Agente Jovem (destinado a jovens de 15 a 17 anos, com uma bolsa no valor mensal de R$ 65,00). O público atendido pelos serviços específicos de PSB em 2006, foi de mais de 2,2 milhões de pessoas, devendo atingir 3,2 milhões de atendimentos em 2008.

O BPC, consiste no pagamento de um salário mínimo mensal a pessoas com a idade de 65 anos ou mais e a pessoas com deficiência, incapacitadas para o trabalho e à vida autônoma, desde que a renda per capita familiar seja inferior a um quarto do salário mínimo. Para 2007, estima-se que seja de 2,5 milhões de pessoas o número de beneficiários do BPC, com o gasto de R$ 11,7 bilhões, o que deverá passar, em 2008, para 2,8 milhões, a um custo aproximadamente de R$ 13,4 bilhões.

A Proteção Social Especial (PSE) está voltada para o co-financiamento de ações que vão desde orientação e apoio sócio-familiar até ações de maior complexidade, como, por exemplo, a oferta de abrigo e moradias provisórias, entre outros. O local de atendimento às pessoas que demandam tais ações é, quando não há rompimento de vínculos familiares, o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). Salienta-se no âmbito da PSE, ainda, o atendimento em meio aberto de adolescentes em conflito com a lei, que beneficiará, em 2008, cerca de 16,7 mil adolescentes.

Merece destaque, também, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), agora integrado ao Programa Bolsa Família, que concede uma bolsa a crianças e adolescentes em situação de trabalho, além da realização de ações sócio-educativas. Com a integração, mais investimentos foram direcionados às ações sócio-educativas e de convivência do

Programa (jornada ampliada): dos R$ 244 milhões destinados ao PETI em 2006, a maior parte foi utilizada para este fim, enquanto que o Programa Bolsa Família passou a pagar a maior parte das bolsas. Nesse mesmo ano foram atendidos 1,041 milhão de crianças/adolescentes, sendo que a meta para 2007 e 2008 é investir, para cada um desses anos, aproximadamente R$ 316,3 milhões, em ações sócio-educativas e ampliar o número de crianças e adolescentes atendidos.

SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Marcados pela aprovação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN)[2] e pela realização da III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, os anos de 2006 e 2007 tiveram, respectivamente, grande relevância para a Política de Segurança Alimentar e Nutricional.

No âmbito desta Política, o chamado Programa de Acesso à Alimentação (PAA), que tem como objetivo garantir à população em situação de insegurança alimentar o acesso à alimentação digna, regular e adequada à nutrição e manutenção da saúde humana, engloba um conjunto variado de ações, coordenadas pelo MDS.

O PAA visa incentivar a agricultura familiar, através da aquisição de alimentos, com dispensa de licitação, de agricultores familiares enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento de Agricultura Familiar (Pronaf). Os alimentos podem ser destinados às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional atendidas por programas sociais. O Programa adquiriu 313 mil toneladas de alimentos no ano de 2006, beneficiando aproximadamente 7 milhões de pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional a partir da distribuição de alimentos, além de cerca de 90 mil famílias de agricultores que forneceram alimentos para o PAA. Estima-se que o valor a ser despendido para este Programa, em 2008, dada sua prioridade, será de R$ 529,3 milhões, a fim de possibilitar a aquisição de 397,5 mil toneladas de alimentos.

Outra linha de atuação do Governo Federal dentro da Política de Segurança Alimentar e Nutricional é a construção de cisternas, que visa suprir a falta de água nos períodos de estiagem no semi-árido por meio do armazenamento de água da chuva. O MDS atua em parceria com entes federativos, organizações não-governamentais e sociedade civil. As famílias de baixa renda da zona rural do sertão nordestino que não possuem acesso a uma fonte de água potável e que se enquadram nos critérios do Programa Bolsa Família são consideradas o público-alvo deste Programa. Entre 2003 e 2006, foram instaladas 68,7 mil cisternas com recursos federais, prevendo-se para 2007 e 2008 a instalação de 43,8 mil e 39,5 mil, respectivamente.

O Governo Federal também tem apoiado a instalação de equipamentos que ofereçam à população refeições prontas, de baixo custo e de qualidade, por meio de Bancos de Alimentos, Cozinhas Comunitárias e Restaurantes Populares Públicos.

2. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006.

EMPREGO E RENDA

Mesmo diante de um quadro favorável à criação de empregos, as políticas do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) continuam fundamentais, pois visam favorecer o acesso a todos os segmentos, em especial os mais vulneráveis, às oportunidades do mercado de trabalho, bem como garantir que os direitos dos trabalhadores sejam respeitados no exercício de suas funções. Além disso, o atual contexto do mercado de trabalho deve aumentar a demanda por vários serviços prestados pelo MTE, tais como seguro-desemprego, abono salarial, qualificação profissional e oferta de microcrédito produtivo.

Nesse sentido, uma das prioridades do Governo Federal é o fortalecimento do Sistema Público de Emprego (SPE), aumentando a sua capilaridade e intensificando a integração das ações do seguro-desemprego, da intermediação de mão-de-obra, da qualificação profissional, de acesso ao primeiro emprego e de microcrédito produtivo. O MTE dá ênfase especial ao Programa de Qualificação Social e Profissional, com recursos previstos para 2008 de R$ 297,2 milhões, fazendo com que as suas ações concedam atenção especial aos jovens, tendo em vista que estes têm maiores dificuldades para entrar no mercado de trabalho e representam as maiores taxas de desemprego.

A Qualificação Social e Profissional tem servido como modelo para o desenho de ações de qualificação e inserção cidadã vinculadas ao Programa de Aceleração do Crescimento – PAC. Os Planos Setoriais de Qualificação (PlanSeQs) são os instrumentos por excelência para a qualificação dos trabalhadores necessários às obras do PAC, inclusive como parte do processo de emancipação dos trabalhadores beneficiários do Bolsa Família. Para 2008, o MTE pretende incentivar a articulação de ações de qualificação social e profissional com a educação técnica e a educação de jovens e adultos, com o intuito de coibir a sobreposição e a fragmentação de ações de qualificação, a dispersão de recursos e a perda de escala no atendimento a trabalhadores.

No que diz respeito à constituição e consolidação de uma Política Nacional de Juventude, a regulamentação dos cursos e entidades que desenvolvem aprendizagem profissional passa a ter um papel estratégico, tornando mais concreta a possibilidade do primeiro emprego para os jovens, servindo como base para uma trajetória profissional digna e promissora. Ao garantir a qualidade e ampliar as oportunidades de contratos formais de aprendizes em todo o Território Nacional, busca-se atender à demanda crescente por mão-de-obra qualificada das grandes e médias empresas, valorizando a participação da juventude dentro das organizações e na construção do desenvolvimento do País.

O Governo Federal pretende ampliar as políticas de financiamento aos empreendimentos econômicos solidários, além de possibilitar um maior acesso ao mercado e incrementar os instrumentos de formação, assistência técnica, acompanhamento e incubação para esses empreendimentos; para 2008, o desafio é consolidá-los economicamente para que tenham acesso ao capital, abrindo linhas de crédito propícias à sua realidade. Para tanto, está sendo alocado o montante de R$ 53,0 milhões, o que possibilitará o apoio a cerca de 2,7 mil empreendimentos solidários.

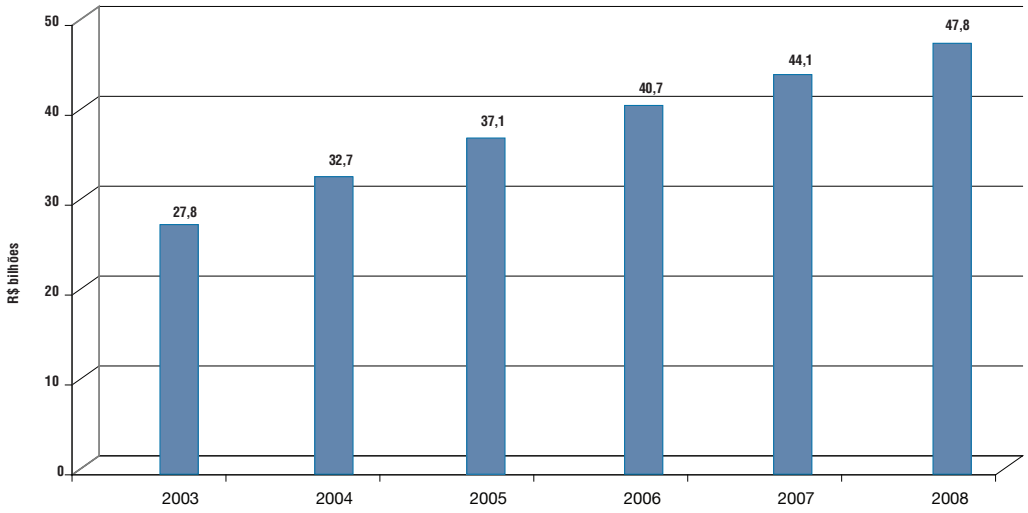
De grande relevância, ainda, são as ações de fiscalização do MTE, que visam enfrentar três grandes conjuntos de violações dos direitos do trabalho:

a) o não cumprimento das normas trabalhistas referentes à formalização da relação de trabalho, à remuneração e ao recolhimento de contribuições sociais;
b) o não cumprimento de normas de saúde e segurança no trabalho;
c) o desrespeito aos direitos humanos fundamentais, em particular a prática do trabalho infantil e do trabalho em condição análoga a de escravo. Quanto ao primeiro item, houve, em 2006, uma queda do número de trabalhadores registrados, embora o número de empresas autuadas e os autos de infração lavrados tenham crescido, o que mostra que não houve um afrouxamento da fiscalização, mas apenas uma mudança no perfil das empresas atendidas.

SAÚDE

O Sistema Único de Saúde (SUS), desde sua criação, no início da década de 90, vem passando por mudanças e vencendo grandes desafios. No campo do financiamento, configura-se como um dos seus princípios, além da responsabilidade das três esferas de gestão, da redução das iniqüidades regionais e do repasse fundo a fundo, a transferência de recursos federais em forma de blocos de financiamento, constituídos pelos componentes: atenção básica, atenção de média e alta complexidade, vigilância à saúde, assistência farmacêutica e gestão. O objetivo é qualificar o processo de descentralização e fortalecer os mecanismos gerenciais que permitam o melhor controle e monitoramento das ações de saúde, no contexto de comprometimento mútuo entre as três esferas de governo, sem prejuízo dos instrumentos legais de planejamento e orçamento que organizam a atuação governamental. Na esfera federal, será alocado em 2008, para assegurar os recursos necessários para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde em atendimento à determinação da Emenda Constitucional no 29, de 13 de setembro de 2000, o valor de R$ 47,8 bilhões.

Gráfico 6 – Saúde - aplicação mínima EC nº 29 - 2003 - 2008



A área da atenção básica tem sido um instrumento de reorientação do modelo de atenção. A estratégia do Saúde da Família, como eixo estruturante da atenção básica, tem permitido levar ações de promoção, prevenção e assistência básica de forma contínua a milhões de brasileiros nas áreas rurais e de periferias urbanas. Em termos de execução física, em 2006, foram implementadas duas mil novas Equipes de Saúde da Família (ESF), contratados 11 mil novos agentes comunitários de saúde (ACS), o que dá um aumento de cobertura estimada da ordem de 10% em relação a 2003. Em 2007 deverão ser implantadas mais 2 mil e duzentas novas equipes, chegando a 2008 com 29,5 mil equipes. A atenção odontológica, outro importante desafio do SUS, vem sendo incrementada por meio de sua inclusão na estratégia do Saúde da Família. Em 2006, havia 15,1 mil Equipes de Saúde Bucal (ESB) com uma cobertura estimada de 39,8% da população. Em 2007, está prevista a implantação de 1.112 novas equipes, atingindo, em 2008, o total de 18,7 mil equipes.

Na atenção de média e alta complexidade são alocados em torno de 40% dos recursos para Ações e Serviços Públicos de Saúde do Ministério da Saúde (MS), totalizando R$ 18,2 bilhões e R$ 20,0 bilhões, em 2007 e 2008, respectivamente. Os recursos desse Programa estão concentrados nos repasses para os Municípios Habilitados em Gestão Plena do Sistema e nos Estados Habilitados em Gestão Plena/Avançada, com o objetivo de participar do custeio das atividades ambulatoriais e hospitalares do SUS. Em 2006, o SUS prestou 256 milhões de consultas médicas em especialidades básicas, o que dá uma média nacional de 1,37 consulta por habitante/ano. Os hospitais públicos e os privados conveniados ou contratados pelo SUS realizaram mais de 11 milhões de internações, com uma média nacional de 6,05 por 100 habitantes/ano. Ademais, a política de transplantes financiada com recursos públicos permitiu a realização de mais de 3.632 cirurgias, sendo 741 de transplante de rim, 29 de coração, 2.500 de córneas, entre outras.

Para reforçar o serviço pré-hospitalar, uma prioridade tem sido integrá-lo com a rede hospitalar de urgência e emergência. Com esse objetivo, deu-se continuidade à implantação dos Serviços de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU-192), que são de grande importância, sobretudo nas metrópoles. Atualmente estes serviços, com cobertura estimada de 91,7 milhões de habitantes, atendem a mais de 900 Municípios.

Na assistência farmacêutica, no tocante à aquisição e distribuição de medicamentos básicos, estratégicos e excepcionais, foram aplicados R$ 3,3 bilhões em 2006 e a previsão é de que sejam despendidos R$ 3,7 bilhões e R$ 4,1 bilhões em 2007 e 2008, respectivamente. Estima-se que 81 milhões de pessoas têm recebido medicamentos estratégicos, incluindo medicamentos para tuberculose, malária, hanseníase e aids.

Para facilitar ainda mais o acesso da população aos medicamentos necessários foi implantada, ainda em 2006, a segunda fase da Farmácia Popular (Farmácia Popular II). Essa iniciativa, que já conta com 3.000 estabelecimentos cadastrados, consiste na venda a preços subsidiados, na rede de farmácias privadas, de medicamentos genéricos para uma série de patologias. As prescrições são encaminhadas ao MS que reembolsa parte do preço aos estabelecimentos comerciais. Esta iniciativa deve aumentar o acesso a esses grupos de medicamentos por aquela população que se disponha a pagar por eles.

No tocante à vigilância em saúde, o País continua mantendo boas coberturas no campo da vacinação. Por exemplo, 95% das crianças menores de cinco anos são regularmente vacinadas contra poliomielite; mais de 80% dos maiores de 60 anos foram vacinados contra a gripe. O Programa Nacional de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) e Aids atende, atualmente, mais de 171 mil portadores do (vírus da imunodeficiência humana) HIV, que fazem o uso da terapia anti-retroviral (ARV). O MS disponibiliza 16 medicamentos ARV, em 35 apresentações farmacêuticas para o tratamento de 100% das pessoas com HIV/Aids. Como resultado dessa medida, desde 1996 tem diminuído a mortalidade por aids no Brasil e aumentado a sobrevida dos portadores do vírus. Mas os avanços também ocorrem na área da prevenção. A divulgação e disponibilização de métodos de prevenção têm contribuído para elevar o percentual da população que se protege de doenças sexualmente transmissíveis.

Com relação à malária, após três anos de alta, a incidência volta a cair em 2006. Em 2007-2008 espera-se manter essa tendência. A estratégia básica a ser utilizada para esse objetivo é continuar ampliando o acesso oportuno ao diagnóstico e ao tratamento o que ajuda a reduzir o número de casos graves e o nível de transmissão. A tuberculose é outra prioridade para o MS. A estratégia de tratamento supervisionado continuará sendo o principal instrumento para alcançar melhores índices de cura para essa doença, atingindo-se, nos próximos anos, pelo menos 85% dos casos.

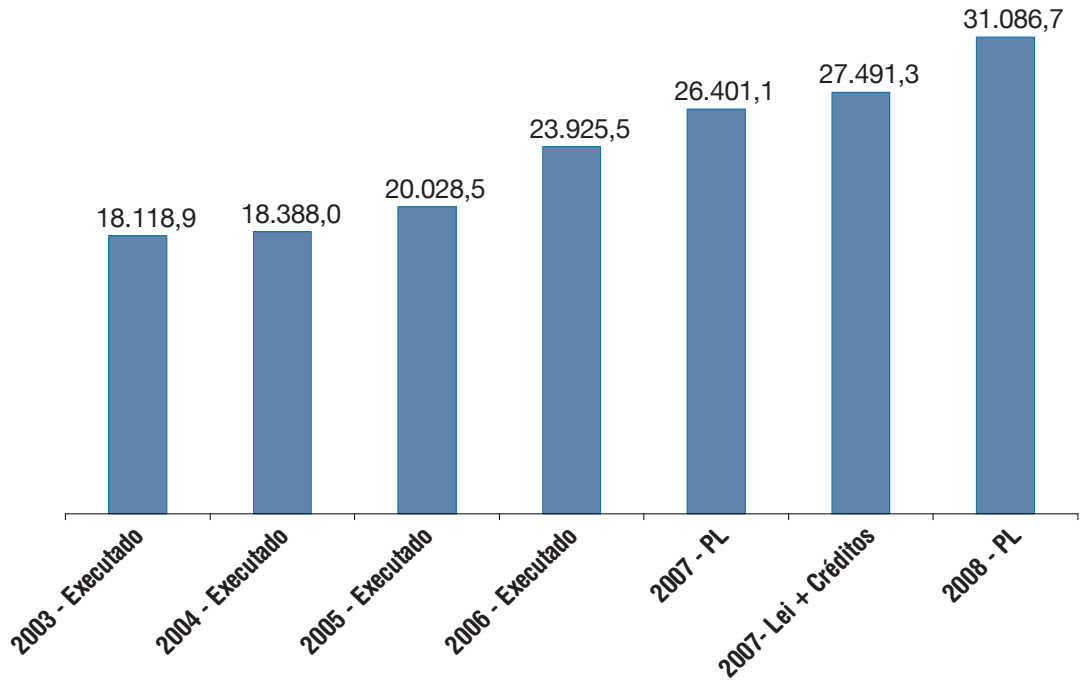
Ainda no campo da promoção e prevenção da saúde, a proposta para 2008 inova ao criar o Programa Implementação da Política da Promoção da Saúde, cujo objetivo é a promoção da qualidade de vida e a redução da vulnerabilidade e dos riscos à saúde relacionados aos determinantes e condicionantes dos processos saúde-doença - condições de trabalho, habitação, ambiente, educação, lazer, cultura, acesso a bens e serviços essenciais. Ademais, o Governo Federal tem investido fortemente na ampliação e consolidação dos sistemas de vigilância de doenças, agravos e fatores de riscos. Uma iniciativa nessa área foi a implementação do sistema de Vigilância de Fatores de Risco para Doenças Crônicas Não-Transmissíveis por Entrevistas Telefônicas (VIGITEL). Esse sistema foi implantado nas capitais dos 26 Estados e no Distrito Federal. Nessa etapa foram levantadas informações sobre fatores de risco como fumo, excesso de peso, sedentarismo, diabetes, hipertensão, entre outros e fatores de proteção como prática de atividades físicas e consumo de frutas e hortaliças. As informações, que foram disponibilizadas no primeiro semestre de 2007, devem auxiliar o planejamento de ações de promoção e prevenção de doenças crônicas não-transmissíveis.

A atenção a grupos específicos é feita pela rede de serviços da área de saúde, em seus diversos níveis (básica, média e alta complexidade). Contudo, há ações específicas para acolher a diversidade na busca de qualificar a atenção a esses grupos. Esse é o caso das Ações de Saúde da Mulher, Saúde da Criança, Saúde do Trabalhador, Saúde do Idoso, Saúde Mental, Saúde do Jovem, Saúde da Pessoa com Deficiência, inclusive com a oferta de órteses e próteses e Saúde da População do Sistema Penitenciário. Por meio dessas ações, o MS busca capacitar os profissionais de saúde para uma atenção humanizada e mais qualificada a esses grupos.

EDUCAÇÃO

A materialização de um cenário virtuoso, que associa crescimento econômico e distribuição da renda, pressupõe uma educação de qualidade, que favoreça o desenvolvimento de capacidades produtivas e, portanto, que promova a equalização das condições de acesso ao trabalho e à renda. Em consonância com esse pressuposto, diversas iniciativas governamentais vêm sendo desenvolvidas pelo Ministério da Educação (MEC), no intuito de elevar o padrão de qualidade e desempenho da educação brasileira, de modo que esta possa responder a contento às demandas da sociedade. Note-se, abaixo, o crescimento dos recursos aplicados na área:

Gráfico 7 – Evolução dos Gastos com Educação (R$ milhões)



PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (PDE)

Os esforços do Governo Federal em melhorar a qualidade da educação brasileira também são evidenciados pelos objetivos e metas que integram o Plano de Desenvolvimento da Educação –(PDE), lançado pelo MEC em abril de 2007. O PDE consiste num conjunto de ações estruturadas em torno de uma concepção sistêmica de educação, segundo quatro eixos, ou áreas de intervenção:

a) alfabetização;
b) educação básica;
c) educação profissional
d) educação superior.

O Plano ainda define um rol de 28 diretrizes, intitulado Compromisso Todos pela Educação, por meio do qual as três esferas de governo, famílias e comunidades orientarão suas ações em prol da melhoria do desempenho (qualidade) e do rendimento escolar (fluxo).

Um aspecto a ser destacado como de grande relevância no PDE é a nova estratégia de apoio técnico, financeiro e institucional que o Governo Federal prestará aos Estados e Municípios que firmarem o Compromisso Todos pela Educação. Esse apoio terá como referência um novo indicador denominado Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), por meio do qual se poderá identificar e acompanhar Municípios que apresentem os menores índices e, desse modo, oferecer assistência técnica e financeira da União.

Com o PDE, também serão ampliados esforços no sentido de aumentar a oferta de vagas na modalidade de educação a distância, sobretudo aos professores que atuam na educação básica e que ainda não têm formação em nível superior. Trata-se de iniciativa voltada ao cumprimento de uma das diretrizes do Plano Nacional de Educação (PNE), que estabelece que, a partir de 2011, só serão admitidos professores com formação em nível superior para atuar na educação básica.

A expansão do programa Universidade Aberta do Brasil (UAB) implicará, em 2008, a oferta adicional de 60 mil novas vagas para formação superior em licenciatura, destinadas prioritariamente a professores em atividade nos sistemas de ensino dos Estados, Distrito Federal e Municípios. Somam-se a estas os 19 mil professores que integram o Programa Pró-licenciatura e os 11 mil estudantes matriculados no curso de administração ofertado em parceria com o Banco do Brasil (BB). Portanto, a previsão para o corrente ano é de que 90 mil estudantes/professores possam beneficiar-se dessa modalidade de ensino em instituições públicas e gratuitas.

Para o exercício de 2008, a fim de dar continuidade ao PDE, o MEC receberá recursos adicionais da ordem de R$ 3,5 bilhões.

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

O Governo Federal apoiou a oferta de vagas para cerca de 3,3 milhões de alunos matriculados em Educação de Jovens e Adultos (EJA), no ensino fundamental, o que representou 86% das matrículas nessa modalidade de ensino, e promoveu cursos de alfabetização para mais de 1,6 milhão de alunos. Entretanto, a relativa estabilidade da taxa de analfabetismo, em torno de 11%, sugere que as ações do Programa parecem não estar surtindo o efeito desejado junto à população analfabeta e que mudanças deveriam ser introduzidas.

Visando superar essa situação, o Programa Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos passou por um processo de reformulação, buscando alterar significativamente sua forma de implementação. Apresentada no PDE, a nova estratégia priorizará o engajamento de professores das redes públicas, onde no mínimo 75% do quadro de alfabetizadores

serão professores das redes municipais e estaduais, uma mudança significativa para garantir uma maior qualificação dos responsáveis pela alfabetização. Como serão privilegiadas as parcerias com os Municípios, que receberão 80% dos recursos totais do Programa, a estes caberá selecionar e capacitar os professores e, especialmente, promover a mobilização da população analfabeta para garantir sua freqüência aos cursos.

Apesar de sua abrangência nacional, o Brasil Alfabetizado priorizará os 1,1 mil Municípios com menores IDEBs e que detêm taxas de analfabetismo superiores a 35%. Dessa forma, o Programa irá dar prioridade ao Nordeste, região que concentra 90% dos Municípios com taxas de analfabetismo mais altas. Além deste, o Programa terá dois outros focos para atuação: as grandes regiões metropolitanas com elevado contingente de pessoas não alfabetizadas e os jovens analfabetos da faixa etária de 15 a 29 anos. Para que jovens e adultos permaneçam no Programa, o MEC financiará o transporte e a merenda escolar, bem como identificará aqueles que necessitarem de óculos, que serão distribuídos gratuitamente pelo MS.

EDUCAÇÃO BÁSICA

Diversas são as ações supletivas que vêm sendo desenvolvidas pelo MEC com vistas a assegurar o acesso e a permanência dos alunos na educação básica, dentre as quais se destacam:

a) Distribuição de Livros Didáticos para o Ensino Fundamental, estimando-se, para 2008, 51,4 milhões de unidades;
b) Distribuição de Livros Didáticos para o Ensino Médio, com 9,2 milhões de livros já distribuídos aos alunos de escolas públicas, continuando em 2008 com 43,0 milhões;
c) Dinheiro Direto na Escola para o Ensino Fundamental, que transfere recursos financeiros para escolas públicas do ensino fundamental e privadas de educação especial;
d) Apoio ao Transporte Escolar no Ensino Fundamental, para o atendimento de alunos das redes públicas estaduais e municipais;
e) Alimentação Escolar, beneficiando alunos de creches, pré-escolas, do ensino fundamental e de comunidades indígenas, ao longo de 200 dias letivos.

Também merecem destaque as ações de apoio à formação e capacitação de professores e demais profissionais, nas modalidades de ensino presencial e a distância, que já beneficiaram mais de 150 mil profissionais.

Visando ampliar o financiamento para toda a educação básica, foi instituído, em substituição ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), por meio da Emenda Constitucional no 53, de 2006, o Fundo Nacional de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), com vigência até 2020. Com o novo Fundo, serão atendidos 47 milhões de estudantes de creches, educação infantil e especial,

ensino fundamental e médio e educação de jovens e adultos. Em seu primeiro ano de implantação, a complementação financeira da União corresponde a R$ 2 bilhões, a qual será ampliada gradativamente, de modo a atingir, em 2009, a cifra de R$ 4,5 bilhões, sendo que a partir do quarto ano será destinado ao Fundeb 10% do valor de um conjunto de impostos elencados pela Emenda Constitucional 53/2006. Para 2008, o valor para esta finalidade é de R$ 3,14 bilhões.

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Merece destaque a execução do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica que, em sua primeira fase, iniciada em 2006, previa a implantação de cinco novas escolas técnicas federais, quatro escolas agrotécnicas e 33 unidades de ensino descentralizadas, distribuídas entre 23 unidades federadas, com prioridade àquelas que não contavam com instituição de ensino dessa natureza. A distribuição das instituições de ensino igualmente prioriza os Municípios situados em regiões interioranas e nas periferias dos grandes centros urbanos. O Plano de Expansão ainda inclui a federalização de 18 escolas, anteriormente construídas com recursos do Programa de Expansão da Educação Profissional, até então administradas por entidades comunitárias ou governos estaduais.

Com o Plano de Expansão, serão implantadas 60 novas instituições de ensino até o final de 2007, representando um crescimento de mais 40% em relação à configuração anterior do sistema. As novas unidades abrangerão aproximadamente 1,5 mil Municípios em 22 Estados e no Distrito Federal, em cerca de quatro anos, e ofertarão 74 mil novas vagas em cursos de nível médio, cursos superiores de tecnologia, Programa de Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio na Modalidade EJA (PROEJA), formação inicial e continuada de trabalhadores, entre outros itinerários formativos.

Para reorganizar o modelo atual de instituições federais de educação profissional e melhor integrar este sistema de ensino, o PDE prevê a criação dos Institutos Federais de Educação Tecnológica (IFETs), os quais serão instituições multicampi especializadas na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, desde Educação de Jovens e Adultos profissionalizante até doutorado profissional. Essas novas instituições deverão destinar metade de seu orçamento à oferta de cursos profissionalizantes de nível médio, inclusive na modalidade integrada a EJA. A outra metade irá para cursos de formação tecnológica de nível superior, onde 20% dos investimentos serão alocados a cursos de licenciatura em Física, Química, Matemática e Biologia.

Assim como na primeira fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, na segunda fase terão prioridade as localidades no interior do País e nas periferias de grandes centros urbanos. Nessa etapa, está prevista a implantação de 150 novas escolas, de modo que, até 2010, o número de matrículas deverá ampliar-se em cerca de 200 mil e a rede federal de instituições de educação profissional deverá atingir 354 unidades.

EDUCAÇÃO SUPERIOR

O principal programa desenvolvido pelo MEC na área de educação superior será, em 2008, o Brasil Universitário. A maior parcela dos recursos financeiros programáticos destina-se à manutenção das 59 Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) vinculadas ao MEC que, em 2005, respondiam por cerca de 580 mil estudantes de graduação e outros 70 mil estudantes de pós-graduação stricto sensu. Além disso, também foi viabilizada, por intermédio desse Programa, a expansão da rede federal, mediante a criação, transformação e ampliação de instituições.

Outra ação governamental de vulto, em termos do volume de recursos despendidos, corresponde ao Financiamento Estudantil (FIES) a alunos de instituições privadas, que, desde sua criação até 2006, beneficiou 396 mil estudantes. Já o Programa Universidade para Todos (ProUni), apesar de não orçamentário, também tem impacto significativo sobre o sistema de ensino superior privado, por intermédio do qual já foram concedidas cerca de 360 mil bolsas de estudos. Os beneficiários do FIES e do ProUni representam cerca de 20% do total de matriculados nas instituições de ensino privadas. Para 2008, o número de beneficiários deverá ser de 100 mil alunos.

Na educação superior, o programa Desenvolvimento do Ensino de Pós-graduação e da Pesquisa Científica, responde pelo fomento e apoio a programas e estudantes de pós-graduação stricto sensu. Por intermédio dele foram concedidas mais de 28 mil bolsas de estudos no País e outras 2,1 mil bolsas no exterior. Além da concessão de bolsas, o programa também responde pela manutenção e constante ampliação do Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) que, em 2006, viabilizou cerca de 40 milhões de acessos. Espera-se manter o número de 30,1 mil bolsas, em 2008, alocado-se, para tal finalidade, o valor de R$ 588,7 milhões.

A expectativa do Governo Federal nessa área é de dobrar o número de estudantes matriculados em cursos de graduação nas universidades federais, em um prazo de dez anos. Para tanto, o MEC criou o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). As universidades que apresentarem projetos de reestruturação voltados à expansão da oferta de vagas poderão receber recursos adicionais, num período de cinco anos, até o limite de 20% sobre o orçamento do primeiro ano de execução do projeto apresentado pela instituição, para despesas de custeio e pessoal. Os projetos deverão contemplar ações voltadas principalmente à ampliação e/ou criação de cursos noturnos, ao aumento do número médio de estudantes por docente, à flexibilização de currículos, à redução da ociosidade de vagas e da evasão escolar.

CULTURA

O Governo Federal pretende evidenciar o Eixo Cultura na Agenda Social, promovendo as políticas públicas em parceria com as esferas estaduais e municipais, o que dinamiza o pacto federativo, decisivo na execução da Agenda Social e na consolidação do Sistema Nacional de Cultura.

Sob essa nova perspectiva, elencam-se três objetivos principais. O primeiro objetivo a ser perseguido em 2008 é ampliar o acesso dos brasileiros aos bens culturais e meios necessários para a expressão simbólica, promovendo a auto-estima, o sentimento de pertencimento, a cidadania, o protagonismo social e a diversidade cultural. O segundo grande objetivo é qualificar o ambiente social das cidades e contextos urbanos, ampliando a oferta de equipamentos e meios de acesso à produção e à expressão cultural. O terceiro objetivo do Eixo Cultura da Agenda Social é melhorar o ambiente econômico para investimentos em cultura, fomentando a economia do setor, a fim de gerar oportunidades de negócio e capacitação (artística, técnica e gerencial) para trabalhadores, profissionais liberais, micro, pequenas e médias empresas no mercado cultural brasileiro.

Importante desafio na área, para 2008, será a constituição definitiva do Plano Nacional de Cultura e dos Sistemas Nacional e Federal de Cultura, como um marco histórico no que diz respeito à construção de parcerias entre os entes federativos e o setor privado para estabelecimento de ações concretas de curto e de longo prazos em favor da cultura brasileira, bem como a implementação do Conselho Nacional de Políticas Culturais.

Na área relacionada com Memória e Patrimônio Cultural, o Governo Federal, por intermédio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), realizará obras de preservação cultural e promoverá iniciativas de capacitação e educação patrimonial, com o intuito de que os bens culturais sejam reconhecidos como símbolos integrantes da identidade e diversidade nacionais para o melhor aproveitamento de roteiros turísticos, preservação e promoção de paisagens culturais. O Instituto tem sob sua tutela cerca de 21 mil imóveis, localizados em 67 sítios urbanos, 13 mil sítios arqueológicos, 250 mil objetos museológicos e extensa documentação arquivística e bibliográfica depositada em 31 bibliotecas e 35 arquivos públicos. Suas unidades, espalhadas por todo o Território Nacional, detêm a guarda de registros fotográficos, cinematográficos e videográficos. Serão destinados para a continuidade de tais ações, em 2008, o valor de R$ 213 milhões.

No que se refere ao Programa Monumenta, tem-se que para 2008 suas ações serão direcionadas para outros sítios urbanos, além dos 26 centros urbanos pré-selecionados que estão em fase de conclusão, para o que estão sendo alocados R$ 67 milhões.

Contando com o montante de R$ 138,7 milhões, a política do audiovisual, mediante o Programa Brasil, Som e Imagem, manterá em 2008 o objetivo de ampliar o público para o cinema brasileiro direcionando seus investimentos para setores-chave como: distribuição, formação de público, aumento do número de salas de exibição e criação de circuitos comerciais paralelos. O objetivo dessa estratégia é aumentar a participação do cinema nacional no mercado interno e fomentar projetos de curtas-metragens, roteiros e documentários orientados para públicos estratégicos – como o infanto-juvenil – e para regiões do País sem tradição de expressão audiovisual.

O Governo pretende, ainda, ampliar o número de bibliotecas, renovar os acervos e propiciar a oferta de livros a preços populares. Além disso, há a previsão da realização de capacitação de mediadores culturais, bem como o incentivo à realização de microprojetos culturais, cujo financiamento gerará oportunidades - microcrédito cultural.

Além dessas iniciativas, também merecem destaque os Pontos de Cultura, eixo central do Programa Cultura, Educação e Cidadania, os quais são unidades de recepção e disseminação de bens culturais em comunidades que se encontram à margem dos circuitos culturais e artísticos convencionais, sendo que, desde 2004, já foram instalados 845 pontos de cultura. Para 2008, serão alocados R$ 135,4 milhões no referido Programa, dos quais R$ 117,5 milhões estarão reservados aos Pontos de Cultura, com o objetivo de ampliar para 1.755 o número de espaços culturais apoiados.

ESPORTE

O foco principal das ações do Governo Federal na área esportiva tem sido a inclusão e o desenvolvimento social. Apesar desse importante objetivo nortear a política para o setor, outras iniciativas merecem destaque, tais como democratizar o acesso ao esporte em todas as suas dimensões, inserir o Brasil no circuito do esporte internacional e elevar o nível técnico esportivo do País.

O Ministério do Esporte (ME) implementa um conjunto de programas em prol da inclusão de segmentos populacionais em estado de vulnerabilidade e risco social, a saber: Vivência e Iniciação Esportiva Educacional; Segundo Tempo; Esporte e Lazer da Cidade e Inclusão Social pelo Esporte.

O Programa Segundo Tempo tem por objetivo democratizar o acesso à prática e cultura esportiva, como meio educacional, voltado à promoção da cidadania e à melhoria da qualidade de vida. Desde a sua criação, o Programa já atendeu a cerca de 2,2 milhões de crianças, adolescentes e jovens. Além do atendimento aos estudantes, o Programa também tem firmado parcerias para fins da capacitação de professores e monitores, em nível de especialização e extensão. A meta é atingir mais 554 mil beneficiados, somente com recursos financeiros de 2008, da ordem de R$ 136,9 milhões.

O Programa Esporte e Lazer da Cidade, que contará em 2008 com R$ 21 milhões, tem por objetivo ampliar e democratizar o acesso à prática do esporte recreativo e de lazer, bem como fomentar e difundir o conhecimento afeto a essa área. Em virtude da crescente demanda da população por tais práticas e, ao mesmo tempo, devido à situação de vulnerabilidade social e econômica de parcela considerável da população brasileira, o público-alvo prioritário são as famílias com renda de até meio salário mínimo per capita, já tendo sido beneficiadas cerca de 914 mil pessoas de diversas faixas etárias.

Além de conceder material esportivo aos núcleos abrangidos pelos Programas Segundo Tempo e Esporte e Lazer na Cidade, às escolas públicas e aos convênios com entidades estrangeiras, o Programa Inclusão Social pelo Esporte contribui para qualificar profissionalmente detentos e segmentos populacionais em situação de risco social. Em 2006, o Programa já abrangia 84 unidades prisionais e 8 núcleos do Pintando a Cidadania. Já para 2008, o número esperado é de 76 unidades prisionais e 26 núcleos do Pintando a Cidadania, com uma dotação orçamentária total de R$ 22,3 milhões. Embora grandes desafios devam ser superados na elevação da qualidade do material produzido e do número de postos de trabalho, o Programa tem beneficiado pessoas com oportunidade de trabalho e renda, além daquelas que usufruem dos materiais produzidos. Para o ano de 2008, a confecção estimada é de aproximadamente 2 milhões de itens de materiais esportivos, com a implantação de mais 12 Núcleos em Comunidades Carentes, beneficiando cerca de 13 milhões de pessoas.

Merece destaque o Programa Brasil no Esporte de Alto Rendimento, de natureza continuada, que compreende:

a) diversificado de ações de apoio e fomento à capacitação de recursos humanos;
b) realização de eventos nacionais e internacionais;
c) concessão de bolsas a atletas;
d) detecção de talentos e avaliação de atletas;
e) implantação e modernização de centros científico-tecnológicos;
f) implantação e modernização de infra-estrutura;
g) participação em competições fora do País;
h) funcionamento de núcleos esportivos de base.

Enfim, um espectro de intervenção que vai desde a detecção/descoberta do talento esportivo, passando pela preparação do atleta e chegando à sua consagração.

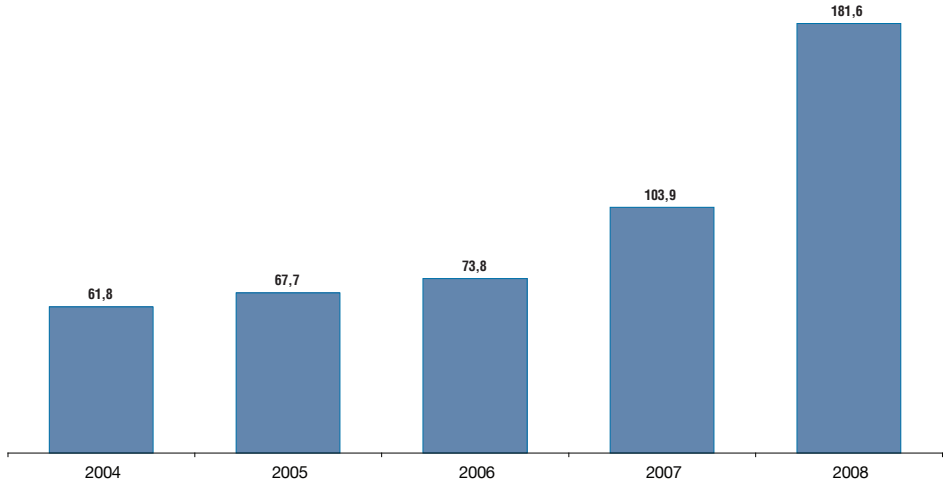
Vale destacar que o Programa Bolsa-atleta, criado em 2005, já distribuiu incentivos para 1.810 atletas nas categorias estudantil, nacional, internacional, olímpica e paraolímpica. No total, o programa distribui aos atletas recursos que chegam a R$ 13,2 milhões por ano, com previsão para 2008 do valor de R$ 26,4 milhões, para atender a cerca de 2,8 mil atletas. A participação de atletas atendidos pelo Programa nos Jogos Pan-americanos mostra que o auxílio alcança os seus objetivos. A perspectiva é consolidar sua extensão em todo ciclo da carreira do atleta, atuando desde a base, passando pelo seu desenvolvimento e treinamento chegando as principais conquistas e criando condições para a fase de encerramento da carreira.

DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA, JUSTIÇA E POLÍTICA INDIGENISTA

O Estado, no cumprimento do compromisso com a concepção dos direitos humanos como universais, indivisíveis e interdependentes, assumiu uma política voltada à construção da sociedade, pautada no respeito à diversidade, na igualdade de oportunidades e na consolidação de uma cultura democrática e cidadã. Tal compromisso exige a promoção, a defesa e a garantia desses direitos em suas diferentes dimensões: civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais.

A Secretaria Especial dos Direitos Humanos terá, em 2008, um orçamento no montante de R$ 181,6 milhões, para implementação de diversas ações decorrentes da Política de Direitos Humanos, dando prosseguimento ao processo contínuo de aumento de recursos para a área, conforme mostra o gráfico a seguir.

Gráfico 8 – Evolução de Gastos com Direitos Humanos



CRIANÇA E ADOLESCENTE

O Governo Federal vem desenvolvendo a articulação institucional com órgãos governamentais e não-governamentais para implementar novas diretrizes e parâmetros na promoção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes.

A produção de conhecimentos relativos à defesa de direitos; a identificação, a publicização e o apoio a experiências vitoriosas; e a qualificação dos diversos atores para uma atuação em conformidade com o marco legal pertinente à área, em especial o Estatuto da Criança e do Adolescente, são o foco principal do Programa Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, constante do orçamento de 2008, com dotação de R$ 18,3 milhões.

No tocante à violência sexual contra a criança e o adolescente, está prevista a adoção de um conjunto de ações articuladas com diversas instituições que permitam a intervenção técnico-política para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, o resgate e a garantia dos direitos sexuais e reprodutivos, com a aplicação de recursos orçamentários da ordem de R$ 9,3 milhões em 2008.

Na tentativa de equacionar uma das mais sérias questões da atualidade, a do adolescente em conflito com a lei, foi lançado o Sistema Nacional de Atendimento Sócioeducativo (Sinase), cuja principal finalidade é enfrentar o problema da reinserção social e produtiva do adolescente infrator, por meio de um sistema sócio-educativo ordenado e de qualidade, que priorize a execução de medidas em meio aberto ou em unidades adequadas ao novo paradigma de atendimento sócio-educativo, distinto da superada visão repressiva de internação. Haverá, adicionalmente, prioridade na inclusão de egressos do sistema sócio-educativo no Programa para a Juventude. Para 2008, as despesas relacionadas a essas ações estão orçadas em R$ 62,7 milhões.

PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E PREVENÇÃO E REPARAÇÃO DE VIOLAÇÕES

As iniciativas direcionadas à garantia e acesso aos direitos humanos e à prevenção e reparação de violações, contarão com recursos orçamentários no montante de R$16,5 milhões, no intuito de assegurar o acesso a mecanismos de sua efetivação, bem como o direito à reparação oficial do Estado brasileiro aos mortos e desaparecidos políticos no Brasil, articulando a troca de experiências e de informações em nível regional (Mercosul) e internacional.

DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

A questão do idoso é ainda incipiente na agenda pública, o que exige grande esforço para a promoção dos direitos desse contingente cada vez mais expressivo da população. Nesse contexto, a atuação do Governo Federal para assegurar os direitos da pessoa idosa, enfrentando a violência e a discriminação e propiciando sua inclusão e participação efetiva na sociedade, contará, em 2008, com recursos da ordem de R$ 1,9 milhão.

As iniciativas adotadas estão voltadas à formação de profissionais para atuarem:

a) na garantia dos direitos da pessoa idosa e na prevenção e enfrentamento à violência contra o segmento;
b) na implantação, no apoio e no fortalecimento de serviços multidisciplinares especializados no atendimento a idosos vítimas de violência;
c) no desenvolvimento de ações integradas de prevenção à violência e maus-tratos contra a pessoa idosa;
d) no fornecimento de apoio para a estruturação de instituições públicas que integram ou que devem passar a integrar a Rede Nacional de Proteção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa.

DEFESA DOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

As principais estratégias do Governo Federal, no que diz respeito à promoção e à defesa dos direitos das pessoas portadoras de deficiências, têm sido:

a) o apoio à implantação de novos Conselhos de Direitos nos Estados e Municípios;
b) a consolidação e a divulgação de informações e conhecimentos sobre as pessoas com deficiência e sobre as formas de prevenção de violações, promoção e defesa de seus direitos;
c) a promoção da participação das pessoas portadoras de deficiência nas políticas públicas estaduais e municipais por meio de órgãos representativos do controle social;
d) o aprofundamento dos conhecimentos específicos e a troca de experiência, com ênfase nos direitos humanos, para superar barreiras que limitam a qualificação do cidadão, seja a pessoa portadora de deficiência ou seus familiares, o profissional que o atende ou mesmo os gestores e responsáveis pela formulação e execução de políticas para este segmento da sociedade;
e) o apoio à elaboração de projetos de acessibilidade ao sistema de transporte público para pessoas com restrição de mobilidade e deficiência.

As ações visam a consolidar a garantia do exercício de direitos relativos à habitação, locomoção, sociabilização e ocupação de vagas no mercado de trabalho, conforme determinado em lei e, ainda, adaptação de escolas, com implantação de estrutura adequada, tanto em suas instalações internas, quanto em circunvizinhanças, além de ampliação do atendimento de órteses e próteses para o público-alvo.

Para assegurar os direitos e combater a discriminação contra pessoas com deficiência, contribuindo para a sua inclusão ativa no processo de desenvolvimento do País, o Orçamento de 2008 destina recursos no montante de R$ 6 milhões.

PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

O conjunto das ações do Governo Federal no campo de promoção da igualdade racial se insere no marco mais amplo das políticas sociais, o que indica um futuro promissor para a construção da eqüidade e da igualdade racial na sociedade brasileira.

As iniciativas das Políticas Afirmativas para a Igualdade Racial buscam reduzir as desigualdades raciais e promover uma cultura não-discriminatória, de forma a assegurar à população, independentemente de sua cor ou raça, o exercício pleno de sua cidadania e melhores condições de vida, por meio de políticas setoriais formuladas e executadas de forma coordenada.

Nesse contexto, estão previstos recursos orçamentários em 2008 de R$ 178,3 milhões para a qualificação de homens e mulheres, principalmente afrodescendentes, com o objetivo de atuar na administração pública federal,

estadual, municipal e sociedade civil, de forma a influir na implementação e no acompanhamento de políticas e ações de promoção da igualdade racial e a intensificação de ações nas comunidades quilombolas, para assegurar a propriedade de suas terras, seu desenvolvimento econômico sustentável, a infra-estrutura adequada à realização de suas atividades, a melhoria das condições de vida de seus habitantes, a preservação de seu patrimônio cultural material e imaterial e a capacidade de exercer o controle efetivo das políticas públicas que lhes são destinadas.

PROMOÇÃO DA IGUALDADE DE GÊNERO

O Governo Federal tem intensificado a incorporação da perspectiva de igualdade de gênero em suas políticas com a implementação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), cujas principais realizações ocorreram nas áreas de enfrentamento da violência contra as mulheres e da promoção da igualdade no mundo do trabalho, que também vêm sendo pactuadas com governos de Estados e Municípios, para que incluam essas diretrizes e prioridades em seus processos de planejamento.

Nesse sentido, destacam-se entre as ações prioritárias para 2008, as que visam assegurar um atendimento adequado, humanizado, integrado, multissetorial e em rede às mulheres em situação de violência de gênero, nos serviços públicos especializados, e sensibilizar e conscientizar a sociedade na perspectiva de uma nova cultura das relações humanas, mediante a prevenção e a erradicação da violência contra as mulheres. Para tanto, estão sendo alocados recursos da ordem de R$ 27,5 milhões.

Pretende-se, ainda, desenvolver ações de apoio a iniciativas de fortalecimento dos direitos humanos das mulheres em situação de prisão, com aplicação de recursos voltados à construção e à reforma de estabelecimentos de saúde, educação, cultura e lazer, com o intuito de beneficiar esse público-alvo.

Adicionalmente, o Orçamento para 2008 destina o montante de R$ 7,3 milhões, para atividades nas áreas educacional e de saúde, mediante ações de promoção à formação inicial e continuada de profissionais da educação nas questões de gênero, relações étnico-raciais e orientação sexual, de qualificação do tratamento da temática de gênero nas políticas educacionais e de saúde, e de ampliação do acesso aos bens e serviços ofertados à sociedade.

JUSTIÇA

O processo democrático atual enseja o compromisso do Estado de promover o acesso à Justiça, no sentido de garantir a todo cidadão a possibilidade de acionar o Poder Judiciário para reivindicar direitos e resolver os conflitos em que se encontre envolvido.

Nesse sentido, por intermédio da descentralização de seus órgãos, o Judiciário vem promovendo a democratização e ampliação do acesso à Justiça. A estratégia para 2008 consiste em dar continuidade ao processo de interiorização das varas federais e de varas e

de ofícios do Ministério Público da União, de multiplicação dos juizados especiais e de instalação de juizados itinerantes e varas especializadas, bem como a criação de novas varas trabalhistas nos grandes centros urbanos e nos Municípios do interior.

Adicionalmente à criação de novas varas, a busca pela excelência na prestação dos serviços jurisdicionais passa pela modernização do Poder Judiciário, de forma a torná-lo mais ágil e eficiente no atendimento à população.

Para alcançar esse objetivo, vêm sendo direcionados recursos orçamentários para ampliação, modernização e interligação dos sistemas de informações dos Tribunais. A finalidade é agilizar os procedimentos de informação processual, com o desenvolvimento de sistemas de acompanhamento e controle da tramitação, assim como por meio da virtualização dos documentos relacionados aos processos.

A conversão do processo judicial atual em processo eletrônico beneficiará diretamente o cidadão, que poderá contar com uma prestação jurisdicional segura, ágil e de qualidade, que o atenderá em tempo hábil. Adicionalmente, haverá economia de gastos públicos, com a redução de despesas com serviço, papel, tinta e com os custos dos constantes deslocamentos de processos entre Tribunais.

No que se refere às eleições municipais a serem realizadas em 2008, a Justiça Eleitoral continua o esforço no sentido de profissionalizar e estruturar a rede de atendimento ao cidadão, assegurar a confiabilidade e a celeridade do processo de votação e de alistamento eleitoral. A significativa utilização de tecnologia da informação tem contribuído para que as eleições ocorram de forma segura e eficiente, com o aprimoramento de todo o Sistema Eleitoral Brasileiro.

O Poder Judiciário e o Ministério Público da União vêm sendo contemplados, nos últimos anos, com valores crescentes em seus respectivos orçamentos, tendo, no período de 2004 a 2008, mostrado um crescimento da ordem de 76%, passando os gastos com despesas de outros custeios e capital de R$ 15,1 bilhões para R$ 26,6 bilhões no período em referência.

POLÍTICA INDIGENISTA

Atualmente, o grande desafio para o indigenismo brasileiro é a construção de um modelo de desenvolvimento econômico adequado à realidade indígena, que contemple tanto a necessidade de geração de renda, quanto o aumento do bem-estar físico referente às exigências de preservação dos recursos naturais e dos aspectos culturais distintivos das sociedades indígenas.

Com esse objetivo, o Estado tem focalizado sua atuação:

a) na demarcação, proteção, regularização, conservação e recuperação da biodiversidade em terras indígenas;

b) na estruturação de unidades de saúde;
c) no fomento e na valorização dos processos educativos específicos dos índios;
d) nas ações voltadas à promoção do etnodesenvolvimento;
e) na segurança alimentar e nutricional dos povos indígenas.

A política governamental envolve, ainda:

a) o estímulo à recomposição da auto-sustentação indígena;
b) a valorização, pesquisa e disseminação acerca da cultura do índio;
c) a localização e resguardo de aldeias indígenas isoladas ou de recente contato, além do incentivo à integração das diferentes populações indígenas, por meio da valorização da prática de esportes tradicionais das etnias.

Para garantir a efetividade das políticas governamentais dirigidas à questão indígena, o Orçamento da União para 2008 incluirá recursos da ordem de R$ 526,4 milhões.

INCLUSÃO DE JOVENS

Da iniciativa do Governo Federal em integrar os diversos programas dirigidos aos jovens brasileiros, surgiu o novo Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem), com a finalidade de promover a sua reintegração ao processo educacional, a sua qualificação e o seu desenvolvimento humano. O público potencial do Programa são jovens de 15 a 29 anos.

O novo ProJovem é dividido em quatro modalidades:

a) ProJovem Urbano;
b) ProJovem Campo - Saberes da Terra;
c) ProJovem Trabalhador;
d) Projovem Adolescente.

Assim, o Programa integra os esforços de diversos ministérios, em especial, da Secretaria-Geral da Presidência da República (SGPR), do Ministério da Educação (MEC), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

O ProJovem Urbano é a reformulação da atual versão do programa existente, com ampliação da faixa etária de 18 a 24 para 18 a 29, e alteração no critério de admissibilidade, com a inclusão de jovens que apenas sabem ler e escrever, e não só dos que já tenham completado a 4ª série do ensino fundamental. O ProJovem Campo é dirigido à educação de jovens agricultores e familiares residentes no campo, de forma a proporcionar a sua formação. Já o ProJovem Trabalhador visa a preparar o jovem para o mercado de trabalho e ocupações alternativas geradoras de renda, por meio da qualificação social e profissional, promovendo a sua inserção. O ProJovem Adolescente é destinado a jovens com idade entre 15 e 17 anos, com vistas ao desenvolvimento social e humano do beneficiário, à integração sócio-familiar e à participação na vida pública.

Cada jovem matriculado, com idade superior a 18 anos, receberá do Programa auxílio financeiro no valor de R$ 100,00. Unifica-se, assim, o auxílio para jovens nas modalidades Urbano, Rural e Trabalhador.

Estima-se que, em 2008, serão atendidos cerca de 1,1 milhão de jovens em todo o Brasil, para os quais estão assegurados R$ 1.436,1 milhões.



IV – POLÍTICA EXTERNA E SOBERANIA

Relações Exteriores

Defesa

RELAÇÕES EXTERIORES

O aumento do prestígio brasileiro no cenário internacional tem ficado cada vez mais evidente na crescente influência exercida nos principais foros mundiais. Esse dinamismo reflete-se no incremento do número de visitas de Chefes de Estado e de Governo, Chanceleres e Ministros de Estado estrangeiros ao Brasil. Importantes eventos internacionais estão programados para acontecer no Brasil em 2008, entre os quais se destacam:

a) Conferência Internacional de Biocombustíveis, sobre o uso de fontes renováveis de energia;
b) 30ª Conferência Regional da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO) para América Latina e Caribe, sobre temas prioritários da cooperação intra-regional nos campos da alimentação e agricultura,
c) Conferência Regional das Américas, preparatória para a Conferência de Revisão de Durban contra o Racismo, a Xenofobia e a Intolerância Correlata;
d) comemoração dos 100 anos da Imigração Japonesa;
e) comemoração do Bicentenário da Chegada de D. João VI ao Brasil.

O volume total do comércio exterior brasileiro saltou de US$ 107 bilhões, em 2002, para US$ 229 bilhões, em 2006. Nesse ano, foram organizadas 51 missões comerciais e de atração de investimentos, tendo o Brasil participado de 78 feiras de promoção de exportações. Em 2007, deverão ser realizados 135 eventos. Para 2008, estão previstas diversas missões comerciais para a criação de mercado mundial para o etanol.

Paralelamente, o Brasil tem atuado na defesa do sistema multilateral de comércio como o principal articulador do G-20, ao lado da China, África do Sul, Argentina, Índia, México, Chile, entre outros, cujo principal objetivo é garantir os interesses dos países em desenvolvimento. Este perfil assertivo da atual política externa já garantiu ao Brasil a vitória em importantes contenciosos na Organização Mundial do Comércio (OMC).

Aos objetivos políticos, econômicos e comerciais da política externa brasileira, soma-se a necessidade de atender à demanda por serviços da comunidade de emigrados brasileiros, cujo número no exterior tem crescido de forma extraordinária, atingindo hoje cerca de quatro milhões. A manutenção dos vínculos entre os integrantes dessa comunidade e o Brasil é de grande importância tanto política quanto econômica. O Ministério das Relações Exteriores (MRE) intensificará, em 2008, os programas culturais e educacionais, como o ensino de português para filhos de brasileiros nascidos no exterior e a implantação do Programa de Modernização Consular e a implantação do Novo Passaporte Brasileiro.

O crescimento do número de brasileiros no exterior acarreta o incremento da demanda por serviço de postos de atendimento consular e das despesas correspondentes, em termos de instalações, equipamentos e pessoal. Esse cenário levou à abertura, desde 2004, de 32 novos consulados e embaixadas. Em 2008, novas representações diplomáticas serão abertas na Ásia, na África e no Caribe.

O quadro de diplomatas, que era de 997 em 2003, passou a 1.397, em 2006, sendo recrutados cerca de 100 novos diplomatas por ano. Em 2007, houve o preenchimento de 101 vagas criadas para a carreira diplomática e a admissão de 95 novos Oficiais de Chancelaria.

Em 2008, para dar continuidade à implementação da política externa brasileira e à melhoria dos serviços consulares e à realização dos diversos eventos previstos para acontecerem no decorrer do ano, estão assegurados R$ 1.256,1 milhões no orçamento do MRE.

DEFESA

No ano de 2008, o Ministério da Defesa implementará diversos programas e iniciativas, próprios ou em convênio com outros órgãos federais, estaduais e municipais. Nesse sentido, ressaltam-se alguns projetos relevantes como o Programa Calha Norte, o Projeto Soldado-Cidadão, o Novo Projeto Rondon, o Controle do Espaço Aéreo, o reaparelhamento das Forças Armadas, entre outros.

Coerente com a prioridade dada à Amazônia pelo Governo Federal, o Ministério da Defesa, por intermédio da atuação dos Comandos Militares, aumentará a sua presença na região. O Comando do Exército dará continuidade à transferência da Brigada de Infantaria de Selva para São Gabriel da Cachoeira (AM), o que representa o aumento do efetivo militar na Amazônia em cerca de 2.400 homens e a construção de instalações militares dotadas de material bélico adequado, que proporcionarão melhores condições para a vigilância e a defesa daquela região. Os Comandos da Aeronáutica e da Marinha prosseguirão com a implantação, respectivamente da Base Aérea de São Gabriel da Cachoeira e do Distrito Naval de Manaus.

Compatível com essa diretriz, o Programa Calha Norte terá, entre seus objetivos para 2008, a conservação de rodovias e aeródromos na região Amazônica, a construção de vinte Pelotões Especiais de Fronteira, a manutenção de outros vinte e cinco pelotões e de pequenas centrais elétricas existentes em seis desses pelotões, além da construção de embarcações, necessárias à atuação dos serviços públicos naquela parte do País, por meio de Batalhões de Engenharia de Construção do Exército.

O Plano Geral de Incorporação prevê, para 2008, que a prestação do Serviço Militar Inicial alcançará cerca de 70 mil jovens na faixa etária de dezenove anos. Além de permitir a formação dos efetivos de reservistas, necessários às Forças Armadas, o Serviço Militar pretende envolver 30.000 jovens no Projeto Soldado-Cidadão, propiciando-lhes o aprendizado profissional e a incorporação de importantes valores cívicos e morais, necessários à sua inclusão no mercado de trabalho.

O Projeto Rondon continuará a desenvolver ações transformadoras por intermédio do trabalho de 3.000 estudantes universitários brasileiros, em parceria com o Ministério da Educação e o apoio de órgãos e entidades públicas e privadas. O Projeto continuará proporcionando a troca de conhecimento e experiência entre os universitários brasileiros e as comunidades locais dos Municípios assistidos.

O Ministério da Defesa também dará prioridade ao reaparelhamento e à modernização das Forças Armadas, objetivando a recuperação e a adequação dos poderes terrestre, naval e aéreo das suas forças estratégicas. Nesse sentido, serão realizados investimentos da ordem de R$ 1,9 bilhão. De forma semelhante, continuará priorizando a realização de exercícios de adestramento combinados, para elevar a integração e a eficiência operacional dos meios militares brasileiros.

Como parte das perspectivas para 2008, em relação à defesa nacional, será atribuída especial ênfase ao desenvolvimento de tecnologias de uso terrestre, naval e aéreo. Dessa forma, as Forças Armadas manterão o objetivo de desenvolver projetos e programas de interesse militar e civil na área de ciência e tecnologia, que, por suas características, estimulam o envolvimento da comunidade científica brasileira e produzem resultados que beneficiam variados setores de nossa sociedade.

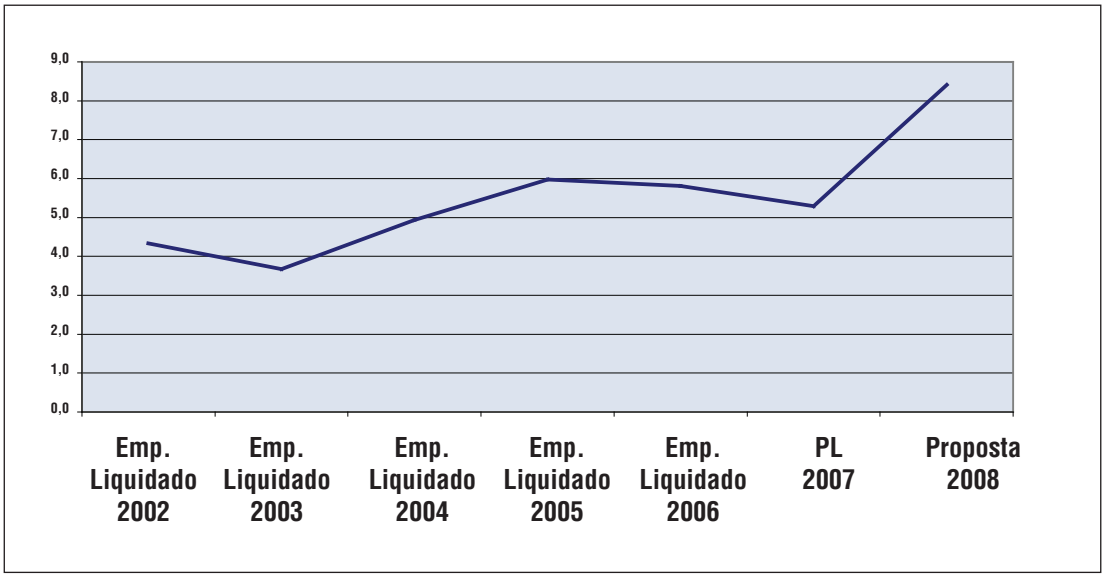
A recente crise aérea tem ensejado uma atuação mais firme e consistente do Poder Público. Nesse sentido, prosseguirá o processo de modernização e revitalização do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (SISCEAB), fundamental para a superação das dificuldades do setor, com vistas a aprimorar a sua capacidade tecnológica e operacional, que elevará a segurança aos usuários dos serviços de transporte aéreo, aumentando a capacidade de monitoramento do espaço aéreo brasileiro.

Em 2008, serão destinados ao Programa Nuclear da Marinha R$ 130,0 milhões, valor suficiente para acelerar as pesquisas para o desenvolvimento do ciclo do combustível nuclear e do protótipo do reator nuclear, o que representará considerável acréscimo de poder dissuasório aos meios da Defesa Nacional. Além disso, permitirá ao País o desenvolvimento de uma tecnologia estratégica para diversos setores, cujo conhecimento não é compartilhado nem está disponível no cenário mundial.

O reconhecimento da importância do Brasil no cenário mundial e, conseqüentemente, a intensificação da nossa participação na intermediação de conflitos internacionais exigirá a manutenção de uma força preparada para integrar missões internacionais de manutenção da paz. A participação do País em diversas dessas operações vem evidenciando, ao longo da história, o valor do soldado brasileiro, bem como elevando a sua imagem como potência pacífica de expressão regional e mundial. Com especial destaque, integrando o esforço da Organização das Nações Unidas de consolidar a paz no Haiti, o Brasil manterá o efetivo de 1.200 soldados naquele país, além de contribuir na sua reconstrução nas áreas de educação, saúde e infra-estrutura.

Para a atuação e o reaparelhamento das Forças Armadas Brasileiras em 2008, estão sendo destinados recursos orçamentários no montante de R$ 8,4 bilhões. A prioridade dada à área nos últimos anos é demonstrada no gráfico a seguir:

Gráfico 1 - Evolução da Série Histórica – Defesa
(Outras Despesas Correntes e de Capital, exclusive doações, convênios, PAC, ANAC, infra-estrutura aeroportuária)





V – SEGURANÇA PÚBLICA

Segurança Pública

SEGURANÇA PÚBLICA

Desde 2003, as ações do Governo Federal para a garantia da segurança pública têm como objetivo agir sobre as causas da criminalidade e da violência, em suas diferentes dimensões, cabendo ressaltar:

a) foi criado o Sistema Único de Segurança Pública (Susp), resultado da articulação entre a União, Estados e Municípios;
b) foi fortalecida a capacidade operacional da Polícia Federal (PF) e da Polícia Rodoviária Federal (PRF);
c) foram desenvolvidas ações visando ao aperfeiçoamento do sistema penitenciário brasileiro, tanto no que diz respeito à ampliação da capacidade dos presídios estaduais, quanto no tocante à implantação de penitenciárias federais e ao incentivo à aplicação de medidas e penas alternativas;
d) foi realizada a Campanha do Desarmamento e intensificado o combate à lavagem de dinheiro.

Todos os órgãos estaduais de segurança pública aderiram ao Susp, o que permitiu a articulação e a troca de informações entre diferentes corporações, possibilitando maior integração entre as instituições responsáveis pela segurança pública. As principais realizações são:

a) a instituição dos Gabinetes de Gestão Integrada (GGI);
b) o reaparelhamento das instituições de segurança;
c) a implantação de sistemas de informações;
d) a capacitação de profissionais, além da instituição da Força Nacional de Segurança Pública (FNSP).

A FNSP é composta por policiais militares e bombeiros de diferentes Unidades da Federação e foi criada em 2004, com o objetivo de atuar em casos de crise aguda e situações de calamidade. Foram formados, até o momento, quase 8 mil profissionais, para atuar a partir da solicitação de governos estaduais. Nos últimos anos, houve operações em Mato Grosso do Sul (MS), no Espírito Santo (ES) e no Rio de Janeiro (RJ).

Uma importante realização para a melhoria dos indicadores de segurança pública é o processo de integração dos dados e informações criminais. Foram iniciadas a implantação do Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal (SINESPJC) e a reestruturação da Rede de Integração Nacional de Informações de Segurança Pública, Justiça e Fiscalização (Rede Infoseg), que integra os registros criminais das diversas instituições de segurança pública. Estão atualmente cadastrados nesse sistema mais de 65 mil usuários, de 150 diferentes organizações estaduais e municipais, conferindo maior efetividade às ações de segurança pública.

São contribuições fundamentais para a mudança de paradigma, na atuação policial, os processos de capacitação de profissionais, coordenados pelo Governo Federal, sob a

perspectiva de respeito aos direitos humanos e de remodelagem da atuação policial, com base numa cultura humanística e de paz. Além das capacitações diretas, em instituições federais, e do apoio a Estados e Municípios, por meio da transferência de recursos financeiros, destacam-se também:

a) a implantação da Rede Nacional de Especialização em Segurança Pública (Renaesp), que agrega instituições de ensino superior de todo o País;
b) a Rede Nacional de Educação à Distância em Segurança Pública;
c) as jornadas de direitos humanos e a Escola Itinerante de Altos Estudos em Segurança Pública (Escoppol).

A atuação direta do Governo Federal no combate à criminalidade dá-se por meio das operações desenvolvidas pela PF e pela PRF, cuja a atuação vem se mostrando fundamental para o combate à corrupção e ao crime organizado. Nos últimos anos, essas duas instituições foram fortalecidas com o aumento de seus efetivos, a aquisição de equipamentos, o reaparelhamento de suas unidades, a valorização profissional e os investimentos em infra-estrutura. As operações mais importantes têm como finalidade a repressão ao tráfico de drogas e de armas, a crimes ambientais, ao contrabando e à corrupção.

A ação do Governo Federal na repressão à lavagem de dinheiro ocorre pela articulação de diferentes órgãos dos Poderes Executivo, Judiciário e do Ministério Público da União. O cumprimento das metas estabelecidas pela Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla) proporcionou o aumento do número de inquéritos, de ações penais por lavagem de dinheiro e do número de réus condenados. O processo de recuperação de ativos, apesar das dificuldades em relação à cooperação jurídica internacional, foi fortalecido com a implantação do Laboratório de Tecnologia contra a Lavagem de Dinheiro.

O outro eixo de atuação do Governo Federal, na área de segurança pública, é a reestruturação do sistema penitenciário estadual, por meio de apoio financeiro às Unidades da Federação, para construir, reformar e ampliar estabelecimentos penais e oferecer atendimento social aos apenados. Em 2008, serão contratadas diversas obras para a ampliação do sistema prisional, com a expectativa de criação de 2.266 novas vagas.

Destaca-se, ainda, a implantação de presídios federais destinados a abrigar presos de alta periculosidade, em especial aqueles ligados a organizações criminosas. Cada presídio fica numa região diferente do País, e a quinta penitenciária federal será na Região Sudeste, já a partir de 2008. Cada um tem capacidade para abrigar 208 presos, em regime de isolamento e sob modernos sistemas de segurança.

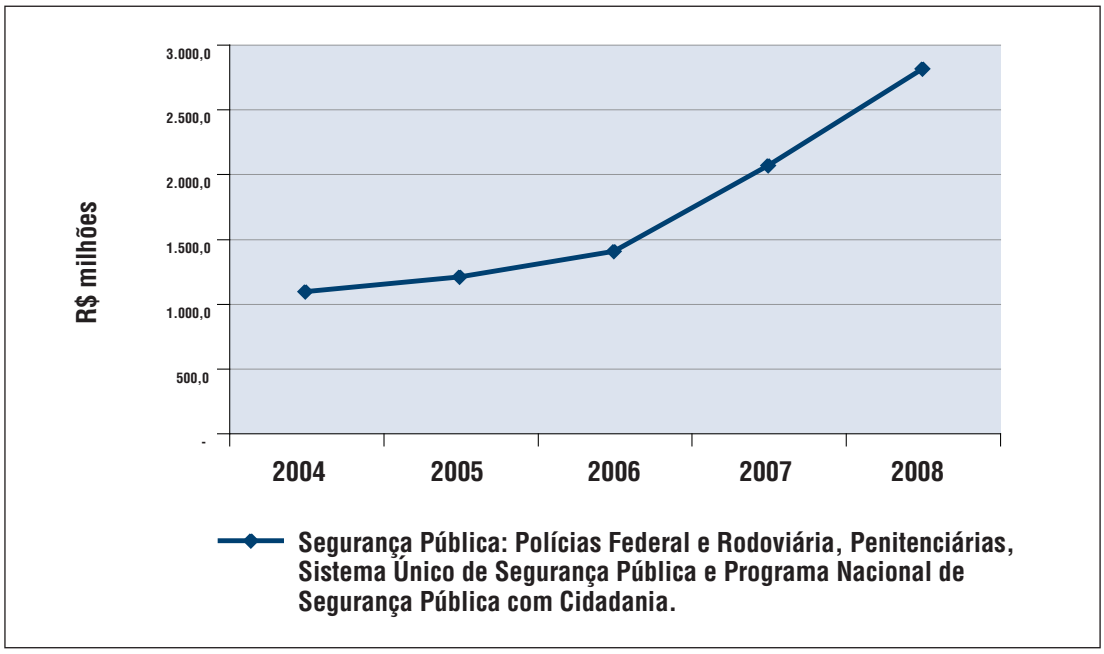
O Governo Federal, buscando reforçar sua atuação em segurança pública, lançou, em 2007, o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), que tem como foco as regiões metropolitanas com maiores índices de criminalidade e como público-alvo prioritário os jovens com idade entre 15 e 29 anos e suas famílias, em situação de risco social ou em conflito com a lei.

O Pronasci busca integrar políticas sociais e de segurança pública, executadas por diferentes órgãos do Governo Federal, além de promover a articulação entre União, Estados e Municípios. O objetivo é enfrentar a criminalidade e a violência nas suas raízes sociais e culturais, e reduzir, de forma significativa, seus altos índices em território de incoesão ou cisão social. As ações do Pronasci serão voltadas à garantia de acesso às políticas sociais por jovens em situação de vulnerabilidade; à garantia de acesso à justiça; e à implantação de projetos educativos e profissionalizantes. Também visam à melhoria do sistema de segurança pública e prisional - com a geração de mais 4.630 vagas -, à valorização de seus profissionais, à ampliação das medidas de enfrentamento ao crime organizado e à corrupção policial.

Para a sua implementação, em 2008, estão previstos recursos orçamentários no valor de R$ 1.406 milhões, dos quais R$ 600 milhões serão destinados à concessão da bolsa-formação, voltada à qualificação de 225 mil profissionais, entre policiais militares e civis, bombeiros, agentes penitenciários e peritos - todos de baixa renda.

Para garantir as ações de segurança pública em 2008, no âmbito federal, estão assegurados recursos orçamentários da ordem de R$ 2.805 milhões. A prioridade conferida pelo Governo Federal à segurança pública, nos últimos anos, pode ser visualizada no gráfico demonstrado a seguir:

Gráfico 1 - Gastos com Segurança Pública
(Outras Despesas Correntes e de Capital, exclusive Doações e Convênios)





VI – POLÍTICA DE RECURSOS HUMANOS

Gestão de Pessoas

GESTÃO DE PESSOAS

O Governo Federal estabeleceu, em todos os setores, um processo amplo de diálogo e de participação. Assim, a opção pelo método do diálogo institucional e da negociação social se expressou, também, no importante tema que envolve a Gestão de Pessoas, com a criação de um novo modelo de relação do governo com os servidores, por meio do Sistema Nacional de Negociação Permanente (SiNPP).

Esta ação pode ser considerada um grande avanço na construção de um modelo democrático, participativo e includente de relações do trabalho no setor público brasileiro, cujo objetivo foi reverter o processo anteriormente adotado, que dificultava qualquer política de interlocução entre o Estado e os servidores, por meio de suas entidades de classe, sendo as reformas processadas sem a participação direta da sociedade civil organizada, gerando um cenário conflituoso no âmbito das relações do trabalho.

Este novo cenário foi fortalecido com a aprovação do Protocolo que instituiu a Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP) e com a publicação do Regimento Interno do Sistema Nacional de Negociação Permanente, em junho de 2003.

Assim, para adequar a gestão de pessoas aos megaobjetivos do Governo Federal, tornou-se necessário empreender um conjunto de ações articuladas, que garantiram a democratização das relações do trabalho, a valorização dos servidores e a melhoria da qualidade e da efetividade dos serviços prestados à sociedade, mediante a recuperação e a otimização da capacidade institucional e operacional do Estado, com foco em:

a) reestruturação da força de trabalho;
b) adequação das estruturas de cargos e carreiras;
c) estabelecimento de políticas de seguridade social e revisão de benefícios dos servidores.

REESTRUTURAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

Desde 2003, o Governo Federal investe na reestruturação de sua força de trabalho, tanto por meio da composição dos quadros de pessoal, como no que se refere à ampliação do efetivo ou ao redesenho dos sistemas de remuneração, cargos, carreiras e benefícios. Destaca-se também o empenho para a devida substituição de trabalhadores contratados através de outras formas, que não o concurso público - como terceirizados e temporários, por exemplo -, na execução de atividades inerentes a servidores públicos, em consonância com as determinações constitucionais destacadas pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) e pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

No que se refere ao ingresso de novos servidores, a atuação na recomposição da força de trabalho buscou atender aos dispositivos constitucionais de admissão de pessoal, bem como dotar o Estado de pessoal qualificado, capaz de responder adequadamente aos anseios da sociedade.

Nesse aspecto, como parte da estratégia de recuperar a capacidade institucional do Estado e profissionalizar o serviço público, o Governo Federal promoveu, nos últimos cinco anos, concursos para mais de 95 mil cargos da Administração Pública Federal (APF) direta, autárquica e fundacional, contribuindo para:

a) repor as perdas decorrentes de aposentadoria;
b) substituir trabalhadores terceirizados;
c) fortalecer áreas estratégicas, como o comércio exterior, a segurança pública e a educação;
d) estruturar órgãos sem quadro próprio de pessoal.

Para 2008, a intenção do Governo Federal é continuar sua política de recursos humanos, especialmente no que se refere à recomposição da força de trabalho, visando ao fortalecimento dos quadros da burocracia federal, sempre respeitando os princípios do sistema de mérito, os preceitos constitucionais e o compromisso com a regulamentação das relações de trabalho no âmbito do Setor Público.

Nesse aspecto, o Governo Federal vem promovendo um amplo processo de recuperação de sua capacidade de formulação e implementação de políticas públicas, mediante:

a) proposição de reformas;
b) reestruturação de diversos órgãos;
c) definição de quadros de pessoal, especialmente das 10 agências reguladoras;
d) criação de cargos efetivos nas áreas de atuação estratégica do Estado, para reforço em segurança pública, saúde, previdência, educação, formulação de políticas públicas e gestão governamental, entre outros.

Merece destaque a continuidade do processo de substituição de trabalhadores terceirizados, os quais executam atividades inerentes a servidores públicos, atendendo ao compromisso estabelecido entre o Governo Federal, o TCU e o MPT, resultado de levantamento do quantitativo de trabalhadores nessa situação em toda a APF direta, autárquica e fundacional. Para 2008, prevê-se a substituição de até 11.446 servidores terceirizados.

ADEQUAÇÃO DAS ESTRUTURAS DE CARGOS E CARREIRAS

Em 2007, em continuidade à política de gestão de pessoas, que vem sendo desenvolvida desde 2003, encontra-se em andamento a elaboração de medidas que visam à criação e à reestruturação de planos de cargos e carreiras, e à revisão das remunerações. A prioridade neste exercício é assegurar as condições necessárias, no tocante à gestão de pessoas, para agilizar o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Essas medidas objetivam, especialmente, propiciar condições de atração e de retenção de pessoal qualificado para o exercício de atribuições, as quais atendam às reais necessidades da administração e do cidadão que demanda a prestação de serviços públicos. Afora isso, objetivam modernizar as estruturas de pessoal vigentes, melhorar a gestão dos atuais quadros de pessoal e dotar

diversas instituições de quadros específicos, que atendam às suas necessidades de pessoal - condições essas essenciais para a melhoria da qualidade e da efetividade das ações desenvolvidas pela administração pública.

Assim, foi efetivada a reestruturação da Carreira do Seguro Social (CSS) e encontra-se em andamento a criação de novas carreiras e planos de cargos nas áreas de saúde e indigenista, bem como a revisão remuneratória e reestruturação de planos de cargos e carreiras nas áreas de segurança pública, sistema financeiro, fiscalização, técnico-administrativa em educação, cultura, reforma agrária, cargos de nível superior cujas atribuições tenham impacto direto no PAC e outras, buscando o alinhamento das tabelas remuneratórias no âmbito do Poder Executivo Federal, com adequação da relatividade entre as remunerações dos cargos e das carreiras, a partir de critérios técnicos específicos.

No que concerne ao caráter remuneratório, no âmbito do Poder Executivo, as medidas tomadas a partir de 2003 mostram uma preocupação em reforçar a agenda do sistema meritocrático, mediante a instituição e o fortalecimento dos modelos de gratificação por desempenho.

Para o exercício de 2008, no tocante à reestruturação de carreiras, pretende-se, no âmbito do Poder Executivo, dar início a uma segunda etapa, focada não mais exclusivamente em incremento remuneratório e correção de distorções, mas também em aprimoramento da composição das tabelas remuneratórias e da estruturação de planos e carreiras, com a implementação gradual de medidas adotadas a partir deste exercício. A proposta orçamentária para 2008 destina R$ 3,704 bilhões, com objetivo de dar prosseguimento a essas ações.

ESTABELECIMENTO DE POLÍTICAS DE SEGURIDADE SOCIAL E REVISÃO DE BENEFÍCIOS DOS SERVIDORES

As ações desenvolvidas pelo atual governo, visando à valorização do servidor e ao fortalecimento do Estado, estão concentradas na estruturação da área de seguridade social do servidor público federal, com o objetivo de reordenar o marco legal e operacional sobre a saúde suplementar, sobre a saúde ocupacional, sobre a assistência social e sobre a previdência dos servidores públicos federais.

Na área de Saúde Suplementar, a Lei nº 11.302, de 10 de maio de 2006, ajustou a matéria à Constituição e alterou o artigo 230 da Lei n 8.112, de 11 de dezembro de 1990, ampliando o espectro da saúde suplementar para os servidores públicos, universalizando e democratizando o acesso ao referido benefício, e incluindo os pensionistas. Nesse sentido, no âmbito do Poder Executivo, foi editada a Portaria SRH/MP nº 1.983, de 5 de dezembro de 2006.

Na área de Saúde Ocupacional, a edição da Portaria SRH/MP nº 1.675, de 6 de outubro de 2006, que institui o Manual para os Serviços de Saúde dos Servidores Civis Federais, juntamente com o Decreto nº 5.961, de 13 de novembro de 2006, que institui o

Sistema Integrado de Saúde Ocupacional do Servidor Público Federal (Sisosp), tornaram possível a realização de ações no sentido de facilitar a gestão da saúde ocupacional do servidor público federal, otimizando os recursos humanos e materiais existentes para desenvolver, principalmente, as ações de perícia médica, readaptação e reabilitação funcional, e avaliação dos ambientes de trabalho para fins de concessão de adicionais.

A expectativa é que o Sisosp proporcione um choque de gestão na área de Recursos Humanos, possibilitando a diminuição dos atuais índices elevados de absenteísmo, aposentadorias por invalidez e doenças ocupacionais, que sobrecarregam o dispêndio agregado de pessoal, reduzindo a força de trabalho efetiva antes que se atinja a idade prevista para a aposentadoria voluntária. A criação do sistema possibilitará o resgate e a promoção de ações de saúde e segurança ocupacional para os servidores, visando ao fortalecimento da gestão do Estado e à otimização dos recursos públicos.

Quanto à área de Benefícios e Valorização do Servidor, propõe-se a modernização da legislação de concessão de auxílio-transporte, haja vista a necessidade de se criar uma sistemática de controle e supervisão habitual e permanente da concessão e uso de tal benefício. Nesse sentido, estuda-se a unificação do auxílio-transporte e sua regionalização, nos mesmos moldes do auxílio-alimentação, estendendo-o a todos os servidores e viabilizando o controle, a supervisão e a fiscalização de sua concessão. Nessa área visa-se, ainda, a elaborar proposição de nova legislação de auxílio-alimentação e auxílio-creche.

Na área da Previdência, busca-se atender à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, intitulada Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), com relação ao déficit da Previdência do Regime Próprio. Deve-se viabilizar, ainda, após aprovação, a implantação do Regime de Previdência Complementar (RPC).

Visa-se, ainda, a estruturar o Regime Próprio de Previdência Social da União, em conformidade com a Emenda Constitucional nº 41 de 2003 e com a Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, no que se refere à Previdência dos Servidores da União. Tal proposição visa a equacionar os déficits atuariais da Previdência do Servidor Público Federal, o que seria, no médio e longo prazo, um instrumento fomentador da economia do País.

Para o exercício de 2008, no tocante à seguridade social do servidor público federal, pretende-se, no âmbito do Poder Executivo, atender ao que determinam o Decreto nº 5.961/06, as demais legislações vigentes e as Convenções 155 e 161 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), com a perspectiva da implantação efetiva do Sisosp em todo o Território Nacional em 2012, conforme prevê o projeto básico (disponível na página do servidor: <http://www.servidor.gov.br> , link seguridade social). A proposta orçamentária para 2008 tem por objetivo dar prosseguimento às ações iniciadas neste exercício.



VII – AVALIAÇÃO DAS NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO

Metodologia de Cálculo do Resultado Primário e Nominal dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e os Parâmetros Utilizados

Metodologia de Cálculo do Resultado Primário das Empresas Estatais Federais

Receita Orçamentária

Pessoal e Encargos Sociais

Sistemas Previdenciários

METODOLOGIA DE CÁLCULO DO RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL E PARÂMETROS UTILIZADOS

Apresenta-se adiante a avaliação das necessidades de financiamento do Governo Central, a qual discrimina os principais itens de receitas e despesas que afetam a determinação da meta de resultado primário. A Tabela a seguir demonstra a evolução desses agregados e indica os resultados primário e nominal do Governo Central observados na execução de 2006, na Lei Orçamentária e na reprogramação de 2007, e os implícitos no Projeto de Lei Orçamentária de 2008 (PLO-2008).

Tabela 1

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL								
DISCRIMINAÇÃO	Realizado 2006		LOA 2007		Reprogramado 2007		PLO 2008	
	Valor	% do PIB	Valor	% do PIB	Valor	% do PIB	Valor	% do PIB
I. RECEITA PRIMÁRIA TOTAL	**545.414,5**	**23,48**	**618.272,4**	**27,38**	**609.213,9**	**24,17**	**682.722,7**	**24,87**
I.1. Receita Administrada pela Receita Federal do Brasil, exceto RGPS (líquida de restituições e incentivos fiscais)	359.005,8	15,46	411.700,9	18,23	404.237,5	16,04	448.645,3	16,35
I.2. Arrecadação Líquida para o Regime Geral da Previdência Social	123.520,2	5,32	135.910,2	6,02	137.264,4	5,45	157.063,2	5,72
I.3. Receitas não administradas pela Receita Federal do Brasil	62.888,6	2,71	70.661,3	3,13	67.712,0	2,69	77.014,1	2,81
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA (empenho liquidado)	**90.595,6**	**3,90**	**102.407,5**	**4,53**	**97.734,2**	**3,88**	**114.862,7**	**4,18**
III. RECEITA LÍQUIDA DE TRANSFERÊNCIAS (I - II)	**454.819,0**	**19,58**	**515.864,8**	**22,84**	**511.479,7**	**20,29**	**567.860,0**	**20,69**
IV. DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (empenho liquidado)	**410.787,8**	**17,68**	**461.119,6**	**20,42**	**460.615,6**	**18,27**	**516.730,3**	**18,83**
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais	107.573,6	4,63	119.295,1	5,28	119.550,4	4,74	130.752,3	4,76
IV.2. Benefícios da Previdência	166.314,3	7,16	181.350,7	8,03	182.231,5	7,23	198.702,5	7,24
IV.3. Outras Despesas Obrigatórias	40.542,9	1,75	48.856,5	2,16	56.766,7	2,25	57.683,9	2,10
IV.4. Despesas Discricionárias & Projeto Piloto de Investimentos	96.357,0	4,15	111.617,2	4,94	102.067,0	4,05	129.591,6	4,72
V. RESULTADO PRIMÁRIO POR COMPETÊNCIA (III - IV)	**44.031,2**	**1,90**	**48.865,8**	**2,16**	**50.864,1**	**2,02**	**51.129,6**	**1,86**

VI. OUTROS FATORES QUE AFETAM O RESULTADO	**6.096,0**	**0,26**	**5.879,4**	**0,26**	**8.288,7**	**0,33**	**5.432,5**	**0,20**
V.1. Empréstimos Líquidos	1.252,1	0,05	-	-	997,1	0,04	1.077,1	0,04
V.2. Subssídios implícitos e outras despesas extra-orçamentárias	4.843,9	0,21	5.879,4	0,26	7.291,6	0,29	4.355,4	0,16
VII. AJUSTE CAIXA / COMPETÊNCIA	**11.867,5**	**0,51**	**1.929,0**	**0,09**	**(858,4)**	**(0,03)**	**864,1**	**0,03**
VIII. RESULTADO PRIMÁRIO ACIMA DA LINHA (V - VI + VII)	**49.802,7**	**2,14**	**50.794,9**	**2,25**	**41.717,0**	**1,65**	**46.561,3**	**1,70**
IX. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA / AJUSTE METODOLÓGICOI)	**1.548,8**	**0,07**						
X. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL ABAIXO DA LINHA (VIII + IX)	**51.351,6**	**2,21**	**50.794,9**	**2,25**	**41.717,0**	**1,65**	**46.561,3**	**1,70**
XI. RECURSOS PARA O PROJETO PILOTO DE INVESTIMENTOS - PPI			**4.582,8**	**0,20**	**11.283,0**	**0,45**	**13.825,0**	**0,50**
XII. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL CONFORME ART. 3º DA LDO 2008 (X + XI)	**51.351,6**	**2,21**	**55.377,7**	**2,45**	**53.000,0**	**2,10**	**60.386,3**	**2,20**
XIII. JUROS NOMINAIS	**(125.826,6)**	**(5,42)**	**(126.926,0)**	**(5,62)**	**(122.386,0)**	**(4,86)**	**(91.853,0)**	**(3,35)**
XIV. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (XII + XIII)	**(74.475,0)**	**(3,21)**	**(71.548,3)**	**(3,17)**	**(69.386,0)**	**(2,75)**	**(31.466,7)**	**(1,15)**

OBS.: Valores positivos = superávit

Cumpre ressaltar que a responsabilidade pela apuração e divulgação dos resultados fiscais para fins de apuração do cumprimento da meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da Lei nº 11.514, de 13 de agosto de 2007 – Lei de Diretrizes Orçamentárias 2008 (LDO 2008) ao final do exercício é do Banco Central do Brasil (BC).

As Necessidades de Financiamento do Setor Público (NFSP) referem-se a uma metodologia consagrada internacionalmente para a avaliação de políticas fiscais consistindo da soma entre o resultado primário do Setor Público Não-Financeiro e a apropriação de juros nominais por competência. O resultado primário de um determinado ente, por sua vez, diz respeito à diferença entre receitas e despesas primárias, em um determinado período de tempo, e pode ser apurado por dois critérios:

a) variação do nível de endividamento do ente durante o período considerado ou;
b) soma dos itens de receita e despesa.

O primeiro critério, chamado "abaixo da linha" é calculado pelo BC e considerado o resultado oficial por fornecer também o nível de endividamento final obtido com a geração do superávit/déficit primário.

O segundo, denominado "acima da linha", é acompanhado pela Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda (STN/MF) e pela Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SOF/MP) e possibilita o controle dos itens que compõem o resultado, sendo fundamental para a elaboração dos orçamentos e do planejamento fiscal.

A metodologia das NFSP, implícita nesta Proposta Orçamentária, está condicionada à meta fiscal estabelecida na LDO-2008, que pressupõe um volume de receitas compatível com ela e um volume de despesas necessárias para o funcionamento da máquina pública e a consecução de políticas de governo.

O levantamento das NFSP evidencia o montante de receitas primárias, assim como de despesas primárias, obrigatórias e discricionárias. A partir das metas de resultado, do montante de receita previsto e da estimativa das despesas obrigatórias, chega-se ao valor das chamadas despesas discricionárias, ou seja, aquelas despesas em que existe, efetivamente, margem de decisão alocativa. É por intermédio destas que se materializam as políticas setoriais. Assim, são apresentadas as metodologias das principais receitas e despesas primárias constantes do PLO-2008, em valores correntes, sendo que os principais indicadores econômicos utilizados para as estimativas estão dispostos a seguir.

No PLO-2008, as receitas primárias atingem o montante de R$ 682,7 bilhões, sendo R$ 448,6 bilhões relativos à receita administrada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB/MF) líquida de incentivos fiscais, exceto arrecadação líquida para o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), R$ 157,1 bilhões da arrecadação líquida para o RGPS, e R$ 77 bilhões para as demais receitas primárias.

As receitas não-primárias, por sua vez, são aquelas que não contribuem para o resultado primário ou não alteram o endividamento líquido do setor público não financeiro no exercício financeiro correspondente, visto que criam uma obrigação ou extinguem um direito, ambos de natureza financeira, junto ao setor privado interno e/ou externo. São adquiridas junto ao mercado financeiro, decorrentes da emissão de títulos, da contratação de operações de crédito por organismos oficiais, das receitas de aplicações financeiras da União, das privatizações e outras mais.

A LDO exige para a receita classificação específica para a determinação de sua natureza primária ou não-primária. Para tanto, a cada natureza de receita é vinculado código identificador.

No que diz respeito às despesas, a apuração do resultado primário é realizada considerando-se apenas os gastos primários, que excluem as despesas não primárias. Estas últimas não pressionam o resultado primário nem alteram o endividamento líquido do setor público não-financeiro no exercício e correspondem, principalmente, ao pagamento de juros e amortização de dívidas, à concessão de empréstimos e financiamentos, à aquisição de títulos de crédito e representativos de capital já integralizado e às reservas de

contingência, com exceção do montante de no mínimo 1% da Receita Corrente Líquida (RCL), considerado primário.

Para o PLO-2008, o valor total de despesa primária do Governo Central é de R$ 631,6 bilhões, sendo R$ 114,9 bilhões destinados às transferências legais por repartição de receita, R$ 130,8 bilhões para gastos com pessoal e encargos sociais, R$ 198,7 bilhões para benefícios previdenciários, R$ 57,7 bilhões para demais despesas de caráter obrigatório e R$ 129,6 bilhões para as despesas discricionárias dos poderes e do Ministério Público da União (MPU), inclusive despesas com o Projeto-Piloto de Investimentos Públicos (PPI).

Assim como para as receitas, a LDO-2008 determina que os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social discriminarão a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação, em seu menor nível, especificando, entre outros atributos, o identificador de resultado primário, a fim de facilitar a apuração do mesmo.

RECEITA PRIMÁRIA TOTAL

As receitas primárias do Governo Central referem-se, predominantemente, a receitas correntes e são classificadas conforme os seguintes grupos.

Administradas pela RFB

Incluem os impostos e as principais contribuições, tanto sociais quanto de intervenção no domínio econômico, arrecadadas pela União e administradas pela RFB/MF, com exceção daquelas diretamente arrecadadas pelos órgãos da administração pública e da contribuição dos empregadores e dos trabalhadores para a previdência social. As estimativas dessas receitas são influenciadas por indicadores de preço, como inflação, taxa de câmbio, taxa de juros; indicadores de quantidade, como variação no Produto Interno Bruto (PIB), volume de vendas, de importações e efeitos decorrentes de alterações na legislação tributária e de medidas de caráter administrativo. Vale ressaltar que, embora a vigência da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) termine em 31 de dezembro de 2007, conforme o Art. 90 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), modificado pela Emenda Constitucional nº 42, de 19 de dezembro de 2003, a estimativa para a arrecadação de tal contribuição está inclusa nesse grupo de receitas no PLOA-2008 como recurso condicionado tendo em vista que a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que visa à prorrogação da cobrança da CPMF até 31 de dezembro de 2011 está em tramitação no Congresso.

Arrecadação Líquida para o RGPS

Refere-se à arrecadação da Contribuição dos Empregadores e Trabalhadores para a Seguridade Social, prevista no inciso I, alínea "a", e no inciso II do Art. 195 da Constituição, deduzidos os valores transferidos a terceiros, principalmente aos órgãos do chamado sistema S (Senai, Senart, Sesi, Sesc). Uma vez que tal receita é relativa à contribuição incidente sobre a folha salarial, tem como parâmetro mais importante para estimativa o crescimento

da massa salarial nominal, índice que varia em função da população economicamente ativa com carteira de trabalho assinada e do rendimento nominal médio desse grupo de trabalhadores, ambos apurados pela Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Ademais, o reajuste do teto de contribuição e o valor do salário mínimo também exercem influência sobre tal projeção.

Receitas Não Administradas pela RFB

Concessões: compõem-se de todas as concessões e permissões da União para que empresas privadas explorem determinados serviços, tais como os setores de telecomunicações, petróleo e energia elétrica. O valor programado para 2008 é calculado em função da expectativa de venda dessas concessões e permissões, conforme cronograma elaborado pelas respectivas agências reguladoras.

Dividendos: consideram-se as projeções de todos os pagamentos a serem efetuados pelas empresas estatais controladas pela União e pelas empresas em que a União tenha participação acionária, a título de remuneração do capital investido pelo Governo Federal.

Cota-Parte de Compensações Financeiras: compreende as parcelas recebidas pela exploração de petróleo, xisto, gás natural, recursos minerais e recursos hídricos para geração de energia elétrica, incluídos os royalties devidos pela Itaipu Binacional ao Brasil. Nesses casos, variáveis como o volume de produção e o preço internacional do barril de petróleo, a quantidade de energia gerada e seu preço são fundamentais para a estimativa dessas receitas.

Receitas Próprias: consideram-se nessa rubrica as receitas arrecadadas diretamente pelos órgãos públicos da administração direta ou indireta, em decorrência, principalmente, da prestação de serviços e de convênios. Assim como, as receitas tributárias e de contribuições, são preponderantemente influenciadas pelo crescimento do PIB e da inflação.

Salário-Educação, Contribuição para o Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos demais receitas: constituem receitas vinculadas a despesas e órgãos específicos.

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA

Integram esse item as transferências constitucionais e legais a Estados, Municípios e Distrito Federal, provenientes das receitas do Imposto de Renda (IR), Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Imposto sobre Operações Financeiras sobre o Ouro (IOF-ouro), salário-educação, compensações financeiras, Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – Combustíveis (CIDE), concursos de prognósticos e Imposto Territorial Rural (ITR).

Cumpre esclarecer que a metodologia empregada para mensuração do resultado primário requer que as despesas sejam estimadas pelo regime contábil de caixa,

diferentemente das constantes do orçamento, as quais são programadas por competência. Para compatibilizar esses diferentes critérios, é necessário fazer alguns ajustes que, no caso dos Fundos de Participação e dos Fundos Constitucionais, são estimados pela diferença entre os recursos arrecadados no último decêndio do mês de dezembro de 2007, repassados em 2008, e os de 2008, a serem repassados em 2009. Para 2008, esses ajustes estão estimados em cerca de R$ 128,5 milhões e R$ 8,0 milhões, respectivamente. No caso da transferência calculada a partir da CIDE – combustíveis, a sistemática de ajuste é análoga, porém, para tal transferência, em lugar de se calcular a diferença entre os últimos decêndios dos meses de dezembro de 2008 e 2007, faz-se a diferença entre os últimos trimestres dos respectivos anos. O referido ajuste para a transferência a partir da CIDE – combustíveis perfaz R$ 5,3 milhões para 2008.

DESPESA PRIMÁRIA TOTAL

As despesas primárias são as responsáveis por financiar a oferta de serviços públicos à sociedade. Tais despesas são classificadas em obrigatórias, discricionárias ou destinadas a financiar o PPI.

A seguir, apresenta-se a composição dos principais itens de despesa primária.

Pessoal e Encargos Sociais

Dispêndios com pessoal civil e militar do Governo Central, incluindo ativos, inativos e pensionistas, bem como os precatórios alimentícios fixados para o período. Engloba toda a despesa classificada no grupo de natureza de despesa Pessoal e Encargos Sociais, exceto as despesas com encargos sociais da União para o Regime Próprio de Previdência, que, desde meados de 2004, passou a ser classificada como despesa financeira. O valor dessa rubrica é ajustado para o regime de caixa mediante incorporação da diferença entre os valores orçamentários de alguns itens da folha de pagamento projetados para o mês de dezembro dos exercícios financeiros de 2007 e 2008, haja vista que tais itens são empenhados e liquidados em dezembro de cada ano (despesa orçamentária, por competência), mas são pagos efetivamente apenas em janeiro do ano seguinte. A estimativa desse ajuste para 2008 é de R$ 722,4 milhões.

Benefícios da Previdência

Engloba todos os benefícios que compõem o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), como aposentadorias, pensões, demais auxílios e sentenças judiciais. A partir de 2008, está inclusa neste item a despesa relativa à compensação entre os regimes de previdência. Os parâmetros que mais influenciam a estimativa desses gastos são o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do IBGE e o crescimento esperado do PIB real per capita, que será utilizado para corrigir o valor real do salário mínimo.

Outras Despesas Obrigatórias

Referem-se às demais despesas de execução obrigatória, excetuadas as transferências constitucionais e legais a Estados e Municípios. Os principais itens relacionados a esse grupo de despesa são: Seguro Desemprego e Abono Salarial; sentenças judiciais; complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb); benefícios da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS); benefícios da Renda Mensal Vitalícia (RMV); indenizações relativas ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro) e outras despesas previstas no anexo de despesas obrigatórias do PLDO-2008, inclusive os Subsídios e Subvenções.

Despesas Discricionárias

Classificam-se nessa rubrica as despesas primárias de execução não-obrigatória no âmbito dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e do MPU. Para essas despesas, os Poderes possuem a discricionariedade de alocação das dotações orçamentárias de acordo com suas metas e prioridades. Caso seja necessária a limitação de empenho e movimentação financeira para o cumprimento da meta fiscal, essa limitação recairá sobre esse item de despesa, de acordo com o que estabelece o Art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal.

PPI

Apesar de compor o valor total de despesas discricionárias do Poder Executivo, as despesas com o PPI possuem tratamento diferenciado na apuração do resultado primário do Governo Federal. Esses projetos, embora tenham impacto sobre o resultado primário, têm por característica a constituição de ativos que contribuirão para gerar resultados positivos no futuro para o setor público e para a economia como um todo, superiores ao aumento do endividamento deles decorrentes. Por conseguinte, conforme dispositivo da LDO, tais despesas, acrescidas de restos a pagar inscritos, serão abatidas da meta de superávit primário a ser cumprida no exercício. Para 2008, esses projetos totalizam R$ 13,8 bilhões, valor correspondente a 0,50% do PIB.

OUTROS FATORES QUE AFETAM O RESULTADO

Para o cálculo das NFSP, são considerados os impactos de operações que não constam dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, mas que afetam a apuração do resultado primário do Governo Central.

O primeiro conjunto dessas operações se refere ao resultado líquido entre desembolsos e amortizações, no âmbito do Programa de Financiamento às Exportações (Proex) e do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), no montante de, respectivamente, R$ 550,0 milhões, e R$ 527,1 milhões.

As outras operações do grupo em questão que impactam o resultado primário são de natureza variada e referem-se: à inscrição na Dívida Ativa da União de débitos

vencidos no montante de R$ 299,5 milhões, à cessão aos Fundos Constitucionais das Regiões Norte (FNO), Nordeste (FNE) e Centro-Oeste (FCO), de R$ 536,3 milhões; ao impacto da securitização da dívida agrícola no montante de R$ 1,1 bilhão e à parcela devida ao Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR) para financiamento da ferrovia Transnordestina no valor de R$ 136,1 milhões. Ressalte-se que a última despesa encontra-se computada como incentivo fiscal na Receita Administrada pela RFB, conforme a tabela 1 deste documento.

Também é computada nesse item a estimativa do impacto primário dos financiamentos realizados com os recursos do FNO, FNE e FCO que corresponde à diferença entre a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e a rentabilidade dos fundos (disponibilidades e carteira de crédito) aplicada ao patrimônio dos mesmos, ou, em outras palavras, corresponde à diferença entre um patrimônio de referência, corrigido pela TJLP, e o patrimônio efetivo estimado. Para 2008, de acordo com essa metodologia, a projeção do subsídio aos fundos em questão perfaz o montante de R$ 2,4 bilhões.

Na elaboração orçamentária, assume-se que o montante de despesas discricionárias provenientes de exercícios anteriores, a serem pagas em 2008, assim como, das outras despesas obrigatórias, exceto despesa com Pessoal e Transferências, seja o mesmo de despesas de competência deste exercício a serem pagas em 2009. Assim, o impacto pelo regime de competência dessas despesas e pelo regime de caixa é o mesmo, não se apurando nenhum ajuste.

PARÂMETROS

Os principais parâmetros macroeconômicos, definidos pela Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda (SPE/MF) e utilizados nas estimativas de receitas e despesas constantes no PLO-2008 são apresentados a seguir:

Tabela 2

PIB			Mercado de Trabalho - Var. Média s/ano anterior			
R$ milhões	Var. Real	Deflator	Massa Salarial	Ocupação	PEA	Rend. Nominal
2.744.830	5,00%	3,70%	11,60%	4,30%	2,60%	7,00%
Inflação - IGP/DI			Inflação - IPCA		Câmbio - Taxa Média	
Var. Média	Var. Acum.	Var. Média	Var. Média	Var. Acum.	Variação	R$ / US$
3,97%	4,00%	3,61%	4,00%	4,00%	0,12%	1,98

METODOLOGIA DE CÁLCULO DO RESULTADO PRIMÁRIO DAS EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS

O resultado primário das empresas estatais federais, no conceito acima da linha, é calculado com base no regime de caixa, onde são consideradas apenas as receitas genuinamente arrecadadas pelas empresas e abatidas todas as despesas correntes e de capital efetivamente pagas, inclusive dispêndios com investimentos. Excluem-se as amortizações de operações de crédito e as receitas e despesas financeiras. Para a apuração do resultado nominal, são consideradas as receitas e as despesas financeiras.

Considerando que as receitas e as despesas constantes do Programa de Dispêndios Globais (PDG) das empresas estatais estão expressas segundo o regime de competência, para se chegar ao resultado primário instituiu-se a rubrica "Ajuste Critério Competência/ Caixa", onde são identificadas as variações das rubricas "Contas a Receber", "Contas a Pagar" e "Receitas e Despesas Financeiras".

Para a apuração do resultado primário das empresas estatais federais, não são considerados os dados do PDG das empresas do Grupo Petrobras que atuam exclusivamente no exterior, uma vez que suas operações não afetam os agregados macroeconômicos internos. Os dispêndios das instituições financeiras estatais também não afetam o resultado fiscal, uma vez que, devido às suas características, por praticarem apenas intermediação financeira, suas atividades não impactam a dívida líquida do setor público.

Porém, o resultado primário das empresas estatais federais considera o impacto do orçamento da empresa Itaipu Binacional, devido à co-responsabilidade da União na liquidação de suas dívidas, embora seus dispêndios não sejam fixados pelos órgãos de coordenação e controle brasileiros.

Em 2008, a programação orçamentária das empresas estatais federais indica a geração de superávit primário no montante de R$ 17,8 bilhões, equivalentes a 0,65% do Produto Interno Bruto (PIB),Quadro 1.

Como se pode observar, o resultado primário das estatais é pautado, principalmente, na receita oriunda da venda de bens e serviços e nas demais receitas, operacionais e não operacionais. São considerados também os ingressos decorrentes de aportes de capital, bem como de outros recursos não resultantes da tomada de empréstimos e financiamentos, junto ao sistema financeiro.

Os gastos estimados com Pessoal e Encargos Sociais estão compatíveis com os planos de cargos e salários de cada empresa estatal e também com a política salarial a ser adotada pelo Governo Federal para as negociações dos acordos coletivos de trabalho em 2007.

A rubrica "Materiais e Produtos" representa a previsão de gastos com a aquisição de matérias-primas, produtos para revenda, compra de energia, material de consumo e outros.

Os dispêndios com Serviços de Terceiros resultam da contratação de serviços técnico-administrativos e operacionais, gastos com propaganda, publicidade e publicações oficiais e dos dispêndios indiretos com pessoal próprio.

Na rubrica "Tributos e Encargos" Parafiscais, estão inseridos os pagamentos de impostos e contribuições incidentes sobre a receita, vinculados ao resultado, e os demais encargos fiscais.

Os Demais Custeios contemplam dispêndios com o pagamento de royalties, de aluguéis em geral, de provisões para demandas trabalhistas, de participação dos empregados nos lucros ou resultados, bem como para a cobertura de eventuais déficits de planos de previdência complementar.

O valor dos investimentos representa os gastos propostos com a aquisição de bens contabilizados no Ativo Imobilizado, necessários às atividades das empresas estatais do setor produtivo. Esses dispêndios estão compatíveis com o Orçamento de Investimento constante do Projeto da Lei Orçamentária para 2008.

Na rubrica "Outros Dispêndios de Capital", estão incluídas, principalmente, provisões para pagamento de dividendos pelas empresas estatais do setor produtivo e inversões financeiras em outras empresas.

Na rubrica "Descontos/Provisões/EMGEA", registra-se a previsão de descontos a serem concedidos pela Empresa Gestora de Ativos (EMGEA), no exercício de 2008, nas renegociações dos contratos imobiliários, bem como as provisões para devedores duvidosos, ambas consideradas pelo Banco Central do Brasil (BC) como despesas primárias.

Tabela 3 - Empresas do setor produtivo estatal
Programa de dispêndios globais - PDG - Exercício de 2008

NECESSIDADE DE FINANCIAMENTO LÍQUIDO –(NEFIL) (acima da linha)		
DISCRIMINAÇÃO	PDG - Programação	
	R$ milhões	% do PIB
I - RECEITAS TOTAIS	269.965	9,82
Operacionais	252.756	9,21
Venda de Bens/Serviços	248.533	9,05
Demais Operacionais	4.223	0,15
Financeiras	9.136	0,33
Demais não Operacionais	4.203	0,15
Outras Receitas	1.938	0,07
Transferências do Tesouro Nacional	1662	0,06
II - DESPESAS TOTAIS	273.158	9,95
Pessoal e Encargos Sociais	19.041	0,69
Encargos Financeiros	7.261	0,26
Outros Custeios	185.448	6,76
Materiais e Produtos	48.855	1,78
Serviços de Terceiros	26.342	0,96
Utilidades e Serviços	1.416	0,05
Tributos e Encargos Parafiscais	77.505	2,82
Demais Custeios	31.329	1,14
Investimentos	50.133	1,83
Outros Dispêndios de Capital	11.275	0,41
III - AJUSTE CRITÉRIO COMPETÊNCIA/CAIXA	23.871	0,87
Variação de Contas a Pagar (vincendo)	24.699	0,90
Variação de Contas a Receber (vincendo)	(438)	(0,02)
Variação Receitas/Despesas Financeiras	(1.265)	(0,05)
IV - RESULTADO NOMINAL (I - II + III)	20.408	0,74
V - Juros Líquidos (Receita-Despesa)	610	0,02
VI - Descontos/Provisões/EMGEA	1.958	0,07
VII - RESULTADO PRIMÁRIO (IV - V - VI)	**17.841**	**0,65**

OBS.: Valores positivos = superávit

RECEITA ORÇAMENTÁRIA

RECEITAS ADMINISTRADAS PELA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL (RFB)

É importante ressaltar que os resultados da arrecadação contribuirão expressivamente para consolidar a estabilidade macroeconômica. Nesse aspecto, o processo de elaboração e execução orçamentária atual permite o planejamento de alocação da poupança pública, para dar completa previsibilidade e segurança à realização dos investimentos orçados e necessários ao crescimento econômico. Nesse contexto, é importante ressaltar algumas mudanças, que serão implementadas a partir da adoção do Simples Nacional, o qual estabelece normas gerais relativas ao tratamento tributário diferenciado e favorecido, a ser dispensado às microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal (DF) e dos Municípios, mediante regime único de arrecadação, inclusive obrigações acessórias. Essa nova modalidade implica o recolhimento mensal, mediante documento único de arrecadação, do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), do Programa de Integração Social (PIS), do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) e do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS). Esse projeto ainda prevê a presunção automática da opção pelo Simples Nacional. Na prática, isso significa que, no momento em que é constituída, a empresa entra automaticamente no sistema simplificado de tributação. O escopo para essa opção fiscal é de até R$ 240 mil de renda total bruta para a ME, e de até R$ 2,4 milhões para a EPP.

Para o ano de 2008, a previsão das Receitas Administradas pela Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda (RFB/MF), líquidas de restituições e incentivos fiscais, é de R$ 399,4 bilhões ou 17,37% do Produto Interno Bruto (PIB) estimado.

Observe-se, inicialmente, que este valor não inclui as receitas da Contribuição dos Empregadores e Trabalhadores para a Seguridade Social (CETSS), prevista no inciso I, alínea “a”, e no inciso II do Art. 195 da Constituição.

Por outro lado, considera-se que a Contribuição Provisória sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira (CPMF) será renovada para todo o ano de 2008, mantendo a alíquota e a base de cálculo atual.

Para a projeção, foram utilizados os parâmetros macroeconômicos estimados pela Secretaria de Política Econômica (SPE/MF) e a base do exercício corrente, composta pela soma dos valores arrecadados até junho - excluídas as receitas extraordinárias - e dos estimados de julho a dezembro.

Entre os parâmetros destacam-se, quanto ao efeito sobre a arrecadação prevista para 2008:

a) o crescimento real da economia (5%);
b) a inflação média medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) - 3,61% - e pelo Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI) - 3,97%;
c) a expansão na quantidade importada (15,45%);
d) a variação da massa salarial nominal (11,6%);
e) a variação na Taxa Média de Câmbio Real/Dólar (0,12%).

A receita estimada considera, ainda, alterações na legislação tributária, efetuadas ao longo de 2006. Destacam-se:

a) instituição do Simples Nacional, unificando a cobrança de tributos federais, estaduais e municipais para micro e pequenas empresas (MPE). A medida reduz o peso tributário e redunda em menores custos administrativos, o que deve provocar o aumento da formalização dos pequenos negócios;
b) isenção da contribuição para o PIS e COFINS sobre investimentos em infra-estrutura, o que deve incentivar os investimentos oriundos da iniciativa privada e, conseqüentemente, favorecer o desenvolvimento econômico;
c) redução no tempo para a recuperação dos créditos de PIS e COFINS derivados da construção ou compra de edificações novas, destinados à produção, o que deve resultar no aumento dos gastos destinados à ampliação da capacidade produtiva da economia, uma vez que a medida implica a redução do capital inicial necessário;
d) correção da tabela do Imposto de Renda (IR) incidente sobre os rendimentos de pessoas físicas em 4,5%, para o ano-calendário de 2008, conforme estabelecido na Lei nº 11.482, de 2007.

Finalmente, convém destacar a contribuição do incremento e da melhoria dos mecanismos de fiscalização para o aumento da arrecadação. O exemplo mais evidente é o Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF), cuja arrecadação derivada de ganhos na alienação de bens foi positivamente influenciada pelo maior controle sobre as atividades imobiliárias.

RECEITAS NÃO ADMINISTRADAS

Concessões e Permissões

A previsão de arrecadação dos recursos de Concessões e Permissões totaliza R$ 456 milhões para o exercício de 2008. A projeção para o exercício de 2008 apresenta significativa queda quando se compara este com o exercício de 2007, em função da não projeção dos Bônus de Assinatura de Contrato de Concessão, por medida de prudência, em função da relevante oscilação nos valores realizados em exercícios anteriores, e dos problemas judiciais ocorridos na 8º rodada de leilão de bacias, feito pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Merece destaque, neste grupo, a receita de Pagamento pela Retenção de Área para Exploração ou Produção. A projeção dessa receita é baseada na produção e no preço do petróleo. Estima-se que haverá crescimento de cerca de 10% para 2008, quando se traça comparação com a projeção de 2007.

Dividendos

A receita de dividendos corresponde a R$ 9,5 bilhões, o que representa 0,35% do PIB. Merecem destaque a Petrobras, a Caixa Econômica Federal (CEF), o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Banco do Brasil (BB), cujos valores somados representam 89% do total, sendo que os mais representativos são os dividendos pagos pela Petrobras.

Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público

A estimativa da receita para o Plano de Seguridade do Servidor Público (PSS) é de R$ 17,1 bilhões para 2008, dos quais R$ 10,2 bilhões correspondem ao valor da contribuição patronal - classificada no orçamento como receita financeira, R$ 5,1 bilhões à contribuição dos servidores ativos e R$ 1,3 bilhão à contribuição dos servidores inativos. Cabe destacar que a contribuição dos militares foi considerada nesse item.

Compensações Financeiras

A previsão de arrecadação das receitas de Compensações Financeiras totaliza R$ 23,3 bilhões para 2008, o que representa 0,85% do PIB estimado para o ano. Grande parte desse valor, cerca de 90%, é formado pelas receitas sobre a produção de petróleo e gás natural. Esse valor inclui o montante a ser transferido para os Estados e Municípios, por determinação legal. O valor em relação ao percentual do PIB não foi mais expressivo em função da redução da cotação da moeda norte-americana, pois, considerou-se um incremento na produção nacional de petróleo em cerca de 18%, segundo dados da ANP.

Contribuição para o Salário-Educação

O valor da previsão da receita com contribuição ao salário-educação, para 2008, é de R$ 8,8 bilhões. Ou seja, 0,32% no PIB. Esse montante foi influenciado, essencialmente, pela variação da massa salarial nominal média prevista para o período, e a participação com relação ao PIB é estável, tendo em vista a LOA 2007.

Complemento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)

A projeção do complemento do FGTS, para o ano de 2008, representa 0,07% do PIB (R$ 1,9 bilhão). A projeção é baseada na massa salarial, e o percentual sobre o PIB, entre 2008 e 2007, manteve-se estável.

DEMAIS RECEITAS PRIMÁRIAS

O Grupo das Demais Receitas é constituído fundamentalmente pelas contribuições econômicas e sociais não administradas pela RFB/MF, pelas taxas e multas pelo exercício do poder de polícia, pelas taxas por serviços públicos, pela cota-parte do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante, pela Contribuição para o Custeio das Pensões Militares, pelas Receitas com Honorários Advocatícios, Custas Judiciais, recursos do Programa de Administração Patrimonial Imobiliário, e demais receitas não contempladas por outros grupos.

Esse conjunto de receitas representa um montante de R$ 15,9 bilhões para 2008, correspondente a 0,6% do PIB. Vinte naturezas de receita concentram cerca de 85% da arrecadação desse grupo, o restante é pulverizado em quase 120 naturezas de receitas.

Cabe destacar, em primeiro lugar, a receita referente à Alienação de Outros Bens Imóveis, com previsão, para 2008, de R$ 3 bilhões, representando 19% desse universo. Em segundo lugar, a Taxa de Fiscalização das Telecomunicações, cuja previsão perfaz R$ 2 bilhões para o próximo exercício. A Contribuição para Custeio das Pensões Militares e a cota-parte do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante representam, respectivamente, a terceira e a quarta naturezas de receita mais significativas desse grupo, cuja previsão de arrecadação para 2008 é, pela ordem, de R$ 1,5 bilhão e R$ 1,3 bilhão.

Tabela 4 - Composição da receita primária dos orçamentos fiscal e da seguridade social

Discriminação	Realizado 2006		Dec. 6.173, de 30/07/07		PLO 2008	
	R$ milhões	% PIB	R$ milhões	% PIB	R$ milhões	% PIB
I. RECEITA TOTAL	**545.414,5**	**23,48**	**609.213,9**	**24,17**	**682.722,7**	**24,87**
I.1 Receita Administrada pela RFB	**359.005,8**	**15,46**	**405.075,2**	**16,07**	**448.827,0**	**16,35**
I.1.1. Imposto de Importação	9.973,8	0,43	11.628,7	0,46	14.024,2	0,51
I.1.2. IPI	28.416,0	1,22	31.362,6	1,24	36.476,2	1,33
I.1.3. Imposto de Renda	126.706,4	5,45	142.776,6	5,66	160.850,6	5,86
I.1.4. IOF	6.784,0	0,29	7.622,7	0,30	8.530,3	0,31
I.1.5. COFINS	90.241,0	3,88	101.213,8	4,02	110.695,8	4,03
I.1.6. PIS/PASEP	23.965,9	1,03	26.593,9	1,05	29.504,7	1,07
I.1.7. CSLL	27.991,0	1,21	31.860,1	1,26	34.961,4	1,27
I.1.8. CPMF	32.087,5	1,38	36.214,2	1,44	39.297,0	1,43
I.1.9. CIDE - Combustíveis	7.816,8	0,34	8.167,5	0,32	8.567,5	0,31
I.1.10. Outras Administradas SRF	5.023,5	0,22	7.635,1	0,30	5.919,3	0,22
I.2. Ganho de arrecadação						-
I.3. Arrec. Líquida INSS	**123.520,2**	**5,32**	**137.264,4**	**5,45**	**157.063,2**	**5,72**
I.4. Receitas Não Administradas pela RFB	**60.030,5**	**2,58**	**63.837,9**	**2,53**	**72.080,4**	**2,63**
I.4.1. Concessões	984,6	0,04	1.233,6	0,05	1.955,0	0,07
I.4.2. Dividendos	9.740,4	0,42	11.559,4	0,46	9.503,1	0,35
I.4.3. Cont. Plano de Seg. do Servidor	4.907,9	0,21	5.729,2	0,23	6.845,5	0,25
I.4.4. Cota-Parte de Compensações	18.595,4	0,80	16.697,1	0,66	23.266,5	0,85
I.4.5. Demais Receitas	11.773,6	0,51	12.205,4	0,48	13.108,9	0,48
1.4.5.1. Doações	70,7	0,00	179,0	0,01	176,7	0,01
1.4.5.2. Outras	11.702,9	0,50	12.026,4	0,48	12.932,2	0,47
I.4.6. Receita Própria (fts 50, 81 & 82)	7.102,1	0,31	8.567,1	0,34	8.639,2	0,31
1.4.6.1. Fonte 50 e 82	6.516,2	0,28	8.352,7	0,33	8.388,4	0,31
1.4.6.2. Fonte 81 (Convênios)	268,5		214,4	0,01	250,8	0,01
I.4.7. Salário-Educação	6.926,5		7.846,1	0,31	8.762,2	0,32
I.5. FGTS	**2.858,1**	**0,12**	**1.988,0**	**0,08**	**1.933,7**	**0,07**
I.6. Incentivos Fiscais			**-837,7**		**-181,6**	**0,01**
I.7. Operações com Ativos			**1.886,1**	**0,07**	**3.000,0**	**0,11**
II. TRANSF. A EST. E MUNICÍPIOS	90.292,9	3,89	99.755,6	3,96	117.134,6	4,27
III. RECEITA LÍQUIDA (I - II)	**455.121,6**	**19,59**	**509.458,3**	**20,21**	**565.588,1**	**20,61**

RECEITA PRÓPRIA PRIMÁRIA

Os Recursos Próprios Primários são recursos decorrentes, fundamentalmente, do esforço desenvolvido pelos órgãos e entidades vinculadas para a sua arrecadação. Dessa forma, não se confundem com aqueles que são arrecadados em decorrência de uma determinada atribuição legal. Nesse escopo, estão incluídas, também, as receitas oriundas de doações e as receitas provenientes de convênios, bem como as restituições dos mesmos, que passaram a receber classificação específica (Fonte 82) desde 2006. Por fim, também estão incluídas nesse escopo as Doações. Com relação ao grupo das receitas próprias, decorrentes do processo produtivo, cabe ressaltar que a expectativa de crescimento do PIB para 2008 é de 5%, um pouco acima do que está previsto para 2007. Dessa forma, o crescimento esperado dessas receitas, em relação ao exercício de 2007, obtido por órgão e unidade orçamentária, retornará aos mesmos para alocação nas despesas do processo produtivo, na forma de ampliação do orçamento, fato que gera incentivo para a aplicação das receitas produtivas. Vale destacar a criação das receitas Intra-Orçamentárias para o exercício de 2008, representando um montante de R$ 156,9 milhões de recursos nessa classificação.

Para o exercício de 2008, a Receita de Recursos Próprios Primários está estimada em R$ 9,3 bilhões, representando um crescimento de aproximadamente 1% em relação a 2007, ano em que se projeta para esse agregado um valor de R$ 9,2 bilhões. O crescimento aparentemente pouco expressivo se explica pela ocorrência de diversas atipicidades, verificadas na arrecadação de 2007. Entre os parâmetros que influenciam essa previsão, destacam-se as variações esperadas do PIB, do IGP-DI, do IPCA e do Câmbio.

RECEITAS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO

Para a definição dos limites de investimento, levou-se em consideração a real capacidade de geração de recursos de cada empresa estatal federal, mediante a avaliação de suas propostas e da compatibilização dos seus dispêndios globais, com a efetiva possibilidade de geração de recursos, observada a meta global de desempenho desse segmento de governo, em termos de Necessidade de Financiamento Líquido (Nefil), de superávit primário equivalente a 0,65% do PIB. Os programas e as ações propostos têm, assim, suas fontes de recursos asseguradas, ficando afastada a hipótese de utilização de recursos a definir, ou de empréstimos de curto prazo para investimentos.

As fontes de financiamento dos investimentos, discriminadas a seguir, indicam que apenas 4% dos investimentos são financiados por operações de créditos, junto ao sistema financeiro:

Tabela 5 - Fontes de Financiamento do Orçamento de Investimento

Descritores de Fontes	PLOA 2008 (R$ milhões)
Recursos Próprios	**54.363**
Geração Própria	54.363
Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	**1.335**
Tesouro - Direto	1.245
Controladora	90
Operações de Crédito de Longo Prazo	**2.334**
Internas	1.334
Externas	1.000
Outros Recursos de Longo Prazo	**4.068**
Controladora	1.448
Outras estatais	2.300
Outras Fontes	320
T o t a l	**62.100**

PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

O Orçamento para o exercício de 2008 prevê gastos da ordem de R$ 130,8 bilhões no pagamento de pessoal ativo, inativos e pensionistas da União, o que representa um crescimento de 9,4% em relação à projeção atual do total da despesa para o exercício de 2007. Os gastos do Poder Legislativo representam 4,1% do total, do Poder Judiciário, 14,6%, do Ministério Público da União (MPU), 1,7% e do Poder Executivo 79,7%, conforme demonstrado a seguir:

Tabela 6

Poder	PLOA-2008	Participação Relativa (%)
Legislativo	5,3	4,1
Judiciário	19,1	14,6
MPU	2,2	1,7
Executivo	104,2	79,7
Total	**130,8**	**100,0**

Esse crescimento na despesa de pessoal previsto para 2008 decorre basicamente dos seguintes itens:

a) recomposição da força de trabalho do Poder Executivo nas áreas de atuação estratégica do Estado, como segurança pública, saúde, educação, formulação de políticas públicas e gestão governamental, tanto por meio da criação ou da reestruturação de planos de cargos e carreiras e da reestruturação da remuneração do servidor, como também pelo recrutamento e seleção de novos servidores qualificados por concurso público;

b) revisão do subsídio de Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) de que trata a Lei nº 11.143, de 26 de julho de 2005, bem como os efeitos dessa alteração no Poder Judiciário da União;

c) implantação da reestruturação dos Cargos e Funções e do Plano de Carreira dos servidores do Poder Judiciário, de que trata a Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006;

d) implantação da reestruturação dos Cargos e Funções e do Plano de Carreira dos servidores do MPU, de que trata a Lei nº 11.415, de 15 de dezembro de 2006;

e) alteração do subsídio do Procurador-Geral da República, bem como os efeitos dessa alteração;

f) pagamento de valores retroativos a Anistiados Políticos Civis e Militares, nos termos da Lei nº 11.354, de 19 de outubro de 2006.

A despesa total com pessoal e encargos sociais projetada para 2008 do Poder Legislativo, incluído o Tribunal de Contas da União (TCU), representa 1,4% da receita

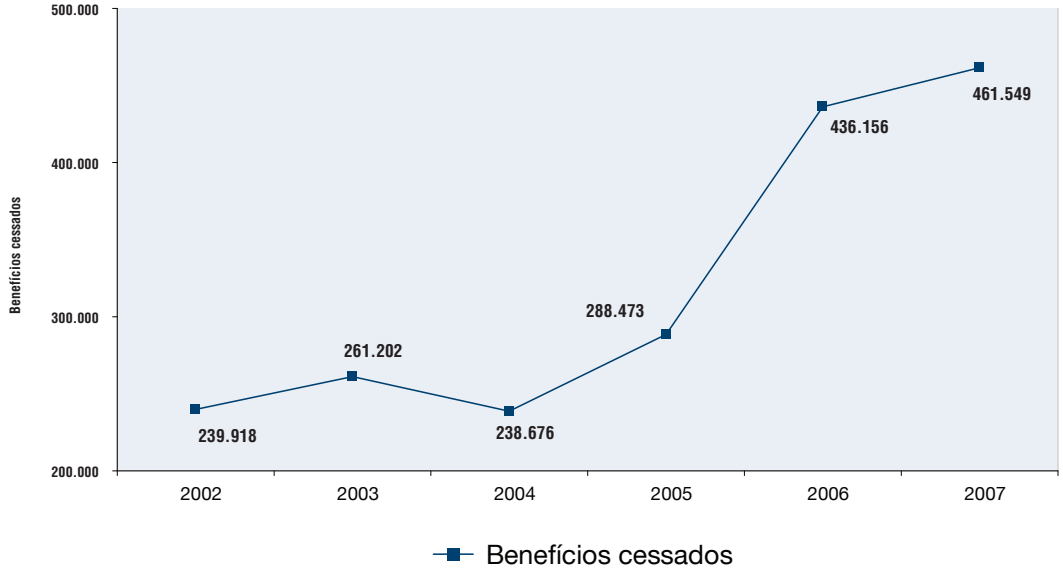
corrente líquida estimada para o exercício; a do Poder Judiciário representa 4,9%; a do Poder Executivo, 26,6% e a do MPU, 0,56%. O total que se projeta para a despesa de pessoal da União equivale, portanto, a 37,9% da receita corrente líquida prevista para 2008. Nessas condições, os limites globais a que se referem a Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000, bem como os ditames do Art. 169 da Constituição Federal, estão obedecidos, mesmo sem computar as deduções, aos referidos limites, permitidas pela referida Lei Complementar.

SISTEMAS PREVIDENCIÁRIOS

REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL (RGPS)

O resultado do Regime Geral da Previdência Social (RGPS) é constituído pela diferença entre a Contribuição dos Trabalhadores e Empregadores para a Seguridade Social e o pagamento de benefícios previdenciários aos trabalhadores do setor privado, além das sentenças judiciais associadas ao regime. Como se observa a seguir, nos últimos exercícios o RGPS apresentou déficits crescentes, em parte devido ao crescimento da formalização do mercado de trabalho, do salário médio de contribuição em anos anteriores - que refletiu o maior número de beneficiários - e do valor médio dos benefícios concedidos. E, em parte, por conta dos reajustes do valor do salário mínimo e demais benefícios. Contudo, para 2008, está prevista uma redução do déficit, que passa de R$ 45 bilhões -1,78% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2007, tendo como base o último relatório de avaliação de receitas e despesas do 3º bimestre deste ano, para R$ 41,6 bilhões -1,52% do PIB em 2008.

Gráfico 1 - Evolucao do Resultado RGPS

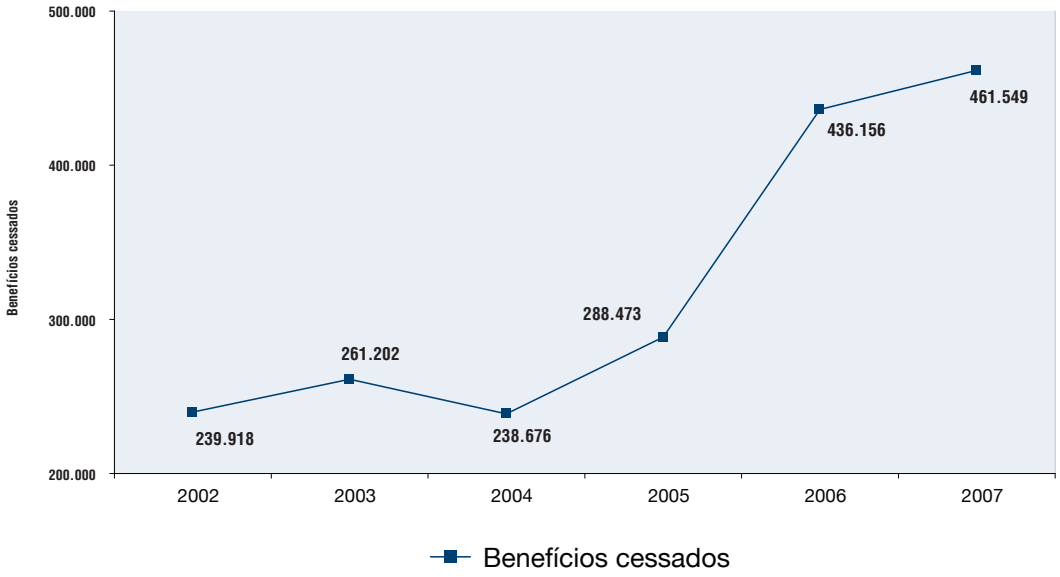


Um primeiro fator que explica essa quebra na evolução do déficit está relacionado com a implementação de medidas estruturais na sistemática da receita e da despesa previdenciárias, com vistas ao aperfeiçoamento gerencial do sistema. Para isso, foram realizados investimentos em tecnologia da informação (TI) e o aumento da capacidade de processamento da Internet, efetuado pela Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (Dataprev). Em relação à gestão da despesa com benefícios, em outubro de 2005, cumprindo disposições do artigo 69, Parágrafo 4º da Lei nº 8.212/1991 e do Decreto nº5.545/2005, o Ministério da Previdência Social (MPS) deu início ao Censo Previdenciário, com o objetivo de atualizar a base de dados da Previdência. Como conseqüência, foram eliminados pagamentos indevidos de benefícios.

A primeira etapa do Censo, que terminou em março de 2006, consistiu na convocação de 2,4 milhões de aposentados, dos quais 2,3 milhões já efetuaram a atualização de seus dados cadastrais. A segunda etapa, iniciada em março de 2006, com término em julho de 2007, demandou a convocação de 14,7 milhões de beneficiários, sendo que já compareceram aos locais de recadastramento 14,2 milhões (cerca de 96,2% de cobertura), segundo o levantamento realizado pelo MPS, em 3 de agosto de 2007.

O impacto positivo do Censo sobre o déficit do RGPS pode ser observado por meio da evolução do quantitativo dos benefícios cessados[1]. De acordo com o gráfico a seguir, claramente se percebe um pico na cessação de benefícios no ano de 2006, já que o Censo se iniciou em outubro de 2005. Para 2007 e 2008, a tendência é de se manter a perspectiva de crescimento nas cessações, como demonstra a realização de maio de 2007, que obteve um crescimento de 5,8%, em relação a maio de 2006.

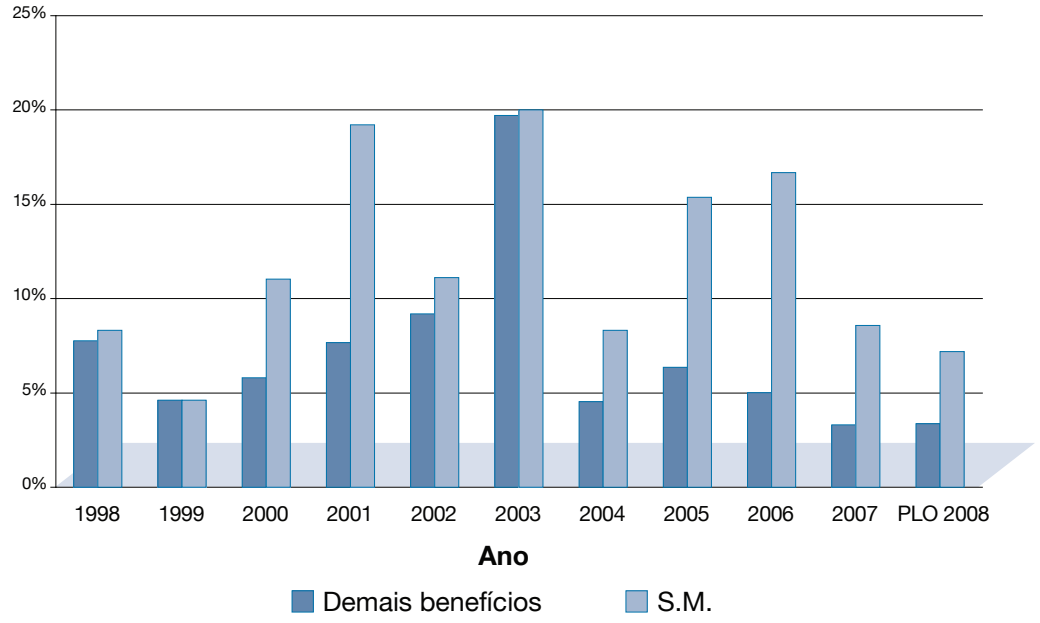
Gráfico 2 - Benefícios do RGPS cessados - base maio



Os reajustes concedidos ao salário mínimo e demais benefícios também são fatores de significativo impacto sobre o déficit do RGPS. O gráfico a seguir mostra os percentuais dos reajustes concedidos desde 1998. Pode-se observar que os reajustes para o salário mínimo têm sido, em geral, superiores aos concedidos aos demais benefícios, que tendem a acompanhar a inflação. Nos anos de 2003 a 2005, o piso dos benefícios foi reajustado em 25%.

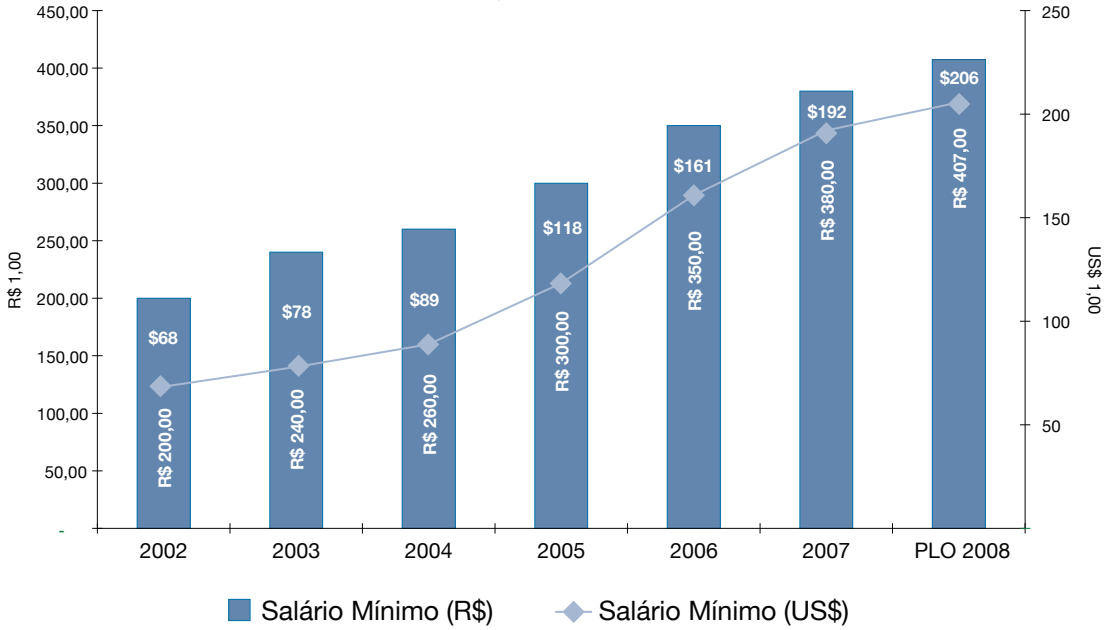
1. Um benefício é cessado quando o beneficiário perde o direito de recebê-lo. A cessação, portanto, representa o fluxo de saída de benefícios do sistema previdenciário.

Gráfico 3 - Reajustes concedidos ao Salário-Mínimo e Demais Benefícios



A política de reajuste teve maior ênfase nos anos de 2005 e 2006, quando o valor do salário mínimo cresceu 15,38% e 16,67%, respectivamente. Contudo, percebe-se que, a partir de 2007, os índices de reajuste se estabilizam em patamares mais baixos, ainda que sempre acima dos índices de inflação, o que gerou um aumento do poder de compra da população de mais baixa renda, com ganhos reais significativos. Se a comparação for feita com a cotação do dólar médio no ano, pode-se observar que esses valores ultrapassaram US$ 100 no período, ultrapassando, também, a marca de US$ 200 na previsão contida no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) 2008. O próximo gráfico mostra a evolução do valor do salário mínimo pelo dólar médio anual.

Gráfico 4 - Evolução do Salário-Mínimo



Para o exercício de 2008, a projeção do RGPS aponta para um déficit de R$ 41,6 bilhões, ou 1,52% do PIB. Considerou-se um reajuste do salário mínimo de 7,19% a partir do mês de março de 2008, sendo 3,36% correspondente à inflação projetada para o período, Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), e 3,7% de aumento real, equivalente ao crescimento real do PIB em 2006, conforme regra proposta no Projeto de Lei nº 1/2007, em tramitação no Congresso Nacional. De acordo com o citado Projeto de Lei, o mês de reajuste foi antecipado para março, com impacto financeiro em abril. O crescimento vegetativo considerado foi de 3,39%, associado à expectativa de crescimento do número de beneficiários e do valor médio dos benefícios.

Dessa maneira, a projeção da despesa total, com benefícios, é de R$ 198,7 bilhões, sendo R$ 193,5 bilhões relativos a benefícios normais, e R$ 5,2 bilhões a pagamento de sentenças judiciais. Por sua vez, a estimativa total de receitas é de R$ 157,1 bilhões, considerando-se um aumento da massa salarial nominal de 11,6%. Ressalte-se que, deste montante, R$ 3 bilhões correspondem a esforço de arrecadação, proveniente do ganho de eficiência na arrecadação de todos os tributos federais e no combate à sonegação, advindo da criação da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB).

O quadro a seguir detalha a estimativa do déficit do RGPS e as principais hipóteses adotadas.

Tabela 7

Descrição	PLOA-2008 (R$ milhões)
Déficit previdenciário	41.639
Arrecadação	157.063
Receita Corrente	145.028
Recuperação de Crédito	9.036
Esforço de Arrecadação	3.000
Benefícios	198.703
Benefícios normais	193.536
Precatórios e sentenças	5.167
Hipóteses adotadas	
Massa salarial nominal (%)	11,60%
Reajuste do salário-mínimo (%)	7,19%
Valor do salário-mínimo (R$)	407,33
Reajuste dos demais benefícios (%)	3,36%
Crescimento vegetativo dos benefícios (%)	3,39%

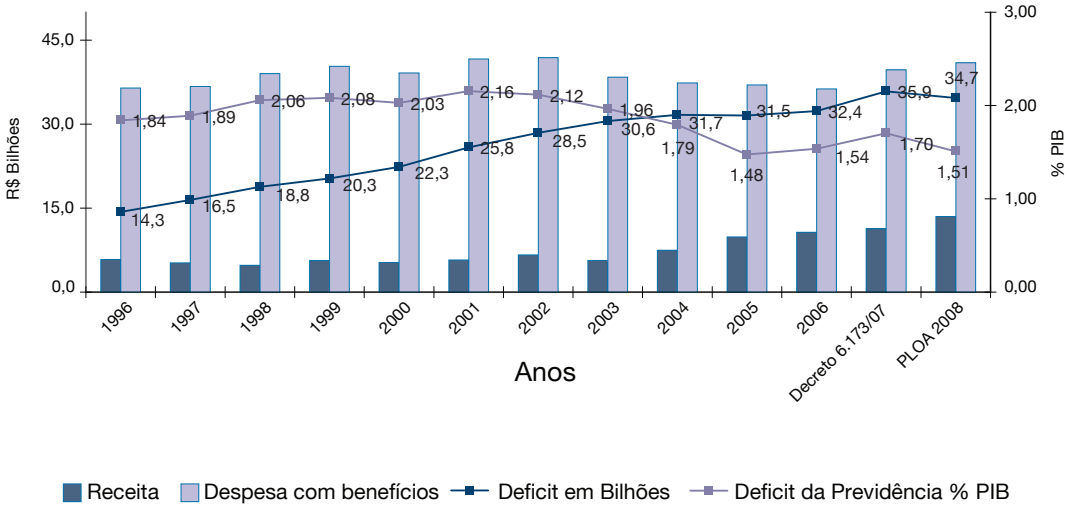
As políticas de reajuste do salário mínimo e as medidas de gestão administrativa, adotadas pelo Governo Federal no período de 2003 a 2006, associadas às políticas públicas voltadas para a formalização do mercado de trabalho, têm por objetivo oferecer

à sociedade uma previdência social universalizada e com processos que a torne mais eficiente, possibilitando ampliar o acesso da população aos benefícios do RGPS. O Censo promovido em 2005 e 2006 e as demais iniciativas de gestão administrativa, ao dificultarem a ocorrência de fraudes na concessão desses benefícios, possibilitarão ao Governo Federal tomar novas medidas, em benefício dos trabalhadores nos exercícios seguintes. Ademais, desde a publicação do Decreto nº 6.019, de 22 de janeiro de 2007, foi criado o Fórum Nacional da Previdência Social (FNPS), que reúne representantes dos trabalhadores ativos, dos aposentados, dos pensionistas e do Governo Federal, para discutir os temas a serem incluídos na proposta que será enviada ao Congresso Nacional, com o objetivo de alterar as regras da Previdência, a chamada reforma previdenciária. Na primeira etapa, em março, foi traçado um diagnóstico do setor. Até julho, já foram realizadas oito reuniões e a previsão é de que as propostas finais de alteração da Previdência Social saiam no final do mês de setembro.

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS

O déficit projetado para o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), no ano de 2008, é de R$ 34,7 bilhões, ou 1,51% do PIB, assumindo uma tendência distinta daquela que vinha se evidenciando, tendo como referência o último relatório de avaliação de receitas e despesas do 3º bimestre de 2007 e o realizado em 2006. Analisando-se o gráfico, percebe-se que, a partir de 2006, há uma elevação da curva do déficit percentual em relação ao PIB, fundado, em grande parte, no processo de reestruturação de carreiras e na continuidade de uma política salarial de reajustes, que em 2008 se estabiliza e retoma a tendência de queda, observada desde a alteração constitucional de 2003.

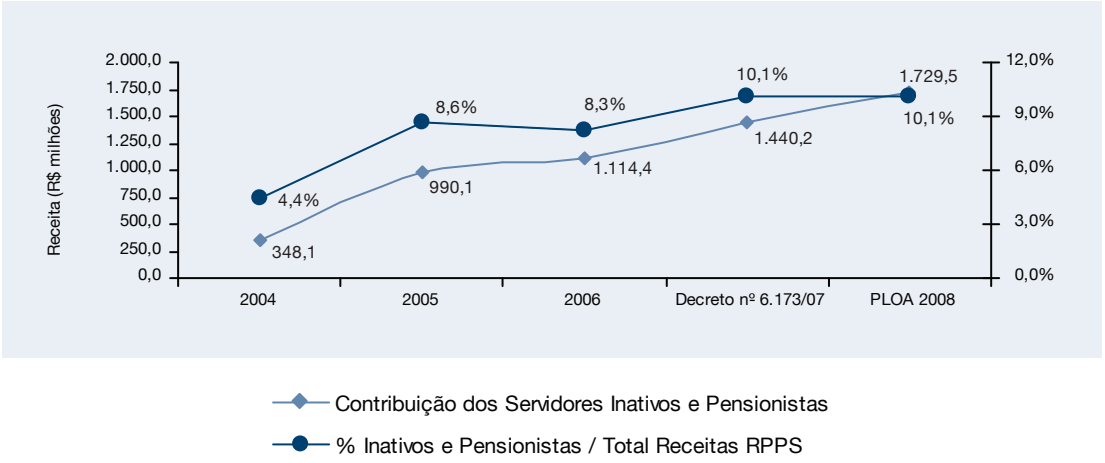
Gráfico 5 - Evolução da Receita, Despesa e Déficit da Previdencia Publica



A trajetória de decrescente do RPPS, cujos preceitos legais são regidos pelo Artigo 40 da Constituição Federal, vinha sendo alcançada, em especial, pelas reformas no texto constitucional, no intuito de se adequar o sistema previdenciário dos servidores ao caráter contributivo e solidário.

A primeira reforma consubstanciou-se na Emenda Constitucional nº 20, de 1998, que alterou as regras de concessão de aposentadoria - antes contabilizada por tempo de serviço -, para adequação a um regime de previdência de caráter contributivo, com critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial. Já com a Emenda Constitucional nº 41, de 2003, houve um acréscimo da contribuição patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor (PSS), de 11% para 22%, e a instituição de contribuição para inativos e pensionistas. Ressalte-se que, desde quando começou a ser recolhida, em 2004, tal contribuição passou de 4,4% para 10,1% do total das receitas do RPPS, em 2007.

Gráfico 6 - Receita com Inativos e Pensionistas



Por fim, a Emenda Constitucional nº 47, de 2005, promoveu alterações, tais como:

a) a instituição da paridade plena entre ativos e inativos, para os servidores que ingressaram até a data da promulgação da Emenda Constitucional nº 41;

b) a introdução de uma regra de transição que diminui em um ano a idade mínima de aposentadoria para cada ano trabalhado além do tempo mínimo de contribuição;

c) a diminuição da base de incidência da contribuição previdenciária para os inativos portadores de doença incapacitante, que recebam proventos até duas vezes o limite máximo estabelecido para os benefícios do RGPS, medida essa que, para ser efetivamente implementada, necessita de regulamentação;

d) a abertura de espaço para que leis complementares instituam critérios diferenciados para a aposentadoria dos servidores portadores de deficiência, dos que exerçam atividades de risco e daqueles cujas atividades ofereçam risco à saúde.

Cumpre ainda ressaltar que está em pauta, pendente de regulamentação por lei complementar, a criação do Fundo Complementar dos Servidores Públicos (FCSP), previsto na Emenda Constitucional nº 41 de 2003. O projeto de lei já foi elaborado pelo Poder Executivo, estando pendente, no momento, seu encaminhamento para o Congresso Nacional. Com o advento do FCSP, os servidores que vierem a ingressar no serviço

público, após sua criação, terão teto de aposentadoria igual ao dos beneficiários do RGPS, cuja estimativa para 2008 é de R$ 2.991,54. Assim, o objetivo do fundo é garantir uma complementação à aposentadoria dos servidores com renda superior ao teto, que venham a ingressar no serviço público depois da instituição do regime de previdência complementar (RPC), e para os atuais por meio do termo de opção.

O FCSP não garante benefício definido, mas contribuição definida, conforme estipulado no Parágrafo 15 do Art. 40 da Constituição Federal de 1988. Assim, o valor a receber pelo servidor, ao se aposentar, irá depender do cálculo feito a partir das contribuições efetuadas ao longo dos anos trabalhados, e da capitalização dos investimentos realizados pelo fundo. Este contará com um conselho com três representantes do patrocinador (União) e três representantes dos servidores optantes pelo FCSP. Depois de aprovada a Lei Complementar, a regulamentação do fundo é que definirá as regras do conselho.



VIII – AGÊNCIAS FINANCEIRAS OFICIAIS DE FOMENTO

Aplicações em Operações de Crédito

Investimentos no Ativo Imobilizado

APLICAÇÕES EM OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Para 2008, as Agências Financeiras Oficiais de Fomento (Instituições Financeiras) reservaram R$ 88,9 bilhões para aplicações em operações de crédito, no consolidado do Programa de Dispêndios Globais (PDG). Esse montante representa o fluxo líquido das operações de crédito para o próximo exercício, envolvendo recursos de geração própria, de terceiros e do Tesouro Nacional (Fundos Constitucionais). Ressalte-se que os recursos alocados representam apenas uma indicação, uma vez que o volume da concessão de crédito é definido periodicamente, de acordo com a Política Monetária do Governo Federal.

Não constam daquele total R$ 4,6 bilhões, referentes às transferências entre as empresas integrantes do sistema do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

As aplicações previstas pelas Agências de Fomento estão coerentes com as prioridades e metas da Administração Federal, estabelecidas para 2008. Respeitadas as especificidades de cada instituição, um maior volume de recursos canalizará para financiar os setores de intermediação financeira, industrial, serviços, comércio, rural, habitação e outros. Em obediência às determinações legais, são também direcionados recursos para o financiamento de projetos a cargo da União, dos Estados e dos Municípios.

Os dados detalhados sobre os valores relativos à aplicação dos recursos – por agência, região, Unidade da Federação, setor de atividade, porte do tomador do empréstimo, fonte de recursos, recebimentos no período e saldos atuais – serão disponibilizados no conjunto das informações complementares, a serem encaminhadas ao Congresso Nacional em até 15 dias após a remessa do Projeto de Lei Orçamentária (PLO).

INVESTIMENTOS NO ATIVO IMOBILIZADO

O conjunto das Instituições Financeiras Federais destinou, na proposta do Orçamento de Investimento para o exercício de 2008, R$ 2,8 bilhões para os gastos com aquisição e manutenção de bens classificados no Ativo Imobilizado.

Desse montante, cerca de R$ 1,3 bilhão está reservado aos projetos que envolvem a instalação e a manutenção de pontos de atendimento, distribuídos por todo o Território Nacional.

Para aplicação em infra-estrutura de apoio, os recursos previstos para o conjunto das instituições financeiras são da ordem de R$ 1,5 bilhão.

Do total de investimentos propostos para o exercício de 2008, as instituições Banco do Brasil S.A. (BB) e Caixa Econômica Federal (CEF) são responsáveis por dispêndios correspondentes a 57% e 33%, respectivamente.



ANEXO I

Medidas Adotadas para Redução e Controle das Despesas Primárias Correntes

MEDIDAS ADOTADAS PARA REDUÇÃO E CONTROLE DAS DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES

O compromisso do Estado para equacionar o desafio imposto pelas demandas sociais ascendentes e pela limitação de recursos disponíveis concretiza-se, dentre outras medidas, com a aplicação dos recursos públicos com maior eficiência. Nos últimos anos, o Estado tem buscado atender as necessidades da sociedade alocando mais recursos para a área social e zelando pelo equilíbrio fiscal, de modo a manter as contas públicas equilibradas, gerando credibilidade junto aos agentes econômicos, pressuposto este fundamental para o controle da inflação e da dívida pública.

Assim sendo, o Governo Federal vem adotando medidas, objetivando a redução das despesas correntes e o aumento dos investimentos públicos. Desta forma, neste exercício, foi implantado o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) que visa melhorar a infra-estrutura do País por meio de um conjunto de projetos estratégicos voltados para as áreas de transportes, energia, saneamento, etc. Esse aporte de recursos em setores cruciais para o desenvolvimento econômico representa uma mudança substantiva no foco de atuação do Estado, que passa a conjugar a preocupação em manter o equilíbrio fiscal com o atendimento às demandas sociais e aos investimentos em infra-estrutura. O Governo Federal tem priorizado estas ações mediante a preservação dos recursos do PAC dos contingenciamentos orçamentário e financeiro.

Tal esforço requer, de outro lado, medidas compensatórias que imprimam uma redução das despesas, sem detrimento da qualidade, com vistas a preservar o equilíbrio fiscal. Dessa forma, no exercício de 2007, foram publicados os Decretos nº 6.124, de 13 de junho de 2007 e nº 6.183, de 8 de agosto de 2007. Esses Decretos impõem limites para empenho de despesas com publicidade, diárias, passagens e locomoção no exercício de 2007, para os órgãos do Poder Executivo Federal. Esses limites equivalem a 90% do que foi empenhado em 2006, atendendo a determinação da Lei nº 11.477, de 29 de maio de 2007 que altera dispositivos da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO/2007).

Além do exposto, outro desafio que se apresenta ao Governo Federal está em tornar mais eficiente o processo de transferência de recursos da União para os demais Entes Federados. Sua relevância decorre do modelo descentralizado do federalismo brasileiro que demanda um grande volume de transferências de recursos federais, alcançando aproximadamente R$ 200 bilhões/ano, para Estados, Distrito Federal e Municípios.

Novas regras foram instituídas, por meio do Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, com vistas a obter melhor definição dos bens e serviços a serem custeados com recursos de transferências voluntárias. Entre outras providências, o Decreto torna obrigatória, a partir de janeiro de 2008, a padronização dos objetos de convênio mais celebrados, com a definição clara das características técnicas e custos dos projetos, a fim de permitir maior acompanhamento de cada etapa do processo por parte dos órgãos gestores e de controle.

Com vistas à otimização dos recursos públicos, o Governo Federal intensificou a utilização dos sistemas de pregão eletrônico e de registro de preços, o que resultou em uma economia de cerca de R$ 675 milhões nas compras públicas realizadas no primeiro semestre de 2007, o que corresponde à diferença entre o valor de referência dos bens e serviços e o que efetivamente foi pago pela administração pública.

Ainda na área de gestão, o Governo Federal encaminhou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei Complementar nº 92, de 2007, propondo a criação da figura jurídica da fundação integrante da administração indireta com personalidade jurídica de direito privado. Essas instituições terão seus recursos repassados mediante a prestação de serviços e o cumprimento de metas de desempenho, estabelecidas em contrato estatal de serviços. Com a estrutura proposta, o recurso é diretamente aplicado na fundação, que pode reinvestir por ter personalidade jurídica própria. A intenção é tornar o gasto mais eficiente e oferecer serviços de melhor qualidade para a população.

Deve ser reiterado, ainda o encaminhamento pelo Poder Executo ao Congresso Nacional do Projeto de Lei Complementar nº 1, de 2007, que propõe a limitação da despesa com servidores, para cada Poder e órgão da União, ao valor liquidado no ano anterior, corrigido pela variação acumulada do IPCA, acrescido de 1,5% ao ano, para os anos de 2007 a 2016. Busca-se, assim, definir uma trajetória de longo prazo estável para essa despesa, garantido sua previsibilidade e um controle do gasto público nessa área.

Na tentativa de reduzir as despesas com a Previdência Social, o Governo Federal vem adotando várias ações no combate às fraudes, dentre elas o recadastramento dos aposentados e pensionistas, a contratação de médicos concursados e a melhoria dos sistemas de informática, o que permite cruzamentos das bases de dados dos Ministérios da Previdência, da Fazenda e da Saúde. Cabe ainda ressaltar o lançamento, em agosto deste ano, do Plano de Ações Prioritárias, promovido pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), que busca garantir rapidez e eficiência na concessão de benefícios e evitar a acumulação de processos judiciais. Além dessas providências, está sendo estudado, no âmbito do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) um conjunto de medidas voltadas para a eficiência do gasto público, por intermédio do combate ao desperdício, da redução das despesas com o custeio da máquina pública e da melhoria contínua da gestão dos processos.

Essas ações estão voltadas para a conscientização dos agentes públicos sobre a gestão dos recursos colocados à sua disposição, estimulando a troca de experiências de boas práticas e o desenvolvimento de estudos para a eliminação de desperdícios.



ANEXO II

Prioridades e Metas da
Lei de Diretrizes Orçamentárias - 2008

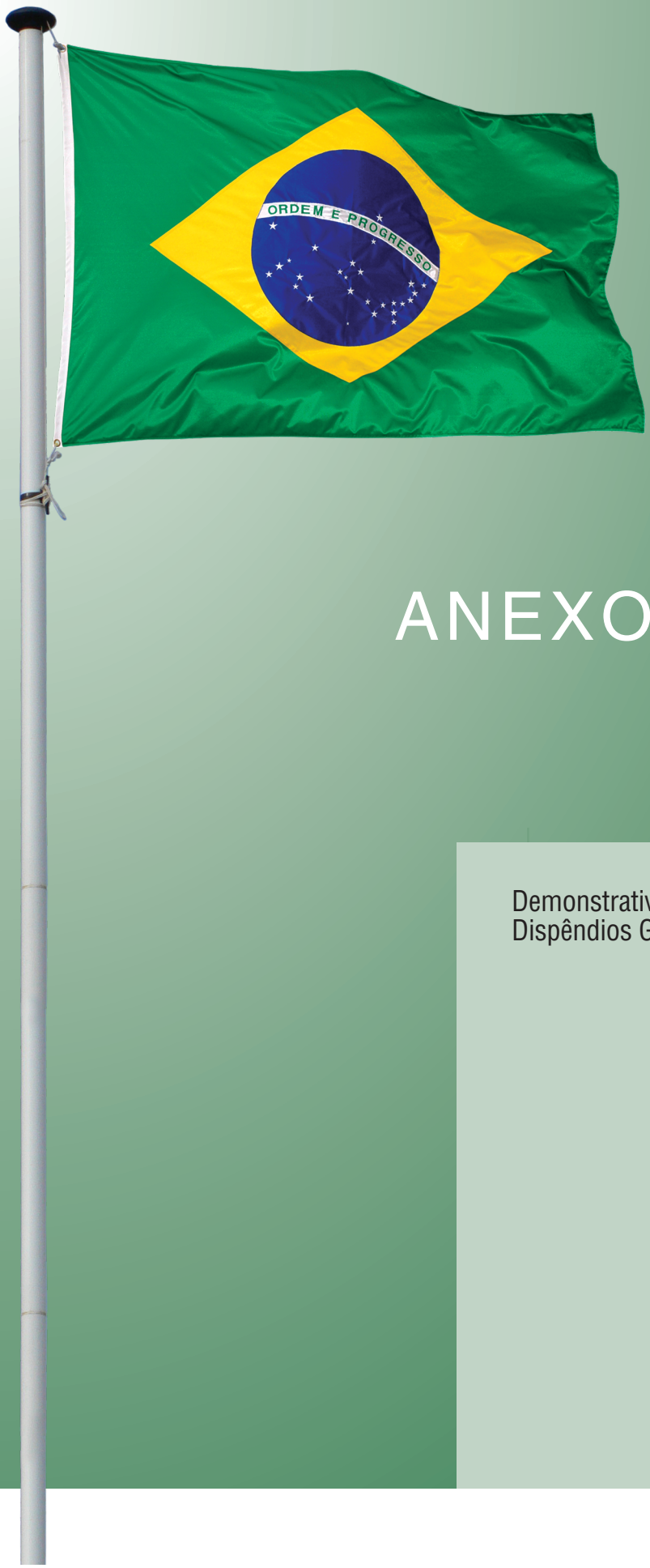
PRIORIDADES E METAS DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2008

O Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentária para 2008 (PLDO-2008), enviado pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, não incluiu Anexo de Prioridades e Metas, mantendo o procedimento que prevalece desde que a Constituição Federal (CF) de 1988 que introduz as leis de diretrizes orçamentárias no arcabouço normativo brasileiro. O entendimento é que cabe às Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO) priorizar, anualmente, as programações e as metas definidas no PPA, haja vista que o § 4o do art. 166 da CF estabelece que "as emendas ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias não poderão ser aprovadas quando incompatíveis com o Plano Plurianual". Logo, se as emendas devem ser compatíveis, o projeto não poderá deixar de sê-lo.

Entretanto, ao aprovar a LDO-2008, o Congresso Nacional incluiu o mencionado Anexo, estabelecendo, também, no § 1o do art. 4o, que o Projeto de Lei Orçamentária para 2008 (PLOA-2008) deverá ser compatível com o Projeto de Lei do Plano Plurianual (PPA) para o período de 2008-2011. Ao mesmo tempo, por intermédio do § 3o do supracitado art. 4o, autorizou o Poder Executivo a promover ajustes na classificação das ações e na estrutura do Anexo de Prioridades e Metas, com o objetivo de compatibilizá-lo com o Projeto do PPA.

Assim, buscou-se realizar a compatibilização pertinente, alocando-se os recursos nas ações constantes do Projeto de Lei do PPA. Para determinadas situações foi necessário aglutinar, em algumas ações, aquelas inseridas na LDO para finalidades ou localidades específicas. Em outros casos, a programação de determinadas ações ficou prejudicada por não se encontrar atendido o preceito do mencionado § 4o do art. 166 da Constituição Federal.

É de se destacar que as metas e prioridades socialmente relevantes e altamente aderentes aos objetivos de redução de desigualdades e de aceleração do crescimento econômico receberam incrementos expressivos em relação às metas previstas na LDO.



ANEXO III

Demonstrativo Sintético do Programa de Dispêndios Globais das Empresas Estatais



Empresas do Setor Produtivo

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2008

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 12º, inciso VI

20000 PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

20205 COMPANHIA DOCAS DO CEARA - CDC

R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	**13.100.000**	**RECEITAS**	**26.342.781**
INVESTIMENTOS	*13.100.000*	*RECEITA OPERACIONAL*	*24.564.517*
DISPENDIOS CORRENTES	**26.362.488**	*RECEITA NAO OPERACIONAL*	*1.778.264*
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	*12.896.549*	**REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO**	**10.132.000**
MATERIAIS E PRODUTOS	*331.385*	*PART.UNIAO CAP. - TESOURO*	*10.000.000*
SERVICOS DE TERCEIROS	*8.200.169*	*DEMAIS REC. P/AUMENTO PL*	*132.000*
UTILIDADES E SERVICOS	*1.310.496*	**TOTAL DAS FONTES**	**36.474.781**
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	*3.475.020*	*VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO*	*-33.955*
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	*148.869*	*VARIACAO DO DISPONIVEL*	*3.021.662*
TOTAL DOS USOS	**39.462.488**	**TOTAL LIQUIDO DAS FONTES**	**39.462.488**

20206 COMPANHIA DOCAS DO ESPIRITO SANTO - CODESA

R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	**19.269.764**	**RECEITAS**	**83.206.902**
INVESTIMENTOS	*17.800.000*	*RECEITA OPERACIONAL*	*73.674.580*
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	*1.469.764*	*RECEITA NAO OPERACIONAL*	*9.532.322*
OPERACOES INTERNAS	*1.469.764*	**REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO**	**15.000.000**
DISPENDIOS CORRENTES	**78.665.659**	*PART.UNIAO CAP. - TESOURO*	*15.000.000*
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	*30.916.090*	**TOTAL DAS FONTES**	**98.206.902**
MATERIAIS E PRODUTOS	*500.000*	*VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO*	*5.459.414*
SERVICOS DE TERCEIROS	*14.045.500*	*VARIACAO DO DISPONIVEL*	*-5.730.893*
UTILIDADES E SERVICOS	*3.000.000*		
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	*11.487.641*		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	*18.716.428*		
TOTAL DOS USOS	**97.935.423**	**TOTAL LIQUIDO DAS FONTES**	**97.935.423**

20207 COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA - CODEBA

R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	**17.226.385**	**RECEITAS**	**81.299.271**
INVESTIMENTOS	*17.226.385*	*RECEITA OPERACIONAL*	*71.876.793*
DISPENDIOS CORRENTES	**80.856.334**	*RECEITA NAO OPERACIONAL*	*9.422.478*
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	*31.851.710*	**REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO**	**12.000.000**
MATERIAIS E PRODUTOS	*2.780.628*	*PART.UNIAO CAP. - TESOURO*	*12.000.000*
SERVICOS DE TERCEIROS	*21.885.319*	**TOTAL DAS FONTES**	**93.299.271**
UTILIDADES E SERVICOS	*7.808.024*	*VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO*	*2.227.257*
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	*8.987.207*	*VARIACAO DO DISPONIVEL*	*2.556.191*
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	*7.543.446*		
TOTAL DOS USOS	**98.082.719**	**TOTAL LIQUIDO DAS FONTES**	**98.082.719**

20208 COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SAO PAULO - CODESP

R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	**120.411.889**	**RECEITAS**	**586.632.990**
INVESTIMENTOS	*118.781.000*	*SUBSIDIO DO TESOURO*	*24.494.460*
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	*1.630.889*	*RECEITA OPERACIONAL*	*562.138.530*
OUTRAS FONTES	*1.630.889*	**REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO**	**93.500.000**
DISPENDIOS CORRENTES	**483.844.601**	*PART.UNIAO CAP. - TESOURO*	*93.500.000*
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	*135.134.548*	**TOTAL DAS FONTES**	**680.132.990**
MATERIAIS E PRODUTOS	*3.854.500*	*VAR. EMPREST.-CURTO PRAZO*	*-2.710.840*

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2008

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 12º, inciso VI

SERVICOS DE TERCEIROS	*122.088.280*	*VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO*	*-65.253.786*
UTILIDADES E SERVICOS	*18.775.704*	*AJUSTES REC. E DESP. FINANC.*	*4.138.986*
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	*96.005.406*	*VARIACAO DO DISPONIVEL*	*-12.050.860*
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	*15.241.322*		
OUTRAS FONTES	*15.241.322*		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	*92.744.841*		
TOTAL DOS USOS	**604.256.490**	**TOTAL LIQUIDO DAS FONTES**	**604.256.490**

20210 COMPANHIA DOCAS DO PARA - CDP

R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	**15.841.500**	**RECEITAS**	**80.408.465**
INVESTIMENTOS	*15.841.500*	*RECEITA OPERACIONAL*	*69.947.433*
DISPENDIOS CORRENTES	**66.523.570**	*RECEITA NAO OPERACIONAL*	*10.461.032*
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	*26.382.723*	**REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO**	**6.000.000**
MATERIAIS E PRODUTOS	*1.531.357*	*PART.UNIAO CAP. - TESOURO*	*6.000.000*
SERVICOS DE TERCEIROS	*18.697.646*	**TOTAL DAS FONTES**	**86.408.465**
UTILIDADES E SERVICOS	*6.760.000*	*VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO*	*1.150.246*
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	*11.786.268*	*VARIACAO DO DISPONIVEL*	*-5.193.641*
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	*1.365.576*		
TOTAL DOS USOS	**82.365.070**	**TOTAL LIQUIDO DAS FONTES**	**82.365.070**

20211 COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ

R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	**110.910.000**	**RECEITAS**	**160.228.179**
INVESTIMENTOS	*109.260.000*	*RECEITA OPERACIONAL*	*144.126.831*
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	*1.650.000*	*RECEITA NAO OPERACIONAL*	*16.101.348*
OPERACOES EXTERNAS	*1.650.000*	**REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO**	**121.560.000**
DISPENDIOS CORRENTES	**176.207.306**	*PART.UNIAO CAP. - TESOURO*	*121.560.000*
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	*74.229.724*	**TOTAL DAS FONTES**	**281.788.179**
MATERIAIS E PRODUTOS	*2.367.800*	*VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO*	*11.716.820*
SERVICOS DE TERCEIROS	*27.291.504*	*VARIACAO DO DISPONIVEL*	*-6.387.693*
UTILIDADES E SERVICOS	*8.864.278*		
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	*10.800.000*		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	*1.200.000*		
OPERACOES EXTERNAS	*1.200.000*		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	*51.454.000*		
TOTAL DOS USOS	**287.117.306**	**TOTAL LIQUIDO DAS FONTES**	**287.117.306**

20212 COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE - CODERN

R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	**18.525.800**	**RECEITAS**	**51.500.094**
INVESTIMENTOS	*18.525.800*	*RECEITA OPERACIONAL*	*43.363.341*
DISPENDIOS CORRENTES	**53.530.665**	*RECEITA NAO OPERACIONAL*	*8.136.753*
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	*20.456.795*	**REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO**	**18.000.000**
MATERIAIS E PRODUTOS	*5.396.696*	*PART.UNIAO CAP. - TESOURO*	*18.000.000*
SERVICOS DE TERCEIROS	*12.233.770*	**TOTAL DAS FONTES**	**69.500.094**
UTILIDADES E SERVICOS	*2.103.554*	*VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO*	*-1.225.550*
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	*7.408.126*	*VARIACAO DO DISPONIVEL*	*3.781.921*
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	*5.931.724*		
TOTAL DOS USOS	**72.056.465**	**TOTAL LIQUIDO DAS FONTES**	**72.056.465**

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2008

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 12º, inciso VI

22000 MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

22208 CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S.A. - CEASAMINAS

R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	**7.350.000**	**RECEITAS**	**25.345.543**
INVESTIMENTOS	*6.600.000*	*RECEITA OPERACIONAL*	*24.353.238*
OUTROS DISP. DE CAPITAL	*750.000*	*RECEITA NAO OPERACIONAL*	*992.305*
DISPENDIOS CORRENTES	**19.267.247**	**TOTAL DAS FONTES**	**25.345.543**
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	*8.398.659*	*VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO*	*3.563.454*
MATERIAIS E PRODUTOS	*630.000*	*AJUSTES REC. E DESP. FINANC.*	*-861.967*
SERVICOS DE TERCEIROS	*5.329.488*	*VARIACAO DO DISPONIVEL*	*-1.429.783*
UTILIDADES E SERVICOS	*1.200.000*		
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	*2.929.700*		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	*779.400*		
TOTAL DOS USOS	**26.617.247**	**TOTAL LIQUIDO DAS FONTES**	**26.617.247**

22209 COMPANHIA DE ARMAZÉNS E SILOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - CASEMG

R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	**1.200.000**	**RECEITAS**	**14.870.900**
INVESTIMENTOS	*1.200.000*	*RECEITA OPERACIONAL*	*12.842.000*
DISPENDIOS CORRENTES	**14.436.481**	*RECEITA NAO OPERACIONAL*	*2.028.900*
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	*5.698.526*	**TOTAL DAS FONTES**	**14.870.900**
MATERIAIS E PRODUTOS	*873.215*	*VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO*	*689.678*
SERVICOS DE TERCEIROS	*3.015.600*	*VARIACAO DO DISPONIVEL*	*75.903*
UTILIDADES E SERVICOS	*1.850.000*		
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	*1.449.600*		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	*1.549.540*		
TOTAL DOS USOS	**15.636.481**	**TOTAL LIQUIDO DAS FONTES**	**15.636.481**

22212 CEAGESP - COMPANHIA DE ENTREPOSTOS E ARMAZÉNS GERAIS DE SÃO PAULO

R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	**9.958.066**	**RECEITAS**	**113.617.885**
INVESTIMENTOS	*9.958.066*	*RECEITA OPERACIONAL*	*102.566.351*
DISPENDIOS CORRENTES	**101.376.806**	*RECEITA NAO OPERACIONAL*	*11.051.534*
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	*33.131.366*	**TOTAL DAS FONTES**	**113.617.885**
MATERIAIS E PRODUTOS	*4.459.602*	*VARIACAO DO DISPONIVEL*	*-2.283.013*
SERVICOS DE TERCEIROS	*32.698.012*		
UTILIDADES E SERVICOS	*17.432.280*		
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	*11.529.974*		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	*2.125.572*		
TOTAL DOS USOS	**111.334.872**	**TOTAL LIQUIDO DAS FONTES**	**111.334.872**

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2008

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 12º, inciso VI

25000 MINISTERIO DA FAZENDA

25207 SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS - SERPRO

R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	293.872.527	RECEITAS	1.711.211.932
INVESTIMENTOS	*263.872.527*	*RECEITA OPERACIONAL*	*1.481.103.200*
OUTROS DISP. DE CAPITAL	*30.000.000*	*RECEITA NAO OPERACIONAL*	*230.108.732*
DISPENDIOS CORRENTES	1.912.295.660	REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO	337.000.000
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	*871.270.006*	*PART.UNIAO CAP. - TESOURO*	*337.000.000*
MATERIAIS E PRODUTOS	*12.126.450*	TOTAL DAS FONTES	2.048.211.932
SERVICOS DE TERCEIROS	*279.975.619*	*VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO*	*150.988.389*
UTILIDADES E SERVICOS	*16.572.023*	*AJUSTES REC. E DESP. FINANC.*	*-1.620.284*
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	*279.057.206*	*VARIACAO DO DISPONIVEL*	*8.588.150*
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	*26.000.000*		
OUTRAS FONTES	*26.000.000*		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	*427.294.356*		
TOTAL DOS USOS	2.206.168.187	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	2.206.168.187

25211 CASA DA MOEDA DO BRASIL - CMB

R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	62.000.000	RECEITAS	543.637.035
INVESTIMENTOS	*52.000.000*	*RECEITA OPERACIONAL*	*523.713.216*
OUTROS DISP. DE CAPITAL	*10.000.000*	*RECEITA NAO OPERACIONAL*	*19.923.819*
DISPENDIOS CORRENTES	509.549.320	TOTAL DAS FONTES	543.637.035
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	*106.084.766*	*VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO*	*29.684.840*
MATERIAIS E PRODUTOS	*191.180.659*	*AJUSTES REC. E DESP. FINANC.*	*-3.639.943*
SERVICOS DE TERCEIROS	*80.079.729*	*VARIACAO DO DISPONIVEL*	*1.867.388*
UTILIDADES E SERVICOS	*24.938.794*		
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	*85.802.361*		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	*3.798.640*		
OUTRAS FONTES	*3.798.640*		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	*17.664.371*		
TOTAL DOS USOS	571.549.320	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	571.549.320

25228 BB ADMINISTRADORA DE CARTOES DE CREDITO S.A. - BB CARTOES

R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	9.834.749	RECEITAS	21.984.814
OUTROS DISP. DE CAPITAL	*9.834.749*	*RECEITA OPERACIONAL*	*9.872.406*
DISPENDIOS CORRENTES	12.150.066	*RECEITA NAO OPERACIONAL*	*12.112.408*
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	*655.052*	TOTAL DAS FONTES	21.984.814
SERVICOS DE TERCEIROS	*2.849.468*	*VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO*	*7.626.267*
UTILIDADES E SERVICOS	*3.315*	*AJUSTES REC. E DESP. FINANC.*	*-7.020.889*
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	*5.362.726*	*VARIACAO DO DISPONIVEL*	*-605.377*
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	*3.279.505*		
TOTAL DOS USOS	21.984.815	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	21.984.815

25229 BB CORRETORA DE SEGUROS E ADMINISTRADORA DE BENS S.A. - BB CORRETORA

R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	73.733.512	RECEITAS	524.359.097
OUTROS DISP. DE CAPITAL	*73.733.512*	*RECEITA OPERACIONAL*	*506.621.290*
DISPENDIOS CORRENTES	450.625.585	*RECEITA NAO OPERACIONAL*	*17.737.807*
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	*5.585.624*	TOTAL DAS FONTES	524.359.097

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2008

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 12º, inciso VI

SERVICOS DE TERCEIROS	*365.421.305*	*VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO*	*-262.130*
UTILIDADES E SERVICOS	*1.174.389*	*VARIACAO DO DISPONIVEL*	*262.130*
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	*74.771.630*		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	*3.672.637*		
TOTAL DOS USOS	**524.359.097**	**TOTAL LIQUIDO DAS FONTES**	**524.359.097**

25230 COBRA TECNOLOGIA S.A.

R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	**8.000.000**	**RECEITAS**	**571.000.000**
INVESTIMENTOS	*8.000.000*	*RECEITA OPERACIONAL*	*559.000.000*
DISPENDIOS CORRENTES	**443.150.000**	*RECEITA NAO OPERACIONAL*	*12.000.000*
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	*27.500.000*	**TOTAL DAS FONTES**	**571.000.000**
MATERIAIS E PRODUTOS	*112.500.000*	*VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO*	*-97.080.000*
SERVICOS DE TERCEIROS	*162.700.000*	*AJUSTES REC. E DESP. FINANC.*	*8.820.000*
UTILIDADES E SERVICOS	*8.150.000*	*VARIACAO DO DISPONIVEL*	*-31.590.000*
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	*85.200.000*		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	*38.000.000*		
OPERACOES INTERNAS	*38.000.000*		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	*9.100.000*		
TOTAL DOS USOS	**451.150.000**	**TOTAL LIQUIDO DAS FONTES**	**451.150.000**

25246 BBTUR - VIAGENS E TURISMO LTDA. - BB TURISMO

R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	**4.607.934**	**RECEITAS**	**73.458.551**
INVESTIMENTOS	*2.450.000*	*RECEITA OPERACIONAL*	*71.138.703*
OUTROS DISP. DE CAPITAL	*2.157.934*	*RECEITA NAO OPERACIONAL*	*2.319.848*
DISPENDIOS CORRENTES	**70.754.374**	**TOTAL DAS FONTES**	**73.458.551**
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	*22.805.326*	*VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO*	*4.645.352*
MATERIAIS E PRODUTOS	*574.720*	*AJUSTES REC. E DESP. FINANC.*	*83.492*
SERVICOS DE TERCEIROS	*9.414.357*	*VARIACAO DO DISPONIVEL*	*-2.825.087*
UTILIDADES E SERVICOS	*3.120.140*		
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	*11.944.470*		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	*178.038*		
OPERACOES INTERNAS	*178.038*		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	*22.717.323*		
TOTAL DOS USOS	**75.362.308**	**TOTAL LIQUIDO DAS FONTES**	**75.362.308**

25276 EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA

R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	**2.982.772.926**	**RECEITAS**	**3.837.179.630**
INVESTIMENTOS	*878.590*	*RECEITA OPERACIONAL*	*2.196.575*
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	*2.811.303.438*	*RECEITA NAO OPERACIONAL*	*3.834.983.055*
OUTRAS FONTES	*2.811.303.438*	**RETORNO DE APLIC. FINANC. LP**	**1.704.422.466**
OUTROS DISP. DE CAPITAL	*170.590.898*	**TOTAL DAS FONTES**	**5.541.602.096**
DISPENDIOS CORRENTES	**2.860.315.603**	*VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO*	*-18.081.199*
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	*9.869.592*	*AJUSTES REC. E DESP. FINANC.*	*-144.316.600*
MATERIAIS E PRODUTOS	*308.528*	*VARIACAO DO DISPONIVEL*	*463.884.232*
SERVICOS DE TERCEIROS	*298.670.308*		
UTILIDADES E SERVICOS	*682.080*		
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	*199.870.360*		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	*2.273.517.768*		
OUTRAS FONTES	*2.273.517.768*		

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2008

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 12º, inciso VI

DEMAIS DISPEND. CORRENTES	*77.396.967*		
TOTAL DOS USOS	**5.843.088.529**	**TOTAL LIQUIDO DAS FONTES**	**5.843.088.529**

25277 ATIVOS S.A. - SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS

R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	**37.091.272**	**RECEITAS**	**98.660.966**
INVESTIMENTOS	*125.000*	*RECEITA OPERACIONAL*	*95.859.518*
OUTROS DISP. DE CAPITAL	*36.966.272*	*RECEITA NAO OPERACIONAL*	*2.801.448*
DISPENDIOS CORRENTES	**67.880.193**	**TOTAL DAS FONTES**	**98.660.966**
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	*3.139.000*	*VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO*	*10.957.836*
MATERIAIS E PRODUTOS	*47.940*	*VARIACAO DO DISPONIVEL*	*-4.647.337*
SERVICOS DE TERCEIROS	*23.295.248*		
UTILIDADES E SERVICOS	*1.023.800*		
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	*23.686.982*		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	*5.385.600*		
DEBENTURES	*5.385.600*		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	*11.301.623*		
TOTAL DOS USOS	**104.971.465**	**TOTAL LIQUIDO DAS FONTES**	**104.971.465**

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2008

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 12º, inciso VI

32000 MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA

32201 CENTRO DE PESQUISAS DE ENERGIA ELÉTRICA - CEPEL

R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	30.963.000	RECEITAS	176.816.023
INVESTIMENTOS	30.200.000	RECEITA OPERACIONAL	176.774.223
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	763.000	RECEITA NAO OPERACIONAL	41.800
OUTRAS FONTES	763.000	TOTAL DAS FONTES	176.816.023
DISPENDIOS CORRENTES	141.211.812	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	11.425.454
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	82.354.061	VARIACAO DO DISPONIVEL	-16.066.665
MATERIAIS E PRODUTOS	2.340.801		
SERVICOS DE TERCEIROS	34.471.211		
UTILIDADES E SERVICOS	4.598.000		
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	3.047.220		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	1.211.000		
OUTRAS FONTES	1.211.000		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	13.189.519		
TOTAL DOS USOS	172.174.812	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	172.174.812

32204 ELETROBRÁS TERMONUCLEAR S.A. - ELETRONUCLEAR

R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	1.001.929.171	RECEITAS	1.546.167.410
INVESTIMENTOS	807.409.174	RECEITA OPERACIONAL	1.536.167.410
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	187.933.919	RECEITA NAO OPERACIONAL	10.000.000
OUTRAS FONTES	187.933.919	RETORNO DE APLIC. FINANC. LP	6.178.201
OUTROS DISP. DE CAPITAL	6.586.078	OPERACOES DE CREDITO	647.975.431
DISPENDIOS CORRENTES	1.165.286.447	OPER.CRED.INT.-BENS/SERV.	647.975.431
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	225.964.596	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	140.065.000
MATERIAIS E PRODUTOS	334.573.632	EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)	140.065.000
SERVICOS DE TERCEIROS	192.505.329	TOTAL DAS FONTES	2.340.386.042
UTILIDADES E SERVICOS	8.885.375	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	78.574.806
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	124.600.204	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	64.443.839
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	226.776.870	VARIACAO DO DISPONIVEL	-316.189.069
OUTRAS FONTES	226.776.870		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	51.980.441		
TOTAL DOS USOS	2.167.215.618	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	2.167.215.618

32223 CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRÁS

R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	3.895.752.247	RECEITAS	13.148.935.474
INVESTIMENTOS	64.000.000	RECEITA OPERACIONAL	8.508.685.910
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	681.101.621	RECEITA NAO OPERACIONAL	4.640.249.564
OPERACOES EXTERNAS	141.481.337	RETORNO DE APLIC. FINANC. LP	2.748.802.907
OUTRAS FONTES	539.620.284	OPERACOES DE CREDITO	1.596.291.980
OUTROS DISP. DE CAPITAL	3.150.650.626	OPER.CRED.EXT.-MOEDA/OUTRA	1.596.291.980
DISPENDIOS CORRENTES	10.462.619.332	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	2.223.910.961
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	198.074.149	DEBENTURES	669.000.000
MATERIAIS E PRODUTOS	8.422.906.598	DEMAIS RECURSOS DE LP	1.554.910.961
SERVICOS DE TERCEIROS	162.169.077	TOTAL DAS FONTES	19.717.941.322
UTILIDADES E SERVICOS	10.817.500	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	101.520.547
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	810.942.500	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	-166.605.471

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2008

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 12º, inciso VI

ENCARGOS FINANC. E OUTROS	*594.996.361*	*VARIACAO DO DISPONIVEL*	*-5.294.484.819*
OPERACOES INTERNAS	*45.604*		
OPERACOES EXTERNAS	*150.997.345*		
OUTRAS FONTES	*443.953.412*		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	*262.713.147*		
TOTAL DOS USOS	**14.358.371.579**	**TOTAL LIQUIDO DAS FONTES**	**14.358.371.579**

32224 CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A. - ELETRONORTE

R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	**1.213.845.599**	**RECEITAS**	**4.730.484.613**
INVESTIMENTOS	*575.000.000*	*RECEITA OPERACIONAL*	*4.664.455.993*
INVERSOES FINANCEIRAS	*90.000.000*	*RECEITA NAO OPERACIONAL*	*66.028.620*
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	*288.575.000*	**RETORNO DE APLIC. FINANC. LP**	**375.631**
OPERACOES INTERNAS	*2.196.000*	**OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO**	**8.500.030**
OPERACOES EXTERNAS	*109.589.000*	*DEMAIS RECURSOS DE LP*	*8.500.030*
OUTRAS FONTES	*176.790.000*	**TOTAL DAS FONTES**	**4.739.360.274**
OUTROS DISP. DE CAPITAL	*260.270.599*	*VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO*	*138.861.393*
DISPENDIOS CORRENTES	**4.231.447.652**	*AJUSTES REC. E DESP. FINANC.*	*397.462.263*
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	*482.657.037*	*VARIACAO DO DISPONIVEL*	*169.609.321*
MATERIAIS E PRODUTOS	*2.156.609.795*		
SERVICOS DE TERCEIROS	*180.364.947*		
UTILIDADES E SERVICOS	*11.662.350*		
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	*326.321.934*		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	*707.922.000*		
OPERACOES INTERNAS	*76.717.000*		
OPERACOES EXTERNAS	*569.000*		
OUTRAS FONTES	*630.636.000*		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	*365.909.589*		
TOTAL DOS USOS	**5.445.293.251**	**TOTAL LIQUIDO DAS FONTES**	**5.445.293.251**

32225 ELETROSUL CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.

R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	**579.873.114**	**RECEITAS**	**803.535.224**
INVESTIMENTOS	*440.542.000*	*RECEITA OPERACIONAL*	*707.936.761*
INVERSOES FINANCEIRAS	*10.000.000*	*RECEITA NAO OPERACIONAL*	*95.598.463*
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	*26.166.624*	**RETORNO DE APLIC. FINANC. LP**	**280.373**
OPERACOES INTERNAS	*15.895.897*	**OPERACOES DE CREDITO**	**78.500.000**
OUTRAS FONTES	*10.270.727*	*OPER.CRED.INTERNAS-MOEDA*	*78.500.000*
OUTROS DISP. DE CAPITAL	*103.164.490*	**OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO**	**99.405.002**
DISPENDIOS CORRENTES	**472.918.767**	*EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)*	*99.405.002*
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	*189.696.903*	**TOTAL DAS FONTES**	**981.720.599**
MATERIAIS E PRODUTOS	*11.464.948*	*VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO*	*120.962.750*
SERVICOS DE TERCEIROS	*53.459.650*	*AJUSTES REC. E DESP. FINANC.*	*10.691.383*
UTILIDADES E SERVICOS	*4.900.023*	*VARIACAO DO DISPONIVEL*	*-60.582.851*
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	*101.504.087*		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	*39.839.123*		
OPERACOES INTERNAS	*10.425.014*		
OUTRAS FONTES	*29.414.109*		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	*72.054.033*		
TOTAL DOS USOS	**1.052.791.881**	**TOTAL LIQUIDO DAS FONTES**	**1.052.791.881**

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2008

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 12º, inciso VI

32226 COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO - CHESF

R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	2.101.446.459	RECEITAS	4.621.583.554
INVESTIMENTOS	962.693.477	RECEITA OPERACIONAL	4.553.266.000
INVERSOES FINANCEIRAS	108.612.300	RECEITA NAO OPERACIONAL	68.317.554
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	693.505.120	RETORNO DE APLIC. FINANC. LP	37.470.503
OPERACOES INTERNAS	49.441.725	OPERACOES DE CREDITO	207.895.885
OUTRAS FONTES	644.063.395	OPER.CRED.INTERNAS-MOEDA	207.895.885
OUTROS DISP. DE CAPITAL	336.635.562	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	99.013.184
DISPENDIOS CORRENTES	3.052.216.573	EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)	62.300.000
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	419.861.690	DEMAIS RECURSOS DE LP	36.713.184
MATERIAIS E PRODUTOS	821.164.269	TOTAL DAS FONTES	4.965.963.126
SERVICOS DE TERCEIROS	235.624.733	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	110.475.405
UTILIDADES E SERVICOS	12.072.191	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	38.799.614
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	649.190.911	VARIACAO DO DISPONIVEL	38.424.887
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	557.671.736		
OPERACOES INTERNAS	29.490.300		
OPERACOES EXTERNAS	5.805.677		
OUTRAS FONTES	522.375.759		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	356.631.043		
TOTAL DOS USOS	5.153.663.032	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	5.153.663.032

32228 FURNAS - CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.

R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	1.614.947.177	RECEITAS	6.779.871.948
INVESTIMENTOS	1.142.601.959	RECEITA OPERACIONAL	6.433.902.649
INVERSOES FINANCEIRAS	90.028.976	RECEITA NAO OPERACIONAL	345.969.299
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	231.467.599	RETORNO DE APLIC. FINANC. LP	150.162.127
OPERACOES INTERNAS	18.525.823	OPERACOES DE CREDITO	891.558.593
OUTRAS FONTES	212.941.776	OPER.CRED.INTERNAS-MOEDA	891.558.593
OUTROS DISP. DE CAPITAL	150.848.643	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	63.868.072
DISPENDIOS CORRENTES	5.440.473.598	EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)	5.600.000
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	625.751.760	DEMAIS RECURSOS DE LP	58.268.072
MATERIAIS E PRODUTOS	2.759.000.706	TOTAL DAS FONTES	7.885.460.740
SERVICOS DE TERCEIROS	355.664.767	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-307.930.125
UTILIDADES E SERVICOS	23.542.938	VARIACAO DO DISPONIVEL	-522.109.840
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	970.364.595		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	233.369.986		
OPERACOES INTERNAS	43.221.185		
OUTRAS FONTES	190.148.801		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	472.778.846		
TOTAL DOS USOS	7.055.420.775	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	7.055.420.775

32230 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	87.777.399.663	RECEITAS	174.290.265.035
INVESTIMENTOS	36.885.718.452	RECEITA OPERACIONAL	169.695.336.503
INVERSOES FINANCEIRAS	2.834.444.857	RECEITA NAO OPERACIONAL	4.594.928.532
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	1.072.235.473	RETORNO DE APLIC. FINANC. LP	36.324.779.566
OPERACOES INTERNAS	195.695.753	OPERACOES DE CREDITO	1.000.000.000
OPERACOES EXTERNAS	876.539.720	OPER.CRED.EXT.-MOEDA/OUTRA	1.000.000.000

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2008

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 12º, inciso VI

OUTROS DISP. DE CAPITAL	*46.985.000.881*	**TOTAL DAS FONTES**	**211.615.044.601**
DISPENDIOS CORRENTES	**136.960.223.066**	*VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO*	*24.273.386.862*
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	*7.146.814.318*	*AJUSTES REC. E DESP. FINANC.*	*-1.595.018.029*
MATERIAIS E PRODUTOS	*27.519.470.659*	*VARIACAO DO DISPONIVEL*	*-9.555.790.705*
SERVICOS DE TERCEIROS	*19.604.973.382*		
UTILIDADES E SERVICOS	*424.115.408*		
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	*54.307.457.668*		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	*792.214.294*		
OPERACOES INTERNAS	*47.603.135*		
OPERACOES EXTERNAS	*139.456.231*		
DEBENTURES	*321.544.876*		
OUTRAS FONTES	*283.610.052*		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	*27.165.177.337*		
TOTAL DOS USOS	**224.737.622.729**	**TOTAL LIQUIDO DAS FONTES**	**224.737.622.729**

32232 BRASPETRO OIL SERVICES COMPANY - BRASOIL

R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	**2.441.422.577**	**RECEITAS**	**744.872.051**
INVESTIMENTOS	*93.177.168*	*RECEITA OPERACIONAL*	*190.862.997*
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	*2.348.245.409*	*RECEITA NAO OPERACIONAL*	*554.009.054*
OUTRAS FONTES	*2.348.245.409*	**OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO**	**2.005.325.473**
DISPENDIOS CORRENTES	**504.507.765**	*EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)*	*2.005.325.473*
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	*310.413.444*	**TOTAL DAS FONTES**	**2.750.197.524**
OUTRAS FONTES	*310.413.444*	*VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO*	*42.067.713*
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	*194.094.321*	*AJUSTES REC. E DESP. FINANC.*	*161.848.483*
		VARIACAO DO DISPONIVEL	*-8.183.378*
TOTAL DOS USOS	**2.945.930.342**	**TOTAL LIQUIDO DAS FONTES**	**2.945.930.342**

32238 INDUSTRIA CARBOQUIMICA CATARINENSE S.A. - ICC (EM LIQUIDACAO)

R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS CORRENTES	**6.774.039**	**RECEITAS**	**4.800**
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	*42.268*	*RECEITA NAO OPERACIONAL*	*4.800*
MATERIAIS E PRODUTOS	*4.488*	**OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO**	**6.720.000**
SERVICOS DE TERCEIROS	*287.723*	*EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)*	*6.720.000*
UTILIDADES E SERVICOS	*36.720*	**TOTAL DAS FONTES**	**6.724.800**
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	*42.840*	*VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO*	*40.000*
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	*6.360.000*	*VARIACAO DO DISPONIVEL*	*9.239*
TOTAL DOS USOS	**6.774.039**	**TOTAL LIQUIDO DAS FONTES**	**6.774.039**

32239 PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A. - BR

R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	**1.147.905.956**	**RECEITAS**	**56.319.307.995**
INVESTIMENTOS	*572.337.757*	*RECEITA OPERACIONAL*	*55.994.602.055*
INVERSOES FINANCEIRAS	*90.255.780*	*RECEITA NAO OPERACIONAL*	*324.705.940*
OUTROS DISP. DE CAPITAL	*485.312.419*	**TOTAL DAS FONTES**	**56.319.307.995**
DISPENDIOS CORRENTES	**54.047.224.645**	*VAR. EMPREST.-CURTO PRAZO*	*421.700.000*
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	*614.053.330*	*VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO*	*-1.525.855.672*
MATERIAIS E PRODUTOS	*40.008.945.057*	*AJUSTES REC. E DESP. FINANC.*	*102.873.714*
SERVICOS DE TERCEIROS	*951.398.756*	*VARIACAO DO DISPONIVEL*	*-122.895.436*
UTILIDADES E SERVICOS	*41.951.903*		
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	*12.040.214.301*		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	*64.367.604*		

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2008

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 12º, inciso VI

OUTRAS FONTES	*64.367.604*		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	*326.293.694*		
TOTAL DOS USOS	**55.195.130.601**	**TOTAL LIQUIDO DAS FONTES**	**55.195.130.601**

32240 PETROBRAS GÁS S.A. - GASPETRO

R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	**1.638.318.658**	**RECEITAS**	**141.593.312**
INVERSOES FINANCEIRAS	*1.571.250.000*	*RECEITA OPERACIONAL*	*31.745.600*
OUTROS DISP. DE CAPITAL	*67.068.658*	*RECEITA NAO OPERACIONAL*	*109.847.712*
DISPENDIOS CORRENTES	**37.106.783**	**REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO**	**1.600.000.000**
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	*3.643.220*	*PART. CAPITAL-EMP.ESTATAIS*	*1.600.000.000*
MATERIAIS E PRODUTOS	*6.800*	**TOTAL DAS FONTES**	**1.741.593.312**
SERVICOS DE TERCEIROS	*7.013.101*	*AJUSTES REC. E DESP. FINANC.*	*-2.908.364*
UTILIDADES E SERVICOS	*6.496*	*VARIACAO DO DISPONIVEL*	*-63.259.507*
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	*5.424.629*		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	*21.012.537*		
TOTAL DOS USOS	**1.675.425.441**	**TOTAL LIQUIDO DAS FONTES**	**1.675.425.441**

32242 PETROBRAS QUÍMICA S.A. - PETROQUISA

R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	**636.785.946**	**RECEITAS**	**134.093.086**
INVESTIMENTOS	*213.493*	*RECEITA NAO OPERACIONAL*	*134.093.086*
INVERSOES FINANCEIRAS	*583.104.618*	**REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO**	**420.000.000**
OUTROS DISP. DE CAPITAL	*53.467.835*	*PART. CAPITAL-EMP.ESTATAIS*	*420.000.000*
DISPENDIOS CORRENTES	**67.122.973**	**TOTAL DAS FONTES**	**554.093.086**
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	*20.346.063*	*VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO*	*112.496*
MATERIAIS E PRODUTOS	*217.059*	*AJUSTES REC. E DESP. FINANC.*	*-11.168.469*
SERVICOS DE TERCEIROS	*21.587.564*	*VARIACAO DO DISPONIVEL*	*160.871.806*
UTILIDADES E SERVICOS	*522.188*		
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	*7.782.133*		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	*1.536.170*		
OUTRAS FONTES	*1.536.170*		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	*15.131.796*		
TOTAL DOS USOS	**703.908.919**	**TOTAL LIQUIDO DAS FONTES**	**703.908.919**

32264 LIGHT PARTICIPAÇÕES S.A. - LIGHTPAR

R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	**28.215**	**RECEITAS**	**6.716.396**
INVESTIMENTOS	*28.215*	*RECEITA NAO OPERACIONAL*	*6.716.396*
DISPENDIOS CORRENTES	**4.407.169**	**TOTAL DAS FONTES**	**6.716.396**
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	*474.455*	*VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO*	*-1.141.859*
MATERIAIS E PRODUTOS	*40.688*	*AJUSTES REC. E DESP. FINANC.*	*1.146.091*
SERVICOS DE TERCEIROS	*1.923.425*	*VARIACAO DO DISPONIVEL*	*-2.285.244*
UTILIDADES E SERVICOS	*63.877*		
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	*365.268*		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	*1.146.091*		
OUTRAS FONTES	*1.146.091*		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	*393.365*		
TOTAL DOS USOS	**4.435.384**	**TOTAL LIQUIDO DAS FONTES**	**4.435.384**

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2008

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 12º, inciso VI

32267 COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ACRE - ELETROACRE

R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	**72.544.778**	**RECEITAS**	**435.425.520**
INVESTIMENTOS	*65.170.000*	*RECEITA OPERACIONAL*	*378.078.277*
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	*7.374.778*	*RECEITA NAO OPERACIONAL*	*57.347.243*
OUTRAS FONTES	*7.374.778*	**OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO**	**10.038.912**
DISPENDIOS CORRENTES	**337.029.947**	*EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)*	*10.038.912*
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	*14.505.549*	**TOTAL DAS FONTES**	**445.464.432**
MATERIAIS E PRODUTOS	*214.624.613*	*VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO*	*-8.729.803*
SERVICOS DE TERCEIROS	*20.181.339*	*AJUSTES REC. E DESP. FINANC.*	*2.400.538*
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	*75.195.207*	*VARIACAO DO DISPONIVEL*	*-29.560.442*
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	*8.835.682*		
OUTRAS FONTES	*8.835.682*		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	*3.687.557*		
TOTAL DOS USOS	**409.574.725**	**TOTAL LIQUIDO DAS FONTES**	**409.574.725**

32268 COMPANHIA ENERGÉTICA DE ALAGOAS - CEAL

R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	**172.873.642**	**RECEITAS**	**942.884.953**
INVESTIMENTOS	*96.090.300*	*RECEITA OPERACIONAL*	*901.863.018*
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	*76.783.342*	*RECEITA NAO OPERACIONAL*	*41.021.935*
OPERACOES INTERNAS	*78.897*	**OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO**	**12.823.300**
OPERACOES EXTERNAS	*120.996*	*EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)*	*12.823.300*
OUTRAS FONTES	*76.583.449*	**TOTAL DAS FONTES**	**955.708.253**
DISPENDIOS CORRENTES	**759.115.610**	*VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO*	*-15.433.928*
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	*80.085.837*	*AJUSTES REC. E DESP. FINANC.*	*-6.355*
MATERIAIS E PRODUTOS	*297.650.192*	*VARIACAO DO DISPONIVEL*	*-8.278.718*
SERVICOS DE TERCEIROS	*54.334.488*		
UTILIDADES E SERVICOS	*2.835.000*		
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	*270.030.633*		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	*30.402.344*		
OPERACOES INTERNAS	*124.525*		
OPERACOES EXTERNAS	*105.579*		
OUTRAS FONTES	*30.172.240*		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	*23.777.116*		
TOTAL DOS USOS	**931.989.252**	**TOTAL LIQUIDO DAS FONTES**	**931.989.252**

32269 COMPANHIA ENERGÉTICA DO PIAUÍ - CEPISA

R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	**495.102.605**	**RECEITAS**	**1.100.960.044**
INVESTIMENTOS	*398.488.533*	*RECEITA OPERACIONAL*	*856.848.044*
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	*96.614.072*	*RECEITA NAO OPERACIONAL*	*244.112.000*
OPERACOES INTERNAS	*416.640*	**OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO**	**135.539.739**
OPERACOES EXTERNAS	*810.438*	*EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)*	*135.539.739*
OUTRAS FONTES	*95.386.994*	**TOTAL DAS FONTES**	**1.236.499.783**
DISPENDIOS CORRENTES	**722.792.659**	*VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO*	*-30.954.931*
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	*85.362.337*	*AJUSTES REC. E DESP. FINANC.*	*1.655.680*
MATERIAIS E PRODUTOS	*266.078.548*	*VARIACAO DO DISPONIVEL*	*10.694.732*
SERVICOS DE TERCEIROS	*50.822.747*		
UTILIDADES E SERVICOS	*5.523.402*		
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	*254.600.537*		

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2008

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 12º, inciso VI

ENCARGOS FINANC. E OUTROS	*18.267.420*		
OPERACOES INTERNAS	*406.692*		
OPERACOES EXTERNAS	*814.988*		
OUTRAS FONTES	*17.045.740*		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	*42.137.668*		
TOTAL DOS USOS	**1.217.895.264**	**TOTAL LIQUIDO DAS FONTES**	**1.217.895.264**

32270 CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA S.A. - CERON

R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	**226.027.570**	**RECEITAS**	**1.087.705.275**
INVESTIMENTOS	*201.134.000*	*RECEITA OPERACIONAL*	*989.212.607*
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	*19.893.570*	*RECEITA NAO OPERACIONAL*	*98.492.668*
OUTRAS FONTES	*19.893.570*	**OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO**	**22.117.992**
OUTROS DISP. DE CAPITAL	*5.000.000*	*EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)*	*22.117.992*
DISPENDIOS CORRENTES	**872.829.923**	**TOTAL DAS FONTES**	**1.109.823.267**
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	*60.171.650*	*VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO*	*33.248.065*
MATERIAIS E PRODUTOS	*473.442.914*	*VARIACAO DO DISPONIVEL*	*-44.213.839*
SERVICOS DE TERCEIROS	*64.930.664*		
UTILIDADES E SERVICOS	*4.312.893*		
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	*200.001.427*		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	*43.232.624*		
OUTRAS FONTES	*43.232.624*		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	*26.737.751*		
TOTAL DOS USOS	**1.098.857.493**	**TOTAL LIQUIDO DAS FONTES**	**1.098.857.493**

32271 TRANSPORTADORA BRASILEIRA GASODUTO BOLÍVIA-BRASIL S.A. - TBG

R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	**450.464.891**	**RECEITAS**	**1.039.898.000**
INVESTIMENTOS	*237.788.146*	*RECEITA OPERACIONAL*	*1.031.069.000*
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	*184.653.745*	*RECEITA NAO OPERACIONAL*	*8.829.000*
OPERACOES EXTERNAS	*85.820.341*	**TOTAL DAS FONTES**	**1.039.898.000**
OUTRAS FONTES	*98.833.404*	*VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO*	*11.007.098*
OUTROS DISP. DE CAPITAL	*28.023.000*	*AJUSTES REC. E DESP. FINANC.*	*3.889.769*
DISPENDIOS CORRENTES	**630.355.357**	*VARIACAO DO DISPONIVEL*	*26.025.381*
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	*56.917.332*		
MATERIAIS E PRODUTOS	*10.549.601*		
SERVICOS DE TERCEIROS	*71.887.824*		
UTILIDADES E SERVICOS	*17.004.439*		
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	*309.112.000*		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	*136.545.357*		
OPERACOES EXTERNAS	*44.833.140*		
OUTRAS FONTES	*91.712.217*		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	*28.338.804*		
TOTAL DOS USOS	**1.080.820.248**	**TOTAL LIQUIDO DAS FONTES**	**1.080.820.248**

32272 BOA VISTA ENERGIA S.A. - BVENERGIA

R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	**14.744.309**	**RECEITAS**	**171.412.864**
INVESTIMENTOS	*12.315.000*	*RECEITA OPERACIONAL*	*164.409.592*
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	*2.429.309*	*RECEITA NAO OPERACIONAL*	*7.003.272*
OUTRAS FONTES	*2.429.309*	**RETORNO DE APLIC. FINANC. LP**	**1.063.742**
DISPENDIOS CORRENTES	**160.318.660**	**OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO**	**10.270.599**

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2008

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 12º, inciso VI

PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	*26.502.909*	*EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)*	*10.270.599*
MATERIAIS E PRODUTOS	*67.310.868*	**TOTAL DAS FONTES**	**182.747.205**
SERVICOS DE TERCEIROS	*14.102.773*	*VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO*	*-9.404.061*
UTILIDADES E SERVICOS	*1.274.548*	*AJUSTES REC. E DESP. FINANC.*	*2.537.464*
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	*39.064.425*	*VARIACAO DO DISPONIVEL*	*-817.639*
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	*5.426.436*		
OUTRAS FONTES	*5.426.436*		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	*6.636.701*		
TOTAL DOS USOS	**175.062.969**	**TOTAL LIQUIDO DAS FONTES**	**175.062.969**

32273 MANAUS ENERGIA S.A.

R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	**424.753.720**	**RECEITAS**	**2.528.147.402**
INVESTIMENTOS	*348.300.000*	*RECEITA OPERACIONAL*	*2.496.718.402*
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	*76.453.720*	*RECEITA NAO OPERACIONAL*	*31.429.000*
OUTRAS FONTES	*76.453.720*	**OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO**	**439.071.421**
DISPENDIOS CORRENTES	**2.508.991.477**	*EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)*	*439.071.421*
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	*104.846.750*	**TOTAL DAS FONTES**	**2.967.218.823**
MATERIAIS E PRODUTOS	*2.112.564.968*	*VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO*	*-81.298.108*
SERVICOS DE TERCEIROS	*101.474.427*	*VARIACAO DO DISPONIVEL*	*47.824.482*
UTILIDADES E SERVICOS	*3.048.364*		
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	*93.181.000*		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	*36.824.741*		
OUTRAS FONTES	*36.824.741*		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	*57.051.227*		
TOTAL DOS USOS	**2.933.745.197**	**TOTAL LIQUIDO DAS FONTES**	**2.933.745.197**

32274 PETROBRAS TRANSPORTE S.A. - TRANSPETRO

R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	**722.199.559**	**RECEITAS**	**4.178.020.717**
INVESTIMENTOS	*678.159.085*	*RECEITA OPERACIONAL*	*4.096.758.919*
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	*21.709.833*	*RECEITA NAO OPERACIONAL*	*81.261.798*
OPERACOES INTERNAS	*21.709.833*	**OPERACOES DE CREDITO**	**273.617.995**
OUTROS DISP. DE CAPITAL	*22.330.641*	*OPER.CRED.INTERNAS-MOEDA*	*273.617.995*
DISPENDIOS CORRENTES	**3.926.868.459**	**TOTAL DAS FONTES**	**4.451.638.712**
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	*856.944.852*	*VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO*	*29.075.675*
MATERIAIS E PRODUTOS	*195.060.938*	*AJUSTES REC. E DESP. FINANC.*	*327.591*
SERVICOS DE TERCEIROS	*1.665.388.345*	*VARIACAO DO DISPONIVEL*	*168.026.040*
UTILIDADES E SERVICOS	*168.727.690*		
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	*470.238.058*		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	*815.754*		
OPERACOES INTERNAS	*815.754*		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	*569.692.822*		
TOTAL DOS USOS	**4.649.068.018**	**TOTAL LIQUIDO DAS FONTES**	**4.649.068.018**

32275 FRONAPE INTERNATIONAL COMPANY - FIC

R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	**11.630.128**	**RECEITAS**	**246.488.830**
INVESTIMENTOS	*11.630.128*	*RECEITA OPERACIONAL*	*245.408.830*
DISPENDIOS CORRENTES	**211.324.856**	*RECEITA NAO OPERACIONAL*	*1.080.000*
MATERIAIS E PRODUTOS	*11.660.114*	**TOTAL DAS FONTES**	**246.488.830**
SERVICOS DE TERCEIROS	*47.072.908*	*VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO*	*932.543*

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2008

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 12º, inciso VI

UTILIDADES E SERVICOS	*773.066*	*VARIACAO DO DISPONIVEL*	*-24.466.389*
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	*151.818.768*		
TOTAL DOS USOS	**222.954.984**	**TOTAL LIQUIDO DAS FONTES**	**222.954.984**

32276 COMPANHIA DE GERAÇÃO TÉRMICA DE ENERGIA ELÉTRICA - CGTEE

R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	**630.295.300**	**RECEITAS**	**330.570.649**
INVESTIMENTOS	*630.295.300*	*RECEITA OPERACIONAL*	*317.556.149*
DISPENDIOS CORRENTES	**310.397.870**	*RECEITA NAO OPERACIONAL*	*13.014.500*
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	*55.000.395*	**OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO**	**491.114.724**
MATERIAIS E PRODUTOS	*179.651.942*	*EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)*	*491.114.724*
SERVICOS DE TERCEIROS	*40.673.313*	**TOTAL DAS FONTES**	**821.685.373**
UTILIDADES E SERVICOS	*2.000.000*	*VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO*	*124.841.801*
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	*20.472.072*	*VARIACAO DO DISPONIVEL*	*-5.834.004*
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	*12.600.148*		
TOTAL DOS USOS	**940.693.170**	**TOTAL LIQUIDO DAS FONTES**	**940.693.170**

32277 COMPANHIA ENERGÉTICA DO AMAZONAS - CEAM

R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	**143.010.000**	**RECEITAS**	**718.597.108**
INVESTIMENTOS	*143.010.000*	*RECEITA OPERACIONAL*	*609.429.540*
DISPENDIOS CORRENTES	**871.767.947**	*RECEITA NAO OPERACIONAL*	*109.167.568*
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	*39.623.680*	**OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO**	**284.000.000**
MATERIAIS E PRODUTOS	*601.445.245*	*EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)*	*284.000.000*
SERVICOS DE TERCEIROS	*45.163.573*	**TOTAL DAS FONTES**	**1.002.597.108**
UTILIDADES E SERVICOS	*2.360.205*	*VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO*	*35.983.865*
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	*18.060.792*	*VARIACAO DO DISPONIVEL*	*-23.803.026*
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	*78.922.844*		
OUTRAS FONTES	*78.922.844*		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	*86.191.608*		
TOTAL DOS USOS	**1.014.777.947**	**TOTAL LIQUIDO DAS FONTES**	**1.014.777.947**

32278 PETROBRAS INTERNATIONAL FINANCE COMPANY - PIFCO

R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	**51.758.871.573**	**RECEITAS**	**55.367.999.622**
INVESTIMENTOS	*3.000.000*	*RECEITA OPERACIONAL*	*52.637.691.443*
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	*33.880.870.471*	*RECEITA NAO OPERACIONAL*	*2.730.308.179*
OUTRAS FONTES	*33.880.870.471*	**RETORNO DE APLIC. FINANC. LP**	**14.645.516.516**
OUTROS DISP. DE CAPITAL	*17.875.001.102*	**OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO**	**36.963.781.661**
DISPENDIOS CORRENTES	**55.378.514.480**	*EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)*	*36.963.781.661*
MATERIAIS E PRODUTOS	*51.028.140.947*	**TOTAL DAS FONTES**	**106.977.297.799**
SERVICOS DE TERCEIROS	*37.162.907*	*VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO*	*-1.030.453.964*
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	*379.794*	*AJUSTES REC. E DESP. FINANC.*	*1.190.755.446*
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	*3.559.741.068*	*VARIACAO DO DISPONIVEL*	*-213.228*
OPERACOES EXTERNAS	*801.837.222*		
OUTRAS FONTES	*2.757.903.846*		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	*753.089.764*		
TOTAL DOS USOS	**107.137.386.053**	**TOTAL LIQUIDO DAS FONTES**	**107.137.386.053**

32279 DOWNSTREAM PARTICIPACOES LTDA. - DOWNSTREAM

R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	**88.000.000**	**RECEITAS**	**89.471.050**

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2008

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 12º, inciso VI

OUTROS DISP. DE CAPITAL	*88.000.000*	*RECEITA NAO OPERACIONAL*	*89.471.050*
DISPENDIOS CORRENTES	**654.000**	**TOTAL DAS FONTES**	**89.471.050**
SERVICOS DE TERCEIROS	*60.000*	*VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO*	*-245.997*
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	*18.000*	*VARIACAO DO DISPONIVEL*	*-571.053*
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	*576.000*		
TOTAL DOS USOS	**88.654.000**	**TOTAL LIQUIDO DAS FONTES**	**88.654.000**

32280 ALBERTO PASQUALINI - REFAP S.A.

R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	**622.255.452**	**RECEITAS**	**13.036.996.296**
INVESTIMENTOS	*255.328.152*	*RECEITA OPERACIONAL*	*12.798.600.495*
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	*239.471.514*	*RECEITA NAO OPERACIONAL*	*238.395.801*
OPERACOES INTERNAS	*174.644.232*	**OPERACOES DE CREDITO**	**800.000.000**
OUTRAS FONTES	*64.827.282*	*OPER.CRED.INTERNAS-MOEDA*	*800.000.000*
OUTROS DISP. DE CAPITAL	*127.455.786*	**TOTAL DAS FONTES**	**13.836.996.296**
DISPENDIOS CORRENTES	**12.037.141.017**	*VAR. EMPREST.-CURTO PRAZO*	*-1.136.681.703*
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	*132.634.938*	*VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO*	*-184.205.689*
MATERIAIS E PRODUTOS	*7.626.002.939*	*VARIACAO DO DISPONIVEL*	*143.287.565*
SERVICOS DE TERCEIROS	*294.843.214*		
UTILIDADES E SERVICOS	*3.708.000*		
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	*3.669.321.135*		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	*255.972.012*		
OPERACOES INTERNAS	*255.972.012*		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	*54.658.779*		
TOTAL DOS USOS	**12.659.396.469**	**TOTAL LIQUIDO DAS FONTES**	**12.659.396.469**

32282 PETROBRAS NETHERLANDS B.V. - PNBV

R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	**12.577.350.800**	**RECEITAS**	**3.309.746.242**
INVESTIMENTOS	*3.045.129.399*	*RECEITA OPERACIONAL*	*3.292.999.914*
INVERSOES FINANCEIRAS	*287.923.168*	*RECEITA NAO OPERACIONAL*	*16.746.328*
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	*9.244.298.233*	**OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO**	**9.876.436.582**
OPERACOES INTERNAS	*80.626.765*	*EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)*	*9.876.436.582*
OPERACOES EXTERNAS	*16.166.944*	**TOTAL DAS FONTES**	**13.186.182.824**
OUTRAS FONTES	*9.147.504.524*	*VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO*	*528.797.234*
DISPENDIOS CORRENTES	**948.740.196**	*AJUSTES REC. E DESP. FINANC.*	*-188.555.755*
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	*800.000*	*VARIACAO DO DISPONIVEL*	*-333.307*
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	*413.881.769*		
OPERACOES INTERNAS	*40.630.336*		
OPERACOES EXTERNAS	*26.569.338*		
OUTRAS FONTES	*346.682.095*		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	*534.058.427*		
TOTAL DOS USOS	**13.526.090.996**	**TOTAL LIQUIDO DAS FONTES**	**13.526.090.996**

32285 5283 PARTICIPACOES LTDA.

R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS CORRENTES	**31.972**	**OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO**	**31.972**
SERVICOS DE TERCEIROS	*31.972*	*EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)*	*31.972*
		TOTAL DAS FONTES	**31.972**
TOTAL DOS USOS	**31.972**	**TOTAL LIQUIDO DAS FONTES**	**31.972**

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2008

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 12º, inciso VI

32286 BRASPETRO OIL COMPANY - BOC

R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS CORRENTES	86.320	RECEITAS	196.939
SERVICOS DE TERCEIROS	86.320	RECEITA NAO OPERACIONAL	196.939
		TOTAL DAS FONTES	196.939
		AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	-1.817
		VARIACAO DO DISPONIVEL	-108.802
TOTAL DOS USOS	86.320	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	86.320

32287 PETROBRAS INTERNATIONAL BRASPETRO B.V. - PIB BV

R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	12.255.956.034	RECEITAS	22.590.177.231
INVESTIMENTOS	6.609.112.766	RECEITA OPERACIONAL	22.589.893.381
INVERSOES FINANCEIRAS	216.828.276	RECEITA NAO OPERACIONAL	283.850
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	5.430.014.992	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	7.827.029.949
OUTRAS FONTES	5.430.014.992	EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)	7.827.029.949
DISPENDIOS CORRENTES	18.518.476.829	TOTAL DAS FONTES	30.417.207.180
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	914.203.555	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-55.375.759
MATERIAIS E PRODUTOS	11.601.600.922	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	9.096.905
SERVICOS DE TERCEIROS	326.042.484	VARIACAO DO DISPONIVEL	403.504.537
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	2.190.381.972		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	591.131.800		
OUTRAS FONTES	591.131.800		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	2.895.116.096		
TOTAL DOS USOS	30.774.432.863	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	30.774.432.863

32288 PETROBRAS COMERCIALIZADORA DE ENERGIA LTDA. - PCEL

R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS CORRENTES	1.145.871.504	RECEITAS	928.936.764
MATERIAIS E PRODUTOS	977.581.440	RECEITA OPERACIONAL	894.000.000
SERVICOS DE TERCEIROS	5.056.080	RECEITA NAO OPERACIONAL	34.936.764
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	162.469.608	TOTAL DAS FONTES	928.936.764
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	764.376	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-26.290.997
		VARIACAO DO DISPONIVEL	243.225.737
TOTAL DOS USOS	1.145.871.504	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	1.145.871.504

32289 PETROBRAS NEGOCIOS ELETRONICOS S.A. - E-PETRO

R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS CORRENTES	539.652	RECEITAS	346.315
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	28.800	RECEITA NAO OPERACIONAL	346.315
SERVICOS DE TERCEIROS	448.440	TOTAL DAS FONTES	346.315
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	38.052	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	38.082
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	24.360	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	-13.000
		VARIACAO DO DISPONIVEL	168.255
TOTAL DOS USOS	539.652	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	539.652

32307 TRANSPORTADORA DO NORDESTE E SUDESTE S.A. - TNS

R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	1.643.939.485	RECEITAS	44.927.412
INVESTIMENTOS	1.643.939.485	RECEITA OPERACIONAL	44.506.092
DISPENDIOS CORRENTES	122.170.728	RECEITA NAO OPERACIONAL	421.320
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.089.620	REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO	1.500.000.000

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2008

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 12º, inciso VI

MATERIAIS E PRODUTOS	*86.700*	*PART. CAPITAL-EMP.ESTATAIS*	*1.500.000.000*
SERVICOS DE TERCEIROS	*103.853.292*	**TOTAL DAS FONTES**	**1.544.927.412**
UTILIDADES E SERVICOS	*780*	*VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO*	*104.922.552*
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	*13.498.596*	*AJUSTES REC. E DESP. FINANC.*	*3.792.000*
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	*2.641.740*	*VARIACAO DO DISPONIVEL*	*112.468.249*
TOTAL DOS USOS	**1.766.110.213**	**TOTAL LIQUIDO DAS FONTES**	**1.766.110.213**

32308 TRANSPORTADORA AMAZONENSE DE GÁS S.A. - TAG

R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	**40.300.008**	**REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO**	**42.000.000**
INVESTIMENTOS	*40.300.008*	*PART. CAPITAL-EMP.ESTATAIS*	*42.000.000*
		TOTAL DAS FONTES	**42.000.000**
		VARIACAO DO DISPONIVEL	*-1.699.992*
TOTAL DOS USOS	**40.300.008**	**TOTAL LIQUIDO DAS FONTES**	**40.300.008**

32312 PETROQUÍMICA TRIUNFO S.A. - TRIUNFO

R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	**11.557.959**	**RECEITAS**	**596.291.311**
INVESTIMENTOS	*1.447.953*	*RECEITA OPERACIONAL*	*596.015.724*
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	*3.977.451*	*RECEITA NAO OPERACIONAL*	*275.587*
OPERACOES INTERNAS	*3.977.451*	**OPERACOES DE CREDITO**	**11.274.000**
OUTROS DISP. DE CAPITAL	*6.132.555*	*OPER.CRED.INTERNAS-MOEDA*	*11.274.000*
DISPENDIOS CORRENTES	**670.882.025**	**TOTAL DAS FONTES**	**607.565.311**
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	*31.543.402*	*VAR. EMPREST.-CURTO PRAZO*	*-20.434.877*
MATERIAIS E PRODUTOS	*468.628.830*	*VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO*	*98.780.808*
SERVICOS DE TERCEIROS	*27.385.031*	*AJUSTES REC. E DESP. FINANC.*	*87.253*
UTILIDADES E SERVICOS	*1.969.389*	*VARIACAO DO DISPONIVEL*	*-3.558.511*
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	*126.331.565*		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	*5.916.852*		
OPERACOES INTERNAS	*5.916.852*		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	*9.106.956*		
TOTAL DOS USOS	**682.439.984**	**TOTAL LIQUIDO DAS FONTES**	**682.439.984**

32313 TRANSPORTADORA CAPIXABA DE GÁS S.A. - TCG

R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	**1.000.000**	**RECEITAS**	**20.261.710**
INVESTIMENTOS	*1.000.000*	*RECEITA OPERACIONAL*	*20.261.710*
DISPENDIOS CORRENTES	**25.007.004**	**REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO**	**1.000.000**
SERVICOS DE TERCEIROS	*20.666.940*	*PART. CAPITAL-EMP.ESTATAIS*	*1.000.000*
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	*4.340.064*	**TOTAL DAS FONTES**	**21.261.710**
		VARIACAO DO DISPONIVEL	*4.745.294*
TOTAL DOS USOS	**26.007.004**	**TOTAL LIQUIDO DAS FONTES**	**26.007.004**

32314 EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA - EPE

R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	**2.000.000**	**RECEITAS**	**63.593.096**
INVESTIMENTOS	*2.000.000*	*RECEITA OPERACIONAL*	*62.544.096*
DISPENDIOS CORRENTES	**60.966.514**	*RECEITA NAO OPERACIONAL*	*1.049.000*
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	*31.545.682*	**TOTAL DAS FONTES**	**63.593.096**
MATERIAIS E PRODUTOS	*248.240*	*VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO*	*-26.665.135*
SERVICOS DE TERCEIROS	*15.502.502*	*AJUSTES REC. E DESP. FINANC.*	*-323.638*
UTILIDADES E SERVICOS	*924.000*	*VARIACAO DO DISPONIVEL*	*26.362.191*

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2008

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 12º, inciso VI

TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	*9.593.732*		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	*543.806*		
OUTRAS FONTES	*543.806*		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	*2.608.552*		
TOTAL DOS USOS	**62.966.514**	**TOTAL LIQUIDO DAS FONTES**	**62.966.514**

32316 LIQUIGÁS DISTRIBUIDORA S.A. - LIQUIGÁS

R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	**186.156.881**	**RECEITAS**	**2.998.393.417**
INVESTIMENTOS	*118.907.405*	*RECEITA OPERACIONAL*	*2.986.753.544*
OUTROS DISP. DE CAPITAL	*67.249.476*	*RECEITA NAO OPERACIONAL*	*11.639.873*
DISPENDIOS CORRENTES	**2.848.163.805**	**TOTAL DAS FONTES**	**2.998.393.417**
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	*185.735.809*	*VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO*	*44.288.010*
MATERIAIS E PRODUTOS	*2.353.509.062*	*AJUSTES REC. E DESP. FINANC.*	*2.402.410*
SERVICOS DE TERCEIROS	*176.455.961*	*VARIACAO DO DISPONIVEL*	*-10.763.151*
UTILIDADES E SERVICOS	*19.051.122*		
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	*61.554.320*		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	*3.266.397*		
OPERACOES INTERNAS	*3.266.397*		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	*48.591.134*		
TOTAL DOS USOS	**3.034.320.686**	**TOTAL LIQUIDO DAS FONTES**	**3.034.320.686**

32317 SFE - SOCIEDADE FLUMINENSE DE ENERGIA LTDA.

R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	**1.000.000**	**RECEITAS**	**140.545.805**
INVESTIMENTOS	*1.000.000*	*RECEITA OPERACIONAL*	*137.973.804*
DISPENDIOS CORRENTES	**75.053.347**	*RECEITA NAO OPERACIONAL*	*2.572.001*
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	*5.819.694*	**TOTAL DAS FONTES**	**140.545.805**
MATERIAIS E PRODUTOS	*1.133.916*	*VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO*	*-10.065.113*
SERVICOS DE TERCEIROS	*32.060.386*	*AJUSTES REC. E DESP. FINANC.*	*14.134.022*
UTILIDADES E SERVICOS	*335.439*	*VARIACAO DO DISPONIVEL*	*-68.561.367*
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	*18.946.183*		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	*14.134.022*		
OPERACOES EXTERNAS	*14.134.022*		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	*2.623.707*		
TOTAL DOS USOS	**76.053.347**	**TOTAL LIQUIDO DAS FONTES**	**76.053.347**

32318 TERMORIO S.A.

R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	**5.000.000**	**RECEITAS**	**562.454.912**
INVESTIMENTOS	*5.000.000*	*RECEITA OPERACIONAL*	*547.877.328*
DISPENDIOS CORRENTES	**233.327.045**	*RECEITA NAO OPERACIONAL*	*14.577.584*
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	*4.962.704*	**TOTAL DAS FONTES**	**562.454.912**
MATERIAIS E PRODUTOS	*2.050.316*	*VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO*	*-29.901.842*
SERVICOS DE TERCEIROS	*43.893.030*	*AJUSTES REC. E DESP. FINANC.*	*21.484.900*
UTILIDADES E SERVICOS	*598.330*	*VARIACAO DO DISPONIVEL*	*-315.710.925*
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	*154.623.584*		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	*21.484.900*		
OPERACOES EXTERNAS	*394*		
OUTRAS FONTES	*21.484.506*		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	*5.714.181*		
TOTAL DOS USOS	**238.327.045**	**TOTAL LIQUIDO DAS FONTES**	**238.327.045**

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2008

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 12º, inciso VI

32319 FAFEN ENERGIA S.A.

R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	1.500.000	RECEITAS	138.935.826
INVESTIMENTOS	*1.500.000*	*RECEITA OPERACIONAL*	*138.117.490*
DISPENDIOS CORRENTES	109.950.769	*RECEITA NAO OPERACIONAL*	*818.336*
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	*3.256.733*	TOTAL DAS FONTES	138.935.826
MATERIAIS E PRODUTOS	*40.370.207*	*VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO*	*568.886*
SERVICOS DE TERCEIROS	*37.549.667*	*AJUSTES REC. E DESP. FINANC.*	*93.751*
UTILIDADES E SERVICOS	*116.365*	*VARIACAO DO DISPONIVEL*	*-28.147.694*
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	*26.961.493*		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	*93.751*		
OPERACOES INTERNAS	*93.751*		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	*1.602.553*		
TOTAL DOS USOS	111.450.769	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	111.450.769

32320 TERMOCEARÁ LTDA.

R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	299.997	RECEITAS	96.254.189
INVESTIMENTOS	*299.997*	*RECEITA OPERACIONAL*	*94.456.932*
DISPENDIOS CORRENTES	48.940.749	*RECEITA NAO OPERACIONAL*	*1.797.257*
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	*2.800.611*	TOTAL DAS FONTES	96.254.189
MATERIAIS E PRODUTOS	*1.593.873*	*VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO*	*2.015.670*
SERVICOS DE TERCEIROS	*17.949.828*	*AJUSTES REC. E DESP. FINANC.*	*13.000*
UTILIDADES E SERVICOS	*633.642*	*VARIACAO DO DISPONIVEL*	*-49.042.113*
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	*24.323.156*		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	*13.000*		
OUTRAS FONTES	*13.000*		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	*1.626.639*		
TOTAL DOS USOS	49.240.746	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	49.240.746

32321 BAIXADA SANTISTA ENERGIA LTDA. - BSE

R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	516.129	REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO	600.000
OUTROS DISP. DE CAPITAL	*516.129*	*PART. CAPITAL-EMP.ESTATAIS*	*600.000*
		TOTAL DAS FONTES	600.000
		VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	*1.187*
		VARIACAO DO DISPONIVEL	*-85.058*
TOTAL DOS USOS	516.129	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	516.129

32322 TERMOMACAE LTDA.

R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS CORRENTES	161.743.021	RECEITAS	361.123.350
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	*6.335.878*	*RECEITA OPERACIONAL*	*352.115.796*
MATERIAIS E PRODUTOS	*5.809.234*	*RECEITA NAO OPERACIONAL*	*9.007.554*
SERVICOS DE TERCEIROS	*42.176.229*	TOTAL DAS FONTES	361.123.350
UTILIDADES E SERVICOS	*548.964*	*VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO*	*7.906.923*
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	*103.227.119*	*AJUSTES REC. E DESP. FINANC.*	*711.717*
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	*711.717*	*VARIACAO DO DISPONIVEL*	*-207.998.969*
OUTRAS FONTES	*711.717*		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	*2.933.880*		
TOTAL DOS USOS	161.743.021	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	161.743.021

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2008

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 12º, inciso VI

33000 MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

33202 EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - DATAPREV

R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	**67.606.743**	**RECEITAS**	**633.423.443**
INVESTIMENTOS	*60.000.000*	*RECEITA OPERACIONAL*	*606.216.662*
OUTROS DISP. DE CAPITAL	*7.606.743*	*RECEITA NAO OPERACIONAL*	*27.206.781*
DISPENDIOS CORRENTES	**591.463.022**	**TOTAL DAS FONTES**	**633.423.443**
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	*253.956.553*	*VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO*	*64.019.630*
MATERIAIS E PRODUTOS	*2.904.543*	*AJUSTES REC. E DESP. FINANC.*	*-12.502.135*
SERVICOS DE TERCEIROS	*87.815.515*	*VARIACAO DO DISPONIVEL*	*-25.871.173*
UTILIDADES E SERVICOS	*15.568.603*		
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	*110.825.291*		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	*120.392.517*		
TOTAL DOS USOS	**659.069.765**	**TOTAL LIQUIDO DAS FONTES**	**659.069.765**

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2008

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 12º, inciso VI

36000 MINISTERIO DA SAUDE

36215 EMPRESA BRASILEIRA DE HEMODERIVADOS E BIOTECNOLOGIA - HEMOBRÁS

R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	**72.963.500**	**RECEITAS**	**14.598.365**
INVESTIMENTOS	*72.963.500*	*RECEITA OPERACIONAL*	*2.340.000*
DISPENDIOS CORRENTES	**28.935.962**	*RECEITA NAO OPERACIONAL*	*12.258.365*
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	*12.957.488*	**REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO**	**37.700.000**
MATERIAIS E PRODUTOS	*1.368.096*	*PART.UNIAO CAP. - TESOURO*	*37.700.000*
SERVICOS DE TERCEIROS	*11.061.909*	**TOTAL DAS FONTES**	**52.298.365**
UTILIDADES E SERVICOS	*498.000*	*VARIACAO DO DISPONIVEL*	*49.601.097*
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	*1.335.461*		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	*100.000*		
OUTRAS FONTES	*100.000*		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	*1.615.008*		
TOTAL DOS USOS	**101.899.462**	**TOTAL LIQUIDO DAS FONTES**	**101.899.462**

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2008

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 12º, inciso VI

39000 MINISTERIO DOS TRANSPORTES

39214 COMPANHIA DOCAS DO MARANHÃO - CODOMAR

R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	**300.000**	**RECEITAS**	**5.600.000**
INVESTIMENTOS	*300.000*	*RECEITA NAO OPERACIONAL*	*5.600.000*
DISPENDIOS CORRENTES	**5.590.703**	**TOTAL DAS FONTES**	**5.600.000**
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	*1.989.510*	*VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO*	*-3.000.000*
MATERIAIS E PRODUTOS	*359.840*	*VARIACAO DO DISPONIVEL*	*3.290.703*
SERVICOS DE TERCEIROS	*1.617.646*		
UTILIDADES E SERVICOS	*172.640*		
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	*494.328*		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	*956.739*		
TOTAL DOS USOS	**5.890.703**	**TOTAL LIQUIDO DAS FONTES**	**5.890.703**

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2008

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 12º, inciso VI

41000 MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

41201 EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT

R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	**3.024.000.000**	**RECEITAS**	**11.265.000.000**
INVESTIMENTOS	*700.000.000*	*RECEITA OPERACIONAL*	*10.915.000.000*
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	*49.000.000*	*RECEITA NAO OPERACIONAL*	*350.000.000*
OPERACOES INTERNAS	*9.000.000*	**RETORNO DE APLIC. FINANC. LP**	**1.750.000.000**
OPERACOES EXTERNAS	*40.000.000*	**OPERACOES DE CREDITO**	**150.000.000**
OUTROS DISP. DE CAPITAL	*2.275.000.000*	*OPER.CRED.EXT.-BENS/SERV.*	*150.000.000*
DISPENDIOS CORRENTES	**10.068.000.003**	**TOTAL DAS FONTES**	**13.165.000.000**
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	*3.912.000.001*	*VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO*	*797.000.003*
MATERIAIS E PRODUTOS	*250.000.000*	*VARIACAO DO DISPONIVEL*	*-870.000.000*
SERVICOS DE TERCEIROS	*4.283.000.002*		
UTILIDADES E SERVICOS	*284.000.000*		
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	*880.000.000*		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	*47.000.000*		
OPERACOES INTERNAS	*3.000.000*		
OPERACOES EXTERNAS	*9.000.000*		
OUTRAS FONTES	*35.000.000*		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	*412.000.000*		
TOTAL DOS USOS	**13.092.000.003**	**TOTAL LIQUIDO DAS FONTES**	**13.092.000.003**

41202 TELECOMUNICACOES BRASILEIRAS S.A. - TELEBRAS

R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS CORRENTES	**43.537.733**	**RECEITAS**	**13.130.730**
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	*4.555.605*	*RECEITA NAO OPERACIONAL*	*13.130.730*
MATERIAIS E PRODUTOS	*131.684*	**TOTAL DAS FONTES**	**13.130.730**
SERVICOS DE TERCEIROS	*5.324.121*	*VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO*	*11.009.847*
UTILIDADES E SERVICOS	*238.052*	*AJUSTES REC. E DESP. FINANC.*	*-6.738.275*
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	*155.344*	*VARIACAO DO DISPONIVEL*	*26.135.431*
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	*33.132.927*		
TOTAL DOS USOS	**43.537.733**	**TOTAL LIQUIDO DAS FONTES**	**43.537.733**

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2008

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 12º, inciso VI

52000 MINISTÉRIO DA DEFESA

52212 EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - INFRAERO

R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	1.646.929.851	RECEITAS	2.503.109.739
INVESTIMENTOS	*1.646.929.851*	*RECEITA OPERACIONAL*	*2.456.130.411*
DISPENDIOS CORRENTES	2.149.193.829	*RECEITA NAO OPERACIONAL*	*46.979.328*
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	*909.676.299*	REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO	985.000.000
MATERIAIS E PRODUTOS	*43.713.736*	*PART.UNIAO CAP. - TESOURO*	*985.000.000*
SERVICOS DE TERCEIROS	*902.839.259*	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	279.764.123
UTILIDADES E SERVICOS	*207.690.858*	*DEMAIS RECURSOS DE LP*	*279.764.123*
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	*56.244.039*	TOTAL DAS FONTES	3.767.873.862
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	*29.029.638*	*VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO*	*77.345.917*
		VARIACAO DO DISPONIVEL	*-49.096.099*
TOTAL DOS USOS	3.796.123.680	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	3.796.123.680

52221 INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL - IMBEL

R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	1.800.000	RECEITAS	125.756.209
INVESTIMENTOS	*1.800.000*	*RECEITA OPERACIONAL*	*125.544.336*
DISPENDIOS CORRENTES	124.183.744	*RECEITA NAO OPERACIONAL*	*211.873*
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	*37.453.573*	REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO	1.800.000
MATERIAIS E PRODUTOS	*28.073.273*	*PART.UNIAO CAP. - TESOURO*	*1.800.000*
SERVICOS DE TERCEIROS	*12.823.297*	TOTAL DAS FONTES	127.556.209
UTILIDADES E SERVICOS	*3.204.666*	*VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO*	*-30.046.564*
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	*22.237.833*	*AJUSTES REC. E DESP. FINANC.*	*5.450.855*
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	*9.443.855*	*VARIACAO DO DISPONIVEL*	*23.023.244*
OUTRAS FONTES	*9.443.855*		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	*10.947.247*		
TOTAL DOS USOS	125.983.744	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	125.983.744

52231 EMPRESA GERENCIAL DE PROJETOS NAVAIS - EMGEPRON

R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS CORRENTES	169.371.391	RECEITAS	184.852.953
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	*80.319.400*	*RECEITA OPERACIONAL*	*167.224.953*
MATERIAIS E PRODUTOS	*19.334.743*	*RECEITA NAO OPERACIONAL*	*17.628.000*
SERVICOS DE TERCEIROS	*30.625.591*	TOTAL DAS FONTES	184.852.953
UTILIDADES E SERVICOS	*1.757.933*	*VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO*	*-14.491.000*
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	*29.449.724*	*VARIACAO DO DISPONIVEL*	*-990.562*
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	*7.884.000*		
TOTAL DOS USOS	169.371.391	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	169.371.391



Empresas do Setor Financeiro

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2008

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 12º, inciso VI

24000 MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

24202 FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP

R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	**251.772.786**	**RECEITA**	**313.645.000**
INVESTIMENTOS	*13.200.000*	*RECEITA OPERACIONAL*	*304.645.000*
INVERSOES FINANCEIRAS	*60.000.000*	*RECEITA NAO OPERACIONAL*	*9.000.000*
AMORTIZACOES PRINCIPAL	*178.572.786*	**DEMAIS OBRIGACOES**	**830.000.000**
OPERACOES INTERNAS	*31.500*	*FND*	*120.000.000*
DEMAIS OBRIGACOES	*178.541.286*	*TRANSFERENCIA DO FAT*	*400.000.000*
DISPENDIOS CORRENTES	**234.814.251**	*OUTRAS OBRIGACOES*	*310.000.000*
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	*85.475.335*	**TOTAL DAS FONTES**	**1.143.645.000**
LOC. EQUIP. PROC. DE DADOS	*65.000*	*OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS*	*-3.800.000*
SERVICOS DE TERCEIROS	*24.978.155*	*VARIACAO DO DISPONIVEL*	*-74.257.963*
UTILIDADES E SERVICOS	*1.800.000*		
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	*22.820.000*		
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	*91.672.018*		
OPERACOES INTERNAS	*25.200*		
DEPOSITOS	*38.000.000*		
OUTRAS OBRIGACOES	*53.646.818*		
DEMAIS DISP. CORRENTES	*8.003.743*		
TOTAL DOS DISPENDIOS PDG	**486.587.037**		
APLIC. EM OPER. DE CREDITO	**579.000.000**		
TOTAL DOS USOS	**1.065.587.037**	**TOTAL LIQUIDO DAS FONTES**	**1.065.587.037**

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2008

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 12º, inciso VI

25000 MINISTERIO DA FAZENDA

25202 BANCO DA AMAZÔNIA S.A. - BASA

R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	**188.067.813**	**RECEITA**	**1.352.110.975**
INVESTIMENTOS	*54.640.402*	*RECEITA OPERACIONAL*	*1.349.778.098*
AMORTIZACOES PRINCIPAL	*81.045.610*	*RECEITA NAO OPERACIONAL*	*2.332.877*
OPERACOES INTERNAS	*81.045.610*	**TESOURO-RECEB.CRED. DIVERSOS**	**1.183.597.075**
OUTROS DISP. DE CAPITAL	*52.381.801*	**RECURSO DE EMP. E FINANC. LP**	**695.000.000**
DISPENDIOS CORRENTES	**997.676.829**	*OPER.CRED. INTERNAS-MOEDA*	*695.000.000*
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	*218.199.221*	**DEMAIS OBRIGACOES**	**-270.327.995**
LOC. EQUIP. PROC. DE DADOS	*6.783.667*	*DEPOSITOS A VISTA*	*-201.977.729*
SERVICOS DE TERCEIROS	*185.404.191*	*DEPOSITOS A PRAZO*	*-68.350.266*
UTILIDADES E SERVICOS	*44.096.994*	**TOTAL DAS FONTES**	**2.960.380.055**
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	*118.266.149*	*OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS*	*-11.514.116*
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	*164.008.186*	*VARIACAO DO DISPONIVEL*	*53.633.969*
OPERACOES INTERNAS	*36.114.970*		
OPERACOES EXTERNAS	*7.150.000*		
DEPOSITOS	*120.743.216*		
DEMAIS DISP. CORRENTES	*260.918.421*		
TOTAL DOS DISPENDIOS PDG	**1.185.744.642**		
APLIC. EM OPER. DE CREDITO	**1.816.755.266**		
TOTAL DOS USOS	**3.002.499.908**	**TOTAL LIQUIDO DAS FONTES**	**3.002.499.908**

25210 BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A. - BNB

R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	**544.675.279**	**RECEITA**	**3.180.462.155**
INVESTIMENTOS	*81.291.907*	*RECEITA OPERACIONAL*	*3.175.656.384*
INVERSOES FINANCEIRAS	*150.000*	*RECEITA NAO OPERACIONAL*	*4.805.771*
AMORTIZACOES PRINCIPAL	*234.933.372*	**TESOURO-RECEB.CRED. DIVERSOS**	**3.550.791.558**
OPERACOES INTERNAS	*176.058.768*	**RECURSO DE EMP. E FINANC. LP**	**899.319.904**
OPERACOES EXTERNAS	*58.654.604*	*OPER.CRED. INTERNAS-MOEDA*	*140.000.000*
OPERACOES RES. 63	*220.000*	*OPER.CRED. EXTERNAS*	*429.319.904*
OUTROS DISP. DE CAPITAL	*228.300.000*	*OPER. RESOLUCAO 63*	*330.000.000*
DISPENDIOS CORRENTES	**2.420.844.899**	**DEMAIS OBRIGACOES**	**634.873.573**
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	*467.440.206*	*DEPOSITOS A VISTA*	*2.900.000*
LOC. EQUIP. PROC. DE DADOS	*14.837.254*	*DEPOSITOS A PRAZO*	*431.973.573*
SERVICOS DE TERCEIROS	*372.926.684*	*OUTRAS OBRIGACOES*	*200.000.000*
UTILIDADES E SERVICOS	*45.620.946*	**TOTAL DAS FONTES**	**8.265.447.190**
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	*221.930.895*	*VAR.OBRIG.EMPREST.C. PRAZO*	*-33.075.000*
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	*705.828.233*	*OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS*	*150.528.164*
OPERACOES INTERNAS	*48.912.532*	*VARIACAO DO DISPONIVEL*	*-53.444.590*
OPERACOES EXTERNAS	*30.838.931*		
OPERACOES RESOLUCAO 63	*79.301*		
DEPOSITOS	*165.444.044*		
OUTRAS OBRIGACOES	*460.553.425*		
DEMAIS DISP. CORRENTES	*592.260.681*		
TOTAL DOS DISPENDIOS PDG	**2.965.520.178**		
APLIC. EM OPER. DE CREDITO	**5.363.935.586**		
TOTAL DOS USOS	**8.329.455.764**	**TOTAL LIQUIDO DAS FONTES**	**8.329.455.764**

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2008

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 12º, inciso VI

25215 IRB - BRASIL RESSEGUROS S.A.

R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	**271.818.562**	**RECEITA**	**4.068.695.423**
INVESTIMENTOS	*32.680.428*	*RECEITA OPERACIONAL*	*4.041.236.926*
OUTROS DISP. DE CAPITAL	*239.138.134*	*RECEITA NAO OPERACIONAL*	*27.458.497*
DISPENDIOS CORRENTES	**3.562.146.255**	**TOTAL DAS FONTES**	**4.068.695.423**
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	*101.551.034*	*OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS*	*260.978.134*
LOC. EQUIP. PROC. DE DADOS	*315.478*	*VARIACAO DO DISPONIVEL*	*-495.708.740*
SERVICOS DE TERCEIROS	*73.868.638*		
UTILIDADES E SERVICOS	*3.222.265*		
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	*294.218.128*		
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	*8.885.818*		
OUTRAS OBRIGACOES	*8.885.818*		
DEMAIS DISP. CORRENTES	*3.080.084.894*		
TOTAL DOS DISPENDIOS PDG	**3.833.964.817**		
TOTAL DOS USOS	**3.833.964.817**	**TOTAL LIQUIDO DAS FONTES**	**3.833.964.817**

25220 CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CAIXA

R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	**1.640.393.369**	**RECEITA**	**36.036.838.956**
INVESTIMENTOS	*948.876.144*	*RECEITA OPERACIONAL*	*35.858.623.884*
AMORTIZACOES PRINCIPAL	*3.803.213*	*RECEITA NAO OPERACIONAL*	*178.215.072*
OPERACOES EXTERNAS	*3.803.213*	**DEMAIS OBRIGACOES**	**14.418.556.416**
OUTROS DISP. DE CAPITAL	*687.714.012*	*DEPOSITOS A VISTA*	*1.155.321.859*
DISPENDIOS CORRENTES	**33.497.276.153**	*DEPOSITOS A PRAZO*	*13.263.234.557*
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	*6.206.379.133*	**TOTAL DAS FONTES**	**50.455.395.372**
SERVICOS DE TERCEIROS	*4.386.746.965*	*OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS*	*6.794.694.850*
UTILIDADES E SERVICOS	*863.027.528*	*VARIACAO DO DISPONIVEL*	*-160.591.032*
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	*1.914.983.504*		
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	*18.900.973.463*		
OPERACOES EXTERNAS	*2.250.199*		
DEPOSITOS	*7.851.032.617*		
OUTRAS OBRIGACOES	*11.047.690.647*		
DEMAIS DISP. CORRENTES	*1.225.165.560*		
TOTAL DOS DISPENDIOS PDG	**35.137.669.522**		
APLIC. EM OPER. DE CREDITO	**21.951.829.668**		
TOTAL DOS USOS	**57.089.499.190**	**TOTAL LIQUIDO DAS FONTES**	**57.089.499.190**

25234 BANCO DO BRASIL S.A. - BB

R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	**15.490.031.174**	**RECEITA**	**57.204.662.024**
INVESTIMENTOS	*1.614.228.854*	*RECEITA OPERACIONAL*	*56.075.637.867*
AMORTIZACOES PRINCIPAL	*11.527.948.037*	*RECEITA NAO OPERACIONAL*	*1.129.024.157*
OPERACOES INTERNAS	*8.238.653.287*	**TESOURO-RECEB.CRED. DIVERSOS**	**1.183.597.075**
OPERACOES EXTERNAS	*3.289.294.750*	**RECURSO DE EMP. E FINANC. LP**	**11.939.214.132**
OUTROS DISP. DE CAPITAL	*2.347.854.283*	*OPER.CRED. INTERNAS-MOEDA*	*8.649.919.382*
DISPENDIOS CORRENTES	**38.285.304.933**	*OPER.CRED. EXTERNAS*	*3.289.294.750*
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	*7.834.471.637*	**DEMAIS OBRIGACOES**	**24.156.866.685**
LOC. EQUIP. PROC. DE DADOS	*210.214.917*	*DEPOSITOS A VISTA*	*4.528.913.603*
SERVICOS DE TERCEIROS	*4.127.654.714*	*DEPOSITOS A PRAZO*	*12.961.623.403*
UTILIDADES E SERVICOS	*1.085.145.372*	*OUTRAS OBRIGACOES*	*6.666.329.679*

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2008

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 12º, inciso VI

TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	*4.493.451.763*	**TOTAL DAS FONTES**	**94.484.339.916**
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	*16.950.519.757*	*OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS*	*-5.952.640.949*
OPERACOES INTERNAS	*526.503.858*	*VARIACAO DO DISPONIVEL*	*-2.998.521.829*
OPERACOES EXTERNAS	*100.644.808*		
DEPOSITOS	*8.658.604.258*		
OUTRAS OBRIGACOES	*7.664.766.833*		
DEMAIS DISP. CORRENTES	*3.583.846.773*		
TOTAL DOS DISPENDIOS PDG	**53.775.336.107**		
APLIC. EM OPER. DE CREDITO	**31.757.841.031**		
TOTAL DOS USOS	**85.533.177.138**	**TOTAL LIQUIDO DAS FONTES**	**85.533.177.138**

25235 BB BANCO DE INVESTIMENTO S.A. - BB INVESTIMENTOS

R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	**627.332.746**	**RECEITA**	**804.200.922**
OUTROS DISP. DE CAPITAL	*627.332.746*	*RECEITA OPERACIONAL*	*804.200.922*
DISPENDIOS CORRENTES	**140.002.692**	**TOTAL DAS FONTES**	**804.200.922**
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	*20.583.637*	*OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS*	*-31.526.103*
SERVICOS DE TERCEIROS	*18.346.994*	*VARIACAO DO DISPONIVEL*	*-5.339.381*
UTILIDADES E SERVICOS	*1.122.706*		
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	*73.981.992*		
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	*1.405.432*		
DEPOSITOS	*1.389.151*		
OUTRAS OBRIGACOES	*16.281*		
DEMAIS DISP. CORRENTES	*24.561.931*		
TOTAL DOS DISPENDIOS PDG	**767.335.438**		
TOTAL DOS USOS	**767.335.438**	**TOTAL LIQUIDO DAS FONTES**	**767.335.438**

25236 BB ADMINISTRACAO DE ATIVOS - DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S.A. - BB DTVM

R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	**410.730.173**	**RECEITA**	**783.977.626**
OUTROS DISP. DE CAPITAL	*410.730.173*	*RECEITA OPERACIONAL*	*783.977.626*
DISPENDIOS CORRENTES	**373.247.454**	**TOTAL DAS FONTES**	**783.977.626**
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	*28.002.436*	*OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS*	*721.272*
SERVICOS DE TERCEIROS	*26.203.730*	*VARIACAO DO DISPONIVEL*	*-721.271*
UTILIDADES E SERVICOS	*4.050.130*		
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	*265.578.604*		
DEMAIS DISP. CORRENTES	*49.412.554*		
TOTAL DOS DISPENDIOS PDG	**783.977.627**		
TOTAL DOS USOS	**783.977.627**	**TOTAL LIQUIDO DAS FONTES**	**783.977.627**

25238 BB-LEASING S.A. - ARRENDAMENTO MERCANTIL - BB LAM

R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	**825.278.288**	**RECEITA**	**204.119.730**
INVESTIMENTOS	*790.620.060*	*RECEITA OPERACIONAL*	*203.877.609*
AMORTIZACOES PRINCIPAL	*10.642.867*	*RECEITA NAO OPERACIONAL*	*242.121*
OPERACOES INTERNAS	*10.642.867*	**RETORNO DE OPER. DE CREDITO**	**702.420.569**
OUTROS DISP. DE CAPITAL	*24.015.361*	**TOTAL DAS FONTES**	**906.540.299**
DISPENDIOS CORRENTES	**178.840.404**	*OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS*	*97.485.526*
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	*2.587.653*	*VARIACAO DO DISPONIVEL*	*92.867*
SERVICOS DE TERCEIROS	*2.894.209*		
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	*17.159.521*		
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	*140.979.331*		

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2008

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 12º, inciso VI

OPERACOES INTERNAS	*9.390.578*		
DEPOSITOS	*131.588.753*		
DEMAIS DISP. CORRENTES	*15.219.690*		
TOTAL DOS DISPENDIOS PDG	**1.004.118.692**		
TOTAL DOS USOS	**1.004.118.692**	**TOTAL LIQUIDO DAS FONTES**	**1.004.118.692**

25245 BB LEASING COMPANY LIMITED - BB LEASING

R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS CORRENTES	**399.730**	**RECEITA**	**4.846.200**
SERVICOS DE TERCEIROS	*399.730*	*RECEITA OPERACIONAL*	*4.846.200*
TOTAL DOS DISPENDIOS PDG	**399.730**	**TOTAL DAS FONTES**	**4.846.200**
		OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS	*-5.002.200*
		VARIACAO DO DISPONIVEL	*555.730*
TOTAL DOS USOS	**399.730**	**TOTAL LIQUIDO DAS FONTES**	**399.730**

25247 BRASILIAN AMERICAN MERCHANT BANK - BAMB

R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS CORRENTES	**27.658.000**	**RECEITA**	**254.644.702**
SERVICOS DE TERCEIROS	*27.658.000*	*RECEITA OPERACIONAL*	*254.644.702*
TOTAL DOS DISPENDIOS PDG	**27.658.000**	**TOTAL DAS FONTES**	**254.644.702**
		OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS	*-227.115.200*
		VARIACAO DO DISPONIVEL	*128.498*
TOTAL DOS USOS	**27.658.000**	**TOTAL LIQUIDO DAS FONTES**	**27.658.000**

25266 BANCO DO ESTADO DO PIAUÍ S.A. - BEP

R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	**3.663.833**	**RECEITA**	**65.050.600**
INVESTIMENTOS	*450.000*	*RECEITA OPERACIONAL*	*65.016.000*
AMORTIZACOES PRINCIPAL	*397.333*	*RECEITA NAO OPERACIONAL*	*34.600*
OPERACOES INTERNAS	*397.333*	**DEMAIS OBRIGACOES**	**38.407.477**
OUTROS DISP. DE CAPITAL	*2.816.500*	*DEPOSITOS A VISTA*	*1.718.181*
DISPENDIOS CORRENTES	**48.146.399**	*DEPOSITOS A PRAZO*	*37.275.090*
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	*15.412.873*	*OUTRAS OBRIGACOES*	*-585.794*
SERVICOS DE TERCEIROS	*13.298.179*	**TOTAL DAS FONTES**	**103.458.077**
UTILIDADES E SERVICOS	*2.100.000*	*OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS*	*-995.000*
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	*6.069.734*	*VARIACAO DO DISPONIVEL*	*-12.652.845*
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	*9.339.813*		
OPERACOES INTERNAS	*39.813*		
DEPOSITOS	*8.160.000*		
OUTRAS OBRIGACOES	*1.140.000*		
DEMAIS DISP. CORRENTES	*1.925.800*		
TOTAL DOS DISPENDIOS PDG	**51.810.232**		
APLIC. EM OPER. DE CREDITO	**38.000.000**		
TOTAL DOS USOS	**89.810.232**	**TOTAL LIQUIDO DAS FONTES**	**89.810.232**

25271 BANCO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S.A. - BESC

R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	**34.255.086**	**RECEITA**	**600.425.590**
INVESTIMENTOS	*32.210.051*	*RECEITA OPERACIONAL*	*587.317.862*
AMORTIZACOES PRINCIPAL	*2.045.035*	*RECEITA NAO OPERACIONAL*	*13.107.728*
OPERACOES INTERNAS	*2.045.035*	**DEMAIS OBRIGACOES**	**182.541.493**
DISPENDIOS CORRENTES	**567.183.725**	*DEPOSITOS A VISTA*	*10.250.310*

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2008

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 12º, inciso VI

PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	*153.812.316*	*DEPOSITOS A PRAZO*	*71.987.284*
LOC. EQUIP. PROC. DE DADOS	*1.545.120*	*OUTRAS OBRIGACOES*	*100.303.899*
SERVICOS DE TERCEIROS	*116.285.400*	**TOTAL DAS FONTES**	**782.967.083**
UTILIDADES E SERVICOS	*15.056.604*	*OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS*	*-113.300.860*
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	*30.832.356*	*VARIACAO DO DISPONIVEL*	*-21*
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	*222.099.659*		
OPERACOES INTERNAS	*1.352.040*		
DEPOSITOS	*104.827.721*		
OUTRAS OBRIGACOES	*115.919.898*		
DEMAIS DISP. CORRENTES	*27.552.270*		
TOTAL DOS DISPENDIOS PDG	**601.438.811**		
APLIC. EM OPER. DE CREDITO	**68.227.391**		
TOTAL DOS USOS	**669.666.202**	**TOTAL LIQUIDO DAS FONTES**	**669.666.202**

25272 BESC DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S.A. - BESCVAL

R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	**392.664**	**RECEITA**	**749.222**
OUTROS DISP. DE CAPITAL	*392.664*	*RECEITA OPERACIONAL*	*738.934*
DISPENDIOS CORRENTES	**336.062**	*RECEITA NAO OPERACIONAL*	*10.288*
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	*191.677*	**TOTAL DAS FONTES**	**749.222**
SERVICOS DE TERCEIROS	*65.652*	*OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS*	*-20.496*
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	*71.572*		
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	*3.201*		
OUTRAS OBRIGACOES	*3.201*		
DEMAIS DISP. CORRENTES	*3.960*		
TOTAL DOS DISPENDIOS PDG	**728.726**		
TOTAL DOS USOS	**728.726**	**TOTAL LIQUIDO DAS FONTES**	**728.726**

25273 BESC FINANCEIRA S.A. - CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS - BESCREDI

R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	**1.325.242**	**RECEITA**	**5.389.105**
OUTROS DISP. DE CAPITAL	*1.325.242*	*RECEITA OPERACIONAL*	*5.149.105*
DISPENDIOS CORRENTES	**3.816.171**	*RECEITA NAO OPERACIONAL*	*240.000*
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	*610.929*	**DEMAIS OBRIGACOES**	**3.398.557**
SERVICOS DE TERCEIROS	*1.185.732*	*DEPOSITOS A PRAZO*	*3.398.557*
UTILIDADES E SERVICOS	*18.280*	**TOTAL DAS FONTES**	**8.787.662**
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	*960.000*	*OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS*	*-383.576*
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	*271.719*		
DEPOSITOS	*235.583*		
OUTRAS OBRIGACOES	*36.136*		
DEMAIS DISP. CORRENTES	*769.511*		
TOTAL DOS DISPENDIOS PDG	**5.141.413**		
APLIC. EM OPER. DE CREDITO	**3.262.673**		
TOTAL DOS USOS	**8.404.086**	**TOTAL LIQUIDO DAS FONTES**	**8.404.086**

25274 BESC S.A. ARRENDAMENTO MERCANTIL - BESC LEASING

R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	**883.495**	**RECEITA**	**1.682.295**
OUTROS DISP. DE CAPITAL	*883.495*	*RECEITA OPERACIONAL*	*1.682.295*
DISPENDIOS CORRENTES	**783.863**	**TOTAL DAS FONTES**	**1.682.295**
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	*120.862*	*OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS*	*-14.937*
SERVICOS DE TERCEIROS	*129.677*		

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2008

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 12º, inciso VI

TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	*387.324*		
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	*120.000*		
OUTRAS OBRIGACOES	*120.000*		
DEMAIS DISP. CORRENTES	*26.000*		
TOTAL DOS DISPENDIOS PDG	**1.667.358**		
TOTAL DOS USOS	**1.667.358**	**TOTAL LIQUIDO DAS FONTES**	**1.667.358**

25275 BESC S.A. - CREDITO IMOBILIARIO - BESCRI

R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS CORRENTES	**179.999.857**	**RECEITA**	**180.663.527**
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	*18.437.862*	*RECEITA OPERACIONAL*	*180.466.663*
LOC. EQUIP. PROC. DE DADOS	*230.880*	*RECEITA NAO OPERACIONAL*	*196.864*
SERVICOS DE TERCEIROS	*17.164.244*	**DEMAIS OBRIGACOES**	**211.141.960**
UTILIDADES E SERVICOS	*2.875.683*	*DEPOSITOS A PRAZO*	*211.141.960*
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	*7.298.922*	**TOTAL DAS FONTES**	**391.805.487**
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	*130.865.670*	*OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS*	*-219.156.556*
DEPOSITOS	*126.180.251*		
OUTRAS OBRIGACOES	*4.685.419*		
DEMAIS DISP. CORRENTES	*3.126.596*		
TOTAL DOS DISPENDIOS PDG	**179.999.857**		
APLIC. EM OPER. DE CREDITO	**-7.350.926**		
TOTAL DOS USOS	**172.648.931**	**TOTAL LIQUIDO DAS FONTES**	**172.648.931**

25279 BB BANCO POPULAR DO BRASIL S.A. - BPB

R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS CORRENTES	**84.264.072**	**RECEITA**	**100.618.399**
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	*13.504.721*	*RECEITA OPERACIONAL*	*100.618.399*
SERVICOS DE TERCEIROS	*47.546.139*	**DEMAIS OBRIGACOES**	**4.617.104**
UTILIDADES E SERVICOS	*8.350.574*	*DEPOSITOS A VISTA*	*4.617.104*
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	*11.123.443*	**TOTAL DAS FONTES**	**105.235.503**
DEMAIS DISP. CORRENTES	*3.739.195*	*OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS*	*-1.744.047*
TOTAL DOS DISPENDIOS PDG	**84.264.072**	*VARIACAO DO DISPONIVEL*	*-10.534.573*
APLIC. EM OPER. DE CREDITO	**8.692.811**		
TOTAL DOS USOS	**92.956.883**	**TOTAL LIQUIDO DAS FONTES**	**92.956.883**

25280 BB ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS S.A. - BB CONSORCIOS

R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	**28.510.015**	**RECEITA**	**68.573.846**
OUTROS DISP. DE CAPITAL	*28.510.015*	*RECEITA OPERACIONAL*	*68.573.846*
DISPENDIOS CORRENTES	**36.291.093**	**TOTAL DAS FONTES**	**68.573.846**
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	*2.339.276*	*OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS*	*-1.775.058*
SERVICOS DE TERCEIROS	*8.302.227*	*VARIACAO DO DISPONIVEL*	*-1.997.680*
UTILIDADES E SERVICOS	*420.000*		
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	*24.703.191*		
DEMAIS DISP. CORRENTES	*526.399*		
TOTAL DOS DISPENDIOS PDG	**64.801.108**		
TOTAL DOS USOS	**64.801.108**	**TOTAL LIQUIDO DAS FONTES**	**64.801.108**

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2008

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 12º, inciso VI

28000 MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO, INDUSTRIA E COMERCIO EXTERIOR

28234 BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES

R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	16.911.196.089	RECEITA	24.962.492.000
INVESTIMENTOS	60.236.089	RECEITA OPERACIONAL	19.477.140.000
INVERSOES FINANCEIRAS	830.000.000	RECEITA NAO OPERACIONAL	5.485.352.000
AMORTIZACOES PRINCIPAL	11.770.960.000	RECURSO DE EMP. E FINANC. LP	4.011.150.000
OPERACOES INTERNAS	605.760.000	OPER.CRED. INTERNAS-MOEDA	11.150.000
OPERACOES EXTERNAS	2.660.000.000	OPER.CRED. EXTERNAS	2.300.000.000
DEMAIS OBRIGACOES	8.505.200.000	VARIACAO CAMBIAL	1.700.000.000
OUTROS DISP. DE CAPITAL	4.250.000.000	DEMAIS OBRIGACOES	28.879.600.000
DISPENDIOS CORRENTES	14.344.085.158	TESOURO	1.830.000.000
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	379.005.536	FND	830.000.000
LOC. EQUIP. PROC. DE DADOS	1.648.511	TRANSFERENCIA DO FAT	8.790.000.000
SERVICOS DE TERCEIROS	233.661.087	OUTRAS OBRIGACOES	17.429.600.000
UTILIDADES E SERVICOS	10.019.985	TOTAL DAS FONTES	57.853.242.000
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	1.687.000.000	OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS	-3.394.000.000
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	11.493.840.000	VARIACAO DO DISPONIVEL	3.027.469.247
OPERACOES INTERNAS	243.040.000		
OPERACOES EXTERNAS	840.000.000		
VARIACAO CAMBIAL	1.730.000.000		
OUTRAS OBRIGACOES	8.680.800.000		
DEMAIS DISP. CORRENTES	538.910.039		
TOTAL DOS DISPENDIOS PDG	31.255.281.247		
APLIC. EM OPER. DE CREDITO	26.231.430.000		
TOTAL DOS USOS	57.486.711.247	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	57.486.711.247

28235 BNDES PARTICIPACOES S.A. - BNDESPAR

R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	8.345.000.000	RECEITA	11.041.260.000
INVERSOES FINANCEIRAS	2.050.000.000	RECEITA OPERACIONAL	10.750.210.000
AMORTIZACOES PRINCIPAL	2.950.000.000	RECEITA NAO OPERACIONAL	291.050.000
OPERACOES INTERNAS	1.450.000.000	RECURSO DE EMP. E FINANC. LP	2.147.960.000
DEMAIS OBRIGACOES	1.500.000.000	OPER.CRED. INTERNAS-MOEDA	2.140.000.000
OUTROS DISP. DE CAPITAL	3.345.000.000	VARIACAO CAMBIAL	7.960.000
DISPENDIOS CORRENTES	3.709.898.594	DEMAIS OBRIGACOES	2.220.000.000
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	203.287.018	TESOURO	1.050.000.000
LOC. EQUIP. PROC. DE DADOS	891.817	OUTRAS OBRIGACOES	1.170.000.000
SERVICOS DE TERCEIROS	72.755.518	TOTAL DAS FONTES	15.409.220.000
UTILIDADES E SERVICOS	5.420.648	OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS	-2.692.600.000
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	1.770.000.000	VARIACAO DO DISPONIVEL	-661.721.406
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	1.484.200.000		
OPERACOES INTERNAS	360.000.000		
VARIACAO CAMBIAL	8.000.000		
OUTRAS OBRIGACOES	1.116.200.000		
DEMAIS DISP. CORRENTES	173.343.593		
TOTAL DOS DISPENDIOS PDG	12.054.898.594		
TOTAL DOS USOS	12.054.898.594	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	12.054.898.594

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2008

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 12º, inciso VI

28236 AGENCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL - FINAME

R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	**4.170.170.000**	**RECEITA**	**4.569.446.530**
AMORTIZACOES PRINCIPAL	*4.120.000.000*	*RECEITA OPERACIONAL*	*4.305.105.810*
OPERACOES INTERNAS	*4.000.000.000*	*RECEITA NAO OPERACIONAL*	*264.340.720*
DEMAIS OBRIGACOES	*120.000.000*	**REC. P/AUMENTO DO PATR. LIQ.**	**770.000.000**
OUTROS DISP. DE CAPITAL	*50.170.000*	*PARTICIPACAO NO CAPITAL*	*770.000.000*
DISPENDIOS CORRENTES	**4.207.433.762**	**RECURSO DE EMP. E FINANC. LP**	**8.490.000.000**
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	*37.347.467*	*OPER.CRED. INTERNAS-MOEDA*	*7.840.000.000*
LOC. EQUIP. PROC. DE DADOS	*162.149*	*VARIACAO CAMBIAL*	*650.000.000*
SERVICOS DE TERCEIROS	*15.280.427*	**DEMAIS OBRIGACOES**	**310.000.000**
UTILIDADES E SERVICOS	*985.572*	*TESOURO*	*310.000.000*
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	*302.900.000*	**TOTAL DAS FONTES**	**14.139.446.530**
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	*3.819.330.000*	*OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS*	*200.000.000*
OPERACOES INTERNAS	*1.820.000.000*	*VARIACAO DO DISPONIVEL*	*-280.792.768*
VARIACAO CAMBIAL	*650.400.000*		
OUTRAS OBRIGACOES	*1.348.930.000*		
DEMAIS DISP. CORRENTES	*31.428.147*		
TOTAL DOS DISPENDIOS PDG	**8.377.603.762**		
APLIC. EM OPER. DE CREDITO	**5.681.050.000**		
TOTAL DOS USOS	**14.058.653.762**	**TOTAL LIQUIDO DAS FONTES**	**14.058.653.762**